

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NO MUNICÍPIO DE
FEIRA DE SANTANA – BA: Renda da terra, campesinato e
ruralidades**



WODIS KLEBER OLIVEIRA ARAUJO

**SÃO CRISTÓVÃO
2015**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

WODIS KLEBER OLIVEIRA ARAUJO

**A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NO MUNICÍPIO DE
FEIRA DE SANTANA – BA: Renda da terra, campesinato e
ruralidades**

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – NPGeo/UFS, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Celso Donizete Locatel.

**São Cristóvão – Sergipe
Fevereiro de 2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

WODIS KLEBER OLIVEIRA ARAUJO

**A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NO MUNICÍPIO DE
FEIRA DE SANTANA – BA: Renda da terra, campesinato e
ruralidades**

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – NPGeo/UFS, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Celso Donizete Locatel – Orientador – (UFRN/UFS)

Prof^a. Dr^a Josefa de Lisboa Santos – (UFS)

Prof^a. Dr^a Núbia Dias dos Santos – (UFS)

Prof^a. Dr^a Nacelice Barbosa Freitas – (UEFS)

Prof^o. Dr. José Antônio Lobo dos Santos – (UFBA)

**São Cristóvão – Sergipe
Fevereiro de 2015**

Não sei o que posso parecer aos olhos do mundo, mas aos meus pareço apenas ter sido como um menino brincando à beira-mar, divertindo-me em encontrar de vez em quando um seixo mais liso ou uma concha mais bonita que o normal, enquanto o grande oceano da verdade permanece completamente desconhecido à minha frente.

- Memoirs of the Life, Writings, and Discoveries of Sir Isaac Newton (1855).
by Sir David Brewster (Volume II. Ch. 27).

Eu preparo uma canção
em que minha mãe se reconheça,
todas as mães se reconheçam,
e que fale como dois olhos.

Caminho por uma rua
que passa por muitos países.

Se não me vêem, eu vejo
e saúdo velhos amigos.

Eu distribuo um segredo
como quem ama ou sorri.

No jeito mais natural
dois carinhos se procuram.

Minha vida, nossas vidas
formam um só diamante.

Aprendi novas palavras
e tornei outras mais belas.

Eu preparo uma canção
que faça acordar os homens
e adormecer as crianças.

Agradecimentos

Esse é um dos momentos mais difíceis desse estudo, a elaboração dos agradecimentos, pois deixo dívidas de gratidão. E quais as palavras mágicas podem ser professadas para exprimir, de modo verdadeiro esse sentimento. Minhas memórias trazem à tona, nesse mar de consciências, um reconhecimento coletivo e amplo de tantos feitos, ações, gestos a um número de pessoas que tentarei ser fiel a seu valor inestimável.

Observei que este trabalho continha partes visíveis e invisíveis de participação e apoio de outras tantas pessoas, muitas vezes alheias ao processo de produção literária, porém tão importantes quanto os autores em que foi baseado este trabalho. Não posso enumerar todos os que me apoiaram no que concerne ao emocional, financeiro e cultural, pois corro o risco de não ter o espaço necessário ou por ventura esquecer o nome de um destes e magoar a mim mesmo no futuro. Entretanto tomo a liberdade de citar alguns destes, que entre tantos foram importantes.

Lembro-me dos tantos amigos da academia.

Aos amigos que trilharam a mesma jornada acadêmica: Moacir, Jackson, Benizário, João, Rosana, Alcécia, Ricardo, Hunaldo, José Wagner, Solimar, Dayse, Luana, Eliany, Carmen Lúcia, Ramon e outros tantos que deixaram saudades no trabalho de campo – Os Sertões; nas trocas de ideias, sonhos, desafios, apoio, um abraço fraterno e um carinho especial por todos.

Meus agradecimentos se estendem aos amigos na secretaria do NPGeo/UFS, Vivia, Matheus, France e Everton. Muito grato pela atenção.

Aos professores que ministraram disciplinas no NPGeo e que tive o prazer de ser aluno, nas saborosas horas de debates um abraço especial para os professores doutores José Eloizio, Eraldo Filho, Marco Mitidiero. Ainda as professoras Doutoradas Vera Lúcia e Ana Virgínea.

O que dizer à profª Drª Alexandrina Luz, se o cosmos não conspirasse a meu favor e a colocasse em meu caminho no primeiro dia, antes de tudo, sua atenção, sua orientação, sua dedicação em me dá as primeiras orientações nos rabiscos! O que dizer?

À profª Drª Josefa de Lisboa Santos, não só por ter aceitar desafio de orientar meus primeiros passos inseguros, mas por acreditar que eu poderia fazer o trabalho pela vontade de fazer e ainda pela ajuda incondicional frente a coordenação do NPGeo.

À profª Drª Núbia Dias dos Santos, que em todo momento se propôs a ajudar-me além do proposto e pelas orientações extras.

À profª Drª Nacelice Freitas, menina do sertão e que antes de mim, trilhou esses caminhos e me mostrou as veredas e estradas de boiadas, e mais ainda pelas conversas e ajudas além do limite da cooperação de doar seu tempo e de se propor a todo esse trabalho.

Ao prof. Dr. José Antônio Lobo dos Santos, antes aluno, depois colega e agora mestre, para nunca nos esqueçamos de onde viemos e por onde passamos para chegar ao agora, e mais ainda uma parceria de trabalho e amizade.

Ao profº. Dr. Celso Donizete Locatel, um gigante que se levantou e pude me apoiar em seus ombros; não por ser meu orientador, só isso já bastava, mas por acreditar em meu trabalho, incentivar, guiar, ordenar minhas ideias muitas vezes enevoadas, moldar meus pensamentos dando uma forma concreta e segurar em minha mão nos

momentos em que eu quase caí, orientar pela vida e pelos conselhos fraternos, meu mais profundo muito obrigado.

Aos amigos da UEFS; aos alunos, obrigado pela paciência nas ausências dos trabalhos de campo e nas pesquisas da Iniciação Científica. Muito grato pelo incentivo e mais ainda ao alunos/colegas/amigos Joseval Santos e Danilo Carneiro. Aos colegas professores, que dividiram a carga de trabalho comigo e esperaram pacientemente os resultados desse esforço e pelo apoio incondicional de todos.

Aqui se faz necessário abraçar a Onildo Araújo, Jocimara Lobão; pelas orientações de vida e acadêmicas. Acácia Batista, Henrique Andrade, João Henrique e Telma Maria, bons ouvintes e conselheiros; e o colega de Além-mar Manuel Cabalar e o amigo Laerte Dias; e um abraço muito especial para Simone Santos, grato pelos tijolos amarelos.

Aos funcionários – do IBGE – Feira de Santana pela atenção e material fornecidos durante a pesquisa; da Biblioteca Central Julieta Carteador – BCJC/UEFS pela atenção e ajuda com os livros e periódicos; do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, em especial a Conceição Borges; e aos trabalhadores rurais que gentilmente responderam as minhas indagações na pesquisa de campo, muito obrigado.

Penso naqueles que contribuíram fora do mundo acadêmico.

Aos meus familiares, por entenderem minha ausência nos momentos das confraternizações e das viagens de feriados, férias e dos finais de semana. Pelos telefonemas de apoio e pelas visitas de portão. E mais ainda pela ajuda financeira quando precisei e do serviço de babá, mesmo todos já grandes.

A Creuza Hungria, querida sogra, pelo apoio emocional, pela confiança e pelas orações muito preciosas.

Aos meus queridos pais, Alfredo e DuCarmo, um porto seguro para minha vida, dedicados e sempre atentos a todos os passos que dei na vida, preocupados em orientar no caminho certo; irmã Alessandra, um farol que me orienta, principalmente nas tempestades; esposa Fátima, uma estrela guia e uma companheira inestimável nessa caminhada e em outras tantas; os amados filhos Drielly e Wodis Filho, brisas de uma tarde de verão. E mais ainda Edvaldo Teles e Diego Sales e de última hora, Gabriel.

Não foi fácil trabalhar e estudar ao mesmo tempo, mesmo sabendo que muitos fizeram, fazem e farão; como a falta de uma bolsa de estudos, qualquer que fosse a bolsa, atrapalhou; dividir-se em pai, professor e aluno foi mesmo uma tarefa árdua, as noites de chuva forte na estrada de retorno para casa, sempre sozinho, me fez vencer o medo e gerou forças para chegar ao fim dessa jornada.

Muito grato a vocês, vida longa e próspera a todos!!!!

A relação campo-cidade no município de Feira de Santana – BA: Renda da terra, campesinato e ruralidades.

RESUMO

O município de Feira de Santana é atípico, em relação aos demais municípios do interior baiano, por apresentar uma dinâmica socioeconômica e um crescimento populacional peculiar ao de uma capital de Estado. Os vetores de uma nova reorganização espacial pós-70, em especial a instalação do Centro Industrial Subaé (CIS), reconfigura a cidade de Feira de Santana, outrora praça de gado e rotas de boiadas, de currais e da grande feira-livre, em uma cidade industrializada e de comércio e serviços, como importante polo financeiro e comercial, no interior do Estado da Bahia. O crescimento populacional e sua demanda por moradia, oriundo dessa nova realidade, avançou sobre a área rural provocando mudanças estruturais na relação campo-cidade e (re)criando ruralidades, mudando a perspectiva de análise do espaço rural do município. A abordagem está focada nas relações de (re)produção camponesa e suas contradições a partir da apropriação da renda da terra sobre a lógica capitalista e como a relação campo-cidade possibilita a criação de novas dinâmicas socioeconômica no município. Utilizamos ainda técnicas de pesquisa qualitativa e quantitativa, por meio de questionários, aplicados entre as famílias camponesas nos distritos do município e fundamentamos o estudo nas análises bibliográficas e nas coletas de dados secundários de instituições especializadas. A análise dos resultados mostrou um conjunto de forças estruturais que atuam no espaço rural, oriunda de várias fontes e em espacial do Estado e da dinâmica urbana, implementadas por agentes diversos. O estudo teórico da Renda da terra, nas literaturas clássicas norteadas pelo trabalho de Karl Marx, objetivou-se por apresentar teorias e conceitos que fundamentam as práticas locais em relação ao monopólio da terra e a sujeição e subordinação da renda camponesa ao capitalismo. Isso permitiu traçar um perfil socioeconômico como também diagnosticar a condição atual do camponês, enquanto produtor rural, baseado na sua força de trabalho e em que se justifica a intensa atividade do trabalho acessório. Com isso avaliamos quais políticas públicas estão sendo acessadas pelos camponeses e como elas viabilizam a subordinação da unidade produtiva para a apropriação da renda da terra em detrimento da demanda por lotes urbanos na acirrada relação campo-cidade no município de Feira de Santana. Assim, faz-se necessário mudar a perspectiva de análise do espaço rural municipal e da sua concepção de organização, o que poderá contribuir para a elaboração de políticas públicas que favoreçam a reprodução e permanência das famílias camponesas e da sua complexidade na atualidade.

Palavras-chave: Relação campo-cidade; renda da terra; campesinato; políticas públicas; ruralidades.

The rural-urban relationship in the city of Feira de Santana - BA: Income from land, peasants and ruralities.

ABSTRACT

The county of Feira de Santana is unusual, compared to other municipalities of Bahia inside, due to its socio-economic dynamics and a peculiar population growth to a state capital. The vectors of a new post-70 spatial reorganization, especially the installation of Industrial Center Subaé (CIS), reconfigures the city of Feira de Santana, once cattle square and routes of herds, corrals and large open-air market in a city industrialized and trades and centralized services as an important financial hub, in Bahia. Population growth and the demand for housing, coming of this new reality, advanced in the countryside caused structural changes in the rural-urban interface and (re)creating ruralities, changing the perspective of analysis of rural space in the city. The methodological approach fits into the historical and dialectical method to verify the relationship of (re)peasant production and its contradictions from the ground rent of ownership on the capitalist logic and as the rural-urban relationship enables the creation of new socio-economic dynamics in municipality. We also use techniques of qualitative and quantitative research, using questionnaires, rural families in the districts of the city and we base the study on bibliographic analyzes and secondary data collection of specialized institutions. The results showed a number of structural forces at work in rural areas, coming from various sources and in the state space and urban dynamics, implemented by different actors. The theoretical study of the earth Income, in classic literature guided by Karl Marx's work was intended by presenting theories and concepts that support local practices in relation to the monopoly of land and subjection and subordination of peasant income to capitalism. This allowed us to outline a socioeconomic profile as well as diagnose the current condition of the peasant, while farmers, based on their workforce. This allowed us to evaluate which public policies are working among the peasants and how they enable the subordination of the plant for the appropriation of rent at the expense of demand for urban land in the fierce relation field-city in the municipality of Feira de Santana. Thus, it is necessary to change the perspective of analysis of municipal rural areas, and their view of organization, to develop public policies that pose interpret and act, in this space, in order to guarantee resistance and permanence of peasant families and its complexity today.

Keywords: Urban-rural relationship; income from land; peasants; public policy; ruralities.

La relación campo-ciudad en el municipio de Feira de Santana – BA: Renta de la tierra, campesinos y ruralidades

RESUMEN

El municipio de Feira de Santana es inusual, en comparación con otros municipios de la Bahía interior, debido a su dinámica socio-económica y un crecimiento de la población propia de una capital del Estado. Los vectores de una nueva reorganización espacial post años 1970, especialmente la instalación del Centro Industrial Subaé (CIS), reconfigura la ciudad de Feira de Santana, antaño mercado de ganado y ruta de rebaños, corrales y gran mercado al aire libre, hasta convertirla en una ciudad industrializada, de comercios y servicios centralizados, como un importante centro financiero en el interior del Estado de Bahia. El crecimiento demográfico y la demanda de vivienda, a raíz de esta nueva realidad, ha avanzado en el espacio rural provocando cambios estructurales en la interfaz urbano-rural y (re)creando ruralidades, cambiando la perspectiva de análisis del espacio rural del municipio. El enfoque metodológico se inscribe en el método histórico y dialéctico para verificar la relación de (re)producción campesina y sus contradicciones a partir de la apropiación de la renta de la tierra dentro de la lógica capitalista, y cómo la relación campo-ciudad permite la creación de nuevas dinámicas socio-económicas en el municipio. También se utilizan técnicas de investigación cualitativa y cuantitativa, tales como cuestionarios aplicados a familias rurales de los distritos de la ciudad, y basamos el estudio también en análisis bibliográficos y recopilación de datos secundarios de instituciones especializadas. Los resultados mostraron una serie de fuerzas estructurales que actúan en el espacio rural, provenientes de diversas fuentes y en especial del Estado y la dinámica urbana, implementado por diferentes actores. El estudio teórico de la renta de la tierra en la literatura clásica guiada por la obra de Karl Marx, busca presentar teorías y conceptos que fundamentan las prácticas locales en relación con el monopolio de la tierra y el sometimiento y subordinación de la renta campesina al capitalismo. Esto nos ha permitido trazar un perfil socioeconómico, así como diagnosticar la condición actual de los campesinos en función de su fuerza de trabajo. Esto también nos ha permitido evaluar qué políticas públicas están actuando entre los campesinos y la forma en que permiten la subordinación de la unidad productiva a la apropiación de la renta en favor de la demanda de suelo urbano en la feroz relación campo-ciudad en el municipio de Feira de Santana. Por lo tanto, es necesario cambiar la perspectiva de análisis de las zonas rurales municipales, y su forma de organización, para desarrollar políticas públicas que planteen interpretar y actuar, en este espacio, con el fin de garantizar la resistencia y permanencia de las familias campesinas y su complejidad en la situación actual.

Palabras clave: Relación urbano-rural; renta de la tierra; campesinos; políticas públicas; ruralidades.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	- Mapa do município	20
Figura 02	- Mapa dos distritos	20
Figura 03	- Mapas de localização distrital	28
Figura 04	- Número de questionários aplicados por distritos	79
Figura 05	- Olaria em uma pequena propriedade rural, principal atividade econômica desta família, no distrito de Humildes	82
Figura 06	- Bar e mercearia em uma pequena propriedade rural, principal atividade econômica desta família, no distrito Jaíba	82
Figura 07	- Estabelecimentos rurais menores que 1 ha entre 1950 - 1996	86
Figura 08	- Número de estabelecimentos rurais e área ocupada por condição legal das terras por grupo de área total agrupados, 2006	89
Figura 09	- Mulheres na raspagem da mandioca. Trabalho apenas feminino	95
Figura 10	- Mulher idosa na torrefação da farinha de mandioca. Trabalho destinado aos homens, embora seja também efetuado por mulheres	95
Figura 11	- Exemplo de família camponesa com laços consanguíneos e suas habitações, ocupando uma área de $\frac{1}{2}$ tarefa	96
Figura 12	- Tipo de construção familiar ocupada por 8 membros da família consanguínea	96
Figura 13	- Croqui da área ocupada pelos membros da família consanguínea, perfazendo um total de 20 habitantes no lote	96
Figura 14	- Mercearia em uma pequena propriedade rural. O proprietário exerce apenas atividades não-agrícolas	99
Figura 15	- Pressão demográfica exercida numa pequena propriedade com cinco casas de membros de uma mesma família	99
Figura 16	- Atividade principal atual do entrevistado	102
Figura 17	- Local da atividade dos membros da família que residem na mesma propriedade dos entrevistados	106
Figura 18	- Atividade secundária atual dos entrevistados	108
Figura 19	- Rendimento médio dos entrevistados	119
Figura 20	- Mapa de uso e ocupação do solo	128
Figura 21	- Mulheres no beneficiamento das raízes de mandioca – trabalho infantil e feminino	133
Figura 22	- Mulher na torrefação da farinha. Trabalho masculino executado por mulher	133
Figura 23	- Bolinete exposto atrelado a motor elétrico, sobre cocho de madeira	135
Figura 24	- Bolinete exposto atrelado a motor a gasolina coberto, sobre cocho de alvenaria revestido de azulejos	135
Figura 25	- Prensa de cordas, com as palhas e os tecidos para as camadas de massa	136
Figura 26	- Prensa de parafuso, fechada com massa a secar	136
Figura 27	- Manipueira coletadas, decantadas e secas. O amido da mandioca	137
Figura 28	- Massa de mandioca e goma, prontas para a torrefação	137
Figura 29	- Exemplo de forno de cerâmica em peça única de fabricação artesanal. O mais utilizado nas casas de farinha	137
Figura 30	- Cascas de coco seco utilizado para lenha. Ao lado um modelo de fogão	

	de lenha	137
Figura 31	- Croqui: exemplo de forno de pedra em quatro partes	138
Figura 32	- Croqui: exemplo de forno de 9 <i>cacos</i> . Pedras ou argilas	138
Figura 33	- <i>Boca de forno</i> em uso	138
Figura 34	- Torrefação da massa de mandioca	138
Figura 35	- Modernização da lavoura	153
Figura 36	- Casa para venda num loteamento, na zona rural do distrito de Humildes. Antes uma chácara que comprada com o objetivo de tornar um loteamento	166
Figura 37	- Oferta de um lote com infraestrutura e condições de pagamento no distrito de Jaíba	166
Figura 38	- Origem territorial do município de Feira de Santana, 1872 a 2002	179
Figura 39	- Região metropolitana e área de expansão metropolitana – Território de identidade – Portal do Sertão	184
Figura 40	- Crescimento populacional – 1872 a 2010 – Feira de Santana	186
Figura 41	- Crescimento populacional – 1872 a 2010 – Bahia	186
Figura 42	- População total dos distritos entre os anos, 1960 – 2010	190
Figura 43	- Crescimento da população urbana dos distritos, 1970 – 2010	191
Figura 44	- Crescimento da população rural dos distritos, 1970 – 2010	191
Figura 45	- Comportamento da população residente nos distritos, 1960 – 2010	192
Figura 46	- Expansão urbana – Cidade de Feira de Santana – Distrito Sede	194
Figura 47	- Número de condomínios fechados construídos na cidade de Feira de Santana entre os anos de 1995 a 2010	203
Figura 48	- Vetores de crescimento e intensidade e intensidade de construção dos condomínios fechados em Feira de Santana entre os anos de 1995 a 2010	204
Figura 49	- Sítio para recreação e lazer localizado no distrito de Jaíba	210
Figura 50	- Sítio para eventos, na franja urbana da cidade – Bairro Papagaio	210
Figura 51	- Neo-rurais no distrito de Humildes	214
Figura 52	- Segunda Residência no distrito de Jaíba	214
Figura 53	- Coroa periurbanas	217
Figura 54	- Horta urbana no bairro limoeiro	220
Figura 55	- Plantação de milho e feijão no lote urbano do bairro Santo Antonio	220
Figura 56	- Futuro condomínio residencial fechado na zona rural do distrito de Humildes	228
Figura 56a	- Futuro condomínio residencial fechado na zona rural do distrito de Humildes	228

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	- Distribuição das casas de farinha, por distrito, 2004	27
Quadro 02	- Evolução dos estabelecimentos rurais, 1940 - 2006	29
Quadro 03	- Resumo dos tipos de renda da terra segundo Karl Marx	40
Quadro 04	- Índice de Gini referente a distribuição da propriedade da terra 1960 - 2006	83
Quadro 05	- Concentração de terras – menos que 1 ha a mais de 1000 ha – 1950 - 1996	86
Quadro 06	- Número de estabelecimentos rurais e área ocupada por condição legal das terras por grupo de área total, 2006	87
Quadro 07	- Número de estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos agropecuários por condição do produtor, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar – FAO, 2006	97
Quadro 08	- Insuficiência da renda: Fatores determinantes	100
Quadro 09	- Sertão sergipano do rio São Francisco – organização interna da unidade de produção camponesa	134
Quadro 10	- Potência dos tratores	143
Quadro 11	- Sistema de preparo do solo	143
Quadro 12	- Uso de adubos	145
Quadro 13	- Utilização das terras – Lavoura	146
Quadro 14	- Área irrigada dos estabelecimentos rurais	147
Quadro 15	- Corpo técnico disponível	148
Quadro 16	- Uso de recursos tecno-científico na agricultura	149
Quadro 17	- Produção leiteira	151
Quadro 18	- Utilização das terras – Pastagens	152
Quadro 19	- Anuário estatístico do crédito rural – 2012	160
Quadro 20	- Obtenção de financiamento no município (2006)	160
Quadro 21	- Financiamento destinado ao município (2012)	161
Quadro 22	- Uso e cobertura da terra – 2010	167
Quadro 23	- Crescimento populacional do município de Feira de Santana e do Estado da Bahia, 1872 a 2010	185
Quadro 24	- Crescimento absoluto e relativo da população, urbana e rural, 1940 – 2010	189
Quadro 25	- População residente nos distritos, urbana e rural, 1960 – 2010	193
Quadro 26	- Conjuntos habitacionais construídos entre as décadas de 1960 a 1980	201
Quadro 27	- Condomínios fechados localizados na Avenida Artêmia Pires de Freitas, até 2013	205
Quadro 28	- Resumo comparativo entre a renda da terra e a renda da terra fundiária urbana	206
Quadro 29	- Valor médio dos imóveis por condomínio	206

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAB – Agência de Defesa Agropecuária da Bahia

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BIRD – Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento

BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo

CCF – com casa de farinha

CCLB – Cooperativa Central de Laticínios da Bahia

CEASA – Central Estadual de Abastecimento Sociedade Anônima

CEF – Caixa Econômica Federal

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

DAP – Declaração de Aptidão

EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário

EMBASA – Empresa Baiana de Água e Saneamento Sociedade Anônima

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FRIFEIRA – Frigorífico Industrial da Cooperativa de Produtores de Feira de Santana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INOCOOP – Instituto de Orientação e Cooperativas Habitacionais

MCR – Manual de Crédito Rural

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PEA – População Economicamente Ativa

PGPM – Política de Garantia de Preço Mínimo

PLANOLAR – Plano Municipal de Habitação Popular

PMFS – Prefeitura Municipal de Feira de Santana

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNAE – Plano Nacional de Alimentação Escolar

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RMFS – Região Metropolitana de Feira de Santana

RMS – Região Metropolitana de Salvador

SCF – sem casa de farinha

SEAF – Seguro da Agricultura Familiar

SEAGRE – Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SETTDEC – Secretária Municipal de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico

SISPAA – Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

STF – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano

URBIS – Habitação e Urbanização da Bahia S.A

URBIS-CEF – Habitação e Urbanização da Bahia S.A/Caixa Econômica Federal

SUMÁRIO

1 Introdução	18
1.1 Delimitando o problema de pesquisa	26
1.2 Procedimentos metodológicos da pesquisa	32
2 A renda da terra e o campesinato	34
2.1 Origem e evolução do conceito de renda da terra	34
2.1.1 Renda da terra pré-capitalista	41
2.1.2 Renda da terra capitalista	48
2.2 O monopólio da terra, mais-valia e renda	54
2.3 Conceituação teórica de camponês	58
2.4 Terra de trabalho e terra de negócio	67
2.4.1 O trabalho acessório	70
2.5 O valor e a valorização da terra	73
3 A organização do espaço rural no município de Feira de Santana	78
3.1 Organização agrária e estrutura fundiária	79
3.2 Condição do camponês no município	91
3.3 Análise das atividades econômicas, principais e secundárias no campesinato feirense	101
3.3.1 As relações de trabalho no campesinato feirense	111
3.3.2 O trabalho acessório das famílias camponesas no município	120
3.4 Unidade fabril de produção: A casa de farinha	130
4 Políticas públicas e a reprodução do campesinato no município de Feira de Santana	141
4.1 A “modernização” e o campesinato feirense	142
4.2 Crédito rural e Política agrícola	155
4.3 Minifundiarização e reforma agrária de mercado	165
4.4 A insuficiência das políticas públicas no município	172
5 A relação campo-cidade no município de Feira de Santana	176
5.1 A formação territorial do município e sua dinâmica populacional	177
5.1.1 Demografia do município	185
5.2 Dicotomias sobre a relação campo-cidade no município	195
5.3 Conjuntos habitacionais e condomínios residenciais	200

5.4 A segunda residência e os neo-rurais	208
5.5 Periurbanização e rurbanização	215
5.6 Ruralidades	222
5.7 Complexidade do meio rural municipal	226
6 Considerações finais	233
7 Referências bibliográficas	241
Anexos I	261
Anexos II	269
Anexos III	272
Anexos IV	305

1 INTRODUÇÃO

O município de Feira de Santana, outrora uma sesmaria de trilhas e caminhos de gado que ligava o litoral, especialmente à cidade de Salvador, aos mais diversos lugares e pouso do sertão nordestino, recebendo fluxos migratórios daqueles que buscavam no gado, nos metais e pedras preciosas e nas mercadorias uma forma de trabalho e riqueza; uma parada de descanso, de trocas e negócios e das fontes d'água para aplacar a sede das boiadas e das tropas de burros que circulavam entre o sertão e o litoral.

A intensificação do fluxo de mercadorias, elevou a sesmaria a condição de vila e mais ainda a de cidade comercial. O comércio como força motriz e alavancador de novas e diversas atividades econômicas promoveu o rápido crescimento da cidade, gerando uma dinâmica produtiva, que colocou o município de Feira de Santana, numa posição de destaque, pelo impacto gerado pela nova dinâmica regional a partir de 1950 e depois pela instalação do CIS (Centro Industrial Subaé), em 1970, dando a ela características socioeconômicas e populacionais de uma capital de Estado.

Essa dinâmica não ficou limitada apenas ao crescimento urbano, o espaço rural municipal também alterou suas configurações da estrutura fundiária, das relações de trabalho e ampliou as relações campo-cidade, com novas ruralidades relacionadas ao modelo urbano/econômico que a cidade e o município impuseram como padrão de desenvolvimento econômico.

Partimos da análise das alterações ocorridas no espaço rural do município de Feira de Santana, a partir da relação campo-cidade, destacando a crescente urbanização, observando o seu comportamento no que se refere: a dinâmica populacional, a estrutura fundiária do município; a organização interna da propriedade (arranjo espacial da lavoura e os tipos de cultivo e os elementos que compõem a produção); a estrutura familiar (de onde retiram o sustento da família, quem, onde e como trabalha e quando trabalha), a urbanização e suas relações (campo-cidade no município, a penetração dos equipamentos urbanos na zona rural); as ruralidades que vão se montando, como também estabelecer qual a importância e atuação das políticas agrícolas para com essas famílias.

Além de analisar como a proximidade de um centro urbano, a cidade de Feira de Santana, e outras cidades vizinhas ao município, podem influenciar esta situação – a

questão da relação campo-cidade –, cabendo, aqui, entender como se comporta as novas ruralidades e o desenvolvimento de atividades classificadas como não-agrícolas, e periurbanas; dando espaço então, para uma análise das atividades econômicas, principais e secundárias, no campesinato feirense e a organização de suas relações de trabalho. E ainda a própria cidade de Feira de Santana em sua tendência a consolidação de sua área metropolitana.

O município de Feira de Santana, com área de 1344 km², (Figura 01), apresenta uma malha rodoviária que integra com facilidade, principalmente devido às curtas distâncias, suas áreas rurais com os distritos (Figura 02) e a cidade de Feira de Santana, além de cidades vizinhas, que de uma forma ou de outra influenciam a população do campo.

A proximidade destes povoados e cidades, bem como a facilidade de transporte dos mais diversos, mesmo precários, como: as linhas de ônibus urbanos e interurbanos, passando por lotações clandestinas até as bicicletas e carroças, favorecem mas não determinam, o abandono das atividades agropecuárias, mas não a sua residência, em função de atividades nos centros urbanos próximos. O comércio, atividade tradicional, e as indústrias do CIS, são fontes de atração para a população rural, como outros empregos que não estão diretamente ligados a estes dois casos.

O município possui, como a maioria dos demais municípios baianos, uma estrutura fundiária concentrada, prevalecendo pequenas propriedades rurais, numa minifundiarização promovida, em especial pela dinâmica municipal de sua relação campo-cidade, pois o município possui uma política de crescimento e desenvolvimento urbano, a qual o espaço rural não está contemplado. A minifundiarização garante a manutenção constante da oferta de terras para lotes urbanos.

Um aspecto que nos chama a atenção dentro destas pequenas propriedades rurais, é o fato destas famílias possuírem um número considerável de herdeiros. À medida que crescem as famílias com as suas proles numerosas, e estas começam a trabalhar muito cedo, para ajudar os pais e logo após em busca de seu próprio sustento, pois a terra, levando também em conta o tamanho da propriedade, as técnicas de cultivo e os cultivares, não são suficientes para prover o sustento de suas famílias, esses são forçados a buscar um “outro” lugar de moradia e sustento.

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

Figura 01 – Mapa do município

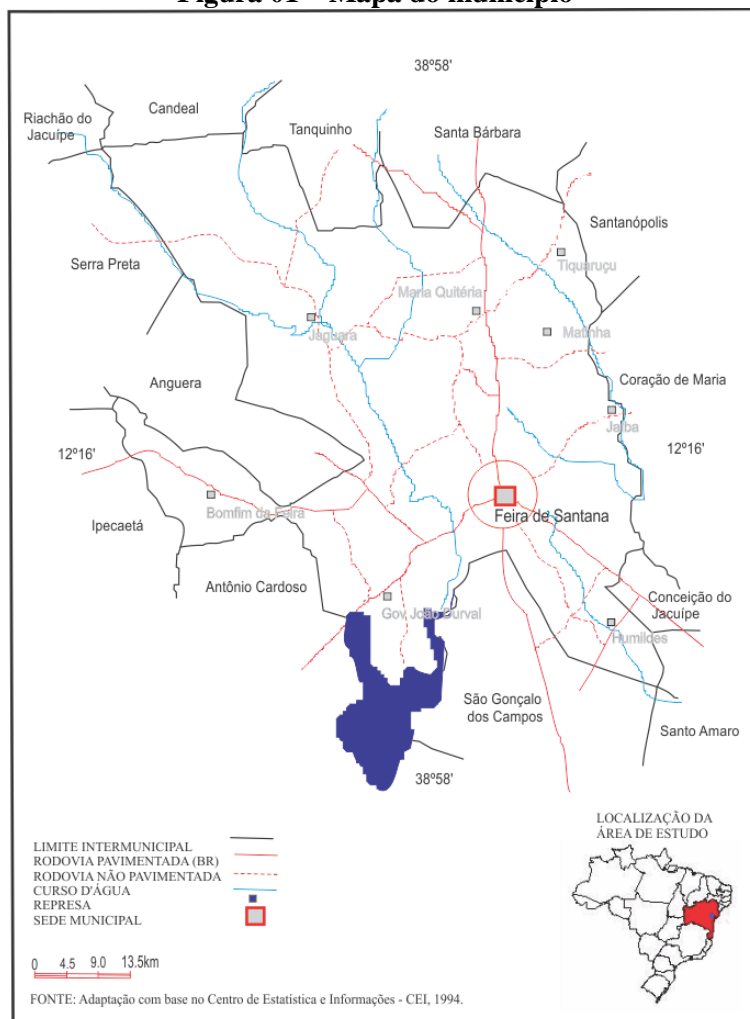
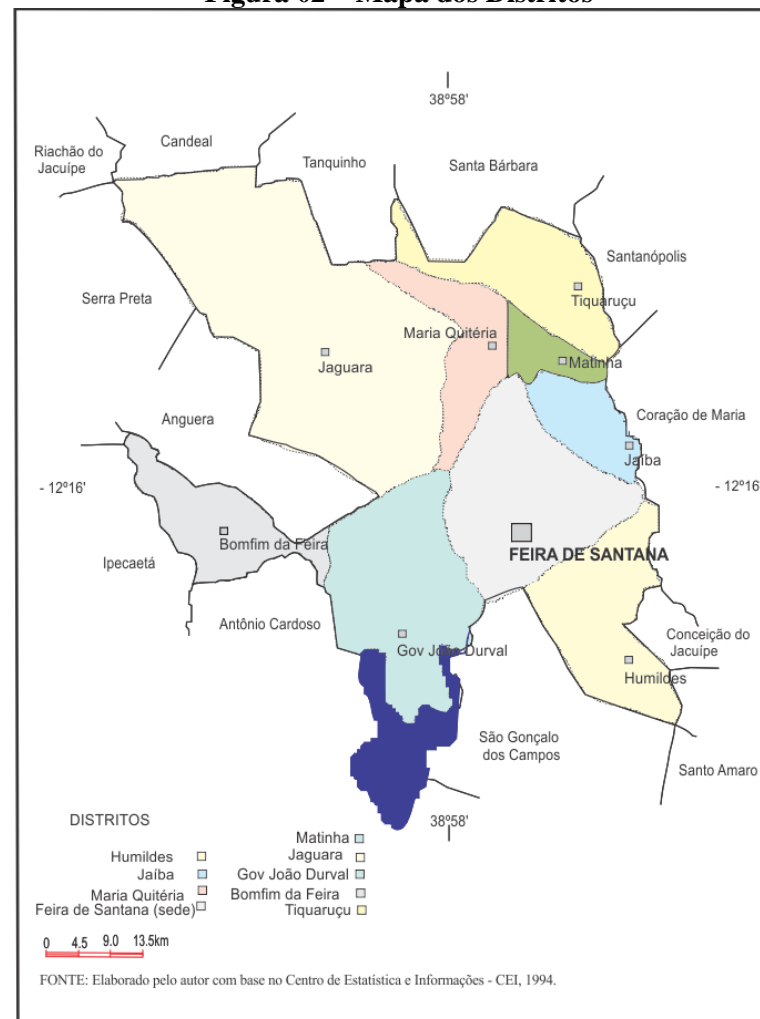


Figura 02 – Mapa dos Distritos



Inicia-se assim, relações de trabalho que vão – do meeiro até o arrendamento de terras, passando pelo trabalho em atividades não-agrícolas e, no emprego ou subemprego quase sempre na cidade ou no povoado mais próximo de sua propriedade (trabalho acessório), distribuindo-se da seguinte forma: conforme o sexo, a idade e a escolaridade; primeiro dos jovens, não deixando, também, de acontecer com os pais – para as meninas, as mais diversas atividades domésticas, na casa de terceiros, e no comércio local; para os meninos atividades de auxiliar, das mais diversas profissões, principalmente na construção civil e nas oficinas de automóveis) - em ambas as situações, o peso da falta de escolaridade e qualificação profissional, são os maiores entraves. Quando esses jovens são qualificados, empregam-se na maior parte dos casos, mas não é uma regra, como auxiliares de profissionais liberais, indústrias e escritórios administrativos que de alguma forma os recrutam.

A fragmentação dos lotes faz parte da estratégia do processo de (re)produção da pequena propriedade rural. Um dos fatores que contribui para este processo é a realização do matrimônio muito precoce dos filhos, que passam a trabalhar e residir, construindo mais uma casa na mesma terra dos pais. As filhas por sua vez, herdarão as terras que seus cônjuges herdarem – caso estes possuam, e que neste primeiro instante, por motivo da união, não abandonam a terra – ela servirá tanto para moradia como para sustento ou complementação de renda para a nova família.

Todavia tem se tornado mais intensa a questão da moradia. Essa nova família que se formou, fruto da união dos filhos, tem ocupado um lote dentro da propriedade dos pais, não produzindo nada nela, mas exercendo atividades remuneradas nas cidades, nas fábricas ou em outros serviços privados ou públicos vinculados a Prefeitura municipal ou ao Estado.

Existem ainda outras estratégias de (re)produção da pequena propriedade rural que abordaremos a partir do trabalho acessório como a venda, voluntária ou involuntária, de uma parte da propriedade, os programas sociais, como o Pronaf e a previdência social (aposentadorias) como a única forma de sustento de toda uma família.

Com o decorrer do tempo observa-se que o processo de fragmentação das pequenas propriedades rurais, vem acelerando e se mantendo, principalmente com a disponibilidade de novos elementos que antes não faziam parte do cotidiano destas famílias de pequenos produtores, como a energia elétrica e água encanada, sistema de telefonia e internet, o posto médico, pequenos comércios diversos, serviços de estética e beleza e em alguns

casos a coleta de lixo, a escola primária e de ensino médio, o transporte coletivo – dos mais diversos e a todo instante, e mais ainda a revolução urbana da motocicleta.

O crescimento da cidade e dos distritos, o aparecimento de indústrias e agroindústrias, que recrutam uma pequena parcela destes trabalhadores (quase sempre os filhos destes agricultores), colaboram para o avanço desse processo e a intensificação da relação campo-cidade, no município. Assim, com a introdução destes elementos, que antes não faziam parte do cotidiano destes pequenos proprietários rurais, por muitas vezes contribui para gerar novas ruralidades no município. Este recente processo de urbanização, pós-1970, consiste na interpenetração de áreas urbanas e rurais. Esta interpenetração expressa-se também pelo grande número membros das famílias camponeses que trabalham na cidade e moram no campo, ampliando a intensidade do trabalho acessório, fazendo com que a “pluriatividade” se torne rotina, ampliando e dando espaço ao *part-time-farmer*.

A impossibilidade de se manter e manter uma família, quase sempre numerosa, com o que a terra pode oferecer (a produção agrícola), é um dos fatores que levam estas famílias a buscarem sustento em outras atividades, quase sempre não-agrícolas. Isto aliado ao processo de valorização do espaço (espaço rural) que facilita a venda de um “pedaço” desta terra para um vizinho, na maior parte dos casos, por ter o capital ou por querer acrescentar mais um lote a suas terras; ou a um indivíduo qualquer, que reside na cidade e busca um “paraíso” de fim de semana, no campo alheio ao labor rural.

Normalmente, nas pequenas propriedades rurais o espaço físico da produção (lavouras permanentes ou temporárias) ocupa quase toda a área disponível para o cultivo, pois devemos dividir esta propriedade em espaços distintos como: a residência e a pequena granja, entendida aqui como local de criação de pequenos animais domésticos como as galinhas de postura e os frangos de abate, além de um ou mais porcos, e quando muito uma “vaca de cabresto” – bovino criado amarrado com cordas em estacas fincadas ao chão em locais estabelecidos, na maioria das vezes fora da propriedade; a casa de farinha, caso esta propriedade possua e, algumas árvores frutíferas e quando muito, a horta.

Todos estes espaços, caso estes estabelecimentos possuam, estão reunidos na área total das pequenas propriedades rurais. Não será difícil encontrar propriedades menores que 1 tarefa¹. Há algumas situações distintas em que o espaço é inferior a ½ tarefa o que inviabiliza metade dos exemplos acima citados.

¹ Referências de medidas no capítulo 2.

Para ficar mais claro o uso de alguns termos, convém lembrar que o módulo fiscal² – referência estabelecida pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) –, é uma área suficiente para garantir ao trabalhador e a sua família (média de 4 pessoas) o rendimento mínimo necessário para sua sobrevivência, além de oportunidade de progresso. Seu tamanho varia de uma região para outra, conforme as condições geográficas, ou seja, numa região fértil, o módulo rural será menor que numa região de solos menos produtivos. E dentro desta região seu tamanho varia conforme a exploração. Para o município de Feira de Santana, o módulo fiscal foi estabelecido em 30 hectares.

Já micro-propriedades/minifúndios, é um termo associado ao tamanho médio de um estabelecimento rural, baseado no módulo fiscal. No minifúndio, a extensão territorial é inferior a 1 “módulo fiscal” e, portanto, antieconômica, ou seja, incapaz de prover o sustento dos ocupantes.

No momento em que este espaço é inferior a medida de 1 tarefa, a terra torna-se apenas um lugar de moradia e quando muito, um lugar para se criar as galinhas. O sustento da família, de prole quase sempre numerosa, o prover dos víveres, que deveria ser dado pela terra, passa agora a ser uma obrigação ou esperança, do emprego ou subemprego que a cidade pode oferecer aos membros das famílias de pequenos produtores.

Sempre abandonados pelos serviços públicos e excluídos do acesso a financiamentos agrícolas, estes lavradores pobres, geralmente, acabam por vender sua propriedade, instalando-se em submoradias nas periferias das grandes e médias cidades (podemos observar facilmente esta situação na cidade de Feira de Santana). Sua fonte de renda é o subemprego, já que o Estado nunca se preocupou em amparar os que consideram “subcidadãos”, gerando, no mínimo a manutenção da condição de subordinação, tanto rural, quanto urbana.

Neste quadro, a pequena propriedade rural está extremamente comprometida como também o proprietário deste estabelecimento, levando-nos a perguntar de que e como sobrevivem, quais suas estratégias e qual a origem de sua fragmentação, antes e depois da forma como esta propriedade se reproduz e se subordina ao capital?

Assim a hipótese principal é de que o abandono da produção agrícola pelos camponeses no município de Feira de Santana se dê por vários fatores, entre eles a concentração de terras, a dificuldade de acesso à educação de qualidade e a crédito rural; a ineficiência das políticas públicas voltadas para o campesinato municipal; pela pressão

² Módulo fiscal: é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro 1979. É expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município.

exercida pelo mercado imobiliário junto com a expansão urbana a partir de empreendimentos habitacionais, os condomínios fechados para uso residencial e outros para o lazer, além da instalação de estruturas industriais nas áreas periurbanas. Pela dificuldade em encontrar mercados e nichos de mercados para sua produção como também a garantia de compra de seus produtos.

Outro fator que contribui para isso são os baixos preços dos produtos agropecuários em comparação aos salários e benefícios pagos pelas indústrias e pelas atividades comerciais e de serviços. Assim, a insuficiência das políticas públicas associadas aos baixos preços dos produtos agrícolas (há também a irregularidade da produção agrícola), faz com que a renda da terra se torne inferior a renda do solo urbano.

Essa é uma das justificativas que faz com que o camponês, a longo prazo, gradativamente deixe de produzir em sua unidade familiar de produção, executando constantemente o trabalho acessório; e quando começam a fazer atividades não-agrícolas (a pluriatividade)³, deixando de serem trabalhadores de suas propriedades rurais, tornando-se apenas um residente e um “operário de fábrica”, onde a terra de trabalho fragmentada e minifundiarizada, torne-se apenas um local de moradia.

O problema da pesquisa se fundamenta no seguinte questionamento. Em que momento a renda da terra se torna inferior a renda do solo urbano, fazendo com que os camponeses abandonem suas práticas laborais com a terra e fragmentem sua propriedade? De que forma a relação campo-cidade contribui para a subordinação da renda da terra ao capital? Quais as estratégias desenvolvidas pelos camponeses para garantir sua (re)produção socioeconômica? Quais as políticas públicas estão atuando como forma de garantir a permanência do campesinato no município?

Partindo desse contexto, o objetivo geral da pesquisa é analisar a dinâmica da produção do espaço rural municipal a partir da relação campo-cidade, considerando a renda da terra, o campesinato e a ruralidade.

Desdobrando o objetivo geral em outros, de caráter secundário, apontamos:

- a) Abordar as conceituações teóricas, com ênfase a renda da terra e ao campesinato;
- b) Analisar a dinâmica do espaço agrário municipal a partir da estrutura fundiária e das relações de trabalho mantidas no espaço rural;

³ Os autores José Graziano da Silva e Sérgio Schneider são os principais defensores dessa corrente de pensamento no Brasil – a pluriatividade.

- c) Analisar as condições e características gerais dos camponeses no município e as estratégias adotadas por estes para sua (re)produção;
- d) Identificar e analisar a efetividade das políticas públicas relacionadas à (re)produção do campesinato no município;
- e) Avaliar a intensidade da relação campo-cidade e seu impacto/resultados na interpenetração do rural e do urbano.

Para atingir os objetivos estabelecidos se faz necessária a adoção de novas perspectivas de análise sobre o espaço rural municipal, buscando a unidade dos processos sociais, técnicos, econômicos e produtivos e suas formas de territorialização, considerando as novas dinâmicas que se apresentam na estrutura organizacional municipal.

Com base nas premissas estabelecidas, essa tese divide-se em mais quatro capítulos, além da introdução e considerações finais, as referências bibliográficas e os anexos. Na introdução se apresenta explanações sobre a temática central abordada e suas derivações, juntamente com a hipótese, o problema da pesquisa, as justificativas e método de análise, para uma abordagem metodológica dos temas aqui discutidos.

O segundo capítulo, aborda de forma teórica conceitos e temas pertinentes ao desenvolvimento dos estudos e das abordagens realizadas na tese. O conceito de renda da terra é abordado pelos autores clássicos, em especial Karl Marx, e suas diversas formas de renda. O conceito de camponês tem sua abordagem voltada a relação com a terra e dela, retirada de seu sustento como terra de trabalho, argumentando o trabalho acessório como uma forma de manutenção da unidade familiar. Finalizando o capítulo, uma discussão sobre a valorização da terra e de como essa valorização é construída a partir das ações humanas.

O terceiro capítulo, baseia-se numa concepção empírica do espaço investigado num contexto socioeconômico, enquanto ambiente de (re)produção e (re)existência do camponês. Nesse capítulo apresentamos os resultados da pesquisa de campo e suas interpretações sobre o cotidiano da (re)produção camponesa e suas relações de trabalho; e como o resultado desse trabalho, atrelado a forças externas, como a estrutura fundiária e a subordinação ao capital, favorecem as práticas do trabalho acessório, em atividades agrícola e/ou não-agrícolas. E por fim a casa de farinha como um locus de resistência, de produção de alimentos e de mercadorias para a família camponesa.

O quarto capítulo versa sobre as políticas públicas como elemento de desenvolvimento para o espaço rural, sua eficiência e atuação, não só como uma forma de

reprodução da condição social e econômica do camponês, mas como um mecanismo de subordinação da condição camponesa ao capital. A modernização da agricultura e a exclusão do camponês o transformando num trabalhador pluriativo e depois num operário.

O quinto capítulo trata da relação campo-cidade no município. Partindo das dicotomias sobre a relação campo-cidade, aborda os conceitos diversos da urbanização do campo entendida como uma nova realidade transformadora do espaço rural municipal, além da subjetividade da questão da ruralidade, entendendo-se como complemento e parte de um mesmo processo de produção do espaço e não de forma dicotomizada.

Nas considerações finais, apresentamos as reflexões resultantes do estudo para que possamos compreender as implicações futuras, que certamente existirão acerca das novas dinâmicas trazidas pela relação campo-cidade, em especial para o espaço rural municipal e a vivência do camponês enquanto agente social.

1.1 Delimitando o problema de pesquisa

A proposta para estudar a relação campo-cidade no município de Feira de Santana, foi motivada a entender como se organiza o espaço agrário do município, baseada em micro e pequenas propriedades rurais com predomínio da mão de obra familiar e, suas origens; a estrutura familiar e a organização dos meios de produção e sua relação com a cidade, como ainda a penetração de equipamentos urbanos no espaço rural e a expansão da mancha urbana em direção aos limites municipais.

Nossas análises se fixarão a partir do ano de 1996 até 2006 (no que se refere aos dados dos IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – Censo Agropecuário), que por sua vez será o ponto de partida para a pesquisa, como um recorte temporal e um comparativo entre os dois últimos censos. Conforme o Censo Agropecuário 1996, o município de Feira de Santana possuía, 20,67% dos estabelecimentos rurais menores que 1 ha; 63,11% de estabelecimentos de 1 ha até menos de 10 ha; e mais 94,68 % estabelecimentos rurais menores que 50 ha, perfazendo um total de 3.907 estabelecimentos rurais com uma área de 17.349 ha, ocupando 26.84% do total da área dos estabelecimentos rurais do município.

Ao apresentarmos que o número de estabelecimentos rurais menores que 5 ha (Censo Agropecuário de 2006) chegam a 7.553 estabelecimentos rurais e dentre estes

4.553 são menores que 1 ha (exatos menos, 3000 estabelecimentos rurais)⁴, a terra não proporciona, as estes trabalhadores, as mínimas condições para suprir as necessidades básicas das famílias – sejam elas, proprietárias ou agregadas. Cabe aqui uma investigação para sabermos de onde estas famílias retiram seu sustento, pois a terra não é suficiente para tal gerando uma constante diminuição da renda familiar originada exclusivamente da produção agrícola.

Assim, a impossibilidade de investigar a totalidade dos estabelecimentos rurais, que supera mais de 7.000 propriedades rurais no município, adotamos a estratégia de abordagem, aqueles estabelecimentos rurais que tiverem casas de farinha, pois essa construção facilmente se destaca dentro da unidade familiar, e em seguida as propriedades vizinhas e localizadas – à direita e esquerda – respectivamente, e que todas sejam menores que o módulo rural municipal.

Como existem 331 casas de farinha no município, distribuídas entre os distritos (Quadro 01), tornam-se alvos mais distintos e precisos, do que localizar entre os 8.969 – número total de estabelecimentos rurais apontado pelo Censo Agropecuário da Bahia para o município de Feira de Santana –, aquelas propriedade rurais menores que o módulo rural ou ainda as que estão entre as classes de área entre – menos 1 ha até 5 ha – que perfazem um total de 7.553 estabelecimentos rurais, sendo que dentro deste intervalo 4.553 estabelecimentos rurais, são menores que 1 ha.

Quadro 01

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA DISTRIBUIÇÃO DAS CASAS DE FARINHA, POR DISTRITO, 2004	
DISTRITOS*	NUMERO TOTAL
Bomfim da Feira	31
Gov. João Durval	43
Jaguara	37
Humildes	74
Jaíba	48
Maria Quitéria	66
Tiquaruçu	32
Total	331

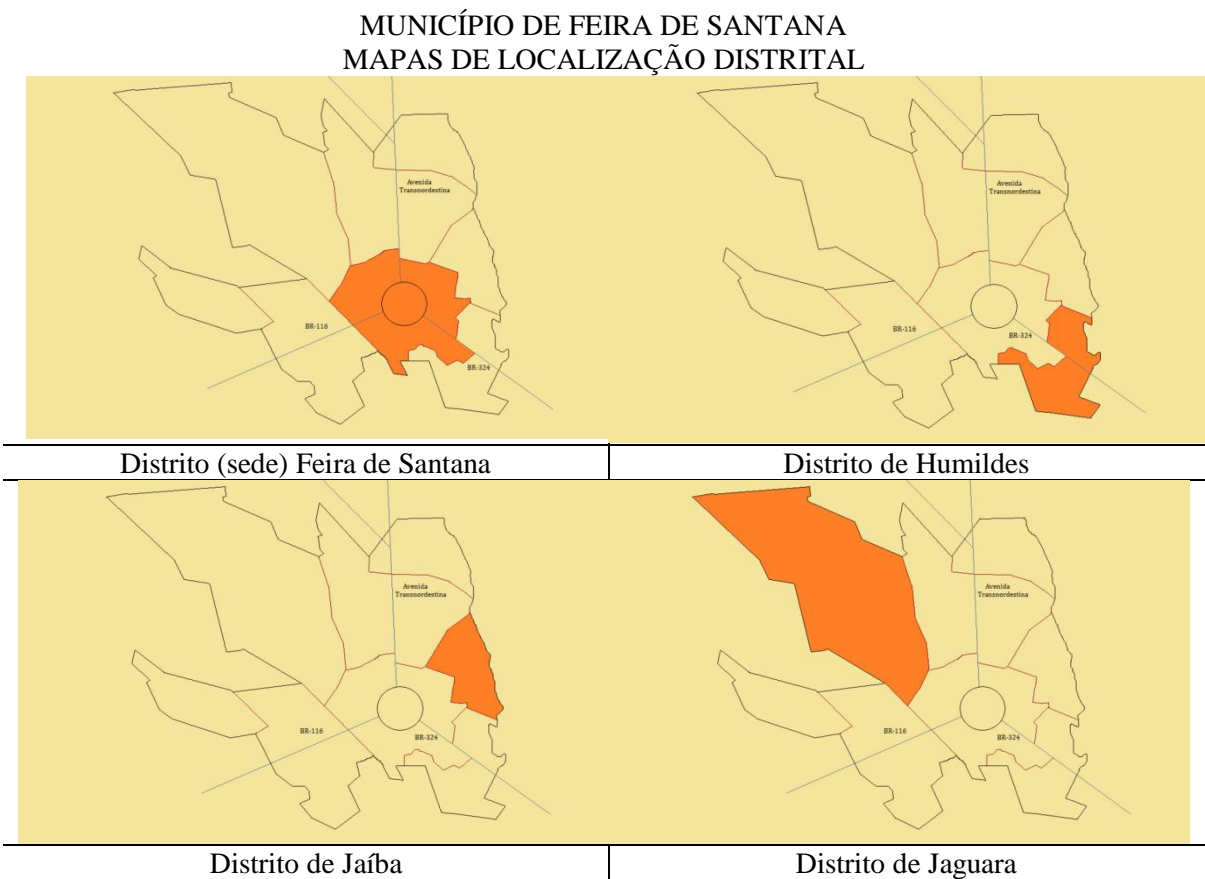
FONTE: Subdelegacia do Trabalho de Feira de Santana e Sindicato dos trabalhadores rurais de Feira de Santana – STF. * O distrito de Matinha só foi criado em 2008.

Desse universo de 331 casas de farinha, abordamos 25% do total das unidades fabris (82,75 unidades, ampliando para 84 unidades com percentual de 26,25% do total do

⁴ No censo agropecuário de 2006, o IBGE, subdividiu o intervalo de classe – Menos de 1 ha – em mais 4 subclasses, o que permite uma visibilidade nos intervalos de classe de exatos 3000 estabelecimentos rurais para a estrutura fundiária do município.

universo de amostras). As informações de localização dos pequenos estabelecimentos rurais que possuem casa de farinha, cedidas pela Subdelegacia do Trabalho de Feira de Santana e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, foram o ponto de partida da pesquisa de campo. Ainda elegemos dentre os distritos, 3 com dinâmicas espaciais diferenciadas em relação ao: contingente populacional, estrutura fundiária, economia e infraestrutura –; são os distritos de Humildes, Jaíba e Jaguará. (Figura 03).

Figura 03



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2014.

Foram escolhidos, respectivamente, pois apresentam dinâmicas singulares como: a maior intensidade de indústrias e agroindústrias, já conturbada a mancha urbana da sede municipal e por se localizar na zona fitoclimática de influencia da mata atlântica, possui o segundo maior contingente populacional (distrito de Humildes); por apresentar o maior número de condomínios residenciais fechados, realizados pelos investimentos públicos e privados, e apresentar-se como vetor de crescimento e demanda urbana, além de possuir sítios e chácaras de lazer e entretenimento (distrito de Jaíba); e por possuir a estrutura fundiária mais concentrada e conservada em relação às grandes propriedades rurais, dentro

da zona fitoclimática do semiárido, com pouca estrutura urbana, forte presença da pecuária extensiva e curso d’água perene (rio Jacuípe), (distrito de Jaguará).

Esclarecemos ainda que o trabalho familiar na horta e seus horticultivos será também argumentado em nosso trabalho e justificamos, mais uma vez o uso da casa de farinha, como elemento produtivo e um pilar de nossa investigação e não o horticultivo, pois o distrito de Jaguará, não possui essa atividade; entretanto a casa de farinha, como argumentamos encontra-se em todos os distritos do município.

Em uma observação preliminar, visitamos 5 estabelecimentos rurais que tinham casas de farinha, e constatamos que todas eram menores que o módulo rural do município; uma destas tinha 6 tarefas de área total (2.61 ha); nas propriedades que possuem casas de farinha, o dono desta, reduz a quantidade de horas destinada a atividades fora de seu estabelecimento rural, retardando o trabalho acessório, em especial os não-agrícolas.

Se levarmos em conta o Quadro 02 que apresenta a evolução dos estabelecimentos rurais, veremos que na Bahia os estabelecimentos menores que 1 ha, passaram de 94.669 em 1940, para 401.734 em 1995/96, conforme os Censos Agropecuários do IBGE, na Bahia (1940 a 1996), resultando em um crescimento de 424,35 % em 56 anos, atingindo seu ápice em 1985 com um percentual de 440.43%.

Quadro 02

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA E ESTADO DA BAHIA
EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, 1940 – 2006.

Ano	Feira de Santana		Bahia	
	Menos de 1(ha)	Total de estabelecimentos	Menos de 1(ha)	Total de estabelecimentos
1940	-	-	94.669	226.343
1950	169	5.397	112.021	258.043
1960	1.563	8.867	187.951	381.473
1970	1.429	7.823	297.035	541.566
1975	1.484	8.153	294.574	548.123
1980	1.507	7.834	347.311	637.225
1985	2.153	8.498	424.528	739.006
1996	853	4.125	401.734	699.123
2006	4.553	8.969	436.396	761.558

FONTE: Elaborado pelo autor com base no IBGE, Censos Agropecuários, 1940 a 2006.

O município de Feira de Santana por sua vez passou de 169 em 1950, para 853 estabelecimentos, em 1996, tendo um crescimento de 504,73% em 46 anos. O número de estabelecimentos com menos de 1 ha atingindo seu ápice em 1985, com 2.153 estabelecimentos rurais, resultando num crescimento de 1.273,96% com relação ao de

período (1950-1985). Após 1985, não só a Bahia como o município de Feira de Santana, apresentaram um declínio do número de estabelecimentos rurais menores que 1 ha e do seu total de estabelecimentos. Assim é possível identificar dois períodos distintos, o primeiro de crescimento até o ano de 1985, e o segundo de declínio entre 1985-1996.

A retomada crescente desses números para o Censo agropecuário de 2006 será a base de nossa investigação, pois seus dados agregam intervalos de classes e grupos de área, como também a condição legal do produtor, acrescido de novos elementos que outrora não faziam parte do universo de amostragem do censo, como exemplo o – produtor sem área. Ainda a intensa subdivisão da classe – Menor que 1 ha – em 4 novos intervalos de classe, minifundiarizam os estabelecimentos rurais municipais, para esse grupo de classe, reforçando as abordagens de nossa pesquisa.

Devemos salientar que a princípio o que interessa neste trabalho é o número de estabelecimentos rurais e sua dinâmica, resultando em uma fragmentação das propriedades, culminando em uma minifundiarização, que resultará apenas num lote de moradia e não mais em uma unidade familiar de produção, com seus respectivos cultivo, criações e mercadorias. O percentual de área ocupada por estes estabelecimentos aparecerá como complemento à análise dos resultados finais.

Ainda deve-se apontar que na década de 1970, o município de Feira de Santana recebeu a instalação de seu parque fabril – O Centro Industrial do Subaé (CIS) –, instalado além do anel viário da cidade (em zona periférica), ocupando a área de antigas fazendas, estimulando o crescimento urbano em direção a este, como a construção de vários conjuntos habitacionais que visavam alocar os possíveis e futuros trabalhadores das fábricas que no CIS iriam trabalhar; esse era o pensamento, salientado em FREITAS (1998).

Entre os anos de 1985 a 1996 estes estabelecimentos rurais enfrentaram uma seca que atingiu seu ponto crítico em 1992. Paralelo a isto, a ausência de investimentos governamentais, principalmente financiamentos que decaíram e, conseqüentemente a produção, o que pode ser uma das causas da redução do número dos pequenos estabelecimentos rurais. Cabendo aqui uma análise mais profunda destes investimentos governamentais, e de como eles são acessados pelos pequenos produtores rurais.

Outro fator foi a nova metodologia de avaliação e classificação dos estabelecimentos feita pelo IBGE, com relação às propriedades menores que 1 tarefa próximas a áreas urbanas, que perderam sua classificação como estabelecimentos rurais,

conforme demonstra o SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia). (SEI, 1999).

Observando a estrutura fundiária do município de Feira de Santana, tradicional pela criação de gado bovino e de pecuária extensiva, daí a necessidade de vastas áreas de terra; ao mesmo tempo coexistem as pequenas propriedades rurais, com a organização da produção baseada no sistema de uso tradicional e mantendo relações sociais de produção com predomínio de mão de obra familiar sobre a assalariada, resultando em uma estrutura fundiária onde mais de 90% dos estabelecimentos rurais são de pequenos proprietários, com área de terra variando entre menos de 1 ha até 5 ha, com um total de 84,2% dos estabelecimentos rurais municipais agrupados dentro desses intervalos de classes, conforme o Censo Agropecuário de 2006.

Teremos as primeiras relações conflituosas como aponta VALETTE (2004) e COUTO FILHO (2007), entre a pressão das grandes fazendas, com um único proprietário e que na maior parte dos casos, a família reside na cidade; e os camponeses que necessitam de terras para o labor, mas possuem pequenas glebas de terra.

As pequenas propriedades rurais, por sua vez, dedicam-se ao cultivo para o autoconsumo e à produção em pequena escala, para as feiras livres⁵ ou para suas indústrias artesanais, caseiras ou de “fundo de quintal”, do excedente de sua produção ou de sua totalidade, como exemplo: as casas de farinha, as fábricas de doces e queijos, etc. Sendo o resultado de todas essas atividades, fruto do trabalho familiar.

A cidade apresenta-se como um atrativo para o trabalhador rural que não tendo como sobreviver do resultado de seu trabalho na lavoura, abandona o trabalho na terra, ou até mesmo a própria terra, indo buscar sustento na cidade. No caso da cidade de Feira de Santana, esta proximidade (campo-cidade) é um fator importante para o abandono das atividades agrícolas e não da residência.

Um dos maiores exemplos sobre a fragilidade da produção rural do município é visto na CEASA (Central Estadual de Abastecimento Sociedade Anônima) de Feira de Santana, popularmente conhecido como – o centro de abastecimento, onde encontramos os produtos agropecuários comercializados, e que tem sua origem de local de produção variando de 40, 80 e a 95%, produzidos em outros municípios ou regiões do Estado da Bahia (ARAÚJO, 2005).

⁵ A cidade de Feira de Santana conta com uma CEASA, com feira fixa de segunda a sábado, com box's padronizados e mais outras quatro feiras livre, distribuídas da seguinte forma: bairro Cidade Nova, todos os dias da semana atingindo seu ápice entre sexta e domingo; os bairros do Tomba, Estação Nova e Jardim Cruzeiro que acontecem tradicionalmente aos domingos.

Esses indicadores justificam ainda a temática central de nosso trabalho, a relação campo-cidade no município, por identificarmos na zona rural uma crescente tendência residencial e/ou aplicação de atividades não relacionadas às atividades agrícolas. Podemos ainda apontar a instalação de novas indústrias e agroindústrias que ocuparam o espaço das lavouras, substituindo as pequenas propriedades rurais por unidades de produção industrial, como exemplo a Nestlé, Belgo, Pirelle e Pepsico.

A proliferação de loteamentos, condomínios residenciais e indústrias, atrelados ao crescimento da mancha urbana das cidades vizinhas, ao nosso município refletem, uma verticalização tardia do centro urbano da cidade de Feira de Santana como um resultado do crescimento econômico, populacional e imobiliário municipal. O campo por sua vez, segue essa tendência mutável e de adaptação ao cotidiano da cidade.

Com isso pretendemos justificar a importância social, econômica e acadêmica deste trabalho mostrando que os espaços destinados às atividades agrícolas no município de Feira de Santana, apresentam, a cada ano, uma redução não só de sua área física como de sua capacidade de produção de víveres, dando lugar ao avanço das aglomerações humanas – moradias, comércios e indústrias diversas e que a “preservação” e a expansão de algumas áreas outrora produtoras de alimento, agora se destinam a atividades não-agrícolas.

1.2. Procedimentos metodológicos da pesquisa

Tendo como ponto de partida o agravamento dos problemas socioeconômicos nas áreas rurais brasileiras e em especial, o município de Feira de Santana, e os reflexos destes na configuração do espaço rural-urbano, optei pelo estudo da relação campo-cidade no município de Feira de Santana, tendo como suporte o estudo da renda da terra, o campesinato e as ruralidades, as relações de trabalho camponês, a fragmentação da propriedade rural e sua minifundiarização; a urbanização e metropolização como elementos para o reordenamento do espaço rural.

A pesquisa foi realizada em etapas. Primeiro, na realização de uma revisão bibliográfica, analisando as literaturas clássicas e os artigos mais recentes sobre a temática em questão, investigando livros, artigos, teses, dissertações, revistas especializadas. Segundo, o trabalho de campo, realizado nos distritos, junto às famílias camponesas vivenciando a realidade das pequenas propriedades rurais. O tempo de conversa para o

preenchimento dos questionários feito na propriedade de cada questionado, rendeu resultados qualitativos para a pesquisa.

A Geografia como uma ciência necessita de um método para validar e nortear seus processos de investigação. O método científico, característico de todas as ciências, é a teoria que possibilita alcançar seus objetivos com o rigor científico, construindo uma forma de pensar para se chegar a natureza de um problema, mediante a explicação da posição assumida pelo pesquisador. Sendo o método um conjunto de atividades sistemáticas e racionais, que com maior segurança, permite alcançar o objetivo, a partir da dinâmica e da complexidade que caracteriza o espaço rural ao qual nos debruçamos para investigar.

A análise, o mapeamento dos dados e o levantamento cartográfico da área pesquisada, contribuiu para a construção de quadros e figuras, que são o resultado dos dados obtidos das análises referentes ao tema pesquisado. Sendo essa parte do trabalho, uma pesquisa quantitativa por meio das coletas de informações, no trabalho de campo e nas instituições.

A pesquisa de campo, para levantamento de dados primários, aconteceu nas propriedades rurais que possuem casas de farinha, e que são menores que o módulo rural do município; nos distritos de Humildes, Jaíba e Jaguará. São utilizados questionários com o objetivo de estabelecer perfil, comparação, diferenciação e o comportamento das estratégias de reprodução camponesa no município, como também a condição do camponês e sua (re)produção. A casa de farinha, nos imóveis rurais, ainda será o ponto de partida para não só justificar os 25% de amostragem como também o incremento produtivo das pequenas propriedades rurais.

Associando estas informações com os dados secundários obtidos pelo - INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – Censos Agropecuários da Bahia, PMFS (Prefeitura Municipal de Feira de Santana), EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário), SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia), SEAGRE (Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária), EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) – para compor o quadro da organização espacial rural e de como a relação campo-cidade reflete na renda da terra camponesa e na ruralidade em nosso município.

2 A renda da terra e o campesinato

Para a compreensão da manutenção/reprodução do campesinato no contexto atual do capitalismo, faz-se necessário considerar, além das estratégias de reprodução do campesinato, o processo de geração da renda fundiária, assim como entender os mecanismos de sujeição e expropriação utilizados pelo capital.

Sendo assim, nesse capítulo abordamos as conceituações teóricas de renda da terra, a partir dos autores clássicos responsáveis pela construção do pensamento que norteia o debate sobre a forma como a realidade agrária e até mesmo a urbana se apresentam hoje e em especial no município. Também abordaremos a terra de trabalho, como uma forma de garantir a (re)produção do campesinato e o trabalho acessório como reflexo da condição de sujeição e subordinação ao capital, resultado da condição da renda da terra.

O estudo da renda da terra articula-se com a lógica da produção da pequena propriedade rural, que se encontra pressionada pelos diversos agentes do capitalismo que criam e “recriam” formas familiares e produtivas mercantis no campo e na sociedade capitalista contemporânea.

Essa discussão será essencial para a compreensão do processo de reprodução do campesinato no município de Feira de Santana, da relação campo-cidade, assim como para o processo de parcelamento do solo e a consequente minifundiarização observada nesse município.

2.1 Origem e evolução do conceito de renda da terra

A renda da terra é um componente fundamental para se entender a realidade agrária e da propriedade da terra, seja como terra de trabalho ou terra de negócio, assim como a situação das terras urbanas, com seus parcelamentos e sua especulação imobiliária. A terra como um bem natural, após a consolidação do modo capitalista de produção, que define a propriedade privada e a produção de mercadorias na agricultura, passa a ser tratada como uma mercadoria.

Ao transformar a terra em mercadoria, seu proprietário monopoliza sua condição de uso, especulando sua capacidade produtiva frente ao mercado e a necessidade, junto também com o desejo de consumo. Assim a terra passa de um recurso natural a um ativo financeiro.

Antes das mudanças nas relações de trabalho e nos modos de produção e da própria economia (nesse caso pré-capitalista e capitalista), a terra era entendida com um bem coletivo e as hordas nômades buscavam as melhores porções da superfície terrestre para garantir sua sobrevivência. Com o princípio da família e seus clãs a territorialização e colonização foi um passo inevitável à formação da propriedade privada e com ela, sua monopolização (ENGELS, 2002). A terra então, no decorrer do tempo histórico, passa a ser cercada, protegida, cobiçada e especulada.

A terra, junto com o trabalhador, se constitui a fonte original da riqueza. Com isso o proprietário da terra, sob a lei da propriedade privada, monopoliza partes das terras disponíveis, excluindo outras pessoas do direito a terra. Uma vez que a terra pode ser monopolizada e alienada, ela também pode ser arrendada, doada e vendida como uma mercadoria. Em todas essas condições se tem a real garantia de exclusão de uso da terra por outros que não seus proprietários por direito (HARVEY, 1990).

Como não se pode alterar a quantidade total de terras de um país, não podendo ela ser reproduzida em fábricas e lojas, a terra tem valor mesmo não sendo um produto do trabalho humano; mas sim o trabalho humano que se apodera de um presente gratuito da natureza, produzindo a mercadoria de necessidade e desejo. O fetiche de uma mercadoria em especial, garante ao proprietário de terras a produção de uma mercadoria única e gera, pelo desejo dos demais consumidores uma terra única.

Como as condições de quantidade e qualidade de terras ofertadas pela natureza variam, a força de trabalho nela aplicada, varia de acordo com as circunstâncias naturais, desprendendo maior ou menor labor para executar uma tarefa. O mesmo se dá para a produção de uma mercadoria que especificamente essa terra possa produzir.

Mesmo sendo essa força de trabalho maior ou menor e as diversas e adversas condições naturais da terra no processo de produção, a força natural que foi monopolizada e não reproduzida, por ser um bem natural, perderá sua utilidade pelo processo geral de mudança tecnológica, em que se insere a modernização e reprodução capitalista.

A introdução de capital para melhoramento da terra nivela porções iguais de outro pedaço de terra. Todavia essa garantia de igualdade só se dará pela constante

introdução de capital, o que desassocia a terra do lucro do capital e da renda da terra. Esse capital só será equivalente quando seu investimento for amortizado e o melhoramento se torne sem diferenças daquele ofertado pela natureza.

Assim a busca por um padrão nas mercadorias produzidas pela terra, em condições diferentes de produção natural se equalizará no produto final de sua mercadoria melhorada em definitivo pela introdução de capital, agregado ao produto final.

Sendo a terra um bem natural e que no início do processo de formação das sociedades tinha a função de prover os víveres necessários a existência humana, que eram produzidos em terras que tinham um maior grau de fertilidade, fazendo com que essas famílias (grupos, clãs) estabelecessem o controle de porções de terras do globo para satisfazerem suas necessidades. Assim o preço pago pelo uso da terra é naturalmente um preço de monopólio, controlado também por um grupo específico de pessoas (MARX, 1988).

A Inglaterra do período do século XVI a XIX, em especial o século XVIII, com o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo e crescimento das cidades, dava seus primeiros passos para as inovações técnicas de uma revolução industrial eminente, influenciando as classes sociais, as cidades e em especial o campo; e esse último alteraria suas formas centenárias de cultivo (como exemplo o pousio e a rotação de cultura), mas principalmente nas relações sociais de produção, entre proprietários de terras e trabalhadores rurais, modificando o direito a propriedade da terra e seus efeitos sobre a vida da sociedade como um todo, resultado de uma sociedade rural inglesa presa ao passado e a seus títulos de nobreza.

Os cercamentos, em especial os ingleses, pois acontecia em toda a Europa, que mudava a forma de propriedade do solo desaparecendo com a propriedade comunal de campos e pastagens, substituindo pelos cultivos contínuos dos campos cercados e demarcados por um único proprietário de terras. Os cercamentos, como o direito a propriedade da terra, foi, naquele momento o resultado da concentração da terra efetuado por meios institucionais, mas também por uma competição do mercado, que já se mostrava um consumidor voraz.

O processo de concentração de terras e de expropriação do camponês, que gerou um contingente de pobre⁶ (Marx, 1978; Hobsbawm, 2004), solidificou o cercamento,

⁶ O contingente de pobre forçou o aparecimento de “Lei dos Pobres”, assim descrita: Na Inglaterra, em 1601, surge a *Lei dos Pobres*, ou Poor Relief Act, um marco na concepção de um sistema de assistência

que emerge como uma nova simbologia, aumentando a produtividade do campo por meio do empobrecimento de uma parcela da população rural, subordinada ao capitalismo e as péssimas condições de vida, em nome do mercado consumidor que gerou o desaparecimento, em partes significativa, do acesso direto as formas comunitárias da terra. Agora a renda da terra será paga por toda a sociedade.

Adam Smith, em 1776, considerou a renda da terra como o “preço pago pelo uso da terra a seu proprietário” (Marx, 1978, p. 63), sendo imerecido e não sendo ganho pelo trabalho apropriado pelo dono da terra pelo poder do monopólio resultado da existência da propriedade privada da terra. Para ele a renda da terra é sempre o excedente, pois ele reconhece a existência da forma de renda diferencial (discutida em suas variações por Karl Marx), onde as benfeitorias feitas na terra e a localização geográfica são levadas em consideração.

Ainda, Adam Smith ao considerar a renda da terra como um monopólio e seu preço pago ao proprietário, questionou ainda o valor a ser pago pela utilização da terra, que para ele sempre será maior que a capacidade específica da terra possa oferecer em relação ao trabalho, ferramentas disponíveis e localização ou fertilidade, gerando um sobre lucro.

Johann Heinrich von Thünen, em 1826, apresentou sua teoria com os seguintes pressupostos: uniformidade das condições naturais, uma única cidade (mercado), mesma tecnologia e utilização de recursos (mesmos custos de produção), um só tipo de transporte e concorrência perfeita, além de uma organização da produção fixa a cada lugar. Von Thünen concluiu que a renda econômica depende da distância do mercado, ou seja, as terras mais próximas do centro consumidor (o mercado) tem maior renda em relação àsquelas mais distantes. A renda de localização, portanto, tem uma relação inversa com a distância.

Nesse caso Von Thünen analisou apenas um gradiente da renda da terra – a localização; e estabelecendo que todas as terras possuíam o mesmo nível de produtividade. Esse nível de equalização só seria possível se houvesse um investimento maciço de capital em todas as terras disponíveis e aptas a lavoura.

No pensamento de Malthus, em 1820, o fator determinante para o pagamento da renda da terra estava na capacidade maior ou menor de produção levando em conta os

social, regulamentando o auxílio aos necessitados. Tal lei permitia que o indivíduo em situação social precária tivesse o auxílio das paróquias. Ainda, os juizes de comarca tinham poder de lançar o imposto de caridade, pago por todos os donos de terras e além disso tinham o poder de nomear inspetores em cada paróquia com o objetivo de arrecadar e distribuir o montante acumulado pela lei. (Sandroni, 1999).

bens necessários a vida, que nesse caso seria uma dádiva da natureza, e sendo essa capacidade maior geraria uma demanda de consumidores referente a quantidade produzida e a limitação natural de terras disponíveis, naturalmente férteis ou melhoradas artificialmente.

Todos esses elementos justificaram, para Malthus que, uma renda da terra baseada não exclusivamente no monopólio, como anteriormente demonstrou Adam Smith, e sim no aumento de preços e demanda de mercadorias de primeira necessidade e seus custos de produção. Ele ainda esclarece que a fertilidade da terra é o principal fator para uma obtenção maior de renda da terra.

Contudo para Malthus os fatores externos tendem a elevar ou diminuir a renda da terra, sendo que seu aumento se dá pela acumulação de capital que reduz os lucros, um aumento populacional e queda dos salários, a tecnicidade da produção reduzindo mão de obra de acordo com a lei da oferta e procura [maior demanda de um produto]. Para ele o que diminui é o oposto do que foi apresentado (LENZ, 2007).

Malthus então se opõe ao monopólio da renda da terra que deve ser pago pelo trabalhador ao proprietário, pelo simples uso de direito adquirido, apontando que o desenvolvimento da sociedade estabelece demanda de consumo e variações de preços que interfere diretamente na renda da terra e seu lucro.

David Ricardo, também em 1815 (e posteriormente retomou seu pensamento em 1821⁷), em sua obra “Ensaio”, formula a teoria da renda da terra, partindo das argumentações de Malthus, que definiu a renda da terra como “a parcela do produto total que fica para o proprietário da terra depois de paga todas as despesas, de qualquer tipo, referentes ao seu cultivo, inclusive os lucros de capital empregados, estimados segundo a taxa usual e ordinária de lucro do capital agrícola no período considerado”. (MALTHUS, 1996, p. 81, *apud* NABARRO e SUZUKI, 2010, p. 03)⁸.

O pensamento de Malthus e Ricardo abordavam uma mesma questão de época que era a Lei do Trigo, como um posicionamento aos debates parlamentares que estavam ocorrendo na Inglaterra. Ambos autores, em seus pensamentos, a questão eram os lucros; então se o produto total for unicamente igual ao valor das despesas necessárias ao cultivo, não poderá haver lucro (LENZ, 1992).

⁷ LENZ, 2007.

⁸ A mesma referência em (LENZ, 1992, p. 24).

Se a terra não conseguir produzir o excedente não produzirá a renda da terra que será apropriada pelo proprietário por meio do monopólio. A ausência do excedente se justificaria por serem essas terras as mais inférteis, por questões climáticas, pela ausência de força de trabalho e/ou melhorias técnicas e onde se insere o trabalho não pago sobre a gleba laboral.

No pensamento de Ricardo o seu argumento é que mesmo a terra não gerando seu excedente de produção outros elementos dispostos no curso do desenvolvimento da sociedade garantiriam a renda da terra. Ricardo (1996) então estabelece a Lei da Renda Fundiária, que para ele os produtos das terras naturalmente férteis são produzidos a custos menores, mas vendidos ao mesmo preço dos demais, proporcionando a seus proprietários uma renda fundiária igual à diferença de produção.

Assim, para Ricardo (1996) a propriedade fundiária em si não justificaria nenhum acesso à apropriação de parte do excedente econômico. Essa posição de classe interpretada pelos interesses da burguesia industrial e dos arrendatários capitalistas ingleses de sua época, vão justificar sua concepção de renda da terra, como renda diferencial.

Com isso o preço da terra era estabelecido pela pior terra em relação às melhores e para Ricardo (1996) poderia haver um ordenamento das terras mais férteis para as menos férteis, e que essa diferença seria a renda da terra (uma renda diferencial). Uma vez que a renda da terra não está somente condicionada as diferenças produtivas, mas sim a uma condição de sujeição as relações capitalistas de produção, volta-se a Lei da Renda Fundiária.

A diferença de investimentos de capital para produzir em diferentes terras com grau de fertilidade diferente e suas respectivas localizações em relação ao mercado proporcionam rendas diferenciais [renda diferencial] gerando interesses diversos nos proprietários rurais como nos proprietários das fábricas (KAUTSKY, 1980).

A busca por terras menos férteis e mais distantes dos mercados justificou-se pelo crescimento e mobilidade populacional, necessidade de produção de gêneros de primeira necessidade como redução dos preços da alimentação do trabalhador urbano e circulação de capital. Isso garante que os interesses dos proprietários de terras estejam articulados com o Estado e em oposição aos interesses dos consumidores e industriais.

Com a ratificação da renda diferencial, em que fertilidade e localização da porção de terra laboral em relação ao mercado proporcionam maior ou menor renda da

terra, Karl Marx em 1864, elaborou sua teoria sobre renda da terra, inicialmente dividindo-a em variações de tipos, conforme o (Quadro 03).

Quadro 03

RESUMO DOS TIPOS DE RENDA DA TERRA SEGUNDO KARL MARX

<i>Rendas pré-capitalistas da terra</i>	<i>Característica</i>
• Renda em trabalho	O pagamento pelo uso da terra é dado em trabalho (labor) gratuito feito na terra do proprietário além do que lhe pertenceu de fato ou de direito. O trabalho é maior que o necessário para pagar pelo uso da terra.
• Renda em produto	O pagamento pelo uso da terra é feito a partir do resultado final da produção – o produto, onde uma parte fica com o proprietário da terra.
• Renda em dinheiro	O pagamento pelo uso da terra é dado em dinheiro, metamorfozando do trabalho e do produto.
<i>Rendas capitalistas da terra</i>	<i>Característica</i>
• Renda diferencial I	O lucro extra é dado pela localização e/ou fertilidade da terra. <i>Renda relacionada a situação.</i>
• Renda diferencial II	O lucro extra é dado pela melhoria da fertilidade do solo e/ou melhorias das estruturas físicas de produção (investimentos de capitais). <i>Renda relacionada a técnica.</i>
• Renda absoluta	O lucro extra é dado pelo controle do volume de terra disponibilizada para a produção e pelo resultado dessa produção. <i>Renda relacionada ao controle da propriedade fundiária.</i>
• Renda em monopólio	O lucro extra é dado pela singularidade da produção. <i>Renda ao fetiche da mercadoria.</i>

Fonte: MARX, 2008. Elaborado pelo autor.

As diferentes formas de renda da terra são o resultado de um processo lento e constante de valorização da terra e da natureza, gerando uma mercantilização de suas formas enquanto elementos básicos e de seus resultados enquanto mercadorias, e de uma generalização que coloca toda apropriação humana, consequência ou não do trabalho do homem, como mercadoria. Para a terra adquirir um caráter de mercadoria livre de entraves, e adquirir sua forma mercantil, foi necessário romper laços hierárquicos de poder e vassalagem remontados antes mesmo dos feudos, para que a terra adquirisse atributos de mercadoria e produtora de outras mercadorias.

A renda da terra enquanto renda em geral, vai permitir compreender de forma unificada os interesses da classe proprietária de terras e os interesses dos proprietários capitalistas em geral, aliados aos capitalistas industriais, que sintonizados comandam as relações de poder e de subordinação do trabalhador da fábrica, do camponês e da terra. Ambos trabalhadores explorados na mais-valia do trabalho e o camponês, mais ainda no

sobre-trabalho não pago, que de uma forma indireta de transmissão de ônus, leva a população urbana a arcar com a renda da terra, mesmo essa terra nada produzindo.

Nesse contexto a terra atinge em definitivo uma condição de mercadoria, gerando um mercado de terras, com base na propriedade privada da terra garantida e fundamentada pelo Estado, fazendo dela um capital territorializado, rígido e limitado pela mobilidade, porém múltiplo pela fertilidade e potencialidades produtivas de novas mercadorias. O acesso a terra, para aquele que deseja ser seu proprietário, só caberá através da forma de capital pelo dinheiro e pela garantia legítima de proprietário de terras, gerando novas disputas pelos capitais de intra-estrutura necessários a sua manutenção.

Entretanto, um elemento alheio a esse universo especulativo, busca na terra uma forma de reprodução e sustento, mantendo relações não-capitalistas de produção para produzir suas mercadorias e suprir suas necessidades de vida pela posse da terra, na condição de posseiro, meeiro, colono, arrendatário; indiferente ou excluído do mercado de terras, mas que de alguma forma subordinado ao capital.

Para melhor compreender a lógica de acumulação e reprodução ampliada do capital, assim como o conjunto de relações associado a esse processo, se faz necessário aprofundar a discussão sobre as formas de renda da terra.

2.1.1 Renda da terra pré-capitalista

Iniciamos nossa discussão sobre a renda da terra, a partir das formas de renda pré-capitalistas, sendo elas anterior ao sistema de produção capitalista, que se realiza a partir da expropriação direta do produto excedente, entregue pelo trabalhador ao proprietário da terra, numa forma de pagamento pelo uso da terra.

Por ser também chamada de renda camponesa (Oliveira, 2007), pelo seu aspecto não-capitalista de relação de produção entre os indivíduos e o resultado do labor ser pago em trocas diretas de trabalho e produtos, necessários a manutenção da vida familiar e que mesmo nos dias atuais ainda se fazem presentes no modo de vida dos camponeses, justificam serem elas as primeiras a serem abordadas, dentro de um modo de produção capitalista, em que se encontra o espaço rural brasileiro.

Entretanto salientamos que as formas de renda da terra pré-capitalistas que eram vigentes no modo de produção feudal, não são mais as mesmas dos nossos dias atuais

(mesmo sendo elas relações pré-capitalistas). Isso para que não haja equívocos de que não só são práticas feudais ou mais ainda, que no Brasil, houve feudalismo, como aponta Martins (1981), ao salientar que:

O historiador Caio Prado Júnior já havia, aliás, em vigorosas imprecisões, questionado a orientação dos que definem como feudais ou semi-feudais as relações de produção do campo. Indicava como, na verdade, relações do tipo parceria e colonato teria se constituído em variantes de relações capitalistas de produção. (MARTINS, 1981, p. 10 – 11).

Ainda Oliveira (2007), diz que,

Cabe esclarecer também que o fato da existência destas formas de renda na atualidade não significa dizer que se está diante da existência no Brasil, de outros modos de produção, como por exemplo, o feudal. Trata-se isto sim, da produção capitalista de relações de produção não-capitalistas. (OLIVEIRA, 2007, p. 58).

Estas formas de rendas pré-capitalistas tiveram sua origem histórica em modos de produção anteriores ao capitalista; porém, não se trata de uma forma de renda que não pode aparecer sob o capitalismo. Ao contrário, elas aparecem adquirindo formas novas que o próprio capital engendra de modo a manter seu domínio no campo. E mesmo, o próprio capital procura lançar mão destas formas de renda para produzir o próprio capital, que, como se sabe, não é produzido apenas por relações especificamente capitalistas de produção, baseadas, pois no trabalho assalariado, mas sim, também é produzido através de relações não-capitalistas de produção. Assim justifica-se ainda, nos dias atuais, a manutenção do campesinato.

Com isso a primeira das rendas da terra – a *renda em trabalho* – consiste no pagamento pelo uso da terra de uma forma simples, onde uma parte do tempo destinada ao labor será feita na terra do proprietário e para o proprietário, em contrapartida as demais horas serão feitas nessa mesma terra, porém para si próprio e sua família.

Esse trabalho não-pago acontece quando se vai além das obrigações reais da demanda do labor, ou seja; o trabalho realizado fora da necessidade de sobrevivência, como uma forma de pagamento pelo uso da terra, que esse, anteriormente trabalhou. A corveia, no regime feudal, poderia ir além do lavrar a terra, como nos reparos de prédios e outras necessidades que a propriedade requeresse (KAUTSKY, 1980; MARX, 1988; OLIVEIRA, 2007).

Devemos ficar atentos para o trabalho não-pago, gerador da renda e não confundi-lo com o lucro. Todavia o trabalho não-pago tende a melhorar as condições de produção da terra em questão.

Marx aponta que após a realização da renda em trabalho, a propriedade que recebeu esse advento será mais valorizada que antes, dificultando para os futuros trabalhadores maiores horas de labor para compensar os investimentos anteriormente feitos, o que justificaria uma possível maior “facilidade” de trabalho ao lavar a terra. “A terra, ao contrário, adequadamente tratada, melhora sem cessar” (MARX, 1991, p. 896).

Exemplificamos essa relação quando um proprietário precisa desmatar uma parte do seu terreno ou quando quer formar pastagens plantadas. No caso do desmatamento, costuma-se dá o direito de retirar a madeira (no entendimento de madeira para serrarias) e dos rejeitos da derrubada [galhos, tocos e raízes] para a produção de lenha e carvão vegetal. No fim, o terreno deve ficar limpo para o proprietário da terra. Nas pastagens plantadas, primeiro são cultivadas lavouras de curto ciclo vegetativo, após a colheita a mesma terra deverá ficar plantada de capim. Nesses casos o pagamento pelo trabalho, para o trabalhador, será o direito a toda a colheita. “Essas benfeitorias, a drenagem de uma gleba, a abertura de canais e estradas elevam sempre o preço do arrendamento, que fica sempre para o proprietário da terra. A mais-valia do trabalho excedente sobre a renda em trabalho” (MARX, 2008, p. 1045).

Entretanto não devemos confundir renda em trabalho com ajuda mútua (mutirão, adjuntório, batalhão, turma, baleia) que é simplesmente a troca de dias de trabalho entre os camponeses quando esses necessitam de maior força de trabalho, além da capacidade familiar, para suprirem as demandas das suas unidades familiares de produção, que podem envolver trabalhos de benfeitorias (construções e consertos), ou para as lavouras (plantar, limpar, colher). Tavares dos Santos (1978), em seu livro *Colonos do Vinho*, demonstra essas práticas de ajuda mútua.

A segunda renda da terra pré-capitalista é – a *renda em produto*. Nela o pagamento pelo uso da terra se dará pelo produto do seu trabalho, entendido aqui como o resultado dos cultivos e ou da transformação de matéria prima da agricultura em um produto mais aprimorado, mesmo artesanalmente (exemplos de queijo, vinhos, azeites, doces). A renda em produto deve ainda garantir ao proprietário da terra um resultado maior pelo seu investimento, fazendo-se entender que nunca será de forma igualitária (ou não) entre o proprietário da terra e o trabalhador.

A renda em produto, é o pagamento, pelo uso da terra do proprietário pelo trabalhador. Entretanto ao justificarmos esse pagamento podemos relacionar com uma forma de aluguel, onde seu pagamento será em produto; uma vez que as ferramentas, a força de trabalho e o labor serão do trabalhador, cabendo ao proprietário da terra apenas permitir o uso da propriedade, ou sua fração, pelo seu direito de monopólio.

Retornamos a Adam Smith, ao perguntar se não houver produção (perda da safra), como a renda será paga? Será paga pelo trabalho humano e pela demanda de preços e produtos e pela sociedade, uma vez que o resultado da produção como um todo, de um país, pagará aquilo que foi perdido e indiretamente a sociedade arcará com os prejuízos das lavouras envolvidas, a melhoria futura das terras que tiveram suas perdas e os juros especulativos (imaginários) do que poderia ter sido aquela produção no mercado.

Ainda a renda em produto foi um reflexo da corveia, na passagem do feudalismo para o capitalismo, onde os vassalos pagavam taxas a seus senhores, que geravam uma acumulação de riqueza e que poderia ser trocada no mercado externo ou pagar obrigações ao rei e indulgências á igreja.

Existem muitas formas de renda em produto, na agricultura brasileira, em especial tratamos o meeiro (temos ainda a terça e a quarta). A meiação consiste na divisão em partes iguais, previamente estabelecidas do resultado final, a colheita. Ambas as partes, proprietário de terra e trabalhador dividem farturas e prejuízos de forma igual.

Aqui retornamos a questão da parceria, pois se a renda em produto for apenas o pagamento em produto ela se mantém simplesmente como renda em produto, diretamente ligada a renda em trabalho e a exploração da mais-valia. Porém se a renda em produto se apresenta como parceria (meia, terça, quarta) ela é um elemento das relações camponesas não-capitalistas apoderadas pelo capitalismo, em sua contradição.

A renda em produto, bastante difundida entre os camponeses, tem suas características redefinidas pelo capital, que tem procurado recriá-las, frente as suas necessidades, criando e recriando relações não-capitalistas de produção, contraditórias ao seu desenvolvimento, mantendo em suas estruturas a figura da parceria.

Independente do que seja pago ao proprietário da terra, a renda em produto, reflete o trabalho na terra e suas melhorias, não mais se separando trabalho e produto. Em ambos os casos aumenta-se o poder de extração da fração da mais-valia social sem que o proprietário participe do processo produtivo, apenas por possuir a propriedade da

terra. Então, o aluguel e seu arrendamento tendem a ser inevitáveis e podem até ser contraditório ao se pagar pelo uso da terra, em produto. Oliveira (2007) demonstra que:

A renda capitalista da terra pode ser obtida através do aluguel, do arrendamento (que são evidências de que ela existe) ou de uma só vez, pela venda da terra. É por isso que o proprietário de terra é um personagem de *dentro* do capitalismo. Ao se apropriar de grandes extensões de terra, ele retém essa terra como reserva de valor, ou seja, com o objetivo de especular, de poder se apropriar da renda da terra. É o que fazem os grandes capitalistas que se converteram em colonizadores, vendedores da mercadoria terra. (OLIVEIRA, 2007, p 66).

Não apenas a afirmação da contradição do capitalismo, como a ratificação do monopólio da terra pelo proprietário, transformando a terra numa mercadoria. Ainda as rendas em trabalho e em produto não alteram a relação de servidão e dominação direta dos proprietários da terra com o trabalhador, já que o último é livre. A renda da terra é um trabalho não-pago que as personificações do capital usurpam da sociedade como um todo e a terra passa a ser comprada e vendida como qualquer mercadoria.

Todavia, no decorrer do tempo histórico, dentro dos acordos estabelecidos na parceria (meia, terça, quarta), onde o produto total será negociado por um dos parceiros e o outro recebe sua parte, já em dinheiro, podemos pensar nos ensaios para a renda em dinheiro.

A última das rendas pré-capitalistas é – a *renda em dinheiro*. Nela o trabalho pelo uso da terra será pago em dinheiro. Sendo uma simples metamorfose da renda em produto, que por sua vez é oriunda da renda em trabalho. Para Marx, essa mutação revela um nível considerável de desenvolvimento da sociedade e de suas relações. O crescimento de uma sociedade urbana e de suas necessidades por alimentos e derivados da agricultura, crescem também os mercados ampliando a circulação monetária que paga ao proprietário da terra o correspondente em dinheiro.

Para Marx (1991), a renda em dinheiro consiste em que o

[...] produtor imediato em vez de entregar o produto ao proprietário da terra, que pode ser o Estado ou um particular, paga-lhe o correspondente preço. Assim, não basta mais produto excedente na forma natural; é mister que ele deixe essa forma, assumindo a forma de dinheiro. (MARX, 1991, p. 913).

Assim a renda da terra em dinheiro é resultado da conversão, por parte dos trabalhadores, de uma parcela da sua produção (em geral familiar) em dinheiro, para entregá-la ao proprietário da terra. Por isso é fundamental que os produtores diretos convertam sua produção em mercadoria, e que estes trabalhadores sejam produtores diretos de mercadorias. Ao chegar a esse estágio, não só o produto como também o trabalho já foi convertido em mercadoria.

Não podemos confundir a renda em dinheiro com o arrendamento, no primeiro caso o dinheiro é a troca do excedente da produção, da parte do trabalhador, ou mesmo toda a produção, para o proprietário da terra. Já o arrendamento é o pagamento direto pelo uso da terra a um capitalista a preços fixos independentes dos resultados da produção.

No arrendamento os prejuízos pertencem apenas ao trabalhador (diferente da renda em dinheiro, que será paga pelo resultado da produção, onde maior produção maior renda em dinheiro). O capitalista que arrendando sua terra a um preço fixo, extraíndo dela a mais-valia e o lucro sobre o labor, como afirma Oliveira (2007, p. 43) ao dizer: “Como ela [*a renda da terra*]⁹ é um lucro extraordinário permanente, ela é, portanto, produto do trabalho excedente”. Para Oliveira (2007), o trabalho excedente é a parcela do processo de trabalho, além do trabalho necessário para adquirir os meios essenciais a sua sobrevivência.

Assim o arrendatário, após o arrendamento, fica obrigado a entregar a terra e todas as melhorias a seu proprietário, que passa a ser beneficiado com os trabalhos de melhorias (benfeitorias), além do que foi pago com o arrendamento da terra, sendo as melhorias um suporte para determinar o valor da propriedade, acrescida de juros, onde o proprietário recebe duplamente. A chegada ao nível de pagamento pelo uso da terra em dinheiro marca o momento em que o camponês se recusa a entregar seu trabalho ao proprietário da terra e o proprietário a perder seus rendimentos. A sociedade como um todo pagará um tributo pelo uso da terra. (CARVALHO, 1999).

O pagamento pelo uso da terra em dinheiro, leva o camponês a não conseguir no mercado preços satisfatórios para o pagamento do arrendamento da terra, sendo esse forçado a abandoná-la e sujeitando-se ao assalariamento, na mesma terra pelo proprietário. Com isso os proprietários passam a produzir em suas próprias terras, transformando a renda da terra em renda capitalista.

⁹ Grifo nosso.

Sendo as rendas pré-capitalistas encontradas atualmente e essas observadas principalmente no modo de produção feudal, não quer dizer que na atualidade e principalmente entre os camponeses, no exemplo do Brasil, houve ou há, feudalismo. Trata-se do modo de produção capitalista que permitiu relações não-capitalistas, mas que se apodera dos resultados de sua produção, do trabalho e do capital. Para Ariovaldo Umbelino (2007), a renda pré-capitalista na atualidade tem como base:

Assim, estas três formas de renda pré-(não)-capitalista da terra, em trabalho, em produto e em dinheiro, são cotidianamente criadas, recriadas e redefinidas pelo capital no seu desenvolvimento contraditório. São, muitas vezes, a forma com que os capitalistas encontraram para produzir seu capital. São por isso mesmo, parte componente do desenvolvimento capitalista geral da sociedade brasileira e, não apenas figuras sociais de um passado histórico (às vezes interpretado equivocadamente como feudal) da sociedade brasileira. Não se trata, portanto, de estudar e compreender estas formas de renda existentes na agricultura brasileira como *restos*, *resíduos* etc., que serão extintos com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, mas, sim, como formas não-capitalistas de produção desenvolvidas pelo próprio capital em face de seu desenvolvimento contraditório. (OLIVEIRA, 2007, p. 62).

Aos camponeses, na atualidade, se observam ainda relações não-capitalistas de produção, principalmente no campesinato brasileiro, como uma forma de reprodução do seu modo de vida e de sua economia. A sobrevivência a qual se reflete a vida camponesa, mediada pelo trabalho da família, sustenta um conjunto de relações sociais que caracteriza a terra como meio de vida e ao mesmo tempo como forma de resistência dos camponeses na sociedade.

Assim a renda da terra pré-capitalista é a forma menos desenvolvida (do modo de produção capitalista), pois é a fração da produção entregue ao proprietário da terra como um pagamento pelo seu uso, sendo um produto excedente a parcela necessária a subsistência do trabalhador. Já na renda da terra capitalista, numa forma mais desenvolvida, é sempre a sobra acima do lucro (sendo esse o lucro médio), que é a mais-valia do trabalho excedente (MARX, 1978, 1988, 1991).

Com isso reafirmamos que a terra é um instrumento de intermediação nas relações sociais enraizada na dinâmica familiar camponesa e na sobrevivência de relações não-capitalistas de produção, caracterizando um meio de vida, dando aos

camponeses uma identidade, mesmo que constantemente sejam expropriados, como ocorre com a classe trabalhadora das fábricas.

2.1.2 Renda da terra capitalista

Devemos antes lembrar que a renda da terra provém de um monopólio, garantido pelo direito à propriedade da terra, possibilitando que certos indivíduos apoderem-se de porções do globo e imponha um pagamento pelo uso para aqueles que não tiveram esses direitos, por motivos históricos quaisquer. O pagamento pelo uso dessa terra, quando colocamos a renda de monopólio como uma forma específica, estamos nos referindo a uma forma específica de renda, de um lucro extra acima do lucro médio, que se realiza como um tributo social pago por toda a sociedade.

Oliveira (2007) aponta as bases para o entendimento da renda da terra capitalista destacando que,

Embora, na prática, seja difícil distinguirem-se as duas partes da renda da terra, cabe esclarecer a essência dessas duas espécies de renda. A *renda da terra diferencial* resulta do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo, ou seja, ela continuaria a existir se o solo fosse nacionalizado. Já a *renda da terra absoluta* resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade. Resulta do fato de que a propriedade da terra é monopólio de uma classe que cobra um tributo da sociedade inteira para colocá-la para produzir. Inclusive, ela desapareceria caso as terras fossem nacionalizadas. (OLIVEIRA, 2007, p. 44).

Porém, Karl Marx (1978, 1991, 2008b), definiu em seu trabalho *O capital*, as quatro formas de renda capitalista da terra, baseado nos estudos de Adam Smith, Thomas Robert Malthus e David Ricardo. Marx observando as contribuições anteriores divide a renda capitalista da terra em quatro: *renda diferencial I*, *renda diferencial II*, *renda absoluta* e *renda de monopólio*. Assim nos deteremos nas abordagens de Karl Marx feitas em seu livro – O Capital, Liv. 3, Vol. 6.

Na *renda diferencial I* destacam-se a localização da propriedade e a fertilidade do solo. Nesse caso o capitalista, em sua concorrência com outros capitalistas, utilizando a terra e explorando a força de trabalho, vai priorizar as melhores terras

(localização e fertilidade) buscando sempre os melhores solos com maior índice de produtividade. Na busca dos melhores solos, Oliveira (2007) argumenta que:

Como sob o modo capitalista de produção é o preço de produção do pior solo, aquele que regula o preço de mercado, a renda diferencial é, portanto, a diferença entre o preço individual de produção de cada produtor em particular (que tem a sua disposição solos mais férteis, por exemplo) e o preço de produção geral que é formado a partir dos preços de produção dos piores solos cultivados. (OLIVEIRA, 2007, p. 44).

Mesmo a terra recebendo iguais investimentos de capital, o resultado da produção será diferente para cada propriedade, no que se refere a quantidade de produto extraído do trabalho. Então o investimento de capital, deve dar um retorno a seu investidor, acima do lucro médio, que será o lucro extraordinário.

Assim, as terras de menor fertilidade e pior localização sempre serão o parâmetro de valor para as melhores terras. No caso da localização, o mercado será o ponto de chegada e o acesso a ele, o gradiente de valor para o preço da terra. Nesse caso o investimento de capital, esbarra nas condições naturais da superfície terrestre e suas diferenças como indica Marx (2008) que:

A renda diferencial decorre das diferenças existentes, em cada etapa determinada do desenvolvimento da agricultura, na fertilidade natural das terras (continuamos abstraindo da localização); por conseguinte, da quantidade limitada das melhores terras e da circunstância de capitais iguais terem de ser aplicados em solos desiguais, isto é, que proporcionam rendimento desigual para o mesmo emprego de capital. (MARX, 2008, p. 877).

Não podendo separar as características naturais que proporcionam maior produtividade do capital aplicado a terra, e que esse capital não pode ampliar a produtividade sem aumentar seus custos de produção e sabendo que toda mercadoria tem seu custo/preço para ser produzida, obtém-se maior rendimento para aqueles que possuem as terras com as condições naturais mais favoráveis.

Para Oliveira Junior (2012, p.112), a renda diferencial I é, “[...] proveniente da diferença entre a condição particular de um produtor e a condição geral dos demais produtores do mesmo produto. Uma diferença de renda possibilitada por uma condição da natureza (fecundidade) mais favorável a seu proprietário”.

Marx (2008) ainda aponta variantes para a renda diferencial I que vai além da fertilidade do solo e a localização da propriedade. Para ele, três fatores são relevantes: primeiro – os impostos, que recaem sobre a terra; segundo – o desigual desenvolvimento da agricultura (tecnologias¹⁰), entre regiões produtoras e apegos tradicionais locais; e terceiro – desigual divisão do capital entre os arrendatários.

Ainda há uma contradição nessa mesma renda quando pensamos que um terreno pode ter uma boa localização e baixa fertilidade e boa fertilidade e difícil localização. Essas contradições são no decorrer do tempo histórico superadas pelo avanço do progresso social da produção capitalista, fazendo com que a produção agrícola liberte-se das condições naturais, cultivando onde antes não era possível a agricultura.

Na *renda diferencial II* os investimentos de capital estão atrelados às melhorias e benfeitorias da propriedade visando a melhoria da produção, sendo ela de cunho capitalista, resultado dos investimentos de capital como afirma Oliveira (2007) que:

Quando resulta da diferença da fertilidade natural ou da localização é renda da terra diferencial I, mas, quando provém do aumento da fertilidade decorrente de investimento de capitais para melhorar a fertilidade natural, é renda da terra diferencial II. Trata-se, pois, de uma terceira causa da renda da terra diferencial, mas ao contrário das outras, é uma causa eminentemente capitalista, pois se trata do efeito do investimento de capital. (OLIVEIRA, 2007, p. 52).

Como todas as terras disponíveis no globo não possuem a mesma fertilidade de produção e localização favorável a um mercado qualquer, seu proprietário diante da concorrência entre outros proprietários capitalistas, necessita investir capital na melhoria da fertilidade e do acesso e circulação dos produtos em relação a localização de sua propriedade e do mercado consumidor. Há aqui uma intensificação dos investimentos de capitais no processo de produção. Lembrando que esse investimento deve garantir um lucro suplementar, sempre maior que o capital investido.

Para Botelho Filho (2008)¹¹ o capital investido gera,

“[...] uma renda que pode ser apropriada mesmo na pior terra. Contrariando a ideia de que as terras na margem teriam renda zero, Marx conclui que a renda não poderia determinar o preço do produto diretamente, mas ela poderia determinar qual o método de produção que será utilizado. Poderia ser utilizada uma quantidade enorme de

¹⁰ Grifo nosso – Karl Marx (2008) aponta um avanço tecno-científico, o mesmo para Karl Kautsky (1980).

¹¹ Flavio Borges Botelho Filho, analisa o trabalho de David Harvey – *Limits to Capital*. New York. Verso. 1999.

capital em pequenas áreas, como podem ser usadas pequenas quantidades de capital em uma enorme área”. (BOTELHO FILHO, 2008, p. 11).

Assim, as piores terras são também apropriadas pelos capitalistas para gerarem sua parte na produção geral de um determinado produto, como também essas piores terras estabelecem os preços das “melhores terras” – em fertilidade e localização – e ainda justificam que o advento tecnológico, supera as barreiras impostas pelas condições naturais. Para Kautsky (1980) o desenvolvimento científico e tecnológico proporciona uma nova renda fundiária pois,

[...]. Pode-se aumentar a produção de alimentos não apenas pela inclusão de terras virgens, mais igualmente pela melhoria do solo já em uso, utilizando mais trabalho, adiantando um capital maior (em despesas referentes a pagamento de salários, a aquisição de uso de animais, a aquisição de adubos, ferramentas, etc.). Quando esse capital adicional se aplica a um solo melhor e assim esse produz um resultado melhor que o alcançado pelo cultivo das piores terras (que, do contrário, teriam de ser utilizadas pelo plantio), o mais-produto produz um novo lucro extraordinário, uma nova renda fundiária. (KAUTSKY, 1980, p. 92).

De acordo com Oliveira Junior (2012), o resultado desigual na renda diferencial é fruto do capital investido:

O capital aplicado na mesma quantidade por várias vezes sucessivas no mesmo terreno proporciona resultados produtivos diferentes. A renda da terra é determinada a partir da safra do terreno de menor produção. Como na renda diferencial I é o pior solo o determinante da renda para os demais solos, na renda diferencial II é a pior safra conseguida com igual aplicação de capital a que determina o preço de produção e assim, a renda da terra dos demais solos. A aplicação de capital no primeiro momento não proporcionaria renda diferencial, mas as demais aplicações consecutivas de capital proporcionarão um lucro suplementar. (OLIVEIRA JUNIOR, 2012, p. 125).

Portanto, ao tratar de renda diferencial, esta ocorrerá da diferença entre o preço individual de produção e o preço geral, regulado pelo mercado de todo o ramo de produção e que aparece na forma de lucro suplementar, sabendo-se ter um dos seus limites o nível de preço geral de produção, do qual um dos fatores é a taxa geral de lucro. Ressaltando que o lucro suplementar não decorre da oscilação de mercado ou transações durante o processo de circulação de mercadorias. Esse tipo de renda é

derivada de uma força natural monopolizável, que não está a serviço do capital, e que esse capital não tem o poder de transpor um bem natural.

No final nos parece que as duas rendas se complementam e não se separam, pois o proprietário capitalista em uma combinação de capitais, aplicados as terras de diferentes fertilidades geram as condições de oferta e de demanda dos produtos e da lucratividade do capital empregado. Sendo seu resultado produto do caráter capitalista de produção existindo apenas quando a terra é colocada para produzir.

De acordo com Kautsky (1980, p. 94), “se um capitalista não encontra meios de conseguir seu lucro usual, ele renunciará ao negócio e o dono da terra ficará sem arrendatário”. Isso forçará o proprietário a buscar uma atividade que lhe gere renda pelo direito de monopólio de propriedade particular da terra, uma renda absoluta.

Na *renda absoluta* o lucro médio é extraído pelo controle do volume de terras disponíveis para uma determinada produção. Um monopólio pelo direito a propriedade da terra. Quando os proprietários, em comum acordo, dispõem de consideráveis quantidades de terras e não as colocam para produzir quando os preços dos produtos oferecidos nos mercados não são satisfatórios.

Ou ainda, quando esses preços não geram o lucro extraordinário maior que o investido para a produção, gerando um conflito/oposição entre os interesses dos proprietários de terras e da sociedade como um todo. Caberá a sociedade pagar esse tributo, pois esta demanda da oferta e procura das mercadorias e dos produtos, e para obtê-los terá que ter capacidade de pagar por eles, o que gerará a renda fundiária, como demonstra Marx (1988) ao afirmar que:

Essas duas formas de renda¹² são as únicas normais. Fora dela, a renda só pode basear-se num autêntico preço de monopólio, que não é determinado nem pelo preço de produção nem pelo valor das mercadorias, mas pela necessidade e pela capacidade de pagar dos compradores. (MARX, 1988, p. 216).

Ainda sobre essas duas formas de renda da terra, Oliveira (2007, p 55) argumenta que a diferença entre elas, “está em sua origem”, pois enquanto a renda diferencial é um resultado da concorrência entre produtores agrícolas capitalistas e seus produtos, por maior ou menor investimento de capital em suas propriedades com o objetivo do sobreproduto (Kautsky (1980) já havia nos mostrado isso em seus estudos),

¹² Grifo nosso – Marx se refere às rendas diferencial e absoluta.

a renda absoluta resulta do monopólio. De um controle sobre o total da produção e das terras disponibilizadas para essa produção, bem como para quais mercados essa produção é destinada.

Se um produto ofertado por um proprietário capitalista ao mercado consumidor tiver seu preço inferior ao capital investido para sua produção e que não compense sua produção, este pelo poder de monopólio não o produzirá, até que o valor do produto esteja acima do investido. Porém, na oferta e procura de um produto os preços podem estar abaixo do capital investido e mesmo assim gerarem a renda absoluta pelo volume total da produção (mais áreas do mesmo produto e novas tecnologias¹³), não infringindo a Lei de Valor.

Nesse ponto David Ricardo negava a existência de renda absoluta e Karl Marx a incorpora como de fundamental importância para o entendimento da renda da terra no sistema econômico de produção e a capacidade dos proprietários capitalistas de se apropriarem do lucro.

Como a sociedade paga um tributo, justifica-se o motivo do porquê as piores terras (fertilidade, localização) serem cultivadas. Para Lenz (2007) o proprietário colocará essas terras a disposição quando o capital aplicado, na produção da mercadoria, atinja o nível de preço suficiente do lucro médio normal. Conforme Lenz (2007, p. 14), “para a existência da renda absoluta, é necessário, então que na agricultura os valores dos produtos sejam superiores aos preços de produção, calculados com a taxa média de lucro da economia”. Isso indica que a renda absoluta é resultado da propriedade privada da terra e se constitui no excedente de valor sobre o preço de produção estabelecido no domínio do setor industrial, na porção da mais-valia que não participa da repartição entre os capitais.

Com isso, se a pior terra pode ser arrendada e gerar renda, então, a renda absoluta está diretamente ligada a existência da propriedade do solo. Para Kautsky (1980), a renda absoluta chegaria ao fim quando houvesse a estatização das terras. Mas isso deveria ser de forma universal, pois basta que um camponês invista seu trabalho para produzir em suas terras, e gere o excedente de produção para o mercado local; o grande proprietário que não colocou suas terras para produzir terá sua propriedade valorizada sem nada ou pouco investir.

¹³Grifo nosso – Kautsky (1980) e Guimarães (1989) – apontam o avanço científico como uma justificativa para o aumento da produtividade.

Isso nos permite observar singularidades na produção agrícola de um determinado produto que só é produzido em uma porção específica do globo, por condições naturais que a individualizam.

A *renda de monopólio*, a última renda discutida por Marx, se realiza porque uma parcela da sociedade se dispõe a pagar um preço fora da realidade comum de mercado para adquirir um produto/mercadoria ou consumir algum serviço que, por condições naturais, só podem ser ofertadas de forma limitada.

Esse lucro extraordinário acima do lucro médio normal, resultado do fetiche de uma mercadoria – uma iguaria de consumo, do desejo de consumir. Esse produto singular se enquadra, como os demais na Lei da Oferta, uma vez que sua quantidade diminuta, e também controlada pelo proprietário, deixa clara a existência do monopólio da terra. Isso também se aplica as minas, lagos e florestas, como apontou Adam Smith quando um serviço único ou produto pode ser ofertado pela natureza, sendo este apoderado pelo proprietário da terra, como uma renda monopolizada.

As diversas formas de renda capitalista da terra se fundamentam na exploração de trabalho, no processo de extração e apropriação de trabalho excedente executado pelo arrendatário ou pelo trabalhador assalariado que, explorado em sua força de trabalho se vê obrigado a produzir além do necessário ao seu sustento, ao pagamento pelo uso da gleba e aos preços fixados pelo mercado ou vendendo sua força de trabalho ao proprietário da terra.

Sendo a renda da terra imposta a todos os setores da sociedade, os custos de alimentação e moradia da classe trabalhadora, será estabelecida pela capacidade de consumo dessa classe frente ao valor da relação salário-alimento-moradia que essa mesma classe poderá pagar. O capitalismo então manipula os preços de mercado para garantir que ambos os trabalhadores rurais e urbanos sejam sempre expropriados, de sua terra e de seu trabalho.

2.2 O monopólio da terra, mais-valia e renda

O monopólio da terra é um importante instrumento de poder, voltado para a acumulação do capital, uma vez que o proprietário da terra tem o controle de partes dos elementos da produção, podendo em determinados momentos definir, quando e quanto produzir e onde e a quem vender. Entretanto esse poder limita-se a quanto de terra para

cultivos se possui, quanto de capital se dispõe para investimentos, e mais ainda, se entendemos que essa terra de lavoura pode ser uma terra de negócio ou de trabalho.

Sendo uma categoria de análise econômica que tem por base fundamental a propriedade privada da terra, pois ela é o direito de cobrar de toda a sociedade um tributo, pelo monopólio que uma classe social tem pela propriedade da terra. Isso estabelece pela consolidação do modo de produção capitalista, a propriedade privada da terra a converter em uma mercadoria especial.

Sendo uma mercadoria, resultado do direito a propriedade privada da terra e que ganha uma condição singular permitindo a seu proprietário especular esse bem e monopolizá-lo, como afirma Karl Marx (2008) que,

Qualquer que seja a forma específica de renda fundiária, todos os seus tipos têm em comum: o apropriar-se da renda é a forma econômica em que se realiza a propriedade fundiária, e a renda fundiária supõe propriedade fundiária, que determinados indivíduos sejam proprietários de determinadas parcelas do globo terrestre. (MARX, 2008, p. 845).

A terra, um bem da natureza que não é um produto do trabalho do homem, que pelas relações humanas torna-se um componente social e uma categoria econômica. Social quando interliga os indivíduos e as famílias para um bem comum, a manutenção da vida, e uma categoria econômica, quando passamos a privatizar porções do globo e produzir mercadorias na agricultura, denotando que essa terra era também uma mercadoria, como aponta Adam Smith (KAUTSKY, 1980).

A terra então, utilizada como instrumento de poder especulativo, patrimonial e de acesso a financiamentos gerou fortes contradições, pelos agentes que a controlam, recriando as condições de monopólio para maior acumulação do capital, via obtenção da renda da terra e da exclusividade das funções de controle, em partes, dos elementos materializados na produção, circulação, distribuição e consumo. Assim, Oliveira (2007) aponta que:

[...] o desenvolvimento da agricultura no século XX e XXI vai ser marcado por uma realidade contraditória, ou seja, a sua expansão por aqueles setores de mais alta rentabilidade, como é o caso da avicultura ou do reflorestamento, por exemplo. Tem-se expandido também, por aqueles setores onde capitalistas e proprietários da terra unificam-se em uma mesma pessoa. No geral, entretanto, o capital tem atuado, contraditoriamente, no sentido de criar e recriar as condições para o

desenvolvimento da agricultura camponesa, sujeitando, portanto, a renda da terra ao capital. (OLIVEIRA, 2007, p. 32).

O camponês, por sua vez, entende a terra como um instrumento de relações sociais, pois a terra está enraizada na dinâmica familiar de construção de sobrevivência por meio, principalmente, das relações não-capitalistas de produção. A sua sobrevivência, baseada no modo de vida camponesa, mediada pelo trabalho da força familiar, sustenta todo um conjunto de relações sociais que caracteriza a terra como meio de vida e ao mesmo tempo como meio de resistência.

Intimamente ligada a monopolização da terra, está a renda da terra, que pelo direito da propriedade fundiária, estabelece que seus proprietários podem se apropriar, direta e/ou indiretamente das rendas oriundas dessas terras, sendo de direto ainda, o monopólio sobre essas terras, superando a vontade, desejo e necessidade dos demais.

Ao dispor do monopólio sobre essas terras, seu proprietário as dispõe para o labor de outros indivíduos, apropriando-se do trabalho excedente, como forma de pagamento dado a seu direito de monopólio, o pagamento da renda da terra, que no tempo histórico se apresentou de diversas formas.

Além do direito de monopólio da terra, seu proprietário recebe por seu uso, não lhe custando nenhum trabalho. Para Marx, nos Manuscritos de Paris (2008), baseado nos autores: Adam Smith e Jean Baptiste Say, a renda da terra supera o ganho de capital investido, constituindo-se em lucro suplementar. Pois o trabalho humano, na terra como um bem bruto, tende a modificá-la para atender a seus desejos, valorizando sua propriedade a cada labor.

Mesmo a renda da terra sendo um preço de monopólio, essa renda é paga pelo arrendatário, mas que é a mais-valia apropriada por este em trabalho anterior e posterior que paga a renda ao proprietário da terra, ou seja, é a mais-valia fruto do trabalho excedente não-pago.

Segundo Martins (1981), esse processo contraditório do capitalismo decorre do fato de que o modo capitalista de produção não é em essência um modo de produção de mercadorias no seu sentido restrito, mais sim de produção de mais-valia. Pois o contrato entre o arrendatário e o proprietário, onde o arrendatário paga uma determinada quantia pelo consentimento de uso da terra pelo proprietário, não necessariamente precisa ser terra lavrada, podendo ser em minas, florestas, terrenos de construção.

Para Oliveira (2007) a renda em sua forma mais desenvolvida, a renda capitalista, no modo capitalista de produção, será sempre a sobra acima do lucro médio, o que vai chamar de mais-valia e trabalho excedente, como ele aponta:

Já em sua forma mais desenvolvida, por exemplo, no modo capitalista de produção, a renda da terra é sempre sobra acima do lucro (do lucro médio que todo capitalista retira de sua atividade econômica, aliás, sem esse lucro médio nenhum capitalista colocaria seu capital para produzir). Ela é, dessa forma, sobra acima da fração do valor das mercadorias, que nada mais é do que mais-valia, ou seja, trabalho excedente. (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

Nos estudos de Karl Kautsky qualquer trabalhador, seja ele da fábrica ou do campo, produz a mais-valia. Entretanto nos parece que o trabalhador do campo paga uma parcela maior desse encargo ao produzir mercadorias e benfeitorias como aponta Kautsky (1980):

A mais-valia decorre do fato de ser a força de trabalho humana capaz de criar uma soma de produtos superior à que é necessária à sua conservação e à sua reprodução, a partir do momento em que a evolução do aparelhamento técnico atinge um certo grau. Um excedente dessa espécie, um produto líquido é fornecido, desde tempos imemoriais, pelo trabalho humano. Todo o processo de civilização se condiciona ao aumento progressivo desse excedente mediante o aperfeiçoamento da técnica. (KAUTSKY, 1980. p. 83).

Ainda Oliveira (2007), entende que a renda da terra é uma fração da mais-valia, ou seja, um componente particular e específico da mais-valia. E que segundo ele Karl Marx denominou de mais-valia sendo,

[...], mais-valia é, no modo capitalista de produção, a forma geral da soma de valor (trabalho excedente e realizado além do trabalho necessário que por sua vez é pago sob a forma de salário) de que se apropriam os proprietários dos meios de produção (capitalistas e ou proprietários de terras) sem pagar o equivalente aos trabalhadores (trabalho não pago) sob as formas metamorfoseadas, transfiguradas de lucro e de renda fundiária. (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

É possível ainda que após os referidos pagamentos não sobre nada ao trabalhador camponês e sua família, em busca dos juros usurário, explorando a miséria em que o trabalhador livre se encontra, os proprietários e comerciantes vendem suas

mercadorias a preços elevados e as comprou a baixo do seu valor. Daí entende-se os diversos motivos da resistência camponesa, de sua luta e do seu enfrentamento.

2.3 Conceituação teórica de camponês

Definir conceitualmente camponês, faz-se necessária buscar suas origens, que nos remete ao contexto europeu, oriundos das glebas senhoriais do sistema feudal de produção. Numa visão eurocêntrica, que nos é mais próxima e conhecida.

Com o fim do Império Romano e a estruturação do Feudalismo o escravo romano, migra para a condição de servidão. Todavia o servo feudal não era um escravo, não podendo ele ser considerado propriedade do senhor feudal e por isso não podia ser vendido; eram trabalhadores rurais vinculados à terra e sua servidão implicava no trabalho forçado nas glebas. Pois quando o feudo passava de um senhor para outro, tudo que havia dentro do feudo era transferido, inclusive os servos. Isso justificava a baixa mobilidade de pessoas e de mercadorias (MULLER, 1990).

Outro aspecto importante desse sujeito social é o trabalho vinculado a força familiar, diferente da Roma Antiga, em que o escravo trabalhava apenas com sua força braçal. As oficinas romanas mantinham uma quantidade de escravos para executar as tarefas, estes utilizavam as ferramentas de seu senhor e eram alimentados apenas para a manutenção da vida. No sistema feudal o servo utilizava-se da força braçal familiar, produzia suas ferramentas de trabalhos e ainda precisavam prover seu próprio sustento (OLIVEIRA, 2007).

O processo de colonização das Américas trará consigo dois tipos de homens: os ricos, que formaram plantations, engenhos, fazendas e minas, utilizando-se de suas riquezas para gerar mais riqueza; e pobres, que ocuparam as terras sem valor econômico e/ou de produção e trabalhavam essas terras a partir de relações de produção não-capitalistas, com o único propósito de sobreviverem. Contudo esses últimos não ficaram alheios ao sistema capitalista de produção. Nessa perspectiva apontamos características que podem ajudar a entender o camponês e a agricultura camponesa, pois ele o camponês é um ser “estranho”, de acordo com Moura (1988).

Suas especificidades em torno do globo terrestre, vistas as longas transformações históricas no tempo e espaço, podendo assumir diversas características quanto a sua identidade, como afirma Shanin (1980, p. 44), “Em qualquer continente, estado ou

região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo”. Na visão do autor,

O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social amplo. (SHANIN, 1980, p. 51).

Assim o que define o que é ser camponês é o que o define! Um sujeito social, um modo de vida, uma classe social, uma categoria? José Tavares dos Santos (1984) apresentou nove variáveis para a condição do camponês e a busca em defini-lo; não sendo essa uma tarefa fácil, pois o conceito de camponês é mutável, não só no tempo histórico como na porção do globo em que se situa o sujeito.

A primeira característica é a forma de geração de riqueza¹⁴ na unidade de produção familiar, na terra de trabalho, que se estabelece por relações não-capitalistas de produção. O trabalho é executado basicamente pela família, e quando essa necessita de ajuda utiliza-se do apoio de vizinhos para os mutirões, ou contrata temporariamente trabalhadores rurais como força de trabalho complementar. Mesmo tendo o camponês a propriedade dos meios de produção, sendo capaz de produzir parte de suas ferramentas, as demais são adquiridas pela compra de mercadorias (os demais instrumentos de trabalho), subordinando o camponês ao capital, por uma relação desigual de trocas entre o que ele produz e o que consome.

Para Chayanov (1974) a organização da unidade econômica camponesa fundamenta-se no entendimento de que a família trabalha para preencher as necessidades fundamentais dos seus membros e em um segundo plano, para acumular capital. Considerando a ausência do trabalho assalariado e a não acumulação de capital, o autor classifica a unidade camponesa como não-capitalista.

É válido lembrar que uma das características mais marcantes da expansão do modo capitalista de produção é a expropriação dos trabalhadores de suas terras e de seus instrumentos de trabalho para que esses fiquem na dependência da troca de sua força de trabalho por um salário. Conforme ressalta Martins (1981), ao dizer que:

¹⁴ RIQUEZA. Conjunto dos bens e serviços à disposição de uma coletividade, um grupo social ou um indivíduo. Em termos amplos, é o produto social, apropriado de forma diversa pelos indivíduos em determinada estrutura social. A participação de cada grupo ou de cada indivíduo na riqueza social depende do nível de renda individual (que deriva da utilização econômica da riqueza). (SANDRONI, 1999, p. 532).

O principal da expansão do capitalismo é basicamente isso: - os trabalhadores se transformam em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda propriedade que não seja a propriedade da sua força de trabalho, da sua capacidade de trabalhar. Como já não são proprietários nem dos instrumentos de trabalho nem dos objetos, das matérias-primas, empregados no trabalho, não têm outra alternativa senão a de vender a sua força de trabalho ao capitalista, ao patrão. (MARTINS, 1981, p. 27).

No caso da agricultura camponesa, os camponeses detêm os próprios instrumentos de trabalho, como a terra e parte das ferramentas básicas, porém, salientamos que essas unidades de vida e produção familiar não estão isoladas do restante da sociedade e, dessa forma, sofrem os efeitos dos processos de sujeição do trabalho à racionalidade do modo capitalista de produção. Ainda nesse ponto das relações de trabalho, não podemos deixar de abordar questões outras que são marcantes na conceituação do camponês, como por exemplo: o tempo de trabalho, a autonomia produtiva e o auto-consumo da produção.

No primeiro caso, o tempo de trabalho, ou seja, o número de horas trabalhadas é, até certo ponto, salvo em alguns casos, determinado pelo próprio camponês. Nesse caso, não existe um patrão ou um gerente com um relógio de ponto controlando seus horários. O camponês pode trabalhar mais ou menos horas por dia, isso vai depender da demanda familiar pela produção e das condições meteorológicas. Além disso, são acrescentados ainda: a natureza do trabalho, o tempo da técnica e o modelo de agricultura.

O segundo caso, a questão da autonomia produtiva, entendemos que o camponês tem certa liberdade para escolher e determinar o que produzir, segundo as necessidades básicas da família, das condições edafoclimáticas e da perspectiva cultural na unidade de produção. Apesar de estar, em muitos casos, sujeito ao processo de expropriação da renda da terra camponesa, o camponês busca sempre, em primeiro lugar, a produção que possa suprir basicamente as necessidades familiares.

O terceiro caso, os resultados da aplicação da força de trabalho familiar se materializam na produção. Essa produção, em grande parte, não é exclusivamente direcionada para o mercado e sim, para suprir as necessidades da família, presentear visitantes e trocar por outros produtos com os vizinhos (SANTOS, 2007, 2012). É o que entendemos aqui como auto-consumo familiar. A lógica camponesa não é acumular capital, mas sim, alimentar a família e trocar parte da produção nos mercados locais, a

exemplo, das feiras-livres, por outras mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho, como mostra Oliveira (2007):

Sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio. No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: $D - M - D$ na sua versão simples, e $D - M - D'$ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula $M - D - M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar. (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

Ainda sobre a força de trabalho camponesa, Alves (2009) argumenta que:

A força de trabalho da família é o elemento mais importante no reconhecimento da unidade camponesa. A família define o máximo e o mínimo da atividade econômica da unidade, o tamanho da família (numero de consumidores) tem uma relação direta com a atividade econômica da unidade de produção. Portanto, a produção camponesa possui uma dinâmica diferenciada e particular, e reconhecida pela diferenciação demográfica no balanço trabalho-consumo (equação braços e bocas). (ALVES, 2009, p. 152).

Assim a dinâmica da relação consumo-produção em uma unidade familiar, explica-se pelo seu incremento no que se refere ao número de trabalhadores da família, o número de consumidores dessa família e das necessidades de consumo que justificariam a expansão dos cultivos; e caso essa expansão não fosse possível, mediante o número da prole, submeter-se ao trabalho acessório, como um compensador para o déficit necessário a manutenção dessa família.

A segunda característica é com relação ao modo de vida, o qual é entendido pela forma como os camponeses percebem, vivem e concebem, em específico, o espaço. Tal modo de vida é marcante na agricultura camponesa, pois existem fortes laços de solidariedade entre as famílias. A troca de produtos e trabalho, a ajuda mútua, a formação de mutirões que se materializam em força coletiva de trabalho, os laços de afetividade com o espaço vivido, que aqui podemos chamar de terra de trabalho, entre

outras formas de expressar um conjunto de relações sociais baseadas muito mais na vivência cotidiana do que na lógica capitalista da acumulação.

A questão do modo de vida característico do camponês é também apresentada por Sabourin (2009) quando o autor argumenta o parentesco e seus laços estreitos, a localidade da comunidade, como lócus original de descendência dos membros da comunidade, a reciprocidade geradora de vínculos sociais, a religiosidade e as festividades. Tudo isso justifica a força de trabalho gerada pelo camponês enquanto um ser coletivo.

Para o camponês, o seu trabalho é visto como um elemento que produz, de forma autônoma, a sobrevivência da família e não como um instrumento produtor de riqueza que deve ser explorado por outros, que não sua própria família, no que diz respeito a satisfação pessoal dos seus membros. Já na agricultura capitalista, o trabalho é uma mercadoria comprada no mercado como tal, onde geralmente uma pequena parte do tempo de trabalho explorado é remunerada via pagamento de salário ou outro e o restante se torna tempo de trabalho não pago, o qual fica embutido na mercadoria e por meio da circulação, distribuição e consumo tende a se realizar como lucro nas mãos do capitalista.

Nessa discussão de agricultura camponesa, agricultura capitalista e mercado, chamamos a atenção para o fato de que a agricultura camponesa não é uma entidade que está fora do mercado, muito menos, uma estrutura produtiva alheia à organização capitalista, como mostra Porto-Gonçalves (2011):

Esclarece-se que essa oposição entre agricultura camponesa e agricultura capitalista não deve ser assimilada ao novo maniqueísmo, onde tudo é reduzido a uma lógica binária em que de um lado está, sempre, o mercado. A agricultura camponesa não é o oposto da agricultura de mercado. Os camponeses sempre mantiveram relação com o mercado desde tempos imemoriais. (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 224).

A questão é que o conceito de mercado vai além do mercado capitalista, uma vez que o mercado é anterior ao próprio capitalismo, pode a ele resistir e certamente vai continuar num possível pós-modo capitalista de produção. A questão é que, na sociedade atual, há uma imposição de um modelo de mercado fortemente arraigado numa estrutura comandada pela lógica do consumo, lógica essa que Santos (2000) tratou, como o grande fundamentalismo da sociedade atual.

No que tange ao mercado e à agricultura capitalista, Porto-Gonçalves (2011) afirma que:

A agricultura capitalista é uma forma de agricultura de mercado e não a agricultura de mercado. O mercado é anterior ao capitalismo e pode a ele sobreviver. O que o mercado não pode, nem pretende, é criar uma sociedade, até porque uma sociedade não se resume à dimensão econômica. Logo, se me permitem, sociedade de mercado é um absurdo lógico e bem pode ser um absurdo prático, como estamos vendo com a exacerbação neoliberal. (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 224).

As palavras de Porto-Gonçalves reforçam a tese de que o mercado, de forma geral, não se resume ao mercado capitalista e que este é anterior ao próprio capitalismo. Portanto, a atividade econômica camponesa não se assemelha a de uma empresa rural, que é voltada para o mercado, mas busca uma remuneração, em relação aos investimentos e gastos gerais de produção, que lhe permita determinar tempo e intensidade de trabalho. Sua lógica consiste em não acumular capital, mas reproduzir seu modo de vida independente das relações capitalistas.

Sobre a questão do campesinato e do mercado, ressaltamos três aspectos importantes para a sua compreensão: o primeiro é que a agricultura camponesa existe numa perspectiva diferenciada de mercado, via troca de produtos, de trabalho, e da solidariedade social, a qual é comum às famílias camponesas; o segundo, que, por outro lado, a agricultura camponesa também está inserida no que chamo aqui de mercado capitalista, uma vez que há um processo de sujeição da renda da terra camponesa ao capital, pela via da troca dos produtos por dinheiro, onde torna-se necessária a comercialização com os atravessadores e agroindústrias e, ao mesmo tempo, existe a necessidade de aquisição de maquinários, implementos agrícolas e insumos. É importante lembrar que essa relação com o mercado se dá de forma desigual, uma vez que o camponês não define o preço dos produtos que vende e, muito menos, dos que compra.

Apontamos também o processo de subordinação do campesinato ao capital financeiro e as empresas, por meio de financiamentos, empréstimos e pelos contratos de integração entre camponeses e empresas, sobretudo, grandes empresas multinacionais. Essa realidade não quer, necessariamente indicar que o capital vai atuar diretamente na produção camponesa, mas sim, utilizando indiretamente as relações de trabalho não-

capitalistas oriundas do labor do campesino para acumular e reproduzir capital (SANTOS, 2012).

O terceiro aspecto importante é sua resistência como classe social de trabalhadores que historicamente no Brasil, foram excluídos de participação ativa nos “formais” processos decisórios, como mostra Martins (1981). O autor ressalta que, mesmo que as lutas camponesas¹⁵ tenham tido grande relevância no contexto das lutas de classes no Brasil, a exemplo da Guerra do Contestado, da Guerra de Canudos e outras, as mesmas ficaram relegadas ao esquecimento. Esse “esquecimento” é parte de uma ideologia que busca minimizar a participação camponesa na produção do espaço como uma forma de auto-afirmação numa perspectiva de enfrentamento de classes.

Segundo Martins (1981), a exclusão do camponês do pacto político é o fato que cerceará o entendimento da sua ação política. O autor entende que essa exclusão não é meramente política, ou seja, também é cultural, social e econômica. “Por isso, é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico” (MARTINS, 1981, p. 25).

Martins (2011) expõe essa característica revolucionária dos camponeses, não somente no Brasil, mas em vários outros países, como elemento de transformação social, o qual está fundamentado na luta coletiva com posição contrária ao processo de exploração do trabalho, expropriação de renda e de bloqueio ao acesso à terra.

Essa via de mobilização revolucionária coloca o campesinato numa posição estratégica diante das possíveis transformações sociais que devem ocorrer, sobretudo, num país com grande desigualdade na distribuição de renda como o Brasil e outros, a exemplo, do México, da Bolívia, e do Equador (OLIVEIRA, 2007).

A organização coletiva e as transformações que estão ocorrendo nos últimos anos, por via do movimento indígena-camponês, é uma prova concreta aos que desacreditam na força do campesinato e de outras organizações populares, a exemplo das comunidades ribeirinhas, dos índios, dos povos das florestas e outros, de que os camponeses continuam com sua matriz estrutural, que é justamente a capacidade de promover e conduzir movimentos revolucionários em plena fase hegemônica do modo capitalista de produção no mundo. Essa força e essa capacidade revolucionária de mobilização estão entre as principais características que, a nosso ver, diferencia o

¹⁵ Sobre as lutas camponesas ver o tema: Ligas Camponesas nos trabalhos de AZEVEDO (1982), BASTOS (1984) e STEDILE (2006).

campesinato, enquanto agentes de lutas sociais, de outros segmentos da sociedade nos dias atuais (SANTOS, 2012).

Para Soares (1981), ao analisar a percepção dos camponeses de Bom Jesus, no município de Lima Campos no Estado do Maranhão, do que é “ser camponês”, o mesmo chega a conclusão que:

As percepções se opõem em torno de dois eixos, cujos polos são, respectivamente: autonomia, independência e liberdade, antepostos a sujeição, dependência e cativeiro; segurança, fartura, conforto, oposto a instabilidade, escassez, sofrimentos. As referências para efeito de contraste são os trabalhos urbanos, assalariados, e rural, em terra de propriedade alheia. (SOARES, 1981, p. 214).

Dessa forma, a terra esta intrinsecamente ligada ao modo de produção camponês representando também suas contradições em razão do modo de produção moderno/capitalista. Assim para Wanderley (1996), no Brasil a história do campesinato pode ser definida como um registro de lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. Isso se torna bastante notório mediante os vários movimentos sociais de luta pelo acesso a terra. Segundo Oliveira (1991), a origem desses conflitos tem raízes na estrutura econômica brasileira, e na dinâmica de desenvolvimento do modo de produção capitalista monopolista no território nacional.

O campesinato apresenta-se como resistência ao capital, e isso, fica bastante evidente segundo a visão de Queiroz (1973), onde o campesinato se mantém sempre em posição de inferioridade no seio da sociedade global. Assim, pode-se perceber que, com a modernização e o ingresso do capital no campo o agronegócio ganhou uma dimensão espacial gigantesca, e em compensação o mesmo não ocorre com o campesinato. Dessa forma, pode-se entender que os conflitos existentes entre o campesinato e o grande capital, sempre estará em constante debate e confronto, pois, como afirma Queiroz (1973):

O caráter de subordinação socioeconômica e política do campesinato se mantém, apesar das transformações da sociedade global; pode-se dizer, pois, que nem no passado, nem no presente, chega ela a alcançar poder político e prestígio. (QUEIROZ, 1973, p. 21).

Para Soares (1981), a especificidade do campesinato está representada no caráter familiar da produção que empreende, e tem a família como unidade de produção e

consumo, e uma relativa independência da unidade frente ao mercado. Essa relativa independência se dá pelo fato da produção ser para o autoconsumo, porém, nada os impedem de se integrarem ao mercado moderno com a comercialização dos excedentes da produção tirando-os da condição de “isolamento”. Isso se evidencia pela necessidade que o camponês tem em comprar ferramentas e utensílios necessários à produção.

A pequena produção não é anti-capitalista. Ainda que a natureza do processo da produção imediata seja específica e irredutível, os pequenos produtores agrícolas são produtores de mercadorias, isto é, colocam seus produtos no mercado e dependem deste para a reprodução da força de trabalho. (SOARES, 1981, p. 221).

Ainda segundo Soares (1981, p. 206), “[...] não há como suprir internamente à unidade doméstica de todas as necessidades para a reprodução do trabalho, mesmo que se considere um nível de consumo de bens essenciais próximos ao limite físico”, porém destaca conforme citado acima, que é modo de produção da unidade campesina e suas especificidades que orientam sua análise.

Assim, para Lamarche (1993 apud WANDERLEY, 2003, p. 47), os camponeses são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que todas, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da chamada sociedade englobante. Outro fator importante a ser analisado é o rendimento indivisível, que segundo Wanderley (2003):

Ao se integrar ao mercado, nas condições modernas de produção, a unidade familiar introduz, em seu funcionamento, a necessidade de pagamentos diferenciados – recursos que tem destinos diferentes para compra de máquinas e insumos, para pagamento de juros bancários e eventualmente da renda da terra ou trabalho assalariado complementar à família. (WANDERLEY, 2003, p. 50).

Ainda para Marques (2004),

[...] um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco,

tendo como unidade social básica: a comunidade. (MARQUES, 2004, p. 145).

Face ao modo de produção vigente, o capitalismo, como a forma que o mesmo tem definido as relações de produção, tanto das atividades industriais como nas atividades agrícolas e demais atividades econômicas, constata-se o peso que o econômico adquiriu na organização da vida em sociedade. Dessa forma, analisando as atividades do setor agrícola num contexto onde o crescimento da agroindústria tem se intensificado cada vez mais, em especial no Brasil, em detrimento da agricultura camponesa, percebemos a importância de se analisar o papel que o campesinato desempenha na sociedade moderna.

2.4 Terra de trabalho e terra de negócio

Segundo José Tavares dos Santos (1978) é uma característica do camponês, possuir (que muitas das vezes não é ter¹⁶) a terra em que trabalha, junto com a força motriz familiar. Essa terra, comprada ou não, torna-se o elemento chave da sobrevivência e da reprodução camponesa.

Torna-se uma terra de trabalho, quando o camponês e sua família executam o labor utilizando-se de suas ferramentas e de sua própria capacidade de produção, mesmo que outrora essa terra tenha sido comprada, sendo ela uma mercadoria, mas agora explorada de maneira diferente da propriedade capitalista, que se apropria do trabalho alheio e busca a acumulação de capital, transformando tudo em mercadoria.

Sendo uma terra de trabalho, as ferramentas do labor, partes produzidas e partes adquiridas como mercadorias subordinam o camponês ao capital que se vê obrigado a trocas desiguais, nos mercados consumidores, entre suas mercadorias produzidas e os insumos necessários a produção em sua unidade familiar.

Todavia essa terra de trabalho permite ao camponês estabelecer sua jornada de trabalho, diferente da rigidez da produção capitalista, em horas, dias e períodos combinados a necessidade da produção. Em momentos em que a jornada de trabalho é menor, o camponês pode se dedicar a executar o trabalho acessório ou a manutenção da

¹⁶ Grifo nosso.

unidade familiar, como também a produção das ferramentas e utensílios necessários ao labor e a produção camponesa.

A terra de trabalho transforma-se no meio e no principal sustento da família camponesa, pois através do seu labor geram a reprodução de sua condição de vida mesmo sendo extraída a renda da terra pelo capital que explora o trabalho indireto pela subordinação e sujeição ao capital, dentro da economia de mercado, controlando os preços das mercadorias, de compra e venda, aumentando os custos de produção e barateando as mercadorias agrícolas. Preços esses controlados para garantir a sobrevivência do camponês e a possibilidade de consumo de víveres necessários a sua família, mas não necessariamente a manutenção a terra.

Como a propriedade privada da terra, também é um elemento da condição camponesa, como aponta José Tavares dos Santos (1978) e essa terra equivale a uma mercadoria, o camponês vê-se obrigado a comprá-la para converter-se em seu proprietário privado. Dessa forma, como mercadoria a terra, pode passar de mão em mão caso não se possa manter a propriedade.

Assim José Tavares dos Santos (1978) argumenta sobre a renda da terra gerada pela propriedade privada da terra camponesa, dizendo:

Desde logo, existe a formação de uma renda absoluta da terra, visto que é a propriedade territorial mesma que engendra a renda da terra. O monopólio privado do solo faz que o excedente do valor do produto agrícola sobre o preço de produção social médio – excedente de valor oriundo da maior utilização relativa de força de trabalho no processo produtivo agrícola em comparação com outros setores produtivos da sociedade – converta-se em renda da terra. Nesse sentido a valorização econômica da propriedade da terra vai-se expressar na formação do preço da terra, que nada mais é senão a renda territorial capitalizada. (SANTOS, 1978, p. 49).

Com isso o preço da terra, mesmo sendo uma terra camponesa, concorre diretamente com a renda diferencial da terra, que exige mais tempo de trabalho dos membros da família camponesa para competir com seus produtos nos mercados consumidores. E quando essa família não possui terra ou braços suficiente para produzir o excedente da produção, num sobre-trabalho, elas não conseguem pagar o preço de mercado cobrado a seus produtos.

Entretanto observa-se uma concentração de terras nas mãos de poucas pessoas, que buscam a especulação imobiliária de um mercado de terras, contribuindo e gerando a manutenção de uma estrutura fundiária conservadora, fazendo com que a propriedade

da terra se torne inacessível a um número crescente de trabalhadores que necessitam dela para trabalhar e não para negociar, como demonstra Martins (1991).

Como a cada década a questão do acesso a terra se torna mais difícil e o endurecimento das regras para aquisição do lote de terra cada vez mais complexa, mesmo pela compra no mercado de terras, forçam os trabalhadores rurais não só a migrarem em definitivo; para a cidade, ou para outra região ou ainda para uma nova fronteira agrícola, e de outra forma como em movimentos diários e/ou sazonais, como aponta Woortmann (2009), ao justificar a migração dos membros da família em busca de trabalho.

O trabalho de Martins (1991) e o de Oliveira (2007) discutem a terra como um bem natural e os trabalhadores da terra de trabalho fazem um enfrentamento ao monopólio capitalista; seus tributos e sua subordinação, ao tratarem do posseiro que usa a terra para o trabalho e para a vida, permitindo-se viver por relações não-capitalistas de produção, e que recusa-se a pagar a renda e viver da terra. Assim Martins (1991) argumenta essa questão:

[...] os posseiros de vastas regiões se concedem o direito de abrirem suas posses nas chamadas terras livres, desocupadas e não trabalhadas, sem sinal de ferro, de vastas regiões desertas, pois entendem que a terra é um patrimônio comum, é de todos. Só é legítima a posse porque é baseada no seu trabalho. É o trabalho que legitima a posse da terra; é nela que reside o direito da propriedade. Esse direito está em conflito com os pressupostos da propriedade capitalista. (MARTINS, 1991, p. 56).

Porém, “possuir não é ter” e, mais ainda – mesmo vazia, tem dono! Pois, nesse cenário tem-se o conflito de interesses diversos entre os proprietários de negócios e os proprietários de trabalho. Esses últimos, quando pressionados pela subordinação da renda da terra ao capital, não conseguem se manter com a terra de trabalho, nas mesmas condições que tinham antes, buscam a sobrevivência em outro lugar, diferente de sua terra de trabalho, que pela pressão fundiária pode se tornar apenas local de moradia.

Ainda sobre essa questão, Martins (1991), esclarece que:

Os que não conseguem resistir a essas diferentes pressões e agressões, como posseiros, colonos, parceiros, arrendatários, moradores, transformam-se em proletários, em trabalhadores a procura de trabalho não só no campo, mas também na cidade. [...]. (MARTINS, 1991, p. 48).

Estamos diante de uma situação, resultante da violência contra o trabalhador rural e da forma como a renda da terra é expropriada. Essa situação gera a subordinação do trabalho das famílias camponesas, que quando não se consegue garantir a sobrevivência da família com o trabalho da terra, busca o trabalho acessório para além da unidade familiar de produção, buscando assalariamento temporário, através das relações de trabalho precarizadas, e muitas vezes levando-os a uma condição de miséria.

As diversas formas de conflito pela posse da terra e a luta pela manutenção da unidade familiar de produção, leva o trabalhador camponês a executar o trabalho acessório, como uma garantia de renda, pois as técnicas de produção aliadas ao tamanho da terra e outros tantos entraves, força a um, ou mais membros dessa família a buscarem o sustento fora da sua terra de trabalho.

2.4.1 O trabalho acessório

Ao interpretarmos o trabalho acessório como uma renda extra aos rendimentos da unidade familiar camponesa, precisamos avaliar esse trabalho como um resultado apenas para o trabalhador que executou esse trabalho, e não os ganhos de quem contratou o trabalhador. Pois não podemos esquecer que estamos tratando de um ser camponês, que tem em sua terra de trabalho formas não-capitalistas de produção e a não expropriação do trabalho alheio.

Entende-se como trabalho acessório – “o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa” (SANTOS, 1978)¹⁷.

Se nos mantivermos apenas do lado do trabalhador que vendeu sua força de trabalho na forma de trabalho acessório ainda continuaremos a discutir uma condição camponesa, realizada em um determinado momento do ciclo produtivo da unidade familiar de produção, que permitiu a esse camponês liberar horas de seu trabalho para outro. Porém ao perguntarmos quem é esse outro, e pode ser ele também um camponês que contratou uma força de trabalho, mesmo que diária ou temporária, faz com que

¹⁷ Oliveira (2007) e Santos (2012) também fazem referências ao trabalho acessório.

Marx (2008) argumente que esse contratante, o outrem é um estranho, pois houve um trabalho estranho, uma vez que foi acumulada a mais-valia, do trabalho não pago.

Retornando ao pensamento do camponês que executou o trabalho acessório, entende-se ainda como uma estratégia de sobrevivência das famílias camponesas que lançam mão dessa possibilidade como sendo mais uma condição de permanência para a manutenção da vida e da terra de trabalho, para sua fixação enquanto camponês.

O trabalho acessório poder ser desenvolvido na forma de trabalho agrícola e não-agrícola. No primeiro caso o camponês executa o labor em atividades pertinentes ao seu universo de trabalho cotidiano e corriqueiro, como o trabalho nas lavouras e pastoreio. Sendo o trabalho assalariado nas lavouras o mais comum, principalmente quando o agronegócio requer mão de obra para suas empreitadas. Já o segundo caso, do trabalho não-agrícola, esse é realizado principalmente nas cidades mais próximas de sua unidade familiar, resultado das migrações, que acarretam mudanças e transformações nas relações de trabalho, no uso do solo e na divisão do trabalho familiar.

Todas essas mudanças ocasionadas pelas saídas de um ou mais membros da família camponesa, para executar o labor fora de sua unidade familiar, acarreta a essa família um caráter de multifuncionalidade, associada às diversas estratégias de sobrevivência e reprodução assim como sua permanência na terra; isso tem justificado uma corrente de pensamento teórico que os define como pluriativos, agentes de uma pluriatividade¹⁸. Nesse trabalho a ideia de pluriatividade não será utilizada, pois considera-se que ao passo que um membro de uma família camponesa torna-se um assalariado permanente, o mesmo converte-se em operário.

A conversão de camponeses em operários não é uma realidade nova, uma modernidade da sociedade do pós – II Guerra Mundial, ou resultante das tecnologias da informação. Lenin (1982, p. 116) em seu trabalho – “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” –, já apontava “o outro tipo novo é o proletário rural, a classe dos operários assalariados que possuem um lote comunitário”. Então o termo camponês-operário, é o resultado das relações de trabalho entre os trabalhadores rurais que buscam nas fábricas

¹⁸ Os principais estudos da pluriatividade entre os trabalhadores rurais no Brasil são de Sergio Schneider. Para ele em suas pesquisas e em especial na última década, essa conotação tem ganhado força em especial com a noção do camponês-operário (*peasant-worker*), incorporando ainda outras noções europeias e norte americana para descrever situações em que agricultores dedicam-se apenas uma parte de sua jornada de trabalho às atividades agrícolas (SCHNEIDER, 2014). Para o autor a condição pluriativa não é uma mera condição passageira ou uma alternativa, em tempos de crise dentro da unidade familiar de produção, e sim algo ou uma situação definitiva, que perdura e tende a ser uma condição fixa.

uma forma de reproduzir sua condição camponesa. A modernização da agricultura é considerada como mais um elemento favorável a formação desse camponês-operário que munido de alguma qualificação é recrutado como trabalhador para as frentes da mecanização agrícola (CARNEIRO, 1998).

Há ainda argumentos que o surgimento do camponês-operário, no caso brasileiro, está vinculado ao desenvolvimento das práticas industriais e urbana e ao crescimento das cidades pequenas e médias, como um fator logístico para uma maior dinâmica dessa atividade atrelada a um fluxo migratório – rural x urbano – estabelecido pelas múltiplas funções que o trabalhador rural exerce em sua unidade familiar de produção (ALANTEJANO, 2001).

Lopes (2009) argumenta sobre essa questão que:

A partir da unificação dos mercados de trabalho rural e urbano e do conseqüente desaparecimento da dicotomia campo-agricultura/cidade-indústria, o “rural”, passa a incluir novos bens materiais e culturais advindos da expansão do comércio, do turismo e do lazer. Em muitos casos, essas alterações nos padrões de consumo passam a orientar, sobretudo os jovens, ao assalariamento em atividades extra-agrícolas. Muitas vezes, o trabalho agrícola é secundarizado e desvalorizado, passando a ser considerado penoso e menos atraente, ou até mesmo uma coisa do passado. (LOPES, 2009, p.112).

A diminuição do peso das atividades agrícolas no emprego e na composição da renda familiar dos trabalhadores residentes no meio rural dando lugar aos empregos múltiplos e fontes de renda diversificadas, soa como resposta aos impactos da modernização agrícola (destaque para a “crise” da superprodutividade), sendo uma alternativa para vários problemas entre os trabalhadores rurais, que garantem seus níveis de renda, outrora mantidos apenas pelo aumento da produção seguido por uma nova dinâmica urbana no meio rural.

No contexto brasileiro, de uma forma ou de outra, a agricultura camponesa enfrenta uma crise, que se evidencia nas condições de reprodução da vida camponesa, obrigando/levando o trabalhador rural a buscar sustento, principal ou parcial, em tempo integral ou parcial, de um ou de todos os membros da família, fora de sua terra de trabalho. A crise para a família camponesa é a falta de terra, o tamanho da unidade familiar não permite a manutenção dos membros da família com dignidade, a terra de trabalho não proporciona uma renda satisfatória obrigando os trabalhadores a buscarem

o sustento em outro lugar que não sua unidade familiar de produção. É preciso, mais terra de trabalho e não terra de negócio.

2.5 O valor e a valorização da terra

O valor da terra se baseia numa categoria econômica que é a renda monopolista, que fortalecido pelo regime da propriedade privada da terra e da produção de mercadorias na agricultura, transformou a própria terra também em mercadorias. A transformação dos meios de produção em capital, fez da terra um meio de capital mesmo ela não sendo, pois o enriquecimento se dá pela sua capacidade produtiva e a extração da mais-valia sobre o trabalho não pago e a especulação da produção de suas mercadorias (KAUTSKY, 1980).

Entretanto a terra como mercadoria possui um preço e um valor determinado. Esse valor é determinado inicialmente pelas condições de uso, localização e produtividade. Entretanto à montante do capital empregado para sua aquisição está determinado pelas taxas de juros anuais, em relação ao tempo de resposta que essa terra, cultivada ou não, dará para garantir a retirada de capital pelo mesmo tempo que os demais rendimentos industriais e comerciais, acrescidos do juro (MARX, 2008).

O investimento de capital no solo como melhoria das terras ruins, para equalizá-las com as terras boas, é um investimento de capital que produz a renda diferencial II, como investimentos de melhoria da qualidade e capacidade de produção da terra, para gerar as mercadorias desejadas, pois será a mercadoria de maior trabalho e grau de dificuldade para se produzir que dá o maior valor do produto. Diferente da terra de maior dificuldade de produção que estabelecerá o valor das terras mais férteis de produção.

A terra deve gerar seu excedente de produção tão amplo que seja capaz de sustentar a dedução do trabalho necessário à subsistência dos produtores, gerando um lucro igual ou superior ao trabalho excedente. Um valor, do produto enquanto mercadoria, definido arbitrariamente pela classe dos capitalistas comerciantes e industriais e monopolizado pelos proprietários capitalistas de terras.

O valor da terra será dado por um mercado de terras disponíveis para especulação em que o aspirante a proprietário de terras, requererá uma acumulação previa de capital sob a forma de dinheiro, gerando um capital territorializado pela

compra da terra, que mesmo com sua rigidez de localização, apresentará uma produtividade ampliada pela sua fertilidade, devolvendo a seu investidor o capital empregado em forma múltipla de mercadoria.

Essa propriedade privada da terra, assegurada pelo Estado, a partir do direito, garantirá ao seu proprietário o monopólio da terra, dando-lhe o direito de colocá-la a disposição da sociedade para a produção de mercadorias ou de apenas deixá-las sem uso; mesmo mantidas sem produzir, sejam férteis ou não, de boa ou difícil localização, a terra cativa auferirá a seu proprietário um lucro médio regulado pelo preço da produção geral, o que definirá um valor à terra a quem se propõe adquiri-la.

Com isso, o valor da terra será dado pela incorporação de trabalho aplicado a ela e pelo montante da imobilização do capital-dinheiro que foi aplicado para sua produção agrícola. Esse capital-dinheiro imobilizado fará a terra funcionar como uma reserva de valor. Entretanto as constantes “futuras” novas potencialidades e uso da terra, resultado dos avanços do conhecimento humano, geram novas tecnologias e com isso novas possibilidades de uso futuro.

Isso coloca o pensamento de Marshall (1982) em discussão quando esse se refere a fertilidade do solo como um elemento preponderante para a definição do valor da terra no momento de aquisição. Para o autor “[...] o termo fertilidade não tem sentido senão com referência às circunstâncias especiais de um lugar e um tempo determinados”. (MARSHALL, 1982, p. 224).

O pensamento de Alfred Marshall, nos remete a duas questões: a primeira, o uso de tecnologias, cada uma a seu tempo, promove um nivelamento na qualidade das terras agricultáveis, melhorando-as e equalizando-as com terras consideradas de boa qualidade fazendo, com que sua produção e produtividade se equiparem as demais terras disponíveis e postas a produção agrícola. O conhecimento humano supera as condições da natureza, viabilizado, ao proprietário de terras, apropriar-se do conhecimento social valorizando seu patrimônio através da inserção do capital-dinheiro, de técnica e ações produtivas.

A segunda, refere-se ao uso das terras não só para fins agrícolas. A flexibilidade do uso da terra está associado a diversos valores de uso, mesmo essa terra rígida em sua localização (acrescentamos ainda as condições de solo, clima e relevo)¹⁹, ela oferta uma possibilidade de usos bastante flexível, incorporando diversos valores de uso,

¹⁹ Grifo nosso.

imprimindo ao capital imobilizado em terras algo que o capital industrial não pode oferecer.

Essa flexibilidade não só está relacionada a produção das diversas mercadorias agrícolas, mas também a flexibilidade de uso não-agrícola como o uso urbano, mineração, turismo, produção de energia elétrica, agroindústrias, numa dinâmica do capitalismo contemporâneo que territorializa seus interesses, permitindo ao capital imobilizado uma nova estratégia de reprodução, a partir do uso da terra.

O que afinal determina o valor da terra, sua fertilidade, sua localização, os equipamentos? A valorização da terra se dá pelo trabalho empregado nela, sendo maior ou menor sua intensidade, com base nos objetivos desejados para a satisfação das necessidades da família ou do capitalista que quer apenas os rendimentos.

Assim Moraes (1984) conceitua o valor da seguinte forma:

[...] o processo de valorização tem, nessas categorias [trabalho e valor]²⁰, o seu nóculo explicativo central. Assim, a relação sociedade-espaco é, desde logo, uma relação valor-espaco, pois substantivada pelo trabalho humano. Por isso, a apropriação dos recursos próprios do espaco, a construção de formas humanizadas sobre o espaco, a penerização (conservação) desses constructos, as modificações, quer do substrato natural, quer das obras humanas, tudo isso representa *criação de valor*. (MORAES, 1984, p. 122 – 123).

É o valor do espaco que se manifesta em todas as formas de renda fundiária, inclusive na urbana (HARVEY, 1980). A renda cobrada pelo aluguel do espaco urbano é a mesma, sob a forma clássica do arrendamento da terra, na agricultura. A renda absoluta como um resultado da propriedade privada da terra aparecerá como uma cobrança ao direito de utilizar uma porção da terra, seja rural ou urbana.

Para Marx (2008) a terra não produz valor, pois ela não produz valor em si. É o tempo de trabalho empregado na produção que determina o valor – preço de uma mercadoria. Assim uma família camponesa desprenderá maior força de trabalho para executar uma tarefa, se essa família lhe faltar braços para o labor, pois a mercadoria produzida pelo tempo de trabalho não pagará o valor total da terra em uso.

Assim o valor da terra será estabelecido pela demanda de um mercado de terras disponíveis e do número de candidatos a aquisição. Quanto maior a demanda, maior seu valor, mesmo que a terra não produza a renda capitalizada, para remunerar o capital nela

²⁰ Grifo nosso sobre as categorias.

imobilizado e que contraditoriamente produzirá uma renda absoluta, mediante o direito de propriedade privada da terra.

Essa questão relativa à demanda por terras também foi abordada por Chayanov (1981), como também a capacidade produtiva das propriedades e a disposição de mão de obra para cumprir todo o labor referente a potencialidade da terra de trabalho. O autor então argumenta que:

[...] o arrendamento ou a compra de terra só são claramente vantajosos, para a família camponesa se, com seu auxílio, a família puder atingir o equilíbrio de sua unidade econômica, seja com um nível de vida superior, seja com um menor dispêndio de energia de trabalho. (CHAYANOV, 1981, p. 142).

Ainda sobre a questão da demanda por terras é apresentada no trabalho de Nascimento (SAMUELSON, 1973, p. 796 apud NASCIMENTO, 2001, p. 359), baseado nos estudos de Paul Samuelson, ao escrever que “a teoria de Samuelson afasta-se bastante da concepção clássica, abordada pelos autores já citados até agora. Para ele, a procura de determinado fator, como a terra fértil para plantação, tem que ser considerada como derivada da procura por parte dos consumidores”.

Isso indica que os produtores rurais antes mesmo do acesso à terra ou já previamente estabelecido seu uso deve considerar a máxima eficiência produtiva da terra, o tamanho ótimo, pois o pequeno proprietário, diante do preço da terra vigente no mercado de terras, deve ele decidir qual a combinação mais barata dos diversos fatores e de quanto ele poderá lançar ao mercado, em mercadorias produzidas, em relação ao tamanho e preço de sua terra.

Nascimento (2001), ainda argumenta, baseado em Paul Samuelson, que o rendimento da terra é uma renda determinada pelo preço, e não um custo determinante de preço.

Uma vez que a renda é o rendimento de um fator oferecido de forma inelástica, que ainda seria oferecido à comunidade mesmo a preços muito baixos, a direção da causação é a seguinte: os preços dos produtos determinam, realmente, a renda da terra – em vez de a renda da terra determinar os preços dos produtos”. (SAMUELSON, 1973, p. 801 apud NASCIMENTO, 2001, p. 360).

Há a possibilidade dos proprietários de terra produtivas conseguirem captar a renda da terra como componente dos preços das mercadorias produzidas. Não conseguir

a captação do excedente econômico equivalente a renda da terra como parte dos preços das mercadorias produzidas vai significar uma desvalorização da terra, enquanto terra produtiva, pois rotineiramente a propriedade da terra garante, a seu proprietário a renda diferencial I e II, como as descrevemos anteriormente.

Esse processo assume uma forma individual e está associado ao poder de mercado de cada produto, seja ele capitalista ou camponês. Neste sentido o capital-dinheiro que foi imobilizado em terras produtivas tende a ser desvalorizado, pois as mercadorias não atingem os preços, que cubram seus investimentos de produção. O que deveria ser constituído como renda da terra assume a forma de juros e déficit econômico, desvalorizando ainda mais a produção e a propriedade.

A desvalorização da terra produtiva, num processo de redução progressivo de retirada da renda da terra, pelos preços das mercadorias produzidas, afeta fortemente as menores propriedades, os menores proprietários e as menores produções. Lugar esse, berço da existência social dos camponeses proprietários ou não de terras.

3 A organização do espaço rural no município de Feira de Santana

O espaço rural de Feira de Santana tem como principal característica uma grande concentração fundiária, com a presença marcante de minifúndios, cujas terras são ocupadas com produção principalmente para autoconsumo, além de servirem como terra de morada para as famílias camponesas que se apresentam como reserva de mão de obra barata, principalmente em atividades urbanas. Chamamos a atenção que no decorrer desse trabalho as figuras do camponês e do agricultor familiar, serão o mesmo sujeito.

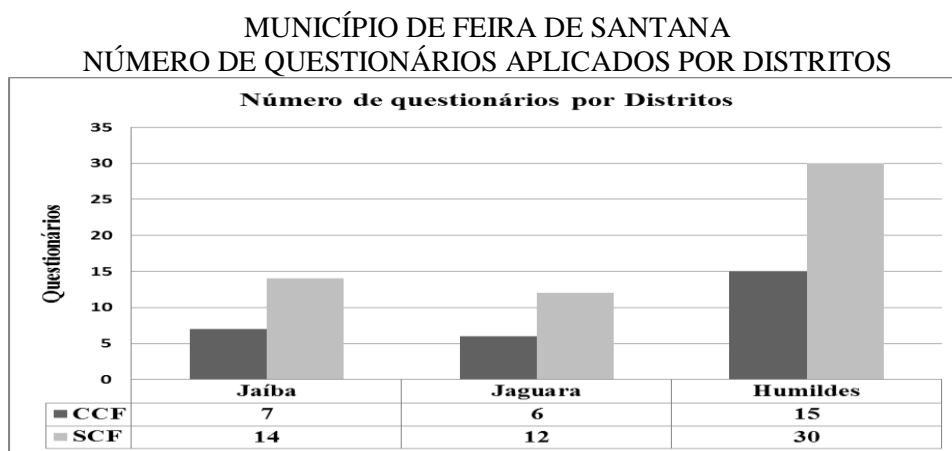
Após a pesquisa de campo realizada nas pequenas propriedades rurais do município, conforme a proposta apresentada na Metodologia, realizamos a tabulação dos dados e uma interpretação destes números, mostrando o comportamento destas pequenas unidades familiares de produção. Assim, os resultados foram apresentados por distritos e subdivididos em proprietários – Sem Casa de Farinha (SCF) e proprietários Com Casa de Farinha (CCF). Entretanto, mesmo com estas subdivisões nosso objetivo é apresentar um perfil distintivo dos pequenos proprietários rurais municipais, que é o elemento mais marcante no espaço rural de Feira de Santana.

Então, o perfil do pequeno proprietário rural com casa de farinha não muda muito, por este ter em sua propriedade uma unidade fabril familiar. O que muda é a intensidade do trabalho acessório executado pelos membros da família. Outra atividade produtiva e que foi apontada com bons rendimentos para as famílias que possuem minifúndios foi a horta e suas olerícolas. A horta além de ocupar espaços diminutos, pode diversificar seus cultivos, agregar valor e estabelecer mercados diversos, o que não acontece na casa de farinha por ter sua produção padronizada em técnicas e tradições seculares.

Todavia não dedicamos um espaço significativo ao estudo das hortas e suas demandas, em nosso trabalho, por argumentar que essa atividade não se faz presente em todos os distritos do município, mesmo ratificando sua dinâmica produtiva, diferente da realidade da casa de farinha, mas que também apresenta sua importância econômica e mais ainda *locus* de socialização entre os membros da comunidade.

Para que nossa análise fique clara e que se possa estabelecer uma relação entre o número de questionados (84 estabelecimentos) e a quantidade aplicada em cada distrito, apresentamos a Figura 04, com a divisão de questionários por unidade familiar de produção. E em seguida a análise dos resultados da nossa pesquisa de campo. Esse capítulo, tem como propósito o entendimento das estratégias de sobrevivência dos camponeses do município de Feira de Santana e como estas estratégias possuem relações estreitas com a organização do espaço rural feirense.

Figura 04



FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

Consideramos a casa de farinha como um elemento estratégico, na economia camponesa local, pois essa se faz presente na condição de vida da população brasileira, em especial a nordestina, para a produção de alimentos e mercadorias. Entretanto com a presença da casa de farinha, nas pequenas propriedades, o proprietário amplia as possibilidades de rentabilidade, pois reduz o tempo da jornada do trabalho acessório e aumenta os rendimentos pelo uso/aluguel da unidade fabril a terceiros (vizinhos), sejam os rendimentos pagos em trabalho, produto ou dinheiro.

3.1 Organização agrária e estrutura fundiária

Desde o período colonial, paralelamente ao latifúndio predominante exportador, monocultor e escravocrata, foi aos poucos difundindo-se a pequena propriedade rural. Homens livres, mas sem prestígio social, até mesmo ex-escravos e mestiços,

constituíam pequenos estabelecimentos agrícolas, nos quais desenvolviam uma agricultura de subsistência, essencialmente com o trabalho familiar, que tinham a concessão do senhor.

Essa pequena propriedade rural familiar, com a produção destinada ao consumo doméstico e ao abastecimento de produtos alimentares para as grandes lavouras de exportação (cana-de-açúcar, tabaco, algodão) e fazendas de criação de gado, deu início ao que aqui podemos chamar também de agricultura camponesa que tem como característica básica o policultivo, a força braçal do trabalho familiar e relações não-capitalistas de produção ²¹.

A população rural no município de Feira de Santana encontra-se distribuída dentro de uma estrutura fundiária organizada num sistema de produção tradicional e de transição com predomínio de mão de obra familiar sobre a assalariada; e mais de 90% dos estabelecimentos rurais de pequenas propriedades, onde suas principais atividades produtoras são o cultivo de mandioca, milho e feijão. E ainda, a criação de gado de corte nas médias e grandes propriedades rurais.

A agricultura tradicional predomina em todo o município em propriedades menores que 30 ha. Normalmente nelas, os camponeses plantam e retiram sua subsistência, não contam com orientação técnica e muito pouco com o acesso ao crédito agrícola. Assim, enquanto as grandes propriedades rurais ingressam em um nível de produtividade e maiores lucratividade, os pequenos proprietários rurais, em sua grande maioria, continuam isolados no círculo vicioso conduzidas pelas técnicas arcaicas a baixa produtividade, aos baixos lucros e a ausência de capital.

Mesmo assim subordinados ao capital que encontra nessa condição camponesa uma forma de extrair delas renda da terra e sobre trabalho, como argumenta Oliveira (2012), garantindo ao capitalismo sua própria extensão e reprodução onde o camponês se vincula ao modo capitalista de produção através das relações comerciais, quando suas mercadorias chegam ao mercado.

Desta forma, criou-se uma diferenciação de produtos na agricultura brasileira em dois tipos de produtos: os produtos de exportação, também conhecidos como *culturas de ricos* e os produtos de consumo interno, também conhecidos como *cultura de pobres*. Os cultivos de abastecimento interno envolvem principalmente milho, feijão e mandioca, onde as duas últimas são largamente cultivadas nas pequenas propriedades

rurais para a subsistência de seus proprietários e seu excedente, destinado ao mercado das feiras livres e CEASAs – Centrais de Abastecimento S.A.²², como acontece no município de Feira de Santana e em todo o país.

A agricultura tradicional é aquela baseada inteiramente nas espécies de fatores de produção usados durante gerações pelos agricultores (SCHULTZ, 1965). Um exemplo deste tradicionalismo está nas técnicas de beneficiamento da mandioca (que vai do plantio até a transformação em farinha e subprodutos), no beneficiamento do feijão – a *bata* (a retirada da casca do feijão) e o *moleque* (o armazenamento ainda com a casca, na roça ou no quintal). Técnicas essas facilmente encontradas no município e sendo utilizadas como alternativas para a produção camponesa.

Entretanto este tradicionalismo sofre a influência dos novos nichos de inovações rurais, entendida como uma mudança que transforma, as formas tradicionais de ocupação e utilização do solo (DINIZ, 1986). Estas inovações podem ser entendidas de quatro formas: (1) pequena mudança no material utilizado ou adoção de um novo tipo de semente; (2) alteração nas práticas agrícolas sem mudança no material; (3) mudança de técnica de cultivo implicando a adoção de novos equipamentos e alteração nas práticas de cultivo; (4) mudança total do estabelecimento quanto à sua orientação agrícola.

No sistema tradicional de produção, da pequena propriedade, com base na exploração de plantas produtoras de raízes e tubérculos, em alguns casos a agricultura é semimecanizada. Quando se trata de áreas de mandioca, o preparo do terreno é mecanizado, enquanto que o plantio e a colheita são manuais, ocorrendo o mesmo para o milho e o feijão. Mesmo assim há o predomínio da mão de obra familiar e, esporadicamente, ocorre trabalhadores sazonais, apenas na época da colheita. Em muitos casos a própria família é suficiente para suprir com a demanda do trabalho (OLIVEIRA, 1991).

Devemos salientar que a demanda do trabalho familiar para suprir a necessidade da produção nas pequenas propriedades rurais, no município de Feira de Santana, é em

²¹ Celso Furtado. Formação Econômica do Brasil. 1977.

²² CEASA - é a sigla para Centrais Estaduais de Abastecimento Sociedade Anônima, também, Centro Econômico de Abastecimento Sociedade Anônima. As Ceasas são empresas estatais ou de capital misto (público e privado), destinadas a aprimorar a comercialização e distribuição de produtos hortifrutigranjeiros. Hoje, a grande parte das frutas, legumes, e flores comercializadas em feiras, supermercados, restaurantes e sacolões foram por eles compradas através das Ceasas. Para o município

alguns casos, suficiente para executar as tarefas que os cultivos envolvidos requerem, principalmente quando esses cultivos são praticados com técnicas arcaicas. Os estabelecimentos rurais que utilizam a mão de obra familiar, principalmente os que são menores que 5 ha (muito inferiores ao módulo fiscal da região de Feira de Santana) e a forma como são trabalhados (técnicas rudimentares), não permitem a contratação de mão de obra extra-familiar devido ao número de membros que compõem cada família (excedente da mão de obra).

Quando raramente acontece a necessidade de mais mão de obra do que a oferecida pela família, esta pequena propriedade utiliza-se de um artifício que é o apoio de uma ou várias famílias, para a execução do determinado trabalho, que recebe o nome popular de *digitório*²³ (José Tavares dos SANTOS, 1984; OLIVEIRA, 1991, OLIVEIRA, 2012; SANTOS 2012). Ainda nesse caso o pagamento pelo trabalho assalariado é inviável para essas famílias devido o baixo valor resultante do labor.

Não podemos deixar de lado algumas pequenas propriedades rurais que hoje se dedicam ao cultivo de hortaliças, a pequena produção de queijos artesanais (no caso o requeijão e o queijo coalho), a produção de frutas (principalmente a acerola) e pequenos animais (ovelhas e porcos). Como também há as pequenas propriedades rurais que se dedicam a atividades de extrativismo, como o caso das olarias, da extração de areia e pedra, e outras atividades não-agrícolas como os bares e mercearias (Figuras 05 e 06).



Autoria: Wodis K.O. Araújo, 2012.

de Feira de Santana, a CEASA recebeu o nome popular de Centro de Abastecimento e assim se popularizou entre a população municipal. (ARAUJO, 2014).

O município de Feira de Santana não foge ao padrão usual da Região Nordeste e do Brasil, onde ocorre grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e um percentual muito baixo de terras distribuído para um grande número de produtores (IBGE, Censo Agropecuário 2006). Para medir o grau de concentração ou desigualdade de uma distribuição foi calculado o índice de Gini, para o município de Feira de Santana que é apresentado no Quadro 04.

Quadro 04

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
ÍNDICE DE GINI REFERENTE A DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA
 1960 – 2006

ANO	ÍNDICE	CLASSIFICAÇÃO
1960	0.778	Forte a muito forte
1970	0.812	“
1975	0.813	“
1980	0.818	“
1985	0.830	“
1996	0.812	“
2006	0.832	“

FONTE: Calculado com base no IBGE - Censos Agropecuários. 1960 – 2006.

O Índice de Gini é uma variável adimensional que mede o grau de concentração ou desigualdade de uma distribuição. Utilizamos este índice para medir o grau de distribuição das terras no município de Feira de Santana. O valor do índice vai de 0 a 1; quanto mais próximo de 1, mais concentrada. Câmara (1949), propõe uma escala para identificar o grau de concentração da propriedade da terra em função dos valores encontrados: 0.000 a 0.100 (concentração nula); 0.101 a 0.250 (concentração nula a fraca); 0.251 a 0.500 (concentração fraca a média); 0.501 a 0.700 (concentração média a forte); 0.701 a 0.900 (concentração forte a muito forte); 0.901 a 1.000 (concentração muito forte a absoluta)²⁴.

A análise do Quadro 04 mostra que o Índice de Gini, desde 1960 apresenta-se como *Forte a muito forte* e após 1970, apresenta-se superior a 0.800 (forte a muito forte), mantendo-se até 2006, pois o número de estabelecimentos rurais menores que o módulo rural da região (30 ha), cresceu nos últimos anos e a área destas propriedades

²³ ADJUTÓRIO – auxílio gratuito, que os lavradores prestam uns aos outros (nos trabalhos do campo, em/nas construções, etc.), reunindo-se todos da redondeza e trabalhando em proveito de um só. *Digitório* na linguagem popular. – Também: mutirão, batalhão, baleia.

²⁴ LOCATEL, 2004, p. 84 – inscrições de rodapé.

reduziu-se, além da manutenção, no decorrer dos anos, dos estabelecimentos rurais maiores que 1.000 ha.

Essa manutenção dos estabelecimentos maiores que 1.000 ha, fazem com que os valores de estabelecimento e área, circule e se alterne, entre os grupos de área entre – menos de 1 ha a 10 ha, mantendo os pobres sempre pobres e com pouca terra para sua sobrevivência.

Em 1985 (ver anexo II), havia nove estabelecimentos rurais maiores que 1.000 ha, ocupando uma área de 13.221 ha, o que corresponde a 11.45% do total das terras rurais no município. Uma vez que no ano de 2006, havia apenas 1 estabelecimento rural maior que 1.000 ha, ocupando uma área – não declarada – (o intervalo de classe varia – De 1000 a menos de 2500 ha). Argumentamos que essa propriedade rural não declarou sua área. Todavia os dados de 1996, para o mesmo intervalo de classe veremos que foi declarado 5 estabelecimentos com área de 7.159 ha, o que corresponde a 11.21% do total das terras disponíveis. Isso mostra que mesmo com um menor número de estabelecimentos, maiores que 1.000 ha, a manutenção do percentual de terra ocupado por esses estabelecimentos, mantiveram-se muito próximas entre os anos de 1985 a 2006, ou ainda girando em torno de mais de 11% do total das terras rurais disponíveis no município.

Argumentamos ainda que entre os censos agropecuários de 1960 a 1985, são declarados estabelecimentos rurais no intervalo de classe entre – De 2000 a menos de 5000 ha – e acentua-se no censo agropecuário de 1975, onde foi declarado um estabelecimento rural no intervalo de classe – De 5000 a mais –. O questionamento é: qual a extensão do “a mais” desse estabelecimento rural com mais de 5.000 hectares; e os censos agropecuários demonstram em números a intensa concentração de terras em nosso município.

A concentração fundiária verificada é preocupante, pois a terra é um fator crucial para o trabalho – terra de trabalho –, a dignidade e a reprodução social dos agricultores familiares. Lamarche (1998) reforça a ideia da terra como elemento fundamental afirmando que:

Não existe agricultura sem terra, nem produtor agrícola sem direito de uso sobre um bem fundiário, essas são regras banais. A terra não é um meio de produção equivalente aos demais meios de produção utilizados pelos estabelecimentos agrícolas. Renovável, perene, tem

valor de patrimônio, transmissível por herança dentro de uma linhagem. [...] a relação com a terra é esse feixe denso de relações entre um produtor agrícola e a terra que ele explora [...]. (LAMARCHE, 1998, p. 89).

Essa manutenção faz com que a estrutura fundiária do município apresente uma concentração de terras, muitas vezes ociosa, especulativa ou com baixa produtividade. Sendo que algumas dessas terras poderiam ser redistribuídas, melhorando a qualidade de vida da população, não só no campo como na cidade. O que surpreende e caberia ser melhor analisado é o fato de não existir no município nenhuma área de assentamento de Reforma Agrária²⁵.

O índice de Gini revela um desequilíbrio estrutural entre o número de estabelecimentos rurais e o tamanho da área ocupada por cada um destes estabelecimentos. A concentração de terras em poucas propriedades provoca distorções no quadro de estabelecimentos rurais onde a terra está demasiadamente concentrada na mão de poucos e um grande número de família com pouca terra para sua sobrevivência, conforme pode-se evidenciar na relação número de estabelecimentos rurais e área ocupada entre os anos de 1950 a 2006, no município de Feira de Santana.

Se observarmos mais uma vez o (Anexo II), ainda com relação a distribuição de terras no município entre os anos de 1950 – 1996, veremos que a área dos estabelecimentos rurais menores que 1 hectare é de 110/539 ha, respectivo para cada ano, por estabelecimento rural e correspondendo em percentual total de 0,06/0,83% de todas as terras dos estabelecimentos rurais contabilizados. E os estabelecimentos com mais de 1.000 ha foi de 6.934/7.159 ha de área total, correspondendo a 4,28/11,07%. A diferença de tamanho da área entre os estabelecimentos de menos de 1 ha e mais de 1.000 ha, chega a quase 1500 vezes como mostra o Quadro 05. Esses valores podem ser visualizados no (Anexo II).

²⁵ No dia 16 de maio de 2009, a fazenda Experimental da EBDA – Cruzeiro do Mocó, pertencente ao Governo do Estado da Bahia e localizada a 9 km do centro da cidade de Feira de Santana, foi ocupada por 300 integrantes do MST. A fazenda possui 1500 tarefas (990 ha) e dava suporte técnico para o melhoramento genético de caprino, inicialmente para asnos e muare, em especial o jumento Pêga. A fazenda encontrava-se já em decadência quando foi ocupada pelo MST. Até o momento [22/10/2014] o

Quadro 05

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
CONCENTRAÇÃO DE TERRAS – MENOS QUE 1ha A MAIS DE 1000 ha – 1950 - 1996

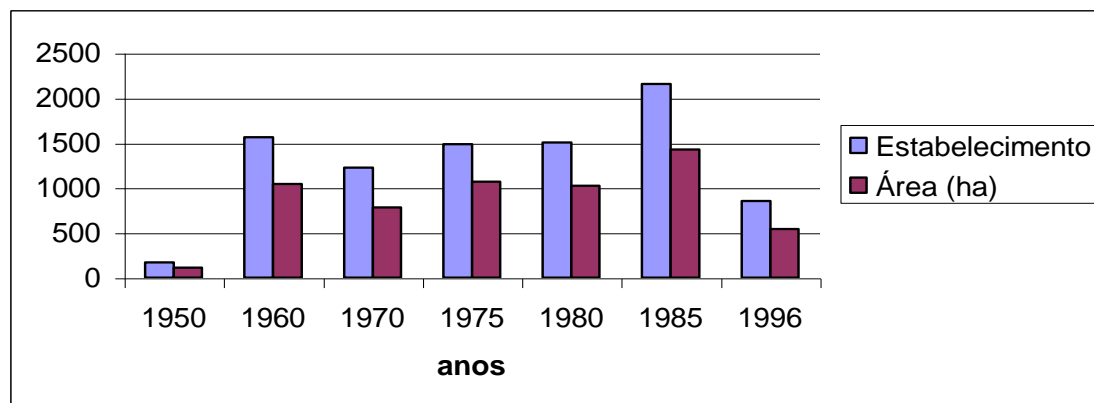
	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996
Estabelecimento (n.º total)/ menos de 1 ha	169	1563	1225	1484	1507	2153	853
Área / menos de 1 ha (total)	110	1043	782	1070	1023	1425	539
Estabelecimento (n.º total)/ mais de 1000 ha	5	8	6	7	2	2	5
Área / mais de 1000 ha (total)	6934	14074	10117	18669	4220	4491	7159

FONTE: FIBGE, Censos Agropecuários da Bahia, 1950 a 1996.

Ocorreu durante este período (1950 – 1996) a manutenção do processo de concentração fundiária, que envolviam os estabelecimentos rurais no município de Feira de Santana, e da multiplicação das terras formadas por pequenos proprietários, com Índice de Gini, a partir de 1970, superior a 0.800. O elevado contingente de pequenos produtores e a função que desempenham, colocam em evidência a importância social e econômica que a resistência desses produtores têm para o município. A Figura 07 deixa evidente que o tamanho da terra é inviável para a manutenção e reprodução da família camponesa em nosso município.

Figura 07

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
ESTABELECIMENTOS RURAIS MENORES QUE 1 ha ENTRE 1950 – 1996



FONTE: IBGE, Censos Agropecuários da Bahia, 1950 a 1996.

Entretanto no censo agropecuário de 2006 aparece um novo conjunto de grupos de área, que outrora não faziam parte do universo de amostragem do IBGE, as classes menores que 1 ha, como também uma maior subdivisão no intervalo de classe 1 até 5

INCRA não reconheceu a fazenda como área de reforma agrária, fazendo com que as famílias, presentes

ha, e a ampliação do espaço de classe – De 1.000 a menos de 2.500 – ampliando sua classe em mais 500 ha, que o censo anterior e o aparecimento de uma nova classe até então não existente que é o – Produtor sem área. Poderemos visualizar melhor esses novos detalhes no (Quadro 06).

Quadro 06

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS RURAIS E ÁREA OCUPADA POR CONDIÇÃO
LEGAL DAS TERRAS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL , 2006

Grupo de área (ha)	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	64	0,71	3	0,005
De 0,1 a menos de 0,2 ha	263	2,93	38	0,06
De 0,2 a menos de 0,5 ha	2.436	27,16	859	1,41
De 0,5 a menos de 1 ha	1.790	19,96	1.387	2,28
De 1 a menos de 2 ha	1.603	17,87	2.292	3,77
De 2 a menos de 3 ha	648	7,22	1.538	2,53
De 3 a menos de 4 ha	465	5,18	1.583	2,61
De 4 a menos de 5 ha	284	3,17	1.258	2,07
De 5 a menos de 10 ha	554	6,18	3.819	6,28
De 10 a menos de 20 ha	272	3,03	3.783	6,23
De 20 a menos de 50 ha	213	2,37	6.959	11,45
De 50 a menos de 100 ha	97	1,08	6.853	11,28
De 100 a menos de 200 ha	61	0,68	8.771	14,43
De 200 a menos de 500 ha	51	0,57	15.425	25,39
De 500 a menos de 1000 ha	7	0,08	4.931	8,12
De 1000 a menos de 2500 ha	1	0,01	X	-
De 2500 ha e mais	-	-	-	-
Produtor sem área	160	1,78	0	0,00
Total	8.969	100,00	60.764	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário da Bahia, 2006. X – o proprietário não declarou.

A ampliação do número de classes do intervalo – Mais de 0 a menos de 0,1 ha até 0,5 a menos de 1 ha –, perfazendo em nosso caso 4.553 estabelecimentos rurais só reforça e justifica a existência de um contingente de minifúndios, dentro da lógica do módulo fiscal, que a nosso ver se confundem com os lotes urbanos numa periurbanização e/ou as hortas, granjas e fabricos numa rurbanização. Seja como for a minifundiarização faz com que se intensifique o trabalho acessório dessas famílias, mascarando a real necessidade de uma reforma agrária, como foi demonstrado por Sousa (2009).

na propriedade estejam em condição de ocupantes e não de assentados pela Reforma Agrária.

Salientamos aqui que o Governo, em todas as suas instâncias, reconhece a existência de famílias que sobrevivem com menos de 1 hectare, ratificando suas propriedades através de órgão governamentais, permitindo a elas acesso a crédito rural, mas não as tiram dessa condição de impotência. Como estabelecem a possibilidade “surreal” de que um produtor rural possa produzir sem a existência de terra, e mais ainda contabilizar essa produção.

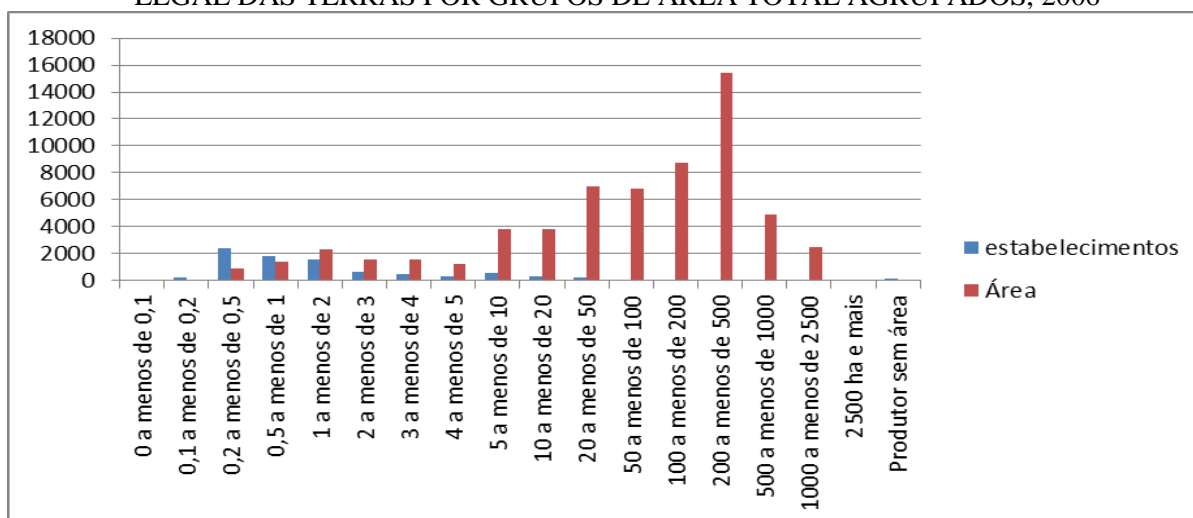
Nesse caso, o produtor sem área é aquele que produz em terras devolutas, principalmente em beira de estrada, mas que comercializam sua produção nos mercados locais. No caso do nosso município, os cultivos de milho e feijão são os mais comuns, seguido da criação de gado.

Ainda observando os dados do (Quadro 06), os números totais de estabelecimentos rurais que vão de 0 até 1 ha, somam 4.553 estabelecimentos perfazendo 50,76% do número total de estabelecimentos rurais e que dividem seus estabelecimentos em apenas 2.287 ha resultando numa média de exatos 0,55 ha por estabelecimento/família. Se ampliarmos a classe até 5 ha, soma-se mais 3.000 estabelecimentos e atinge a casa dos 7.553 estabelecimentos rurais com uma soma de 84,2% do total, cabendo aos demais intervalos de classe o resíduo de 15,8% e desse total 0,01% que é dedicado ao intervalo de classe – De 1000 a menos de 2500 ha, que não se sabe a real dimensão desse estabelecimento. Se acreditarmos que esse único estabelecimento rural tenha 2.500 ha, ele sozinho responde pelo estrangulamento de mais de 4.500 minifúndios que se debatem para retirar o seu sustento das mais diversas formas possíveis.

Como grande parte dos pequenos proprietários não consegue subsistir apenas com a exploração das suas terras, eles completam o orçamento doméstico trabalhando temporariamente, em trabalho acessório. Outra razão da multiplicação das pequenas propriedades rurais é a fragmentação ou divisão dessas propriedades devido ao parcelamento da terra entre os membros da família (herança, dotes) ou pela venda parcial a terceiros. Assim há uma manutenção dos pequenos proprietários rurais com estabelecimentos menores que 1 ha no município de Feira de Santana. Podemos observar que esta questão mantém-se desde 1950. A (Figura 08) ilustra a disparidade entre o número de estabelecimentos rurais e seus grupos de área e a área total destinada a cada grupo de intervalos de classes.

Figura 08

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS RURAIS E ÁREA OCUPADA POR CONDIÇÃO
LEGAL DAS TERRAS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL AGRUPADOS, 2006



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

A estrutura fundiária do município de Feira de Santana pouco se modificou desde 1950. Ou seja, desde o referido ano em nenhum momento a oferta de terra (área) foi maior do que o número de propriedades (estabelecimentos) menores que um hectare. As principais justificativas para a redução do número de estabelecimentos entre os anos de 1985 – 2006, foram mudanças no critério de avaliação do (IBGE, Censo Agropecuário, 2006) para estabelecer propriedades rurais e urbanas, manutenção dos estabelecimentos rurais com mais de 1.000 ha e redução da área total disponível para os estabelecimentos baianos, a subdivisão dos grupos de classes de área em estabelecimentos ainda menores, que amplia o número total de estabelecimentos, instalando a minifundiarização, o reconhecimento de produtores sem área, e ainda o próprio crescimento da área urbana do município de Feira de Santana, que na década recebeu um contingente populacional de mais de 200.000 habitantes, fruto principalmente de sua metropolização, contribuindo para a redução da área rural do município, como um todo.

Percebemos ainda que à medida que o grupo de área vai aumentando, na estrutura fundiária, em 2006, reduz o número de estabelecimentos e aumenta a área das propriedades. Sendo assim, após os 200 ha, já não conseguimos perceber o número de estabelecimentos, diferente dos estabelecimentos com até 10 ha, que apresentam pouca expressão, mais ainda estão presentes. Já os estabelecimentos com mais de 1 ha,

apresentam o maior contingente de grupo de área com estabelecimentos, mostrando que há uma necessidade de reformas para a melhoria da qualidade de vida da população inserida nesse grupo.

Observamos que o maior número dos estabelecimentos rurais, do grupo de área de 0 ha a menos de 5 há (84,2%), podem estar relacionados, entre outros fatores, com a fragmentação das unidades familiares no decorrer do tempo. Como se discutiu anteriormente, uma das formas de fragmentação da propriedade rural é a herança. A prole numerosa, exerce em princípio, uma pressão sobre o imóvel, que demanda alimentação e consumo para mantê-los, como mostra Lourival Santos (1996, p. 61). À medida que esta mesma prole atinge a fase adulta e adquire sua família, esta produz uma nova pressão sobre o lote, resultando agora em sua fragmentação ou parcelização.

As pequenas modificações ocorridas, ao invés de reduzir, aumentaram ainda mais a concentração fundiária no município. A todo o momento, a política administrativa para o município aponta para o urbano, deixando o espaço rural municipal a própria sorte. Exemplificando essa política, está a consolidação do distrito de Matinha. Seu desmembramento em 2008 do distrito de Maria Quitéria, deu-se pelo número de eleitores e não pelo contingente populacional residente, em especial na vila. Ainda, seguindo esse exemplo a administração municipal busca elevar o distrito de Jaíba a condição de bairro, conurbado a sede municipal. Nesse segundo caso, a população local (em especial a rural) manifestou-se contra alegando a possibilidade de perderem incentivos de programas governamentais, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Não podemos esquecer que o abastecimento das cidades é realizado pelas pequenas propriedades rurais com estabelecimentos menores que o módulo das suas respectivas regiões. A concentração fundiária pode ser sentida nas feiras livres e nas CEASAs da cidade com a redução dos produtos cultivados e seus derivados, pelas famílias camponesas que usam esses mercados para escoar a produção de sua unidade familiar.

Se a propriedade foi dividida (por herança) ou vendida, de que forma ela é separada? Uma forma de divisão da propriedade familiar em lotes menores com o uso da *valeta*, uma técnica arcaica utilizada no distrito de Humildes. A contradição entre o velho e o novo, denominada por Milton Santos (1997), de rugosidade espacial, exerce uma *função*, entre a *valeta* largamente utilizada no Recôncavo no século XIX, e a cerca

de arame farpado – uma modernidade que aparece no fim do Império e início da República, utilizado a princípio nas grandes propriedades. Com o arame farpado e outros tantos insumos, a subordinação do campesinato se faz presente nas pequenas propriedades rurais.

Encontramos outras formas de divisão dos lotes e propriedades sem a presença das cercas de arame farpado, dentro do município de Feira de Santana, usadas no decorrer do tempo. Assim, nas pequenas propriedades familiares o que mais se utiliza para separar a terra que se trabalha, uma vez que o lote é muito pequeno, são cultivos permanentes como o coqueiro, o andu, a laranjeira ou qualquer árvore que não ocupe espaço e produza muita sombra. O arame farpado, muitas vezes dois ou três fios emendados e velhos, quando utilizado, cerca apenas os limites externos da propriedade familiar.

3.2 Condição do camponês no município

Ao discutir agricultura camponesa tentamos estabelecer quais os elementos que predominam no trabalho familiar, nas atividades agrícolas produtivas e a maneira como esta responde aos estímulos econômicos, sociais e culturais presentes no contexto histórico em que são encontradas. Esta agricultura camponesa desenvolveu-se em pequenas extensões de terras, utilizando tecnologias rudimentares e destinando a produção em grande parte para o autoconsumo, a agricultura de subsistência; mesmo entendendo que o excedente da produção visa algum tipo de comercialização para suprir as demais necessidades do cotidiano, o que Martins (1979) chamou de economia de excedente.

Ainda Oliveira (2007) explica o comportamento da produção de excedente da produção camponesa, dizendo:

No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. [...], onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

A palavra subsistência na agricultura, sugere um tipo de produção agrícola praticamente desvinculada do mercado, onde nas pequenas propriedades são cultivados os alimentos necessários para a manutenção e sobrevivência de uma família camponesa. Entretanto, na maior parte dos casos o que se observa é a venda total ou quase total dos produtos, que não é o excedente de sua produção. Estes cultivos foram induzidos, pelo mercado consumidor, a serem produzidos para a venda, deixando para a família, aquilo que para eles, os camponeses, não tem mercado. Assim seus cultivos complementam a demanda de produção agrícola para o abastecimento dos centros urbano-industriais.

No município de Feira de Santana, a agricultura de subsistência era praticada nas terras que não comprometessem a criação de gado, e os cultivos de fumo e algodão, em áreas periféricas ou menos férteis, por famílias pobres. Estas famílias, quase sempre agregadas, mantinham vínculos sociais, com os proprietários destas terras, altamente personalizadas, como o compadrio, o assistencialismo, a lealdade política, etc. O pagamento era feito em forma de *favores*, prestados ao dono da propriedade.

À medida que a cidade crescia, maior era a demanda dos produtos alimentícios e sua comercialização no mercado local. Esta demanda por alimentos fez com que os proprietários de terras, visando maiores lucros, destinassem maiores partes de suas propriedades as famílias agregadas, para o cultivo de produtos alimentícios, voltados para o mercado crescente. Isso garantia a alimentação dos comerciantes, dos migrantes, da comunidade local e das cidades do Recôncavo Baiano envolvidas nos cultivos de cana e tabaco. A cidade de Feira de Santana é uma cidade de função urbana comercial.

A agricultura de subsistência cumpria aqui a função de amortecer as tensões sociais provocadas pela economia urbana, pois quanto mais a cidade crescia mais pessoas passavam a viver e produzir numa mesma quantidade de terra, destinada a lavoura, fragmentando o espaço com as novas famílias que chegavam sem que houvesse aumento expressivo de produtividade, em cada lote. Ou seja, aumentava-se o número de lotes mas quando observávamos a produtividade isolada de cada um deles e comparávamos que aqueles que já existiam o resultado não era significativo. Cada vez mais um número maior de pessoas passava a depender da produção da mesma porção de terra.

A história mostra que a criação e recriação dos estabelecimentos de base familiar acompanhavam as oscilações da estrutura produtiva das grandes propriedades. Estas propriedades absorviam trabalhadores quando precisavam e dispensavam na redução da demanda de trabalho. Os estabelecimentos de base familiar serviam como reservatório de força de trabalho excedente. Entretanto, em locais próximos a centros urbanos, a agricultura familiar organizou-se de forma diferenciada, onde os produtores possuíam vínculos mais fortes com o mercado (OLIVEIRA, 1986).

Com o número crescente de habitantes no município de Feira de Santana, mostrou-se ser necessário um aumento de produção, motivado pela demanda de consumo de um mercado próximo. O número de estabelecimentos rurais destinados à produção de cultivos de subsistência também crescia muito mais pela fragmentação das propriedades do que pelo aumento da área.

Essa fragmentação da área do estabelecimento rural, ocorre principalmente, entre outros elementos, pelo crescimento da família. Antonello (1996, p. 22), assim descreve o crescimento da família camponesa: “(...), o tamanho da família é determinado pelo ciclo biológico, que se inicia pelo casamento singular (casal), desenvolvendo-se com os descendentes, e em alguns casos pode ser acrescido por parentes, geralmente ascendentes dos cônjuges”. A família consanguínea proporciona, não só laços de parentesco como braços extra para um labor que a família nuclear não possa executar.

Devemos salientar que uma das causas da fragmentação da terra é o casamento, em seguida o número de filhos. Mas essa causa é antes de tudo imposta pela concentração fundiária e de renda, que não permite que as novas famílias que se formam tenham acesso a uma nova terra à não ser pelo sistema de herança familiar, e que se faz notório essa realidade no município de Feira de Santana.

Citamos um exemplo significativo desse processo (ARAÚJO, 2002). No fim do século XIX, os pais de Dona Crispina, com 16 filhos, adquiriram uma propriedade com 1500 ha. Após o falecimento dos pais de [Dona Crispina] ocorreu a divisão da terra em 16 lotes menores equivalente a 93.75 ha. Cada filho do casal, constituiu uma família com mais de 10 filhos e, após a divisão da herança, esta terra se subdividiu em vários outros lotes menores para os netos.

Entretanto, o que era de uma família, consanguínea ou não, passou a receber outras famílias que adquiriram lotes, por compra, ou outras formas de aquisição,

transformando aquela propriedade inicial em uma colcha de retalhos. O resultado destas constantes subdivisões, proporcionou ao Seu Manezinho²⁶, bisneto de Dona Crispina uma destas famílias, uma propriedade de 2 *tarefas* (0,90ha)^a.

Nesta propriedade de 2 tarefas, Seu Manezinho tenta manter uma prole de 14 filhos (6 homens e 8 mulheres). Sendo a terra insuficiente, eles dedicam-se as mais diversas atividades agrícolas ou não-agrícolas. Eles trabalham em outras propriedades através da *parceria*, pagando pelo seu trabalho em produto, em casos muito raros o resultado da produção é pago em espécie.

O termo empregado anteriormente como *parceria*, está inserido nas relações de trabalho onde se trabalha numa parte das terras de um proprietário a quem se paga com a metade da produção, o meeiro – muito comum e facilmente encontrado, no município de Feira de Santana; ou ainda a *terça* do que é produzido, os terceiros, forma muito utilizada para o pagamento do aluguel da casa de farinha. Existem também a *quarteação*²⁷, típica dos vaqueiros do Sertão nordestino, que recebiam um bezerro a cada quatro vivos. Havia, no mais extremo dos casos o *quinto*, utilizado na mineração do ouro e das pedras preciosas. Os dois últimos exemplos foram largamente utilizados no Brasil Colônia.

O exemplo de fragmentação de propriedade rural dentro de uma família, que foi o caso de Seu Manezinho, pode ser entendido como uma estratégia de simples reprodução de uma família camponesa. Reduzindo a área, mas mantendo a terra, mesmo que fosse apenas um lugar de moradia, sem espaço para a lavoura.

A terra continua insuficiente para garantir a sobrevivência desta família, necessitando uma complementação da renda como no caso da família de Seu Manezinho, onde as filhas mais velhas se ocupam em trabalhos domésticos na cidade – Feira de Santana e Salvador –, os filhos, nas agroindústrias e construção civil. Os filhos menores ocupam-se, com seus pais, das atividades relacionadas ao cultivo ou beneficiamento da produção, porém aguardam o momento de engrossar o exército de reserva e de trabalho da cidade (KAUTSKY, 1980).

A questão da grande quantidade de filhos que resulta em mão de obra ociosa na pequena propriedade rural, que pode ser útil nos momentos de pico das atividades que

²⁶ Não identificamos a localização da propriedade de Seu Manezinho (mesmo sendo esse caso real), para resguardar sua integridade pessoal.

²⁷ Esta forma de pagamento desapareceu, à medida que os animais se valorizavam, sendo substituída pelo salário.

demandam um maior contingente de trabalhadores; e dispensada dessas atividades na maior parte do tempo, migrando para outras atividades, fora da unidade familiar, como comenta Oliveira (1986, p. 24), sobre os filhos dos camponeses: “Caso esse número fosse grande, havia a necessidade de mandar os filhos trabalharem em outros locais (...). Foi também desse mecanismo que surgiram os trabalhadores assalariados cujo engajamento na área rural só acontecia quando havia a necessidade de braços, principalmente nas épocas de plantio e colheita.” O fato dos filhos dos camponeses trabalharem dentro da unidade familiar e mais fora dela, não é um caso novo²⁸.

Observa-se aqui uma divisão sexual do trabalho onde Antonello (1996, p. 23) coloca: “A divisão sexual do trabalho na unidade de produção camponesa é fundamental no processo produtivo, para que todo o potencial da força de trabalho do grupo seja utilizado, desde a criança até o velho”. Principalmente a mulher, num papel importante, de dupla jornada, casa e lavoura, como mostram as Figuras (09 e 10), onde as tarefas são destinadas basicamente, as mulheres. Salientamos também a importância dos filhos menores para a execução de trabalhos equivalentes a sua idade, sexo e condições físicas, como os cuidados as pequenas criações domésticas, coletas de frutas, abastecer de água os reservatórios domésticos; a socialização se dá pela relação de proximidade entre o trabalho dos pais e a reprodução do labor, em menor escala pelos menores (PAULINO, 2006, p.154).



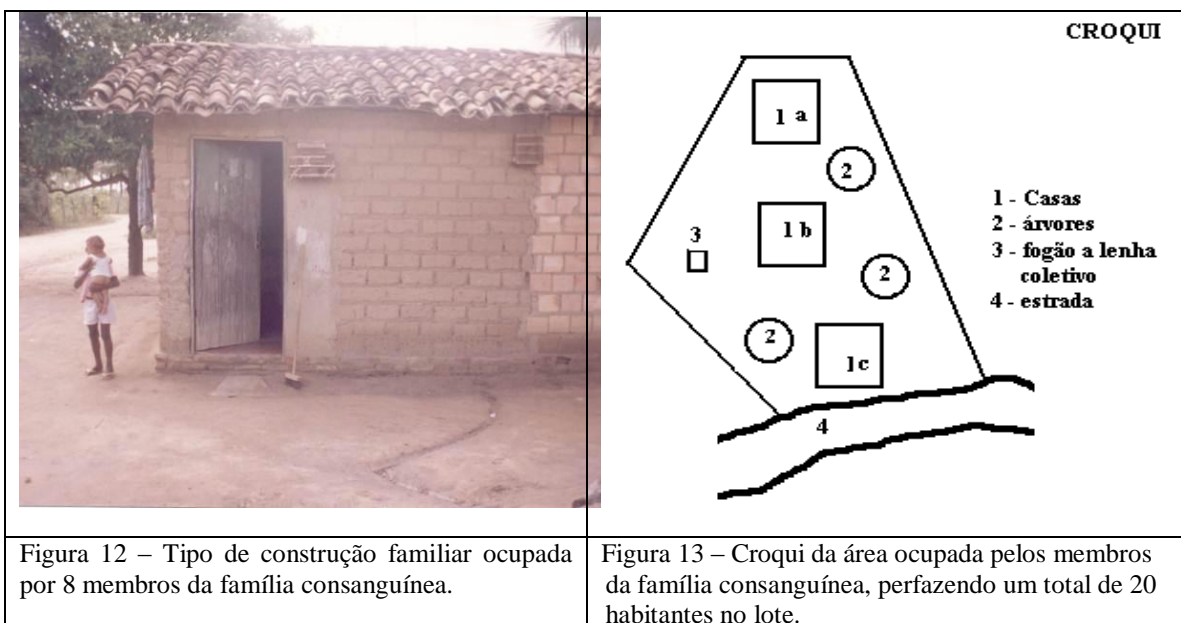
Figura 09 – Mulheres na raspagem da mandioca. Trabalho apenas feminino.

Figura 10 – Mulher idosa na torrefação da farinha de mandioca. Trabalho destinado aos homens, embora seja também efetuado por mulheres.

Autoria: Wodis K.O. Araújo, 2012.

²⁸ Umbelino Oliveira, em *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*, refere-se a isto quando da transição do feudalismo para o capitalismo.

Outro exemplo, o de uma família que ocupou todo o espaço do lote, – inclusive o destinado a produção agrícola, de $\frac{1}{2}$ *tarefa*, com a reprodução do grupo familiar impedindo que a unidade camponesa oferecesse condições para a manutenção e uma nova reprodução dos indivíduos que compõem aquela unidade familiar. A propriedade não é mais um local de produção de mercadorias, tornou-se apenas um lugar de moradia; pois devido o crescimento do número de membros da família e de seus descendentes, criando uma pressão demográfica (1 habitante para cada 13.2m²), a terra torna-se apenas um local de morada. A pressão demográfica sobre a propriedade rural exemplificada acima pode ser vista nas (Figuras 11, 12, 13).



Autoria: Wodis K.O. Araújo, 2012.

Entretanto, convivendo com o tamanho de seu lote, as famílias utilizam mecanismos anteriormente citados para garantir a sobrevivência, – a atividade extra no trabalho de *parceria (meeiros)*, mas, segundo depoimento, *nunca no arrendamento* – neste caso para o município de Feira de Santana, nas atividades que envolvem apenas as atividades de cultivo. O arrendamento consiste em alugar a terra e pagar ao proprietário em dinheiro. Na Bahia, costuma-se alugar pastos para o gado no período de grandes estiagens quando a forragem costuma reduzir. Esta parece ser a forma mais tradicional de arrendamento entre os pequenos e médios proprietários rurais.

Qual o motivo de não se querer utilizar o arrendamento de terras para a lavoura, entre os pequenos proprietários rurais no município de Feira de Santana? Como mostrou o parágrafo anterior, o arrendamento consiste no pagamento pelo uso da terra, em espécie, quase sempre antes de se produzir. Caso o arrendatário ou *rendeiro* sofra o infortúnio da perda de sua produção, o proprietário garante seu lucro de qualquer maneira, diferente do *meeiro*, onde na maior parte dos casos, perdas e ganhos são divididos em partes iguais.

Segundo o IBGE - Censo Agropecuário (2006), para a condição do produtor, excetuando a condição de – proprietário, que daremos ênfase a seguir – foram identificadas as seguintes condições, conforme o (Quadro 07).

Quadro 07

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E ÁREA DOS
ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR,
SEGUNDO INDICADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR - FAO,
2006

Condição do produtor	Nº de estabelecimentos (Unidades)	Área dos estabelecimentos (hectares)
Proprietário	7.060	25.506
Ocupante	933	1.403
Arrendatário	13	46
Parceiro	14	10
Produtor sem área	160	-
Assentado sem titulação	-	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

Interpretamos que o número considerado de ocupantes é entendido como um herdeiro que recebeu sua parte na herança, mas nunca regularizou a escritura da “nova” propriedade; como o baixo número dos que declararam ser parceiro (sendo essa também

uma condição do meeiro) e a área ocupada pelo labor desse produtor. Em nossa pesquisa de campo, os questionados relataram utilizar da relação de trabalho – meia – muito mais que o número total dos estabelecimentos acima citados. É possível identificar no município, produtores sem área, em especial os que utilizam as margens das vias (rodovias federais e estaduais), com seus cultivos de beira de estrada e a ausência de produtores na condição de –assentados sem titulação – reforça a questão de que no município não há assentamentos da Reforma Agrária.

Assim os pequenos proprietários rurais, não tendo capital para arriscar no que poderíamos chamar de um *joit-venture* agrário, preferem não utilizar esta forma de relação de trabalho, para evitar perdas, no caso o arrendamento, justificado em todo o município com apenas 18 unidades. Entretanto, mantém o trabalho acessório ferindo sua essência, onde o camponês acredita que o “trabalho deve ser para si, com os seus no que lhe pertence” (ANTONELLO, 1996, p. 23).

Encontram-se também, famílias que apenas residem no espaço rural não executando nenhuma atividade agrícola. A renda familiar é adquirida no trabalho na cidade e todos os membros desenvolvem alguma atividade produtiva na zona urbana. Em alguns exemplos observados, que as casas tinham sido construídas com a permissão do proprietário da terra, e seus ocupantes não desenvolviam qualquer atividade agrícola, nem vendiam sua força de trabalho a este proprietário. A renda familiar é obtida em atividades urbanas e não-agrícolas.

Cabe explicar que tipo de comportamento acontece aqui como resultado de uma relação sentimental entre patrão-empregado, que permitiu a este último permanecer em sua propriedade, após anos de serviços prestados como parte de uma suposta indenização não concedida. Este trabalhador por sua vez, constitui família numerosa que servirá não só ao trabalho do campo como a cidade. Situação que Antonello (1996), define como o trabalho familiar externo (trabalho acessório – assalariamento). Para este caso específico, consideramos agora as atividades urbanas.

A alternativa do assalariamento pode constituir uma estratégia para reequilibrar a renda familiar em função de um incremento do nível de necessidade [...]. *Ou ainda*. [...] o assalariamento pode ser um caminho sem retorno à condição de produtor familiar, principalmente para os membros excedentes do grupo familiar, os quais não possuem condições para adquirir uma unidade de produção (terra) própria. (ANTONELLO, 1996, p. 27).

A essa condição estão agregadas famílias, onde a terra é apenas um local de moradia e o trabalho desenvolvido pelos membros da família na *meia* da terra e nas atividades não-agrícolas, constituem uma forma de resistência para se manter em áreas muitas vezes inferior a uma *tarefa* (0,66 ha).

A facilidade como estas pessoas deslocam-se do campo para seus empregos na cidade deve-se a oferta de transporte coletivo, dos mais diversos, observada em todos os distritos do município. Basta apenas visitar alguns pontos de transporte, para confirmar este fluxo de passageiros. A migração campo-cidade realiza-se na direção daqueles centros urbanos onde a criação de atividades e empregos é mais dinâmica (CORRÊA, 1989).

Esta facilidade de transporte, faz com que estes filhos continuem residindo com os pais, nas terras de origem, mesmo após o matrimônio, elevando a pressão demográfica sobre a propriedade produtora obrigando alguns destes membros a buscarem alternativas não-agrícolas para se reproduzir e reduzir esta pressão demográfica sobre o lote e a família como mostram as (Figuras 14 e 15).



Figura 14 - Mercearia em uma pequena propriedade rural. O proprietário exerce apenas atividades não-agrícolas.



Figura 15 - Pressão demográfica exercida numa pequena propriedade com cinco casas de membros de uma mesma família.

Autoria: Wodis K.O. Araújo, 2012.

A reprodução destas famílias de micro e pequenos proprietários só com o trabalho da terra é uma tarefa árdua que pode resultar na perda ou em uma nova fragmentação, transformando-os em *micro-proprietários*, como denominou Benedita Andrade (1993). A resistência de sua permanência só pode ser entendida se analisada na perspectiva de Oliveira (1986, p.11) em que o camponês, “deve ser visto como um

trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar”, garantindo assim sua reprodução, mesmo que seja em uma atividade não-agrícolas.

Nestas condições o tamanho da terra está associado à produção e, conseqüentemente à capacidade de gerar renda. Se a terra é insuficiente para garantir a produção e renda, o coloca num patamar de pobreza. Considerando-se que uma família é pobre quando sua renda *per capita* for insuficiente para adquirir os bens necessários para a sobrevivência adequada de seus membros. O (Quadro 08) demonstra, de forma esquemática os fatores determinantes de insuficiência de renda e, portanto, de pobreza.

A família numerosa pode ser usada como estratégia de reprodução favorável, quando todos os membros da unidade de produção são aptos para o trabalho, como comenta Alexandre Chayanov, citado em José Graziano da Silva (1981, p. 138), “A quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e a composição da família trabalhadora, o número de seus membros capazes de trabalhar, e, além disso, pela produtividade da unidade de trabalho – [...]”.

Quadro 08

INSUFICIÊNCIA DE RENDA: FATORES DETERMINANTES

A capacidade de geração de renda dos membros da família que trabalham no campo é baixa.	Porque é pequeno o valor da produtividade dos membros da família que trabalham no campo.	Por causa da baixa qualidade dos postos de trabalho, decorrente: <ul style="list-style-type: none"> - do baixo preço do produto que está sendo gerado pelos membros da família que trabalham e/ou; - da pequena disponibilidade de capital físico à disposição desses membros e/ou; - da utilização ineficiente destes recursos.
	Porque é pequena a capacidade dos membros da família que trabalham de se apropriar do valor do produto que eles geram, ou seja, seu poder de barganha.	Por causa da baixa qualificação da força de trabalho, decorrente: <ul style="list-style-type: none"> - do pequeno grau de qualificação dos membros da família que trabalham (sua qualidade potencial). - da pequena proporção da qualidade potencial que é efetivamente oferecida no mercado de trabalho, por esses membros da família.

FONTE: Adaptado do *RELATÓRIO sobre o desenvolvimento humano no Brasil*. Rio de Janeiro / Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1996. p. 26).

Mesmo com um número significativo de membros, muitas vezes ocorre o trabalho fora das terras da família, como demonstra José Graziano da Silva (1982, p. 145) ao dizer: “Em outras palavras, por definição o minifúndio não permite que a família do proprietário se reproduza sem lançar mão de expedientes externos à unidade de produção com o objetivo de complementar sua renda, como exemplo o assalariamento temporário nas grandes explorações vizinhas”.

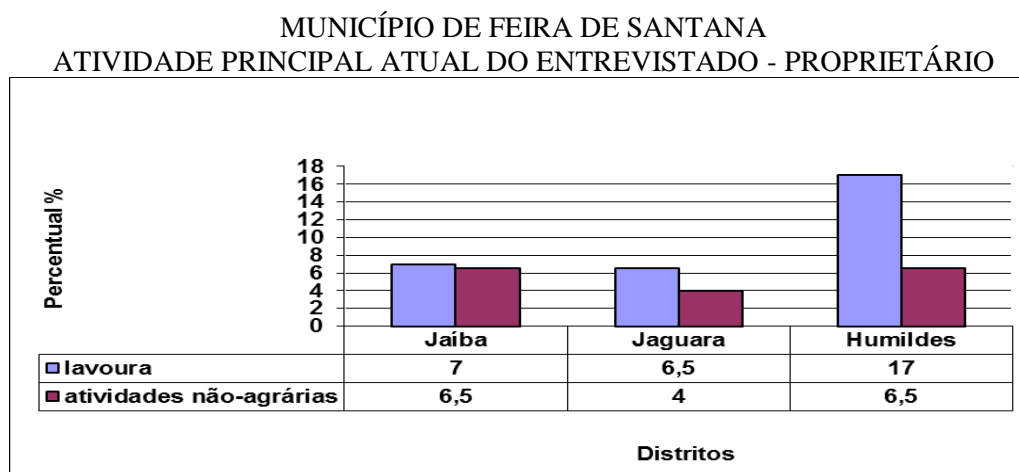
Ao se reproduzir fora de sua unidade familiar o camponês o faz, principalmente por sua terra não lhe garantir seu sustento. Necessitando se reproduzir, direciona sua produção de subsistência alimentar, para a venda em um mercado consumidor ansioso por mercadorias, o mercado urbano-industrial. A venda a esse mercado ou simplesmente a troca por produtos (industrializados), não impediu que o pequeno proprietário mantivesse uma condição de vida na maioria das vezes miserável, o que contribuiu, na maior parte dos casos para a manutenção de sua pobreza.

No (Anexo III), apresentamos o perfil do camponês do município de Feira de Santana e os dados sobre sua condição de vida mais detalhado como: os dados pessoais, composição familiar, fluxo de deslocamento, propriedade rural, produção camponesa, rendimentos familiares, relações de trabalho e condição de moradia. Além do (Anexo IV) que são os resultados, em números absolutos, da tabulação dos questionários da pesquisa de campo que resultou no diagnóstico do camponês feirense.

3.3 Análise das atividades econômicas, principais e secundárias, no campesinato feirense.

O trabalho do camponês demanda horas de atividades e consumo de braços para realizar as tarefas pertinentes à produção. Baseado nisso, percebemos que no momento em que há alteração no padrão de comportamento, o camponês cria alternativas para sua sobrevivência. Passamos então a discutir as atividades econômicas principais, que os camponeses entrevistados realizam, para garantir a renda familiar. Dos entrevistados, como dissemos anteriormente, 68% desenvolvem atividades na lavoura e 32%, atividades não-agrícolas. Assim, para o camponês feirense, a terra é ainda seu principal sustento. A atividade da lavoura desenvolve-se completamente em suas propriedades com 69,5% das respostas (Figura 16).

Figura 16



FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

A SEI (1999), estabeleceu os tipos de família e sua ocupação, classificando da seguinte forma:

As famílias foram divididas por tipos: agrícolas, não-agrícolas e pluriativas. São agrícolas quando todos os membros ativos da família exercem atividades agropecuárias como única ocupação. Caso todos os membros estejam ocupados em atividades que não as agropecuárias, na ocupação principal, a família é considerada não-agrícola. As famílias pluriativas são aquelas que combinam ocupações agrícolas/agrícolas e/ou não-agrícolas/não-agrícolas na ocupação principal e/ou secundária de pelo menos um de seus membros. (SEI, 1999, p. 36).

Percebemos que há famílias que mantêm a condição exclusiva nas atividades agrícolas para sua reprodução, ocupando os demais membros da família na lavoura. Utilizando-se sempre da força familiar para a produção, e em alguns casos, no momento de pico, de trabalho temporário. Os valores recebidos pelo trabalho não são suficientes para sua simples sobrevivência. Assim Boserup (1987, p. 125), comenta sobre esse salário dizendo: “(...) o valor do salário agrícola é muito baixo na maioria das comunidades (...) e que os salários não podem ser reduzidos ainda mais sem provocar a completa inanição dos trabalhadores assalariados”.

Perguntamos sobre os valores recebidos pelo trabalho da família e se o total da renda conseguia suprir as necessidades básicas, principalmente na alimentação, ao aplicar os questionários, uma entrevistada nos respondeu:

O dinheiro é pouco! Acaba logo. Nós aqui criamos uma galinha, de vez em quando matamos um porco²⁹, plantamos o feijão e o milho, a batata doce e o aipim, tem a farinha. No mês compra o arroz, o macarrão e o café. As vezes não dá pra vencer o mês quando o serviço está fraco, pedimos ao vizinho um socorro, a roça é quem mais ajuda na hora de comer, ela sempre dá alguma coisa. (Distrito de Jaguará).

Quando essas famílias camponesas, com área de terra incapaz de manter todos os ocupantes, estendem para seus familiares a condição de lavradores constata-se que são estas famílias as mais pobres, devido a fatores como a forma de produção, as técnicas utilizadas e o tamanho de sua terra. Garantem sua subsistência mas não o suficiente. Quando vendem sua força de trabalho, continuam na lavoura. Percebemos também que parece haver uma relação entre a atividade desenvolvida pelos entrevistados, quando crianças, com as atividades atuais de trabalho, neste caso – na lavoura, salvo poucas exceções. É um processo em que se reproduz a condição de pobreza.

Aqui o trabalho de Josefa Lisboa (2007) sobre a questão da pobreza no meio rural, aponta que não é só a questão de recurso financeiro e terra, são as bases da opulência. Outros elementos que norteiam a vida e geram uma qualidade de vida e satisfação pessoal e social, são condições importantes para a erradicação da pobreza, exemplos de acesso a escolas, postos de saúde, treinamento técnico. Acreditamos que o resgate da dignidade humana é um passo para se sair da pobreza (NASCIMENTO, 2008; SOUSA, 2009; MESQUITA, 2011)³⁰.

As famílias camponesas, que vivem exclusivamente da terra, mas que possuem, a casa de farinha, costumam (mas não é uma regra) apresentarem maiores extensões de terra e um contingente familiar satisfatório para atender a demanda de produção e dos momentos de pico da lavoura; apresentam condições socioeconômicas melhores, pois não fazem intensamente ou regularmente, a buscar de forma complementar a sua subsistência, fora da unidade familiar de produção.

Uma parcela dos entrevistados (30,5%), responderam exercer atividades que não estão relacionadas diretamente com as atividades agrícolas, enquadrando-se no que se denomina, famílias não-agrícolas. Encontramos proprietários de terras exercendo atividades como: pedreiros, motoristas, funcionários públicos municipais, biscateiros,

²⁹ Ao abaterem os suínos, seus proprietários vendem as partes “nobres” e ficam com os miúdos e as costelas, quando não acham compradores.

pequenos comerciantes, ajudantes de pedreiro, oleiro, operários de agroindústrias, ou ainda aqueles que afirmaram ter na aposentadoria sua fonte primária de renda.

Aqui questionamos o que há de comum nas atividades mencionadas anteriormente. Na primeira análise há entre elas atividades que requer pouca qualificação profissional e/ou formação técnica para exercê-la, e poderemos entender que em segundo plano há também atividades que podem ser associadas aos ciclos produtivos das lavouras e criações e também a possibilidade de ganhos financeiros maiores fora do trabalho na unidade familiar de produção.

Desses questionados, todos relataram exercer suas atividades fora de suas propriedades, exceto os aposentados. Esses indivíduos disseram utilizar a terra como um complemento de renda. A atividade familiar foi completamente absorvida, para a demanda da atividade, mesmo que não se utilize de toda a área disponível para o cultivo. Em alguns casos utilizam-se do trabalho temporário, associado ao familiar, pois dispõem de recursos financeiros, para o pagamento dessas atividades.

Entretanto, nem todas as atividades não-agrícolas resultam numa renda capaz de permitir ao pequeno proprietário rural, condições para que a terra fique sem produzir³¹, e sua reprodução seja feita apenas como os rendimentos do trabalho, fora da unidade familiar de produção, segundo nossas observações de campo.

Casos específicos para essa condição – atividade não-agrícolas, sem o uso da propriedade como complemento de renda, foi encontrado em propriedades com área de 1 tarefa a menos [menos de 66 metros quadrados], localizadas próximas aos distritos ou a sede do município, pois como não há espaço suficiente, ela torna-se apenas local de moradia e não de produção. Sobre esse assunto, José Graziano da Silva (1998, p. 173) comenta: “(...) um indicador extremamente expressivo das *novas funções* que assume o campo brasileiro, o qual, além de sua função agrícola, representa hoje também local de moradia, de lazer, de serviços e de emprego para pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas”. As novas ruralidades são as mesmas ruralidades do passado, mascaradas por avanços tecnológicos.

³⁰ Esses autores também discutem a pobreza rural em seus trabalhos.

³¹ Quando não há possibilidade de lavar a terra com regularidade muitos camponeses cultivam mandioca, pois seu ciclo de vida requer um tempo igual ou superior a 1 ano de cultivo.

A terra representa apenas um local de moradia e nada mais, pois a depender do tamanho da propriedade rural em questão não se tem como cultivar ou criar, apenas residir e trabalhar em outro lugar.

Alguns proprietários rurais informaram exercer atividades de múltiplas funções, na lavoura e em atividades não-agrícolas. Por isso as famílias que produzem prioritariamente para o autoconsumo, veem-se forçadas a intensificarem suas estratégias de sobrevivência, combinando, cada vez mais, as atividades e, às vezes, abandonando a atividade agrícola.

Esses camponeses mantêm seus roçados, principalmente de cultivos de subsistência, garantindo para si, uma parte da alimentação e o excedente para a venda, complementando a renda familiar.

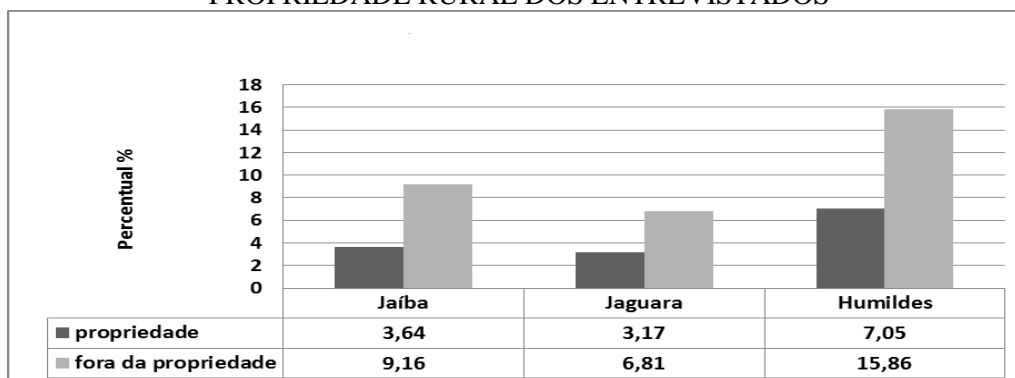
Para esse caso do pequeno proprietário rural apresentar-se como *operário* (trabalho acessório), isso não significa que o modelo da unidade familiar de produção esteja se modificando. Pois esse camponês ainda continua dividindo as atividades agrícolas entre os membros da família. O resultado dessa mudança no comportamento está na participação do trabalho familiar, criando uma sazonalidade na demanda do trabalho, dentro da unidade familiar, tentando estabelecer um equilíbrio entre o salário, a produção agrícola e o padrão de vida do camponês. O trabalho acessório sempre foi uma estratégia de sobrevivência para a família camponesa.

Como discutimos o comportamento do entrevistado em relação a atividade econômica principal, que este camponês desenvolve, observamos que esse não está só em sua unidade de produção familiar. Sendo uma unidade de produção familiar, os membros dessas famílias, mulheres, crianças e velhos, exercem suas atividades e têm sua importância, no processo de produção.

Como podemos observar na (Figura 17), a atividade econômica de apoio a renda familiar, praticada pelos membros da família, acontece principalmente fora da propriedade. Entendemos que essas atividades estejam ligadas diretamente às atividades agrícolas. Porém, nem sempre, pois estes podem desenvolver as tarefas fora de suas propriedades, executando atividades agrícolas e não-agrícolas. Dessa forma, Antonello (1996, p. 40), nos chama a atenção sobre o trabalho externo dizendo: “(...) não é apenas o chefe da família que trabalha *alugado* mas principalmente os filhos maiores de catorze anos (...)”.

Figura 17

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
LOCAL DA ATIVIDADE DOS MEMBROS DA FAMÍLIA QUE RESIDEM NA
PROPRIEDADE RURAL DOS ENTREVISTADOS



FONTE: pesquisa de campo, 2014.

Isso demonstra que os membros da família camponesa, em especial os jovens, buscam fora de sua unidade familiar de produção o trabalho, para garantir sua sobrevivência. A procura de trabalho tem mostrado ser em atividades não-agrícola, mostrando que o tamanho da terra não garante o sustento familiar.

Sobre a importância do apoio financeiro dado pelos membros das famílias, José Tavares dos Santos (1984), comenta:

(...) cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família. (SANTOS, 1984, p. 34).

No que se refere a mão de obra familiar Oliveira (1986, p. 56) escreve: “(...) a presença da força de trabalho familiar é característica básica e fundamental da produção camponesa. É pois derivado dessa característica que a família abre a possibilidade da combinação muitas vezes articulada com outras relações de trabalho no seio da unidade camponesa”.

Ainda sobre o trabalho dos membros das famílias camponesas, Antonello (1996), comenta:

A transformação periódica de membros do grupo familiar em trabalhadores assalariados decorre da necessidade de uma renda monetária para suplementar o rendimento obtido na unidade de

produção familiar e, em determinados momentos do ciclo agrícola, torna-se a principal fonte de manutenção da família camponesa sertaneja. (ANTONELLO, 1996, p. 39).

A mesma situação, sobre o trabalho dos membros da família, pode ainda ser encontrada em Oliveira (1986, p. 69) quando esse comenta sobre a produção camponesa: “a força de trabalho familiar – é o motor do processo de trabalho na unidade camponesa: (...)”. Enquanto Gomes (1999, p. 100), quando esta trata do trabalho familiar afirma: “Na pequena propriedade rural, desde a infância, cada um dos membros dá sua contribuição no binômio exploração/família”.

Em nossa pesquisa de campo os filhos dos entrevistados que estavam empregados em atividades não-agrícolas, eram sempre de famílias numerosos e com pouca terra, com idade acima de 18 anos, segundo grau completo, e que em algumas entrevistas nas propriedades rurais, demonstraram um interesse maior em residir na cidade. Direcionamos o questionário a dois jovens (um rapaz e uma moça), o porquê de quererem morar na cidade, e responderam:

Segundo o rapaz na cidade todo mundo tem emprego bom, aqui só enxada e sol; eu trabalho em qualquer coisa, no que der ou aparecer. Tenho um irmão que trabalha no supermercado, pode ser lá! O salário é certo na cidade e a roça só dá na safra. Enquanto a moça afirmou; eu quero morar na cidade para estudar numa escola boa (ela é 8ª série) e arrumar um emprego numa loja, não gosto do trabalho da roça, aqui é tudo parado, lá tem muita festa, gente. (Ambos do Distrito de Humildes).

Sobre o trabalho extra-familiar, Antonello (1996, p. 39 e 40) diz: “(...), o camponês complementa o seu orçamento trabalhando *alugado* (...). Ainda aparece como alternativa a ocupação em serviços não-agrícolas na própria área”. A autora ainda continua: “(...) o trabalho extra-unidade familiar constitui-se em uma alternativa sem retorno para os membros excedentes, que, caso tenham oportunidade, podem vir a se transformar em futuros camponeses sob a forma indireta de exploração da terra”. Constatamos também que existe a ajuda de membros da família que recebem aposentadoria, como mais uma forma de complemento da renda.

Percebemos então que é a única forma desses camponeses ocuparem a terra, é morar nela, transformar o modelo de produção tradicional em um modelo que absorva seus membros, mantendo-os ainda na condição de pequenos proprietários rurais.

Todavia, observamos que os nossos entrevistados apresentavam outras fontes de renda. As atividades econômicas secundárias, que os camponeses entrevistados realizam, garantem um complemento financeiro as atividades econômicas principais. Dos entrevistados, como já apresentamos anteriormente, encontramos 81,5% que afirmaram não possuir outra fonte de renda além daquela já anteriormente citada, e 18,5% declaram ter outra fonte, sendo que desses 9% ocupavam atividades na lavoura e 9,5% em outras atividades não-agrícolas.

Percebemos que o lugar onde esses camponeses desenvolvem suas atividades secundárias estão relacionadas com as propriedades rurais, pois dos 9% que afirmaram ter como ocupação a lavoura, foi o mesmo percentual para a atividade desenvolvida na propriedade. O mesmo para as atividades não-agrícolas (9,5%) e as atividades desenvolvidas fora da propriedade, como se observa na (Figura 18).

Figura 18



FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

Devemos justificar que o estudo para o caso da atividade econômica secundária irá demonstrar o comportamento do camponês, aqui entrevistado, como uma estratégia de sobrevivência, e não mais a atividade do grupo familiar. O que percebemos com a atividade secundária é que ela ocorre em duas situações: a primeira, dos camponeses que exercem atividades não-agrícolas e são lavradores em suas propriedades; a segunda, de lavradores que trabalham em outras atividades, não-agrícolas, fora de suas propriedades. Em ambos os casos as famílias executam um trabalho acessório de complemento a renda familiar.

Na primeira situação, percebemos que o camponês possui emprego fora de sua propriedade, exercendo atividades não-agrícolas e trabalhando a sua terra em tempos de folga ou apenas numa estação determinada pelo calendário agrícola. Assim, perguntamos a um camponês, com uma propriedade com quatro tarefas de área, porque trabalhava fora de sua terra e ele respondeu:

Antes trabalhava aqui na roça, quando casei, mais foi aparecendo os filhos, a vida ficando difícil; tinha um ofício de pedreiro e comecei a trabalhar no comércio (cidade de Feira de Santana e distrito de Jaíba). Minha terra é pouca (4 tarefas), eu, a mulher e o menino de 16 anos, planta o milho e o feijão; a mandioca, Deus cria. Com isto, dá o sustento da casa de 5 filhos. As vezes o menino me ajuda no ofício. (Distrito de Jaíba).

Percebemos aqui, com o relato desse camponês, que o principal fator que o leva ao trabalho fora de sua unidade de produção familiar é o tamanho de sua propriedade e a incapacidade de se reproduzir com ela, enquanto produtor rural. Todavia, encontramos um pequeno proprietário rural, com uma propriedade de 6 tarefas de área, no distrito de Humildes, que relatou ser motorista e a mulher professora primária do município, que nos disse:

Vivo do trabalho (fora da unidade familiar de produção), eu e minha mulher, plantamos só na safra, milho, feijão. Temos frutas e essas galinhas. Na época do plantio eu pago a uns garotos da vizinhança para plantar e dar os cuidados. Consumo e também levo para meus três filhos em Feira. Não preciso viver da terra. (Distrito de Humildes).

Este pequeno proprietário rural encontra em sua atividade principal melhor oferta de renda, e a lavoura é a penas um *simples* complemento a sua receita financeira doméstica. Busca na terra um *ar bucólico*, tranquilidade e não uma forma específica de reprodução. No município percebemos a interpenetração dos espaços urbanos dentro do espaço rural, pois a residência deste entrevistado, possui todos os confortos de uma moradia comum do espaço residencial urbano.

A segunda situação, aquela em que os camponeses são lavradores em suas propriedades, mas buscam complementos de renda em atividades não-agrícolas fora de suas propriedades, ocorre sempre pelo mesmo motivo: o tamanho da terra, o número da prole e a necessidade financeira. Aqui a qualificação profissional dos camponeses é

muito baixa, concedendo a esse nos exemplos citados, a condição de serventes diversos. O regime de trabalho ocorre no período oposto ao calendário agrícola da região, conforme esclarecimento de um entrevistado nessas condições:

Aqui na terra, planto feijão, milho, batata doce, amendoim, mandioca; quando é preciso sempre venho aqui (na lavoura) para dar a terra (os cuidados com a lavoura); trabalho no centro (CEASA) descarrego caminhão, faço carregio. Mas só vou lá depois do trabalho na roça, tem semana que nem vou, as vezes vendo um porco, ganho o dia. As vezes trabalho como ajudante de pedreiro se for um serviço grande e certo no pagamento. (Distrito de Jaíba).

Encontramos ainda, alguns poucos exemplos de camponeses lavradores em suas terras e assalariados temporários (diaristas) em propriedades vizinhas ou no distrito. Esse tipo de trabalho acessório, temporário, assalariado é discutido em vários outros autores³². Um desses camponeses do distrito de Jaíba, com 55 anos de idade, comenta sobre sua atividade dizendo:

Trabalho vendendo o dia, aqui na região, sempre tem algum serviço. Quando não acho, dou o dia aqui na roça mesmo, tenho um roçado de feijão e mandioca, dou uma limpa. Trabalho porque não tenho um sustento, espero a aposentadoria, daí fico no meu. (Distrito de Jaíba).

Há ainda um fato que nos chamou a atenção sobre o número de camponeses entrevistados que eram aposentados (22 entrevistados, 26,5% do total de questionários). Observamos que o comportamento desses camponeses que tinha alguma relação com a aposentadoria e a atividade econômica principal/secundária, deu-se da seguinte forma: lavrador/aposentado³³, 22%; aposentado/lavrador³⁴, 34% e aposentado, 44%. Esse último não apresentava uma atividade econômica secundária. Acreditamos que mesmo não informando uma pequena parcela ainda permanece na situação dos dois casos anteriores. Um depoimento nos foi dado sobre um desses casos:

Não vivo mais do trabalho na roça, aqui só os filhos trabalham na roça, tenho aposentadoria, mas já cortei cana em Santo Amaro em 1950, trabalhei em olaria, a terra era de meus pais. Crio dois porcos e

³² GOMES (1999, p. 98); OLIVEIRA (1986, p. 69); OLIVEIRA (1996, p. 57); SANTOS (1984, p. 37); SANTOS (1996, p. 62); SEI (1999, p. 25); SILVA (1982, p. 23 e 144).

³³ Alegou ter como fonte de renda principal a lavoura e secundária a aposentadoria.

³⁴ Alegou ter a aposentadoria como fonte de renda principal e a lavoura como secundário.

umas galinhas pra botar uns ovos. A aposentadoria é um dinheiro certo, todo mês tá lá; aqui na roça é tudo ilusão por causa das mudanças do tempo. Sem a aposentadoria as coisas ficariam ainda mais feias. (Distrito de Humildes).

Percebemos que a previdência no meio rural assume uma importância vital para a subsistência das famílias. A análise decorrida sobre os membros da família camponesa, revelou que há membro aposentado (22 entrevistados) e que contribui economicamente, com sua aposentadoria para a renda familiar.

Ainda argumentamos que entre os entrevistados o trabalho acessório foi predominante mostrando que um camponês, em nenhum momento se mantém ocioso. Mesmo que sua unidade familiar de produção absorvesse toda a força de trabalho familiar, essa mesma lavoura liberaria a mão de obra nos intervalos de sua produção. Devemos entender que nos momentos de pico – preparação da terra, plantio, trato e colheita, a força braçal familiar é totalmente absorvida, porém nos intervalos da produção o trabalho acessório predomina. Passamos então a investigar esses dois momentos e suas relações de trabalho entre os camponeses.

Em outras realidades, o trabalho acessório é constante e ininterrupto em todo ano, e nas atividades da lavoura, essas famílias encontram no trabalho acessório a única fonte de renda para suprir as necessidades familiares.

3.3.1 As relações de trabalho no campesinato feirense

Durante a pesquisa de campo, observamos que o trabalho desenvolvido nas pequenas propriedades rurais era realizado pela família, pois todos confirmaram sua presença no processo produtivo. Entretanto percebemos em alguns casos citados (19% dos entrevistados) apresentavam em suas propriedades o *auxílio* de trabalho extra-familiar, os trabalhadores temporários.

Uma justificativa inicial para ocorrer uma demanda de trabalho, onde a própria família camponesa, não seja capaz de absorver toda a tarefa, está, como exemplo, no cultivo que praticam, nesse caso a subsistência. Segundo a SEI (2000, p. 56), “a demanda da ocupação na lavoura que mais absorvem mão de obra são a cana e o feijão”; pois esses cultivos, apresentam os maiores picos de trabalho, onde algumas

tarefas devem ser realizadas em um único instante ou processo, o que requer um número maior de trabalhadores além do disponível, rotineiramente, pelas famílias camponesas.

Sendo assim, passamos a investigar se aquelas famílias numerosas ou com uma área de terra muito pequena para seu próprio sustento, também são capazes de solicitar algum tipo de trabalho extra-familiar. Portanto, José Graziano da Silva (1982, p. 144), diz que mesmo os proprietários de uma área de terra insuficiente para sua sobrevivência que em uma maior parte do tempo o camponês trabalha alugado, “(...) de outro lado, contratam assalariados temporários nos *momentos de pico* da demanda de mão de obra de suas unidades de produção”.

Em áreas de terra muito pequenas ou nas famílias com um menor número de membros ativos, para realizar as tarefas, as quatro etapas distintas da lavoura: preparo da terra, plantio, tratos culturais, colheita, são as que demandam serviços. Perguntamos então aos camponeses em que momento da produção utilizavam-se desse trabalho extra-familiar? Dos 84 entrevistados, 19% (22 entrevistados) responderam que em algum momento usam trabalhadores temporários foi: 95% desses, no preparo da terra; 60,5% no plantio; 18,5% no trato da colheita e 50% na colheita [um ou mais entrevistados respondeu mais de uma possibilidade de uso/contrato de trabalhadores temporários]. Não só a lavoura requer auxílio extra para executar suas tarefas, algumas construções, dentro das pequenas propriedades rurais, muitas vezes requer uma ajuda do trabalho extra-familiar, para se concretizar.

O pagamento é feito diariamente. Apenas um entrevistado disse pagar semanalmente, e encontramos, declarados pelos entrevistados, 16,5% dos casos, com valor do dia de trabalho a R\$ 30,00. Constatamos outro fato sobre a exploração desigual do trabalho feminino e infantil, pois estes recebem, respectivamente, pelo seu trabalho diário, R\$ 25,00 e R\$ 15,00. Já José Tavares dos Santos (1984: p. 32); demonstra a importância do trabalho feminino de maneira igualitária, “Como um homem, mesmo igual”; entretanto a referência ao trabalho feminino foi dentro da própria unidade familiar. O mesmo em Gomes (1999, p. 98) que nos chama a atenção para a ocupação feminina na lavoura, no município de Feira de Santana.

Perguntamos então a um proprietário rural, que mantinha diaristas em suas terras o porquê do pagamento diferenciado à mulheres e crianças:

Um homem trabalha duro a tarefa, a mulher e mais lenta e para mais ou faz trabalhos mais leves como o plantio, as vezes vai na enxada e as crianças menos ainda. Um homem é igual a duas mulheres, e um homem é igual a quatro crianças, por isso pagamos menos, também não reparamos muito nos serviços deles (mulher e criança). E muitas vezes os meninos estão com os pais e nós só pagamos aos pais, são eles que trazem para ajuda, quando são pequenos demais (entre 5 a 8 anos). (Distrito de Jaíba).

Essa questão anterior, a remuneração do trabalho da mulher e da criança, a nosso ver, é apenas mais uma forma de exploração do trabalho alheio, do gênero e das relações que o capitalismo impõe sobre o assalariado, pois acreditamos que o trabalho feminino é tão importante e semelhante ao trabalho masculino.

Uma indagação maior surge quando procuramos saber como é feito o pagamento pelo trabalho extra-familiar de um camponês que já é assalariado, por não ter como sobreviver com aquilo que sua terra lhe dá? Encontramos a resposta no mutirão/adjutório. Quando 39,5% afirmaram usar o mutirão para cumprir as tarefas em suas propriedades. Essas tarefas são as descritas nas quatro etapas principais da lavoura ou em construções (casos descritos pelos entrevistados). A ajuda mútua é uma das formas de socialização da vida camponesa e que foge a lógica do capitalismo.

De acordo com Oliveira (2007) os conceitos de ajuda mútua, parceria e trabalho acessório são:

[...] – a *ajuda mútua* entre os camponeses - é a prática que eles empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas está o mutirão ou a troca pura e simples de dias de trabalho entre eles; esse processo aparece em função de os camponeses não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados;

- a *parceria* - é outro elemento da produção camponesa decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar trabalhadores em sua propriedade; assim ele, ao contratar um parceiro, divide com ele custos e ganhos; é comum essa relação de trabalho aparecer articulada na produção capitalista como estratégia do capital para reduzir os custos com a remuneração dos trabalhadores; da mesma maneira, a parceria pode ser a estratégia que os pequenos camponeses utilizam para ampliar a sua área de cultivo e conseqüentemente aumentar suas rendas;

- o *trabalho acessório* - é o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica

constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa; [...]. (OLIVEIRA, 2007, p. 41).³⁵

Assim nos informou um entrevistado sobre o mutirão; que pode ser limpeza de um terreno para plantações e colheita do feijão, milho e mandioca, construção de um cômodo, entre outras atividades:

A turma chega para o serviço, e todos pegam juntos na labuta. Quando é muito serviço chegam cedo e trabalham até o fim do dia, quando é pouco termina depois de meio-dia. Quando termina o serviço a cantoria acontece, já matei até porco numa farinhada³⁶, é muito bom o serviço fica pronto e é bem feito. (Distrito de Jaguará)

Dessa forma, José Tavares dos Santos (1984, p. 36) comenta sobre a prática do mutirão, na questão da ajuda mútua: “Todas as práticas de ajuda mútua descritas cobrem uma necessidade de força de trabalho que o camponês não pode suprir apenas com o trabalho familiar, e tão pouco com o assalariado, pois seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente”.

No trabalho de Oliveira Junior (2013, p. 229), o autor argumenta o uso de ajuda mútua entre as famílias dos camponeses dizendo que, “as famílias, objetivando assegurar maior renda e subsistência com a produção da farinha, fazem mutirão nos dias de farinhada. A parceria e o mutirão acabam contribuindo para apropriação de maior renda entre os produtores, pois reduzem os gastos na elaboração do produto final”.

Devemos ressaltar que nem sempre acontece o mutirão, isso só ocorre quando o tempo para executar uma tarefa é pouco. Assim pronuncia-se José Tavares dos Santos (1984, p. 36): “Tais situações constituem, de modo geral, momentos críticos do processo do trabalho agrícola, nos quais se deve exercer rapidamente as tarefas, quando então a brevidade do prazo se compensa pelo emprego de maior número de braços”. As festas, cantorias e refeições, após o mutirão, foram as únicas formas de pagamento encontradas em nossa pesquisa para a ajuda mútua. Pois o objetivo é que se faça um trabalho, reduzindo ao máximo os valores gastos nessa labuta.

Ainda na pesquisa de campo encontramos pequenos proprietários que cediam suas terras para o trabalho de meeiros (6% dos entrevistados), recebendo metade de tudo

³⁵ Retomaremos mais a frente, nesse mesmo capítulo essas citações referendo o Trabalho Acessório, entre as famílias camponesas no município.

³⁶ Farinhada: torrefação da mandioca, transformando em farinha.

aquilo produzido. Questionamos o motivo que permitiam a *meiação* em suas terras, todos responderam que era uma forma de garantir uma renda extra já que não podiam cultivar toda a área (alegação do entrevistado) e sempre apareciam vizinhos dispostos a fazer essa parceria. Alguns destes entrevistados alegaram incapacidade física (idosos) para trabalhar a terra e outros a falta de tempo, devido as atividades fora da propriedade.

A forma de pagamento em produto é a mais utilizada para os meeiros. Como os acordos são sempre verbais, cada parte escolhe o melhor destino para sua produção. O pagamento em dinheiro não foi citado. Notamos que alguns deles deixaram transparecer uma desconfiança, quando se trata de dinheiro, como nos relatou um entrevistado dizendo:

Prefiro que a meia seja deixada [refere-se a parte da produção e que essa fique nas propriedades], aqui fica melhor para negociar com qualquer um, além do mais dinheiro é coisa séria, podemos perder se a safra for vendida a qualquer um sem uma conversa de pé-de-orelha com o comprador, muitas vezes o pessoal da meia quer se livrar logo do serviço, tem que ter muita confiança. (Distrito de Humildes).

Ainda perguntamos se algum desses trabalhadores, temporários, se eles possuíam carteira assinada ou algum vínculo de trabalho com o dono da terra e a resposta para todos os entrevistados foi negativa, onde o que impera são os contratos verbais. E também nenhum desses residia na propriedade em que realizava as tarefas. Os trabalhadores moravam em suas próprias terras, confirmando a ideia de camponeses que vendem sua força de trabalho como trabalho acessório, em sua maior parte temporário.

Sobre esse assunto um entrevistado nos esclareceu:

Ninguém tem carteira, acho que só de antigos empregos. Aqui eu chamo um ou outro e digo que tenho uma terra para plantar e quem quiser planta. Antes eu tinha um vizinho certo de todo ano, mas ele morreu a dois anos e os filhos trabalham na cidade. O trabalho é pago sempre na meia. Nenhum deles mora comigo, todos têm casas em suas terras. (Distrito de Jaíba).

Não encontramos entre os entrevistados, nenhum caso de trabalhador permanente, nas propriedades pesquisadas. Acreditamos que os contratos legais de trabalho ocorram entre os grandes proprietários rurais ou entre aqueles que tenham a terra como um lugar de descanso ou de pequenas atividades voltadas para a indústria ou

consumo de mercado, granjas, hortas, pequenas fábricas de derivados do leite, etc. Ainda salientamos que o trabalhador permanente torna-se uma mão de obra onerosa para mantê-la ativa nas propriedades. Desta forma, os pequenos proprietários rurais são incapazes de sustentar financeiramente um contrato legal de trabalho, recorrendo à família como principal força de trabalho.

Passamos então a analisar o comportamento das relações de trabalho, daqueles que labutam fora de suas propriedades. Antes de qualquer coisa devemos justificar aqui o baixo índice de trabalhadores rurais (11,5% dos entrevistados), que trabalham, também, fora de suas propriedades, estão relacionadas a aposentadoria, de um número significativo de camponeses e do trabalho não-agrícola, realizado fora das propriedades.

Todos os entrevistados, que declararam desenvolver atividades rurais fora de suas propriedades, trabalhando em terras de outros, são meeiros. Justificaram essa atividade pelo fato do minifúndio e que possui muita gente para trabalhar nela. Devemos esclarecer que o meeiro não é um assalariado nem um trabalhador alugado. Esse camponês trabalha a terra de outro, utilizando-se de sua força de trabalho pessoal e/ou familiar, *recebendo* uma parte da produção como pagamento pelas horas de trabalho dedicadas a aquela atividade na propriedade de outro. Esses trabalhadores não são empregados do dono da terra, pois não há nenhuma relação trabalhista.

Assim Oliveira (1991, p. 70), comenta sobre o trabalho agrícola em outras propriedades: “(...) a prática da parceria tem estado presente em todo o campo brasileiro, podendo inclusive ser considerada característica particular de relação de produção na transição do colonato para o trabalho assalariado (...)”. Quando não encontram mais disponível esta possibilidade – da parceria – vai-se buscar trabalho em atividades não-agrícolas, pois a parceria só é utilizada para o trabalho agrícola.

Observamos que os meeiros desenvolviam atividades de cultivo de subsistência, principalmente a mandioca, pois este cultivo não necessita de sua presença constantemente para tratos na lavoura. Como meeiros, eles possuem autonomia para estabelecer sua jornada de trabalho e a organização interna da ocupação de cada indivíduo, uma vez que os meeiros contam com a sua família como braços extras para executar o labor a que se despuseram.

Salientamos que o trabalhador que busca a condição de meeiro, não contrata nenhum trabalhador temporário para o auxílio do labor, apenas os membros de sua

família estão envolvidos nesse exercício. Essa suposta contratação implicaria em ônus que esse meeiro não pode arcar.

No que concerne ao arrendamento de terras, questionamos alguns desses camponeses que afirmaram ser meeiros, o porquê deles não arrendarem (alugarem) terras para a lavoura. Um dos entrevistados respondeu o seguinte:

Na meia trabalhamos com o que tem, a enxada e o pessoal (filhos) o que se plantar e colher está garantido; se perder não devemos nada, assim Deus quis. Se aluga [arrendamento] a terra, o dono quer o dinheiro antes, nós não temos, é preciso vender a colheita, e se perder a safra e não poder pagar como ficamos? Não é bom negócio. (Distrito de Jaíba).

Encontramos outro pequeno proprietário rural que diz já ter feito uso do arrendamento de terras para pastos com algumas vacas que tinha, onde pagava mensalmente para manter 20 cabeças por 4 meses (não lembrava do valor pago) devido a seca na região. Outro caso, muito especial, foi detectado e confirmado no distrito de Humildes, sobre a *meia*, realizada por mulheres nas casas de farinha.

Como seus cônjuges e filhos mais velhos estão envoltos com outras atividades fora da unidade familiar, às mulheres e filhas, como já mostramos que são extremamente importantes na produção, desenvolvem atividades na casa de farinha; elas transformam a mandioca da propriedade de terceiros em farinha, através da *meia*, o que lhes rende um acréscimo a renda familiar. Em sua maioria, a casa de farinha é paga pela produção da *meia*. Na maior parte das vezes as mulheres só costumam executar essa atividade quando seus cônjuges estão em outras atividades. A “*meia da farinha*” é um negócio lucrativo para o dono da casa de farinha, desde que ela esteja utilizada por alguém diferente dos membros de sua família.

O arrendatário é aquele que aluga a terra e paga ao proprietário em dinheiro, trabalham ou não com a família, contratando ou não trabalhadores temporários; pode ele ter um sobre lucro pelo resultado da produção. Na pesquisa de campo não encontramos nenhum caso, nem de arrendatário de terras, nem de posseiro. Todos se intitulavam proprietário.

Apesar da maioria dos entrevistados terem afirmado serem meeiros; entre os membros da família, encontramos filhos trabalhando como diaristas, e que desenvolvem suas atividades em propriedades vizinhas, recebendo em dinheiro por sua jornada diária

de trabalho. Não encontramos chefes de família diaristas, uma vez que afirmaram ser meeiros. Os resultados financeiros obtidos pela meia, mesmo de risco, parecem para eles ser mais nobre que a diária paga em dinheiro. A seguir um relato de um camponês sobre a diária, e seu repúdio por essa forma de trabalho:

Quando o homem tá na diária na roça, já não tem mais nada, nem mesmo um filho que lhe dê uma comida e uma camisa, tem que trabalhar pra tê o seu, dentro do seu. Na meia ele ainda é homem valente, quer mais terra do que tem, na diária ele é cachorro. Trabalha por um bocado e faz o que seu senhor quer. (Distrito de Jaguará).

José Tavares dos Santos (1984, p. 41) explica claramente quem são os diaristas: “São camponeses, desenvolvendo uma atividade acessória para complementar o rendimento monetário familiar”. O autor também comenta sobre o preço das diárias, sendo essas baixas, obrigando os camponeses a deslocar-se para outras atividades, principalmente na cidade.

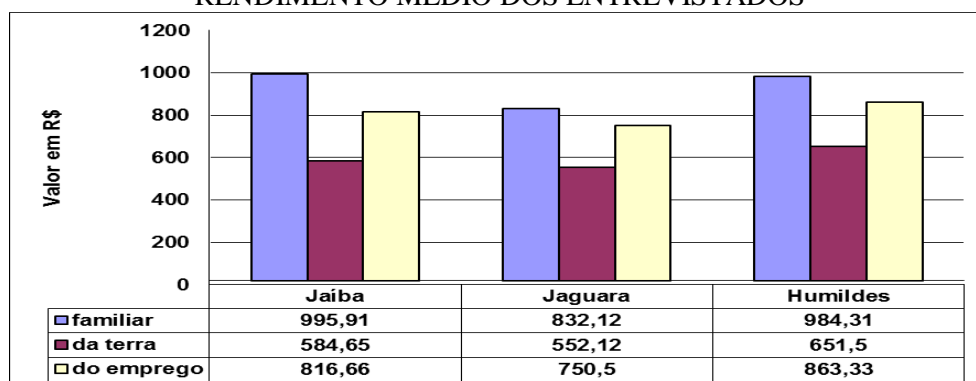
As jornadas de trabalho na lavoura apresenta uma duração média de 8 a 9 horas, variando conforme a estação do ano e a atividade que está se realizando. A colheita do feijão, trata-se de uma etapa que, demanda mais horas de trabalho, pois esta requer certos cuidados quanto a seu beneficiamento e armazenamento. Entretanto, na produção da farinha de mandioca, no distrito de Humildes, encontramos algumas famílias, que trabalham em suas casas de farinha, entre 12 a 14 horas, em virtude da demanda da produção e de fatores relacionados ao próprio processo de beneficiamento da mandioca, superando as horas legais de uma jornada de trabalho³⁷.

Percebemos que não acontece um acúmulo de riqueza pelo trabalho das famílias camponesas, a não ser a própria reprodução da sua condição de vida, em todos os níveis. O que nos parece é que há uma troca entre o que se gasta e o que se arrecada, em ciclos lentos de produção, onde a reposição da renda gasta no consumo é feita tão logo se possa. Podemos verificar o comportamento da renda do camponês feirense, na (Figura 19), baseada na média informada na pesquisa de campo.

³⁷ José Tavares dos SANTOS (1984, p. 61) e OLIVEIRA (1986, p. 64), também fazem referência a este parágrafo.

Figura 19

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
RENDIMENTO MÉDIO DOS ENTREVISTADOS



FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

Devemos antes de prosseguir com o assunto explicar: renda familiar, renda da terra³⁸ e renda do emprego. A renda familiar³⁹ é a soma de todos os valores recebidos mensalmente pela População Economicamente Ativa – PEA familiar. A renda da terra, aqui entendida como a renda que obtêm trabalhando na terra, são os valores líquidos, arrecadados com a comercialização dos produtos e serviços realizados nas atividades rurais dentro e fora das propriedades; não foi contabilizada a renda em trabalho, mesmo sabendo que ela existe não foi possível mensurar tal valor. A renda do emprego são os valores recebidos com as atividades agrícolas e não-agrícolas, fora das propriedades.

Durante nosso questionamento aos camponeses perguntamos sobre a renda familiar, esclarecendo que esta renda representam os valores recebidos pelo grupo familiar ativo, dentro e fora da unidade de produção com tarefas apenas agrícolas. Percebemos que os resultados foram baixos em relação a renda do emprego, pois como dissemos anteriormente, há famílias que desenvolvem apenas trabalhos agrários. Aqui, na renda familiar, também está inserido os membros da família aposentados, que contribuem para manutenção do grupo, uma vez que encontramos famílias mantidas com os rendimentos da aposentadoria.

A renda gerada a partir das atividades produtivas vinculadas a terra, foi a que gerou os rendimentos mais baixos, comprovando que o camponês não é capaz de se reproduzir, apenas com a sua propriedade. A essa condição está inserida o tamanho da propriedade e a forma de exploração. O resultado do valor da renda da terra explica, os

³⁸ No capítulo 1, abordamos a conceituação teórica de Renda da Terra, pelo trabalho de Karl Marx.

³⁹ Os valores de renda da família devem ser multiplicada por 2, pois os camponeses não dissociaram as rendas da terra e do emprego, entendendo eles que “tudo” é dinheiro.

motivos pelos quais os camponeses sujeitam-se ao trabalho fora de sua unidade familiar, exercendo atividades agrícolas ou não-agrícolas.

Entretanto fazemos uma ressalva que os víveres que são produzidos nas unidades familiares também são consumidos pelos membros da família e que é renda da terra, pois questionamos qual o valor que uma galinha e seus ovos, as frutas e verduras e as criações diversas, que chegam à mesa da família em forma de alimento proporciona em valor de renda, poupança e economia a essas famílias? Esse fator não foi contabilizado mas é um valor agregado a renda familiar.

A renda do emprego, dentro do conjunto da renda, destacou-se entre as demais rendas. Isso em virtude dos membros das famílias entrevistadas trabalharem fora de suas unidades familiares de produção em atividades, principalmente não-agrícolas e/ou *pluriativas*, o que justificou valores, que se mantém, relativamente constantes, para a reprodução familiar. Podemos perceber que o crescimento do trabalho, não-agrícola, fora da unidade familiar, principalmente para os filhos em idade de trabalho, é considerável (27,20% dos filhos).

Para o nosso trabalho, a renda familiar, resultado das relações capitalista, em sua totalidade, expressa o comportamento financeiro do processo de (re)produção da família camponesa, subordinada ao capital. No entanto a finalidade das estratégias do campesinato, em todo seu labor e em especial utilizando-se da força braçal familiar é o de executar relações não-capitalistas de produção o que para o camponeses agregam receita positiva a suas finanças.

3.3.2 O trabalho acessório das famílias camponesas no município

Retomamos a questão do trabalho acessório das famílias camponesas no município, partindo da premissa de que o tamanho da terra é insuficiente para manter a família, e que há uma oferta maior de braços para o trabalho do que a real demanda pelo labor e que a cidade atrai essa mão de obra excedente; o trabalho acessório se torna uma prática corriqueira e habitual e “quase” como um objetivo a ser atingido.

Salientamos que o trabalho acessório sempre foi uma prática utilizada pelos camponeses; oriunda de uma Europa medieval quando a família camponesa produzia seu alimento, suas roupas e ferramentas toscas, suas casas e móveis e buscava o

mercado apenas como um meio de troca daquilo que lhe sobrava, sem depender desse mercado para existir e ou se reproduzir enquanto camponês.

Entretanto Kautsky (1980) argumenta que o desenvolvimento do sistema de produção capitalista modificou essa estrutura, quando a indústria conseguiu modificar o caráter da produção rural de víveres para mercadorias. O mercado que outrora abastecia seu luxo e fetiche, agora é a dependência de sua existência.

Anteriormente definimos o trabalho acessório como uma complementação da renda familiar e uma estratégia de sobrevivência e agregação de valor aos rendimentos da unidade familiar de produção com objetivo de garantir sua existência e vivência, uma vez que o tamanho da terra (a terra de trabalho e que junto com sua família retira o sustento) e as técnicas e cultivos, primitivas e de subsistência, não garantem condições que possibilitem sua (re)produção e permanência com dignidade no espaço rural.

Observou-se que no primeiro momento, o trabalho acessório é feito pelos pais (quase sempre o pai⁴⁰, em primeiro lugar e logo em seguida a mãe ou ambos – considerando uma família nuclear), sem nenhum ou pouco grau de instrução, executam um trabalho agrícola remunerado em dinheiro, pois se ele for remunerado em produto (pela *meia* ou parceria), não entenderemos mais essa prática como um assalariamento e sim, uma relação não-capitalista de produção.

Ratificamos o conceito de trabalho acessório apresentado por José Tavares dos Santos (1978) e sua condição de trabalhador assalariado, para o camponês, quando o autor apresenta:

[...] o trabalho acessório - é o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado⁴¹, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa; [...]. (SANTOS, 1978, p. 44).

Ao retornarem as suas práticas agrícolas dentro de suas unidades familiares, as famílias se reestruturam e retomam as práticas laborais corriqueiras. Todavia à medida que a prole aumente, em número e vigor físico, estes também passam a engrossar as fileiras da migração temporária, que geram ciclos produtivos dentro da unidade familiar

⁴⁰ Ver também a migração do pai em Woortmann, 2009.

⁴¹ Grifo nosso.

e braços para as fábricas, pois “[...] o camponês funciona como reservatório de força de trabalho para a indústria” (SANTOS, 1978, p. 37).

Se imaginarmos que todas as famílias de um determinado espaço rural executam um trabalho acessório, entenderemos que esse trabalho não poderá ser feito, por todas as famílias que estão disponíveis para tal tarefa, na região em questão; isso justifica a migração temporária, pois não haverá demanda de trabalho que possa absorver todo o contingente disponível para executar tarefas agrícolas. Esse indivíduo, em sua jornada, é para Martins (1988) assim descrito:

Trabalhadores rurais que migram temporariamente para outras zonas rurais em busca de trabalho, que aproveitam os períodos de entressafra de suas próprias lavouras para trabalhar na safra de outros produtos, em outras regiões. São, geralmente, pequenos proprietários, pequenos arrendatários, parceiros ou foreiros. É o que ocorre com pequenos produtores do Agreste pernambucano e da região do nordeste de Minas Gerais. (MARTINS, 1988, p. 47).

Se não há tarefas agrícolas disponíveis, esses trabalhadores se disponibilizarão ao trabalho não-agrícola, dispensando mão de obra para demandas de serviços urbanos. E quando o trabalho acessório deixa de ser um trabalho na terra e passa a ser um trabalho urbano, a metamorfose do camponês se processa pela ausência real de forças produtivas que o possa manter em sua unidade familiar, ele e sua prole.

As mais diversas atividades a serem desenvolvidas como um trabalhador urbano – um proletário, desprovido dos seus meios de produção, assalariado e com sua unidade de produção familiar incapacitada de produzir para um mercado consumidor exigente e incerto, de produção de mercadorias e de crises diversas; esse camponês amarga o definhamento de sua propriedade como lócus da sua indústria doméstica, para transformar-se numa simples gleba de moradia. Assim descreve Kautsky (1980, p. 33) sobre o proletário. *[Antes descreve as adversidades enfrentadas pela pequena propriedade rural camponesa]*⁴². Porém arrancar-lhe o ganha-pão – a sua terra – e finalmente separá-lo inteiramente dela, para transformá-lo num proletário”.

Não importa onde a família camponesa venderá sua força de trabalho, pois ela continuará a executar o trabalho acessório, assalariando-se e proletarizando-se, enquanto toda a produção rural for subordinada ao modo de produção capitalista,

⁴² Grifo nosso.

transformando a produção camponesa em produção de mercadorias, forçando a busca pelo dinheiro, submetendo o trabalho familiar em trabalho assalariado.

Agora gerando uma ambiguidade se fazer necessário se questionar quem é essa outra parte contratante da força de trabalho do camponês e de sua família. Inicialmente José Tavares dos Santos (1978) apresenta uma característica, dentro dos elementos estruturais da produção camponesa que apontam um desses contratantes, explicado assim pelo autor:

[...] a jornada de trabalho assalariada - aparece na unidade de produção camponesa como complemento da força de trabalho familiar em momentos críticos do ciclo agrícola⁴³, nos quais as tarefas exigem rapidez e muitos braços; essa força de trabalho assalariada na unidade camponesa pode, em determinados momentos, começar a ser permanente, e o camponês passa, então, a combinar as duas forças de trabalho, a familiar e a assalariada; [...]. (SANTOS, 1978, p. 44).

Ao destacarmos, na citação acima que a força de trabalho complementar assalariada é utilizada em momentos críticos do ciclo produtivo, nos parece criar uma contradição em outra característica da estrutura da produção camponesa que é a ajuda mútua e a parceria, descrita pelo autor como:

[...] a *ajuda mútua* entre os camponeses - é a prática que eles empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas está o mutirão ou a troca pura e simples de dias de trabalho entre eles; esse processo aparece em função de os camponeses não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados⁴⁴; a *parceria* - é outro elemento da produção camponesa decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar trabalhadores em sua propriedade; assim ele, ao contratar um parceiro, divide com ele custos e ganhos; é comum essa relação de trabalho aparecer articulada na produção capitalista como estratégia do capital para reduzir os custos com a remuneração dos trabalhadores; da mesma maneira, a parceria pode ser a estratégia que os pequenos camponeses utilizam para ampliar a sua área de cultivo e consequentemente aumentar suas rendas; [...].(SANTOS, 1978, p. 44).

Se a ajuda mútua, junto com a parceria/meia, são os principais pilares da condição de produção camponesa dentro das relações não-capitalistas de produção, esse

⁴³ Grifos nosso.

⁴⁴ Grifos nosso, sobre assalariamento e essa mesma referência encontra-se em Oliveira (2007, p.41) e nesse mesmo capítulo, onde argumentamos as relações de trabalho no campesinato feirense.

camponês contratante não necessita contratar por salário, uma vez que a solidariedade faz do camponês um trabalhador coletivo.

Devemos salientar que o fato de uma família camponesa contratar um trabalhador por assalariamento não descaracteriza a família contratante como camponesa. Entretanto se o trabalho torna-se permanente dentro da unidade familiar, entendemos que o trabalho é uma força essencial na propriedade privada como garantia de sua existência e exploração, pois a manutenção da propriedade privada, leva seus detentores a sujeitar-se às forças imperativas do capital.

Resguardada suas devidas distinções, entre os fins de uma propriedade privada familiar camponesa e de uma propriedade privada capitalista; entre os que exploram o trabalho alheio objetivando a acumulação da mais-valia e aquela que objetiva a reprodução familiar, sem alienar a força de trabalho de outrem (OLIVEIRA, 2012).

Entretanto um camponês pode contratar outro camponês (um outrem, que será um *estranho*, Moura (1988)) e assalariá-lo. Essa propriedade demanda mais braços do que ela pode gerar e torna-se um ponto de atração da força de trabalho camponesa, deixando para trás sua condição de unidade familiar de produção e se reestruturando como empresa rural, tendo como chefe um proprietário capitalista.

Para Oliveira (2007, p. 41), o trabalho acessório “é o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na agricultura camponesa”. Se acreditarmos que o trabalho acessório acontece quando o camponês já cumpriu com toda sua obrigação dentro da unidade familiar de produção da qual faz parte e possui tempo livre para realizar atividades para outros produtores de sua comunidade, mais uma vez esbarramos numa contradição sobre as condições de produção dentro da unidade familiar camponesa, questionando o que permitiu a esse trabalhador ser liberado de suas funções em algum momento do tempo para o labor.

Se há tempo livre na unidade familiar de produção, há algum desequilíbrio, seja no tamanho da terra, seja na forma de cultivar seus produtos, pois a terra junto com sua indústria doméstica (Kautsky, 1980), deveria absorver totalmente as forças de produção dessa família, não permitindo a eles exercer trabalho acessório de qualquer natureza.

Retomamos a questão camponesa enquanto migrante para executar o trabalho acessório, como uma forma de se reproduzir enquanto camponês e garantir a existência

e a manutenção de sua terra, pois seu ir e vir acontecerá nos momentos em que ele, o camponês, é recrutado como força de trabalho para os mais diversos labores (o ir) e após sua dispensa temporária, ele retorna a sua unidade familiar (o vir).

Esse ciclo se repetirá tantas vezes ele for necessário, deixando a família com a sobrecarga de executar os labores da sua unidade familiar de produção. Entendemos que essa dinâmica ocorre, como aponta Oliveira (1996), devido ao desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo e das forças produtivas atuantes no espaço rural, num processo em que se forma assim o trabalhador assalariado e o camponês.

A questão é quando ocorre apenas - o Ir – de um desses membros da família camponesa, utiliza a unidade familiar de produção apenas como um local de moradia e não mais de produção, buscando unicamente na condição de operário sua sobrevivência, porém insere na economia doméstica recursos financeiros que faz com que essa família se mantenha na terra, mesmo sendo essa terra incapaz de garantir o sustento de todos, caso ela fosse explorada para esse fim.

Para autores como José Graziano da Silva e Sergio Schneider, o trabalho pluriativo⁴⁵ (trabalho acessório) é essencial à manutenção da condição de vida, agora do agricultor familiar. Pois a família busca sustento, um ou demais membros, fora da unidade familiar de produção, deixando como vínculo com a terra um membro familiar, quase sempre aquele menos qualificado para as novas modalidades de serviços e tarefas demandadas pelo capitalismo.

Sobre como se comporta a “pluriatividade” baseada em condições de qualificação e sua tecnicidade Lopes (2009) escreve que:

Embora as práticas não-agrícolas sempre estivessem presentes na sociedade rural, o termo pluriatividade é recente na academia e tem sido utilizado para designar o processo de ampliação do mercado de trabalho e de diversificação da produção ancorado num ambiente social e econômico específico: a modernização e a especialização da agricultura. Muitos estudos têm identificado esse fenômeno à resposta aos impactos da modernização agrícola (tecnificação, especialização e crise de superprodutividade) nos países de capitalismo avançado, como também as mudanças ocorridas na economia como um todo, onde a descentralização industrial, verificada a partir dos anos 70, criou oportunidades de emprego não-agrícolas nas zonas rurais. (LOPES, 2009, p. 106 – 107).

⁴⁵ Como já foi destacado anteriormente, nesse trabalho entende-se que a ocupação fora da unidade de produção camponesa se realiza através do trabalho acessório, que alguns autores preferem denominar de “pluriatividade”.

Kautsky (1980) já havia apontado o avanço de atividades não-agrícolas no espaço rural motivadas pelo volume de matéria prima utilizada e pelas próprias condições de sua produção e existência, como exemplo, as minas de carvão e ferro, as forjas e as refinarias de açúcar, que adequavam-se bem as condições impostas pela natureza. Além disso, o autor já argumenta essa “pluriatividade” (mas que por ele, é chamada de trabalho acessório) dizendo: “O trabalho nas refinarias de açúcar não rouba, pois, aos operários agrícolas e aos pequenos proprietários, o tempo necessário à agricultura. Da mesma maneira, o serviço nas minas é compatível, dentro de certos limites, com as atividades agrícolas” (KAUTSKY, 1980, p. 207).

No trabalho de Sérgio Schneider (2009) – “Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade”, o autor dedica-se a explicar as múltiplas possibilidades de conceitos e características desse fenômeno relacionado ao trabalho e suas práticas não-agrícolas e de como os países desenvolvidos utilizam-se desses conceitos para enquadrar essa nova dinâmica econômica no espaço rural, como o *part-time farming* (agricultura em tempo-parcial – uma concepção americana) e *pluriactivité ou pluriactivity* (pluriatividade – uma concepção francesa), onde o trabalhador multifuncional dedica-se a diversas atividades para a melhoria de seus rendimentos monetários.

Assim Schneider (2014) argumenta sobre a pluriatividade:

A pluriatividade é heterogênea e diversificada e esta ligada, de um lado, as estratégias sociais e produtivas que vieram a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, sua variabilidade dependerá das características do contexto ou do território em que estiver inserida. Por outro lado, a pluriatividade pode adquirir significados diversos e servir para satisfazer projetos coletivos ou com respostas as decisões individuais. Além disso, as características da pluriatividade variam de acordo com o indivíduo-membro (chefe, cônjuge ou filho) que a exerce, pois tal processo social acarreta efeitos distintos sobre o grupo doméstico e a unidade produtiva, de acordo com variáveis como o sexo ou posição na hierarquia da família de quem a pratica. (SCHNEIDER, 2014, p. 21).

Foi José Graziano da Silva, a partir da década de 1990, observando o crescimento do emprego não agrícola na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) de 1992 que desenvolveu pesquisas a partir do “Projeto Rurbano” com bases na emergência expressiva das atividades rurais não-agrícolas e da pluriatividade no

meio rural brasileiro, começando pelo Estado de São Paulo e logo depois ganhando notoriedade em outros estados brasileiros o qual ele (José Graziano) denominou de “novo rural brasileiro”.

O que se tem mesmo observado é que o “novo” é tão velho quanto as relações de trabalho que são impostas nessa relação e que o fenômeno da “pluriatividade” se baseia, em primeiro caso, na modernização do espaço rural (LOCATEL, 2004). Todavia essa modernização tem se apresentado como conservadora e incapaz de modificar as estruturas fundiárias do país e as relações de trabalho. Kautsky (1980) acreditava no fim da pequena propriedade rural, entretanto o que se tem visto é a manutenção dolorosa dos pequenos estabelecimentos rurais familiares como um celeiro de mão de obra ocasional e um exército de reserva as fábricas.

O que discutimos sobre o trabalho acessório é a forma de assalariamento e mais ainda a fragmentação da terra, nos parece um desequilíbrio da rotina de labor do trabalhador rural, pois identificamos atividades que podem consumir toda a força de trabalho da família durante o dia e o ano. Como exemplos, citamos os cultivos de hortaliças e as casas de farinha.

No primeiro caso as hortaliças além de consumir a força de trabalho total da família, no decorrer de todos os dias do ano, utiliza-se de espaços reduzidos para seus cultivos, o que é facilmente encontrado nas pequenas propriedades do município de Feira de Santana que conta com um contingente de 4.553 estabelecimentos rurais menores que 1 ha⁴⁶. O segundo caso, as casas de farinha, também consomem a força de trabalho da família como um todo, principalmente nos momentos de pico da atividade na unidade fabril.

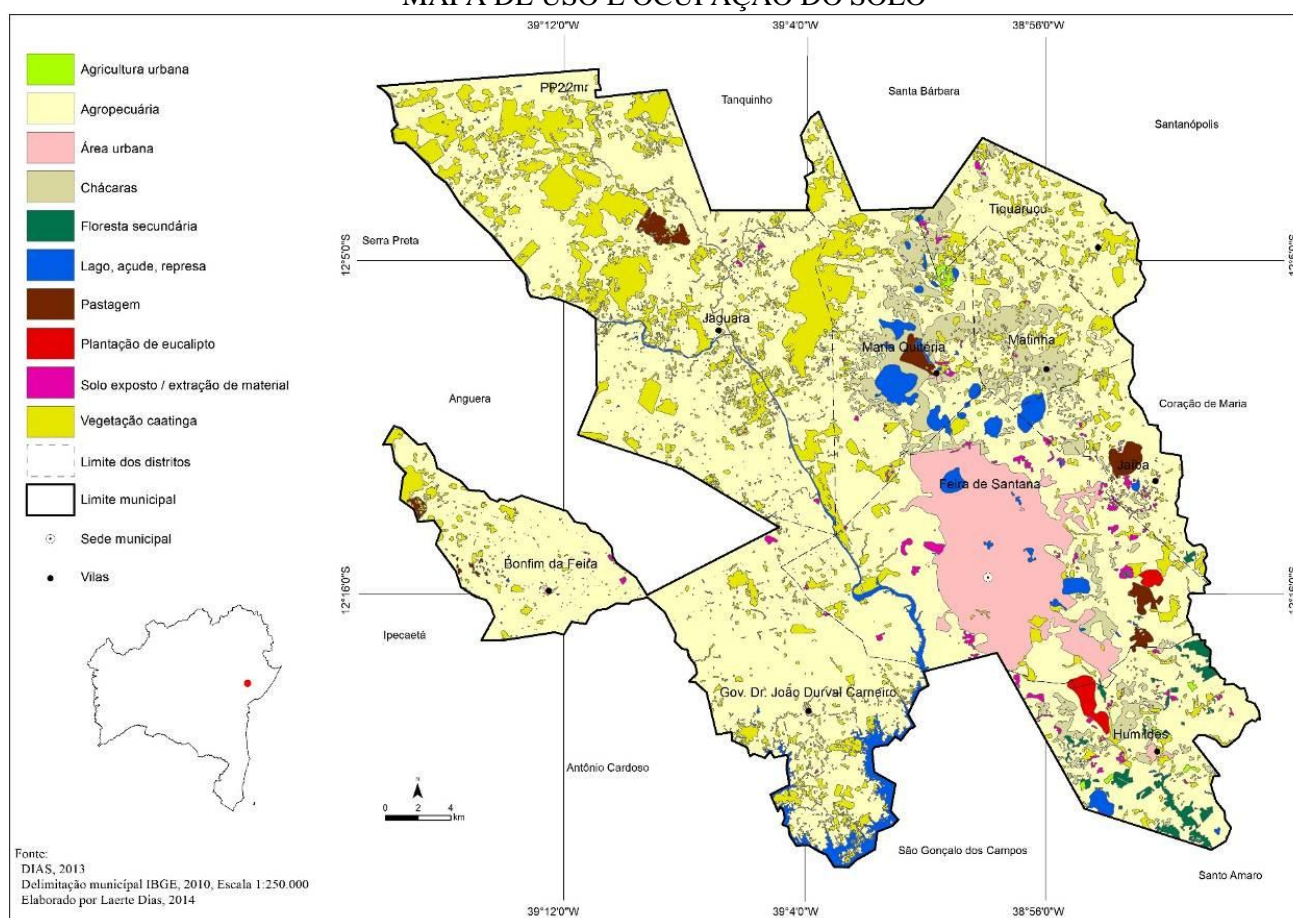
O que estamos salientando aqui é que nesses casos apresentados não há tempo para o trabalho acessório de nenhum membro da família; o que requer é uma avaliação das condições de produção e de produzir da família. Ainda o caso da venda de uma parte da propriedade rural, como apontou Kautsky (1980), é no primeiro momento uma saída e alternativa para os ganhos e a receita da família, mas a longo prazo se torna danosa.

Ainda se retomarmos o caso da horta, no município de Feira de Santana, veremos que as maiores concentrações produtiva encontram-se nos distritos de Humildes e Jaíba, ambos com características fitoclimáticas semelhante à Mata

Atlântica. O argumento da maior concentração de horticultivos nesses dois distritos dá-se pela presença de água em seu subsolo em maior abundância que no distrito de Jaguará, como demonstra o mapa de uso de solo apresentado no trabalho de DIAS (2013) onde são apontadas as principais classes de uso e ocupação do solo no município. (Figura 20).

Figura 20

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO



Fonte: DIAS, LOBÃO e MACHADO (2013).

Aqui se faz um questionamento sobre a potencialidade hídrica do distrito de Jaguará que é recortado por cursos d'água perenes, mas que não possuem a atividade de horta entre os pequenos proprietários rurais. A justificativa mais corriqueira se apresenta

⁴⁶ Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

no solo do distrito, classificado como planossolos⁴⁷ e características fitoclimáticas da caatinga; todavia as condições naturais não inviabilizam a produção e sim a concentração fundiária, e revela que, as grandes propriedades rurais tradicionais pela criação de gado bovino, estão localizadas nesse distrito.

Entre as famílias que cultivam hortas nos distritos de Humildes e Jaíba, o trabalho acessório tem uma incidência muito baixa, pois o labor da horta exige uma atenção constante por parte da família, o mesmo ocorre nos momentos da produção da farinha de mandioca em que a família fica totalmente ocupada na produção da farinha. Agora, em ambas as atividades de trabalhos, hortas e casas de farinha, o trabalho assalariado tem maior incidência nas hortas, pois as famílias que trabalham com horticóltivos preferem contratar do que buscar qualquer tipo de ajuda ou de trocas.

Os horticultores alegam que os custos com a ajuda são maiores que o valor pago pela jornada de trabalho previamente estabelecida. Entretanto a casa de farinha faz o inverso, primeiro solicita a ajuda externa e depois contratam. No caso das casas de farinha, pagar em produto é mais barato do que em dinheiro, nesse caso identificamos que o volume de matéria prima produzida pelas casas é calculado em toneladas, diferente do que é produzido nas hortas.

Entretanto a difusão espacial a casa de farinha apresenta-se mais vulnerável, no que se refere a perpetuação de suas unidades no espaço rural municipal. Mesmo que ocupe toda a família, a matéria prima que ela requer demanda uma vasta área de terra e tempo prolongado para concluir seu ciclo produtivo – um ano, entre o plantio e a colheita; a questão está no espaço destinado ao cultivo da mandioca, maior que a horta e menor rotatividade produtiva.

A ausência de espaço para o cultivo da mandioca tem levado grande parcela de pequenos produtores rurais a abandonarem essa prática deixando em suas propriedades apenas rugosidades espaciais, como escreveu Milton Santos (2008b), de um período de opulência e prosperidade. A pressão por lotes pela demanda urbana é também maior nas unidades familiares que cultivam mandioca do que nas de hortas. Pois há no universo urbano uma ideia errônea que mandioca é atraso e a horta esta sintonizada com o slogan de bem-estar da população urbana.

⁴⁷ Grifo nosso – justifica-se uma revisão pedológica. Planossolos - Solos rasos a pouco profundos com horizonte superficial de cores claras e textura mais leve, contrastando com o horizonte B mais argiloso, adensado, pouco permeável, com cores de redução, acinzentados com ou sem mosqueado bem decorrência da lenta permeabilidade e das condições imperfeitas ou más de drenagem.

3.4 Unidade fabril de produção: A casa de farinha

Ainda sobre a renda familiar, como forma de (re)produção da família camponesa, algumas propriedades instalam pequenas unidades de produção artesanal de farinha de mandioca, a casa de farinha. Mesmo quando se trata de uma unidade fabril, que esteja equipada com peças e instrumentos artesanais e rústicos, requer um certo capital acumulado para que seja instalada. Daí uma justificativa para que nem todas as pequenas propriedades a possuam.

A mandioca (*Manihot Utilissima*) é a base fundamental em que se apoia a subsistência das pequenas propriedades rurais, na grande maioria dos municípios do Brasil, Nordeste, e inclusive no de Feira de Santana, juntamente com seus subprodutos variados e com a peculiaridade estupenda e única de ser toda aproveitada: das folhas ao extremo das raízes, aí incluindo-se os caules, cascas, resíduos sólidos (*crueiras*) e líquidos (*manipueira*), podendo classificar-se entre as plantas sociais importantes na alimentação nacional, e basicamente na nordestina, pois a farinha de mandioca é considerada o *pão dos pobres*.

Assim Manuel Correia de Andrade (1998), faz uma referência sobre os tubérculos:

Os tubérculos têm grande importância na alimentação dos povos que vivem nas regiões equatoriais em que o clima úmido não favorece a cultura dos cereais, excetuando-se o arroz. (...), constituindo-se hoje o alimento básico das populações rurais desses países. Como cultura de subsistência, em países de economia colonial, a mandioca não recebeu grandes atenções dos agrônomos e biólogos, sendo cultivada ainda por processos primitivos e industrializada de forma rudimentar, a fim de se obter a farinha e o amido. São muitas as variedades de mandioca com ciclos vegetativos diversos, o que permite a ela se adaptar a tipos diversos de climas quentes, desde o superúmido da Amazônia e do Congo até os semi-áridos e subúmidos do Nordeste do Brasil e da Angola. (ANDRADE, 1998, p. 264).

Os agricultores do município estão caminhando para uma fase onde buscam conseguir regularmente um excedente de produção para comercialização, levando em consideração a área cultivada de suas propriedades, mesmo sendo a subsistência um dos importantes pontos no sentido da produção de farinha de mandioca. Provavelmente devido a grande influência indígena que perdura até hoje, tanto nos hábitos alimentares como no processo de fabricação rústica da farinha e de outros derivados como a *goma*

(amido), a *puba* (mandioca em estado induzido de fermentação acelerada), o *beiju* ou *biju* (bolinho de massa de mandioca ou amido assado no forno) e a *maniçoba*⁴⁸, que desde a época colonial sofreu poucas modificações e menores ainda foram as aquisições de novas tecnologias, no processo de torrefação da farinha.

No processo rústico de produção artesanal indígena, as grandes inovações foram: a utilização do ferro (pregos, parafusos e chapas), introduzida pelos portugueses, na colonização; substituição da força humana pela introdução de motores a combustão ou elétricos, para a etapa da moagem da mandioca. Todavia, tudo continua da forma como era utilizada no processo de colonização.

Pesquisamos 28 propriedades com casas de farinha, num total de 331 no município, e podemos observar que a idade média das unidades fabris eram de 23 anos (variando entre 1 a 60 anos de construção e uso). Em relação a construção fomos informados que 22 proprietários as construíram.

Dentre os pesquisados a importância favorável da casa de farinha em sua situação sócio-econômica é de 75%, porém 25% alegaram que não há importância na casa de farinha, pois a farinha ali produzida é muito barata. O desinteresse destes pela casa de farinha advém do preço final do produto que teve valor médio de R\$ 92,00 por saco de 60kg e o tempo destinado para a transformação das raízes em farinha de mandioca não é inferior a 48 horas de trabalho exaustivo.

Na fase do trabalho de campo encontramos um único exemplo de casa de farinha onde a tração utilizada para a moagem da mandioca é a força humana. Dois homens que giram uma roldana por onde passa um cabo feito de couro de boi trançado presa a um cilindro de madeira – o *bolinete*. Entretanto há as casas de farinha “totalmente” mecanizadas, em uma minoria (não existem no município de Feira de Santana), devido a seu elevado custo de implantação e manutenção, onde o operário tem o trabalho apenas de regular a temperatura do forno, caso não seja elétrico. Entretanto existem as casas de farinha semi-mecanizadas, onde parte do trabalho ainda é feito manualmente, em sua maior parte foram construídas pelo governo do estado e devem ser comunitárias.

⁴⁸ Maniçoba: prato preparado na Bahia e Pará, com carnes e toucinho, onde se acrescenta após o cozimento folhas de mandioca previamente socadas, espremidas e cozidas durante 24 horas.

Mesmo sendo um produto de baixo valor comercial e muito consumido entre as comunidades pobres, a farinha de mandioca não tem um comércio tão intensificado como seria esperado, já que é um produto que está ao alcance financeiro das camadas menos favorecidas e encontrada em todas as feiras livres de Norte a Sul do país.

Ainda o feijão e o milho, tratados como cultivos de subsistência e de lavoura tradicional, aparecem cotados na BM&FBovespa S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo), diferente da mandioca e da farinha de mandioca que não é negociada em títulos.

O processo de fabricação da farinha é muito primitivo. A própria estrutura física da casa de farinha mostra sua rusticidade e sua forma artesanal de produção. Em 90% das casas a cobertura é feita de telhas e apenas 10% de amianto; 12% dos casos, as paredes são taipa e 63% são feitas de adobe; para o piso o chão batido é representado por 35% dos entrevistados.

Em uma parcela significativa das casas de farinha a introdução dos motores a gasolina ou elétricos foi a grande inovação dos últimos trezentos anos, para a moagem das raízes da mandioca. As demais etapas permanecem dependentes da força braçal dos agricultores. Assim, Wilkinson (1986, p. 41), descreve o processo rústico de produção da seguinte forma: “No Nordeste a mandioca é processada em pequenas unidades fabris, as chamadas *casas de farinha*, os equipamentos são primitivos e, em sua maioria, fabricados à mão, no próprio meio rural”.

O trabalho familiar, na casa de farinha, seja para a subsistência, seja para a venda da produção, é executado pelos membros da família. Sendo a casa de farinha própria ou alugada, José Tavares dos Santos (1984, p. 34) a ela se refere: “Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família”.

Todos os membros da família, principalmente as mulheres e crianças (Figuras 21 e 22) trabalham no *desmanche* (preparação das raízes de mandioca para o beneficiamento na casa de farinha), em seguida as raízes são transportadas para a casa de farinha em carroças ou em carros-de-mão e colocadas no chão. Os mais cuidadosos utilizam as folhas da palmácea ouricuri (ou licuri), para recobrir o chão.



Figura 21 – Mulheres no beneficiamento das raízes de mandioca – trabalho infantil e feminino.

Figura 22 – Mulher na torrefação da farinha. Trabalho masculino executado por mulher.

Autoria: Wodis K.O.Araujo, 2012.

Quando perguntamos quem da família trabalhava na casa de farinha obtivemos a seguinte resposta: 70% dos membros da família; 25% apenas os filhos; 3% alegaram não utilizar sua casa de farinha e receber alugueis ou comissões pelo seu uso. Tais alugueis ou comissões variam, conforme os donos das casas de farinha⁴⁹. A forma de arrendamento mais utilizada nas casas de farinha, particulares ou comunitárias foi a de 3ℓ / ¼.

O aluguel pago pelo uso das instalações da casa de farinha garantem uma renda extra ao proprietário, reduzindo muitas vezes sua saída para trabalhar em outras propriedades ou em atividades não-agrícolas. Por sua vez, isso não garante que na propriedade onde existem casas de farinha as famílias não desenvolvam o trabalho acessório. Na verdade, observamos a existência de uma menor predisposição para o trabalho fora de sua unidade familiar de produção. Quando isso acontece, muitas vezes é em um período de tempo menor ou com uma quantidade menor de membros da família envolvidos.

Para o trabalho das crianças Antonello (1996, p. 30), aponta o seguinte: “A presença significativa de crianças no total da mão de obra familiar decorre do fato de que, desde muito cedo ela é incorporada às atividades produtivas compatíveis com sua

⁴⁹ Identificamos no trabalho de campo os seguintes alugueis ou comissões para o arrendamento das casas de farinha: 1ℓ / ¼, 11%; 2ℓ / ¼, 5.5%; 3ℓ / ¼, 77%; 4ℓ / ¼, 3,7%. Uma quarta (¼) são 20ℓ, que por sua vez possui um peso variável entre 11 a 13kg. 4 ¼ são aproximadamente 45kg, e um saco com 50kg contém 90ℓ; 700 a 900g corresponde a um litro, e este litro nada mais é que uma lata de óleo, com volume de 900ml, resultando em 10cm³.

idade”. Ainda sobre as crianças, Oliveira (1991, p. 60) diz: “(...), as crianças são iniciadas como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva do camponês”. Outra referência sobre o trabalho infantil, na família camponesa, pode ser encontrado em José Tavares dos Santos (1984: p. 33), quando ele escreve: “Constata-se que o ciclo de existência das famílias encontra-se em fase de incorporação dos filhos nas atividades produtivas, (...)”. Assim toda a família está envolvida nesse labor.

Para o trabalho da mulher, Antonello e Matta (1996, p. 35 e 164) demonstram claramente a sua importância apresentado um quadro-resumo (Quadro 09) das atividades femininas, combinada e sua dupla jornada de trabalho. As autoras ainda complementam: “A mulher atua, também, como força de trabalho na produção, no trabalho acessório para complementação da renda, nos trabalhos domésticos e no cultivo de subsistência, além da criação de pequenos animais no quintal ao redor da casa”. Acreditamos que mediante o número de afazeres a mulher seja a força motriz da unidade familiar camponesa, independente de ser ela, considerada ou não o chefe da família.

Quadro 09

SERTÃO SERGIPANO DO SÃO FRANCISCO ORGANIZAÇÃO INTERNA DA UNIDADE DE PRODUÇÃO CAMPONESA		
	ESPAÇO-CASA	ESPAÇO-CAMPO
Consumo	doméstico, alimentação para animais de pequeno porte	adubos, agrotóxicos, água, rações
Local	casa	campo
Unidade de consumo	pai, mãe, filhos	lavoura e animais
Unidade de trabalho	as mães e as filhas	pai, mãe, os filhos (predominado o trabalho masculino)
Atividade desenvolvida de forma predominante	tarefas domésticas, tarefas artesanais, cuidados com os filhos pequenos, criação de animais de pequeno porte	tarefas de: plantio, capina, colheita, criação de animais de pequeno porte

FONTE: Antonello (1996, p. 35).

Assim José Tavares dos Santos (1984, p. 32) faz a seguinte referência ao trabalho feminino e sua importância na unidade familiar: “Se a mulher participa das decisões, isso significa também que ela participa tanto das tarefas domésticas como das tarefas produtivas. Sua jornada de trabalho caracteriza-se pela junção dessas atividades”. Ainda sobre o trabalho feminino no município de Feira de Santana e sua

importância, Gomes (1999, p. 100), escreve: “Pode-se evidenciar a fundamental importância da mão de obra familiar e particularmente a forte participação das mulheres. Das 39 mulheres interrogadas, 36 participavam das atividades agrícolas, juntamente com seus filhos”.

O descascamento das raízes é manual, feito com facas de lâminas curtas e, geralmente, por mulheres e crianças visto ser este um *trabalho inferior*. As cascas, restos e refugos, desta operação manual resulta numa espécie de ração destinada a alimentação animal, comumente a suínos e aves, decorrido certo tempo necessário para a neutralização enzimática do ácido cianídrico (esse processo é feito para que os animais não se *embebedem*/envenenem com as cascas frescas).

Assim Cereda (1994, p. 92), refere-se ao uso dos resíduos do beneficiamento da mandioca para alimentação animal: “Estes materiais, que atualmente são carregados aos riachos, poderão, através da coleta, trituração, prensagem, secagem e armazenamento, ser utilizados como alimentos para os animais nos períodos de escassez de forragem. A produção do farelo do resíduo pode seguir o mesmo processo de industrialização que a farinha e é comercializada para consumo humano”.

Em algumas casas de farinha trabalha-se com o processo de lavagem das raízes depois de descascadas. Essa lavagem tem a finalidade de remover as mucilagens e outros detritos diversos existentes na superfície da raiz descascada deixadas no processo de limpeza. Segue-se a trituração das raízes. (Figuras 23 e 24).

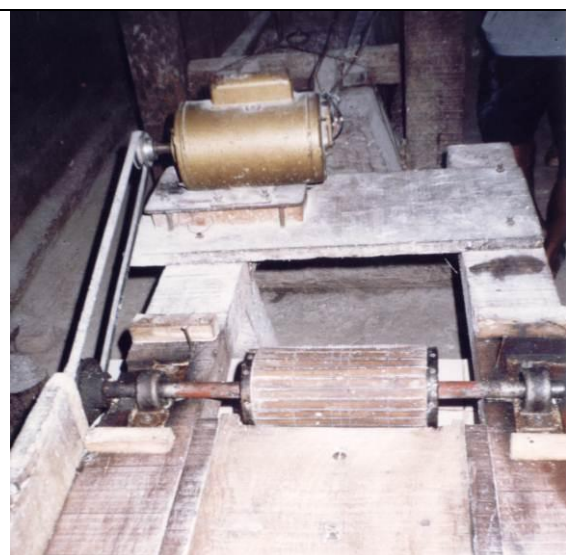


Figura 23 – Bolinete exposto atrelado a motor elétrico, sobre cocho de madeira.



Figura 24 – Bolinete exposto atrelado a motor a gasolina coberto, sobre cocho de alvenaria revestido de azulejos.

O tipo de *ralador/sevador/bolinete* mais comum é formado por um cilindro de madeira, cuja periferia é provida de lâminas serrilhadas. O *cilindro* é movido por uma correia em forma de V acoplada em uma polia maior movida ou pela força humana ou de motores, a gasolina ou elétricos, como já citamos anteriormente. A massa ralada é jogada pela própria força centrífuga do *cilindro-ralador*, num cocho instalado logo abaixo deste. Neste processo pode-se obter: a massa fresca para a prensagem, a massa de torrefação ou outros produtos em processamento misto.

As prensas são basicamente artesanais, constituídas pela: *caixas de prensa* onde se coloca a massa ralada em camadas, devidamente forrada com palhas de licuri ou tecidos grosseiros, e o *cepo de prensa* que é movido para cima ou para baixo por um grande parafuso de madeira colocado na vertical. Ao ser girado, o parafuso desce o cepo sobre a tampa da prensa, consideravelmente pesada fixa ou não ao parafuso. Há uma pressão na massa ralada para remover a água sendo esta recolhida em vasilhames dispostos embaixo da prensa. (Figuras 25 e 26).



Figura 25 – Prensa de cordas, com as palhas e os tecidos para as camadas de massa.



Figura 26 – Prensa de parafuso, fechada com massa a secar.

Autoria: Wodis K.O.Araujo, 2012.

A coleta da água da mandioca é extremamente comum e primitivo e obtém-se a goma ou amido, por decantação da manipueira que fica concentrado no fundo dos recipientes onde a água foi coletada. Usa-se para a retirada total da água, as cinzas dos fornos, pois a goma não pode secar ao Sol, para que não haja fermentação das enzimas. (Figuras 27 e 28).



Figura 27 – Manipueira coletadas, decantadas e secas. O amido da mandioca

Autoria: Wodis K.O.Araujo, 2012.



Figura 28 – Massa de mandioca e goma, prontas para a torrefação.

Peneira-se a massa prensada, e o material que não passa nas malhas da peneira ou volta ao ralador ou é destinado, à alimentação animal – como citamos anteriormente. Espalha-se o material fino sobre o forno que já deve está aquecido. Para prevenir a torrefação excessiva, revolve-se constantemente a massa do forno com o auxílio de um rodo de madeira, com cabo bastante comprido.

Os fornos são de alvenaria (Figura 29), de forma circular e desprovidos de quaisquer recursos para controle de temperatura. Usa-se a lenha como combustível. A lenha, já escassa, se pensarmos em árvores para o corte, obriga a meios alternativos como as palhas, cachos e restos dos coqueiros, além dos tocos e quaisquer outros tipos de madeira disponíveis (Figura 30). Utilizam-se os seguintes tipos de lenha para a queima: madeiras diversas, 30%; jurema, 46%; cajueiro 9%; coqueiro, 7.5%.



Figura 29 – exemplo de forno de cerâmica em peça única de fabricação artesanal. O mais utilizado nas casas de farinha.



Figura 30 – cascas de coco seco utilizado para lenha. Ao lado um modelo de fogão de lenha.

Autoria: Wodis K.O.Araujo, 2012.

As Figuras 31 e 32 representam exemplos de fornos de pedra e *cacos*. A superfície superior é constituída de tijolos especiais de maior comprimento e largura que os comuns, geralmente quadrados e superficialmente lisos. Na pesquisa de campo encontramos 28 fornos de pedra, 15 fornos de ferro e 34 fornos de cerâmica. A alimentação é feita pelas *bocas de forno*, aberturas existentes nas paredes laterais, de acordo com a necessidade de calor. (Figura 33).

O processo artesanal de torrefação (Figura 34) condiciona sobretudo a qualidade e a uniformidade da farinha, fazendo-se necessário larga experiência do trabalhador. A super ou subtorrefação torna a farinha de qualidade inferior para os padrões aceitáveis de consumo e mais exigente ainda para o comércio. A última peneiragem é muito importante para a qualidade do produto final, pois retira as partículas de maior granulometria, valorizando o produto.

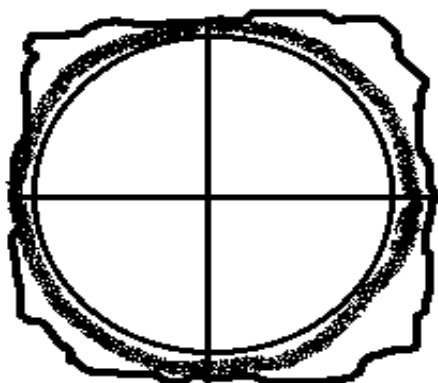


Figura 31 – croqui: exemplo de forno de pedra em quatro partes

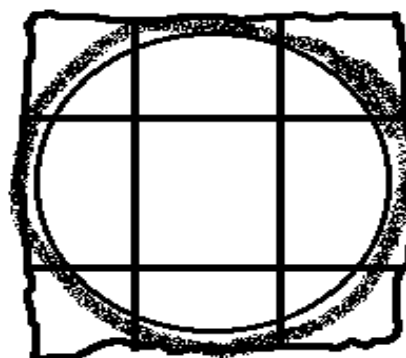


Figura 32 – croqui: exemplo de forno de 9 cacos. Pedras ou argilas.



Figura 33 – *Boca de forno* em uso.



Figura 34 – Torrefação da massa de mandioca.

Autoria: Wodis K.O.Araujo, 2012.

A tradicional farinha de *copioba*⁵⁰, com suas características particulares, é produzida num processo exclusivo como: uma torrefação maior, dupla peneiragem e o uso do *pilão*. Em algumas ocasiões não se retira o amido e acrescenta-se o uso de corantes naturais, como o *urucum*⁵¹, no processo da torrefação.

Em relação ao comércio da farinha de mandioca Flamarion (1979, p. 130) explica o fato de uma forma bem clara: “O fluxo de comercialização é bastante simplificado, por ser um produto que não oferece grandes margens de lucro, diminuindo a intermediação”. E Manuel Correia de Andrade (1979, p. 178 – *Geografia Econômica*), diz: “A mandioca, sob a forma de farinha e goma, é largamente utilizada na alimentação da população rural do país”. Assim Aguiar (1982, p. 96) evidencia tal acontecimento da seguinte maneira: “Os preços relativamente mais baixos dos amiláceos explicam o fato de que grande proporção dos valores calóricos em comunidades pobres deriva desses produtos”.

Para a comercialização da produção de farinha, no município de Feira de Santana, os produtores utilizam como local de venda, direta ou indireta, as feiras livres, a CEASA, pequenos supermercados e o comércio local mais próximo a suas propriedades. Tudo isso com o objetivo de baratear os custos com o transporte, uma vez que a farinha, como qualquer outro produto apresenta um preço pré-fixado.

Como o preço da farinha é baixo, nos mercados, e as populações mais pobre a utilizam como sua principal fonte de alimentação, sabendo que o consumo de proteínas de origem animal é economicamente dificultado pela baixa renda da população nordestina, o enriquecimento da farinha de mandioca, base de sua alimentação, impõe-se de modo imperativo. É interessante mencionar que os indígenas já haviam resolvido o problema com suas observações do cotidiano: faziam um concentrado de caldo de mandioca muito rico em proteínas. Então Cereda (1994, p. 10), sobre o uso das proteínas da mandioca, comenta: A manipueira, mesmo potencialmente poluente e tóxica, é usada nos estados do Norte país para elaborar um molho famoso: o *tucupi*⁵².

⁵⁰ Copioba – classificação para a farinha de melhor qualidade.

⁵¹ URUCU - Substância vermelha obtida das sementes do urucu, usada pelos índios para pintar o corpo, a qual também serve, na forma de pó (colorau), como tempero e/ou corante [urucum].

⁵² Tucupi: tempero e molho do suco da mandioca ralada, com pimenta, geralmente servido com peixe refogado.

^a Medidas Antigas e Regionais:

Uma tarefa baiana equivale a um quadrado onde cada lado tem 66m, resultando em 4356m². Um hectare (ha), segue a mesma regra, onde cada lado possui 100m, resultando em 10000m². Um hectare corresponde a 2,29 tarefas, como também uma braça, medida arcaica utilizada para aferir tarefas, corresponde a 2,20m, que é a altura mediana de um homem de 1,70m, onde 30 braças correspondem a uma tarefa aproximada.

Tarefa - medida agrária constituída por terras destinadas à cana de açúcar e que no CE equivale a 3.630m², em AL e em SE a 3.025 m² e na Bahia a 4.356 m².

Braça - do latim brachia - plural de brachin (braço). Antiga unidade de medida de comprimento, equivalente a 10 palmos ou seja 2,2ms (Brasil). Palmo = 8 polegadas = 22 cm. Braça também é unidade de comprimento do sistema Inglês equivalente a cerca de 1,8ms.

Braça quadrada (brasileiro) - medida agrária que se usa em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e igual à tarefa, de Alagoas e Sergipe: 3.052m² (1 braça = 2,2 m || 30 braças = 66 ms || 30 x 30 braças = 4.356m² = braça quadrada).

Tarefa baiana: Corresponde a uma área de 30 x 30 braços. Portanto uma tarefa é igual a 4.356m². Recomenda-se cuidado, pois existem outras medidas de tarefas em outros estados. Esta é a usada na Bahia.

Alqueirão - é a medida utilizada em uma região que compreende o Estado de Cabralia (hipotético). É equivalente a 4 alqueires mineiros tradicionais. Cabralia seria fruto da divisão do extremo sul da Bahia e norte-nordeste de Minas Gerais, uma idéia dos tempos do Império (dito popular). Nesta região usa-se também a medida de 80 medidas de milho como 1 'alqueirim' equivalente também a 48.400m².

Alqueire pode ainda ser unidade de medida de capacidade para secos, equivalente a 36,27 litros ou a quatro 'quartas'. E também, no Pará, usa-se como medida de capacidade correspondente a dois paneiros ou a cerca de 30 quilos.

Litro. É a área do terreno em que se faz a semeadura de um litro (capacidade) de sementes de milho debulhado, num compasso de um metro quadrado, para cada cinco ou seis grãos, cobrindo uma área de 605 metros quadrados

Prato. Corresponde à área de um terreno com capacidade de plantio de um prato de milho, sendo as suas dimensões de 10 x 20 braças e correspondendo a 968 metros quadrados.

Quarta. É a medida de terreno correspondendo sempre à quarta parte (1/4) do alqueire. Dadas as variações das dimensões do alqueire, a quarta varia na mesma proporção, isto é, no mínimo de 25 x 25 braças a um máximo de 100 x 100 braças. São estas, as principais subunidades do alqueire.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Tabelas e Medidas.

4 Políticas públicas e a reprodução do campesinato no município de Feira de Santana

O entendimento do que são as políticas públicas deriva da ordem produtiva e do desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade, que será contemplada em parte ou em sua totalidade por ações derivadas de tais políticas. Esse fenômeno pode ser idêntico como a soma das atividades do Estado que influenciam a vida do cidadão. De uma forma ainda mais abrangente, são os conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

A questão de se colocar em prática as políticas públicas, em especial as que se voltam para o espaço rural, é a necessidade de buscar melhorias e alternativas para a produção de riquezas, a manutenção da vida e a satisfação do bem-estar da população, nesse caso a rural, pois o ordenamento da lógica produtiva do país, agraciou os grandes proprietários de terra, deixando a margem desse processo uma massa populacional que também demandava atenção e recursos no segmento agropecuário, principalmente pelo fato dessa população depender do sistema agropecuário para se reproduzir.

Observa-se que a dinâmica do crescimento econômico do setor agropecuário possui fortes desigualdades, entre as regiões do país e os grupos sociais envolvidos no trabalho rural, porém a política nacional para agricultura foi concebida de maneira uniforme, o que para algumas regiões teve êxito e mostrou-se eficiente, mas para outras pouco contribuiu para o seu crescimento e desenvolvimento.

Mesmo havendo uma oferta de ações orquestradas pela iniciativa governamental, como exemplo o acesso ao crédito rural e assistência técnica para os pequenos e médios proprietários rurais, muitos deles não têm acesso as políticas públicas de apoio a produção agropecuária por diversos motivos, e terminam a margem do sistema. Assim, partimos para a identificação e análise de quais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural são efetivadas no município de Feira de Santana e quais promovem a real (re)produção da condição camponesa.

4.1 A “modernização” e o campesinato feirense

Os camponeses entrevistados apresentam um índice de modernização da base técnica da lavoura muito baixo. O que chamamos de modernizar é a introdução de novas técnicas de cultivo, uso de maquinário, irrigação, adubação química, defensivos agrícolas, etc. Em algumas propriedades, encontramos técnicas rudimentares de produção. A maior inovação entre os camponeses é o uso do trator e seus implementos, apenas para o preparo da terra. Porém encontramos um caso de arado puxado a animal e dois casos de camponeses que disseram preparar a terra manualmente.

Segundo informações obtidas com um camponês entrevistado que trabalha a terra manualmente e usa adubo natural (de galinha), este não opta pelo trator e adubação química, seguida de irrigação sob a justificativa de que

Tudo isso custa caro para ter. O aluguel do trator não posso pagar. Uso o adubo da galinha porque é de graça, vem lá de casa, aqui não tem motor para puxar água para molhar a roça, a molhação vem de Deus. Minha terra é pequena, esses luxos são para os grandes, aqui é tudo na caneta [nome dado a enxada pelos camponeses locais], o que falta mesmo é o dinheiro prá ter tudo (Distrito de Jaíba).

Devemos ressaltar que a Prefeitura do município, mantém junto à Secretaria da Agricultura, tratores e arados, para o trabalho dos camponeses, mediante o pagamento de uma taxa. O mesmo acontece com alguns grandes proprietários que oferecem o mesmo serviço, na época da demanda do preparo da terra, com uma taxa um pouco maior que a da Prefeitura Municipal, um serviço de aluguel de máquinas e pago por horas trabalhadas na propriedade do contratante.

O censo agropecuário informou que havia 82 tratores particulares em operação no município e que desses 56 unidades tinham potência menor que 100 cv., o que demonstra sua utilidade para serviços leves em pequenas propriedades rurais, em que a intensidade do trabalho não exige maior potência. Entretanto, desse total, 20 unidades possuem potência maior que 100 cv. e conseqüentemente estão instalados em grandes propriedades. Segundo a Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural, foram disponibilizados 22 tratores da Prefeitura Municipal, para o trabalho de preparo da terra com aração e gradagem para cultivos convencionais, em especial o feijão e o milho. Assim, soma-se um total de 104 tratores possivelmente disponíveis ao trabalho das terras agrícolas do município.

Quadro 10

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
POTÊNCIA DOS TRATORES

Potência dos tratores - De 100 cv e mais - Número de estabelecimentos agropecuários com tratores	20 unidades
Potência dos tratores - De 100 cv e mais - Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários	20 unidades
Potência dos tratores - Menos de 100 cv - Número de estabelecimentos agropecuários com tratores	56 unidades
Potência dos tratores - Menos de 100 cv - Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários	62 unidades
Potência dos tratores - Total - Número de estabelecimentos agropecuários com tratores	76 unidades
Potência dos tratores - Total - Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários	82 unidades

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006.

No Quadro 10, não foram contabilizados os 22 tratores que a Prefeitura Municipal disponibilizou, pois o Censo Agropecuário consultou apenas estabelecimentos rurais. Ainda os tratores são utilizados para o sistema de preparo mais simples do solo para um cultivo tradicional que requer apenas a aração e a gradagem. Outras propriedades menores que trabalham a terra com ferramentas manuais conseguem fazer um rodízio entre o conjunto de aração/gradagem e apenas gradagem, principalmente quando cultivam apenas feijão e milho. E mais ainda, conseguem realizar o consórcio feijão/milho, o plantio direto, pois o trabalho pode ser realizado com ferramentas manuais e o trabalho do trator, para esse caso, pode ser dispensado. Como exemplifica o Quadro 11 abaixo.

Quadro 11

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
SISTEMA DE PREPARO DO SOLO

Sistema de preparo do solo - Cultivo convencional (aração mais gradagem) ou gradagem profunda - Número de estabelecimentos agropecuários	2.712 unidades
Sistema de preparo do solo - Cultivo mínimo (só gradagem) - Número de estabelecimentos agropecuários	1.410 unidades
Sistema de preparo do solo - Plantio direto na palha - Número de estabelecimentos agropecuários	22 unidades

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006.

Devemos salientar que os 2.712 estabelecimentos rurais que responderam ao Censo Agropecuário afirmando usar aração/gradagem e mais só gradagem correspondem principalmente as lavouras temporárias, em pequenas e médias propriedades rurais, principalmente na demanda pelo calendário agrícola da região.

Assim os tratores de baixa potência, como apresentado antes, são suficientes para atender a demanda de trabalho para o preparo do solo.

Observamos ainda que o uso de adubos químicos chega muito próximo de zero, entre os pequenos proprietários rurais, o predomínio está nos fertilizantes orgânicos. Há uma resistência ao uso dos fertilizantes químicos, devido ao manuseio, pela desconfiança na eficácia, falta de recursos para a compra, e até de informações de uso por parte dos camponeses. Nenhum dos nossos entrevistados fez referência ao uso de sementes selecionadas ou híbridas. Alguns confirmaram ter recebido sementes de feijão e milho da Seagri-FS⁵³, porém preferem produzir e manter suas próprias sementeiras.

Um caso interessante sobre a distribuição de sementes de feijão e milho para o plantio foi relatada por um entrevistado no distrito de Jagüara, quando este afirma que

Aqui a Prefeitura deu sementes de feijão e milho. Peguei três litros de feijão e dois de milho para plantar. A chuva não veio e eu comi o feijão e dei o milho para as galinhas. Tava sem dinheiro e veio em boa hora. Vieram aqui o pessoal da prefeitura e eu disse que tinha perdido tudo na seca. O que eu ia fazer se a coisa tava feia? (Distrito de Jaguara).

Sobre a questão do uso de fertilizantes e adubos diversos o Censo constatou que o número de estabelecimentos com usos de adubação animal é quase a metade do total dos estabelecimentos rurais no município, justificando a questão anterior sobre o menor custo, e a maior facilidade para manipular o produto. O (Quadro 12) demonstra o uso de fertilizantes.

⁵³ Com base numa proposta de Desenvolvimento Rural, a Seagri-FS distribuiu (em 10/06/2014), 50 toneladas de sementes de feijão e outras 20 toneladas de sementes de milho para os pequenos produtores rurais do município. De posse de listas elaboradas pelas respectivas associações de produtores e conhecendo a demanda de cada região, a Seagri-FS controla a distribuição e dá as instruções quanto aos procedimentos para que o benefício chegue por igual a todas as associações de todos os distritos. O secretário de Agricultura, Ozeny Moraes, observa que há uma relação de muita confiabilidade entre o governo municipal e as associações de produtores. “E por isso a cada ano o trabalho vem dando certo”, frisou. No total são 132 associações distribuídas nos oito distritos. Quatro caminhões vão percorrê-los a partir de quinta-feira para fazer a entrega aos responsáveis pela distribuição em cada localidade. De acordo com informações colhidas pela Seagri-FS, a previsão é de mais 25 milímetros de chuvas no município até o próximo fim de semana. “Não podemos perder tempo”, completa Ozeny, lembrando que “milho e feijão são culturas muito sensíveis as condições climáticas”. Toda a semente a ser distribuída tem certificação de qualidade com pureza mínima de 98%. Antes de ser embarcada para os depósitos da Prefeitura, passou por análise para se ter a certeza da boa qualidade a fim de não comprometer a germinação e garantir uma boa produtividade.

Quadro 12

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
USO DE ADUBOS

Número total de Estabelecimentos	8.969	%*
Estabelecimentos que usaram adubos químicos nitrogenados	917	10,2
Estabelecimentos que usaram adubos químicos não nitrogenados	185	2,1
Estabelecimentos que usaram adubos de esterco e urina de animal	4.350	48,5
Estabelecimentos que usaram adubo (vinhaça)	2	0,0
Estabelecimentos que usaram adubos (inoculantes)	0	0,0
Estabelecimentos que usaram adubos (biofertilizantes)	6	0,1

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006..* Percentual em relação ao total dos estabelecimentos rurais.

Os fertilizantes químicos, por necessitarem de uma maior complexidade de uso e de técnicas (principalmente de assistência técnica) são pouco utilizados em relação ao universo total de adubação. A fertilização dos solos com adubação orgânica é uma prática que passa de uma geração a outra sem maiores modificações.

O trabalho manual ocupou um percentual de 71% dos entrevistados, como única forma para executar as atividades pertinentes à lavoura. Acreditamos que esse percentual esteja relacionado com os cultivos de subsistência que não demandam grandes tecnologias para serem cultivados, como a mandioca, o milho e o feijão sempre encontrados nas pequenas propriedades rurais. Dessa forma, Cereda (1994) comenta sobre a modernização do cultivo da mandioca, nas pequenas propriedades rurais, dizendo que ela é cultivada com técnicas tradicionais. Isso reforça a forma tradicional como a mandioca é cultivada entre os camponeses. Sobre a forma de cultivar a lavoura, como um todo, e em especial a mandioca, um entrevistado esclarece que

Meu pai me ensinou assim, dessa maneira e o pai dele a ele, ou outros da região fazem da mesma forma e eu fui nessa pisada, sempre nasceu e Deus ajudou e cuidou. Não veio ninguém mostra de outro jeito e eu tô fazendo assim. (Distrito de Humildes).

No distrito de Jaguará, um camponês comentou sobre o uso de inseticida, em sua lavoura:

Aqui na roça tem formiga, de noite corta a mandioca, coloco o veneno e as iscas⁵⁴ mato na minha terra mas elas vêm do vizinho que não compra veneno, eu combato ele não, é dinheiro perdido. Aqui ninguém usa, só eu. (Distrito de Jaguará).

⁵⁴ Inseticida contra as formigas – saúvas, formiga-cortadeira gênero *Atta*, da família dos formicídeos.

Aqui duas questões são levantadas: a primeira, faz referência aos tipos de lavouras e ao uso das terras; e a segunda, ao uso de defensivos agrícolas nos cultivos. A segunda consiste em que as lavouras temporárias ocupam 7.297 estabelecimentos rurais, ou quase a totalidade do número de estabelecimentos rurais que são classificados como condição do produtor – proprietários – com 7.824 unidades produtivas. E as lavouras permanentes ocupam 5.041 estabelecimentos rurais, porém com 50% menos hectares plantados, em relação às lavouras temporárias (IBGE – Censo Agropecuário, 2006).

Baseado no número de estabelecimentos rurais menores que 5 hectares no município, observa-se que as lavouras temporárias são as que mais ocupam espaço entre os pequenos proprietários rurais, principalmente pelo seu ciclo de vida e mais ainda pela forma de cultivo associado ao calendário agrícola da região (Quadro 13).

A segunda questão foi o uso de defensivos agrícolas de qualquer natureza. O Censo Agropecuário fez referência apenas ao equipamento, e de maior simplicidade que foi o pulverizador costal, com apenas 110 indivíduos de um universo de 8.969 estabelecimentos rurais, representando 1,2% do total e 47 pulverizadores estacionários, 0,5% do total e que é usado em grandes propriedades. Não foi feita nenhuma referência aos defensivos de lavoura como inseticidas e praguicidas, como os controladores de formigas, lagartas, brocas e pulgões.

Quadro 13

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - LAVOURA

Utilização das terras - Lavouras - área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação - Número de estabelecimentos agropecuários	7 unidades
Utilização das terras - Lavouras - área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação - Área dos estabelecimentos agropecuários	7 hectares
Utilização das terras - Lavouras - área plantada com forrageiras para corte - Área dos estabelecimentos agropecuários	539 hectares
Utilização das terras - Lavouras - área plantada com forrageiras para corte - Número de estabelecimentos agropecuários	181 unidades
Utilização das terras - Lavouras - permanentes - Área dos estabelecimentos agropecuários	2.113 hectares
Utilização das terras - Lavouras - permanentes - Número de estabelecimentos agropecuários	5.041 unidades
Utilização das terras - Lavouras - temporárias - Área dos estabelecimentos agropecuários	5.512 hectares
Utilização das terras - Lavouras - temporárias - Número de estabelecimentos agropecuários	7.297 unidades

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006.

Apontamos a hidroponia, em hortas, com dois casos distintos no distrito de Humildes e as demais atividades de viveiros de mudas e estufas de plantas distribuídas pelo município. A outra questão que se faz referência são as forrageiras de corte que estão distribuídas em 181 estabelecimentos rurais para a manutenção do rebanho bovino, que pretendemos abordar mais a frente e que só estabelecimentos rurais que contam com irrigação e área de lavoura estacionada podem contar com essa atividade. Ainda não identificamos propriedades que possuam silos de grãos, e não foi feita nenhuma referência a silagens ou a gado, estabulado e/ou confinado.

Ainda sobre a lavoura, outro ponto a ser questionado sobre a intensidade da modernização dos estabelecimentos rurais, em especial dos pequenos produtores, é a questão da irrigação. Seus cultivos obedecem ao calendário agrícola da região que, por sua vez, relaciona-se ao regime de chuvas, principalmente as lavouras temporárias. Porém, o uso de irrigação no município foi de 3,3% do total dos estabelecimentos rurais, sendo que as hortas respondem por 1,3%, do total (3,3%) que foi irrigado. Ou seja, a irrigação, mesmo com cursos d'água perenes não tem destaque. Mesmo que fosse possível realizar duas ou três safras, por ano, devido à luminosidade e aos curtos ciclos de vida das lavouras, sem a água não seria possível.

Observou-se que os cultivos, exceto a horta, são de sequeiro. A ausência de chuvas é um fator limitante à produção agrícola e a dependência das condições climáticas acentua-se principalmente entre os pequenos proprietários que não podem irrigar. Nos anos de menor pluviosidade percebe-se gradativamente a redução na oferta de produtos oriundos da zona rural municipal, nas feiras livres da cidade. A seca cíclica e os intervalos de estiagens, mesmo que não sejam prolongadas, dificultam e/ou inviabilizam as lavouras de milho e feijão principalmente (Quadro 14).

Quadro 14

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
ÁREA IRRIGADA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS

Número total de Estabelecimentos	8.969	%*
Área irrigada dos estabelecimentos por inundação	2	0,0
Área irrigada dos estabelecimentos por sulcos	24	0,3
Área irrigada dos estabelecimentos por aspersão (pivô central)	2	0,0
Área irrigada dos estabelecimentos por aspersão (outros métodos)	117	1,3
Área irrigada dos estabelecimentos por localizado (gotejamento microaspersão)	48	0,5
Área irrigada dos estabelecimentos por outros equipamentos	111	1,2

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006. *Percentual em relação ao total dos estabelecimentos rurais.

Destacamos que estamos nos referindo especificamente à água para a lavoura e não para as residências e uso doméstico, pois a EMBASA (Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A) e a Prefeitura Municipal, afirmam cobrir mais de 80% do município com uma rede de abastecimento de água para as residências localizadas fora da mancha urbana.

Como a irrigação necessita de equipamentos diversos e recursos financeiros para adquiri-los e mantê-los em funcionamento e mais ainda a utilização de tecnologias mais modernas e que demandem maiores recursos financeiros, mesmo que a rentabilidade seja proporcionalmente maior, poucos são os que têm acesso a tais inovações tecnológicas, como demonstra o (Quadro 15) sobre o uso de orientações técnicas na hora de produzir suas lavouras.

Quadro 15

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
CORPO TÉCNICO DISPONÍVEL

Número total de Estabelecimentos	8.969	%*
Estabelecimentos que não receberam Orientação Técnica	8.632	96,2
Nº de eng. Agrônomo	5	0,1
Nº de veterinário	2	0,0
Nº de zootecnista	1	0,0
Nº de eng. Florestal	2	0,0
Nº de outra formação superior	111	1,2
Nº de técnico agrícola	68	0,8
Nº de Outros técnicos	641	7,1

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006. *Percentual em relação ao total dos estabelecimentos rurais.

O que mais chama a atenção nesse quadro é a primeira linha que estabelece a orientação técnica aos estabelecimentos rurais. Com 8.632 estabelecimentos rurais que alegaram – não – receber orientação técnica é significativo. Isso demonstra e confirma como os pequenos proprietários rurais estão presos às técnicas arcaicas de produção e que por diversos motivos não são orientados no momento de produzir. Entendemos, em primeiro caso, o tamanho de suas propriedades rurais, menores que 1 hectare, ausência de recursos financeiros, descaso por parte dos produtores, falta de informação e depois o fato de serem produtores de um valor agregado muito baixo, o que não desperta interesse por parte dos órgãos competentes.

Ainda questionamos o comportamento produtivo de uma propriedade rural com 1 hectare ou menos (são 4.553 unidades) e demais com até 5 hectares, que executam

uma agricultura de complemento à renda familiar, e se estes produtores são estimulados a buscar assistência técnica para seus cultivos? Existe pessoal treinado e qualificado em número suficiente para atender a esses pequenos produtores familiares? Mesmo que a resposta seja positiva, esses técnicos não estão operando nesse segmento da sociedade.

Salientamos ainda que o município de Feira de Santana está próximo ao município de Cruz das Almas, que nos últimos 40 anos sediou, junto a UFBA (Universidade Federal da Bahia) o curso de Agronomia e que agora é administrado pela UFRB (Universidade Federal do Recôncavo Baiano), ainda a UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana) conta com um novo curso de Agronomia, com ênfase em Agricultura Familiar, mesmo ainda não tendo formado a primeira turma.

Isso indica que sempre houve corpo qualificado para atender às demandas, entretanto acreditamos que essa qualificação serve ao agronegócio, pois nele há maior oferta de recursos financeiros e equipamentos, como uma melhor condição de trabalho, atraindo assim os profissionais que se dedicam a agropecuária (CARIBÉ e VALE, 2012).

Podemos observar que as inovações tecnológicas apresentadas no (Quadro 16) não se relacionam com as atividades desenvolvidas pelos pequenos proprietários rurais municipais, em nenhuma instância produtiva. Pois não se faz referências a nenhuma técnica ou tecnologias pertinentes ao processo produtivo para pequenos produtores rurais, ou aos cultivos de subsistência que essas famílias se dedicam a produzir.

Quadro 16

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
USO DE RECURSOS TECNO-CIENTÍFICOS NA AGRICULTURA

Número total de Estabelecimentos	8.969	% *
Estabelecimentos com tanques de resfriamento de leite	2	0,0
Estabelecimentos que fizeram inseminação artificial em vacas	3	0,0
Estabelecimentos que usaram ordenhadeiras mecânicas	1	0,0
Estabelecimentos que fizeram transferência de embriões	1	0,0
Estabelecimentos com orientação técnica regular	106	1,2

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006. *Percentual em relação ao total dos estabelecimentos rurais.

Todavia as tecnologias referentes à produção de leite e seus melhoramentos se faz presentes, mesmo o município não sendo uma “praça” produtora de leite. O fato de se encontrar instalada uma fábrica de laticínios e um frigorífico, está relacionado com as condições de infraestrutura e potencialidade econômica do município do que com a produtividade do rebanho bovino municipal.

O efetivo bovino totaliza 34.036 cabeças, distribuído em 1.941 estabelecimentos rurais, além de 3.117 caprinos e 11.700 ovinos em 250 e 959 estabelecimentos rurais, respectivamente. Os suínos contabilizaram 15.209 animais em 2.488 unidades produtivas, além de 1.244 mil aves galináceas, confinados ou não em 5.978 estabelecimentos produtivos e somados a outras 6.206 aves diversas. Os asnos, muares e equinos somaram um efetivo total de 4.761 cabeças distribuídas pelas propriedades rurais do município (IBGE – Censo Agropecuário, 2006).

Sendo o município uma antiga fazenda de gado, com rotas de boiadas e praça de cotação de preço de boi gordo, o contingente de (34.036 cabeças) é muito baixo se contarmos ainda que nesse total há o gado leiteiro, já contabilizado anteriormente, com 3.579 cabeças de vacas ordenhadas. Acrescentamos ainda as vacas, seus respectivos filhotes em lactação e os apartados de primeiro ano e perfazemos um total de 10.737 cabeças deduzidas diretamente do efetivo bovino de 34.036, resultado apenas em 23.229 cabeças, que podem ser utilizadas para comercialização e/ou abate. (POPINO, 1968; FREITAS, 1998; IBGE – Censo Agropecuário, 2006).

Segundo o FRIFEIRA (Frigorífico Industrial da Cooperativa de Produtores de Feira de Santana), são abatidos mensalmente 4.500 cabeças de gado bovino e 400 suínos, em média para toda a RMFS (Região Metropolitana de Feira de Santana) e os municípios que fazem parte do Território de Identidade do Portal do Serão, e são fiscalizados pela ADAB (Agência de Defesa Agropecuária da Bahia). O efetivo municipal não consegue manter essa média mensal, recebendo dos municípios vizinhos o rebanho necessário para o abate. A outra questão é a produção de leite e a capacidade produtiva do município.

Com propriedades menores que 1 ha, os pequenos proprietários rurais do município estão fora do universo de produtores de leite. Entretanto o IBGE – Censo Agropecuário (2006) informa a quantidade produzida de leite em 254 estabelecimentos rurais sem maiores tecnologias. Todavia foi informado que 2 estabelecimentos rurais possuem sistema de resfriamento de leite e nenhum comercializa leite pasteurizado (Quadro 17).

Entretanto todo esse rebanho bovino é alimentado de forma direta e indireta pelas terras de pastagem disponíveis no município. Assim foi estabelecido que 21.344 hectares de pastagens plantadas de boas condições em 1.751 estabelecimentos rurais servem de alimento para o rebanho. A totalidade dos estabelecimentos rurais corresponde a todos os intervalos de classes que vão: – De 4 a menos de 5 ha até De

1000 a menos de 2500 ha –, e mais a metade dos estabelecimentos do intervalo de classe - De 3 a menos 4 ha. Entende-se que todos os estabelecimentos rurais acima de 10 hectares possuem gado bovino, mesmo que seja um animal de cabresto, pastando em terras devolutas ou em propriedades vizinhas, mediante um pagamento pelo uso das pastagens.

Quadro 17

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
PRODUÇÃO LEITEIRA

Vacas ordenhadas no ano nos estabelecimentos agropecuários	3.579 cabeças
Número de estabelecimentos agropecuários que venderam leite cru no ano	254 unidades
Número de estabelecimentos agropecuários que venderam leite pasteurizado no ano	-
Quantidade produzida de leite de vaca no ano nos estabelecimentos agropecuários	4.080 mil litros
Quantidade vendida no ano de leite de vaca cru nos estabelecimentos agropecuários	3.417 mil litros
Quantidade vendida no ano de leite de vaca pasteurizado nos estabelecimentos agropecuários	-
Valor da produção de leite de vaca no ano nos estabelecimentos agropecuários	2.182 mil reais
Valor da venda no ano de leite de vaca cru nos estabelecimentos agropecuários	1.777 mil reais
Valor da venda no ano de leite de vaca pasteurizado nos estabelecimentos agropecuários	-

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006.

Isto evidencia que os pequenos proprietários rurais, que possuem minifúndios estão completamente fora do universo da produção de leite, pois a vaca comprometeria totalmente o espaço físico da unidade familiar⁵⁵. Assim temos muito mais famílias dentro do intervalo de – Mais de 0 a menos de 0,1 ha até De 0.5 a menos de 1 ha (com 4.557 estabelecimentos rurais) do que as 1.751 unidades que alegaram possuir pastagens de boa condição para o possível sustento do gado bovino. As pastagens parecem ter maior importância do que as terras de lavoura para os cultivos de subsistência da sociedade como um todo, pois aqui questionamos como podemos alimentar os trabalhadores, rurais e urbanos, sem garantir as terras de lavoura de subsistência.

Outra questão são as pastagens naturais, que o IBGE (Censo Agropecuário, 2006) reconhece como sendo áreas não cultivadas (devido a sérias limitações edafoclimáticas) capazes de fornecer habitat para animais domésticos e silvestres.

⁵⁵ Kautsky (1980), já havia apontado a importância da vaca leiteira e mais ainda os resultados negativos para a família ao se desfazer desse animal e da terra para alimentá-la.

Entende-se também as pastagens que naturalmente nascem sem a intervenção humana. Assim a caatinga do município também fornece alimento para o gado e é entendida como pastagem (Quadro 18).

Quadro 18

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - PASTAGENS

Utilização das terras - Pastagens - naturais - Área dos estabelecimentos agropecuários	15.196 hectares
Utilização das terras - Pastagens - naturais - Número de estabelecimentos agropecuários	1.963 unidades
Utilização das terras - Pastagens - plantadas degradadas - Área dos estabelecimentos agropecuários	2.321 hectares
Utilização das terras - Pastagens - plantadas degradadas - Número de estabelecimentos agropecuários	380 unidades
Utilização das terras - Pastagens - plantadas em boas condições - Área dos estabelecimentos agropecuários	21.344 hectares
Utilização das terras - Pastagens - plantadas em boas condições - Número de estabelecimentos agropecuários	1.751 unidades

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006.

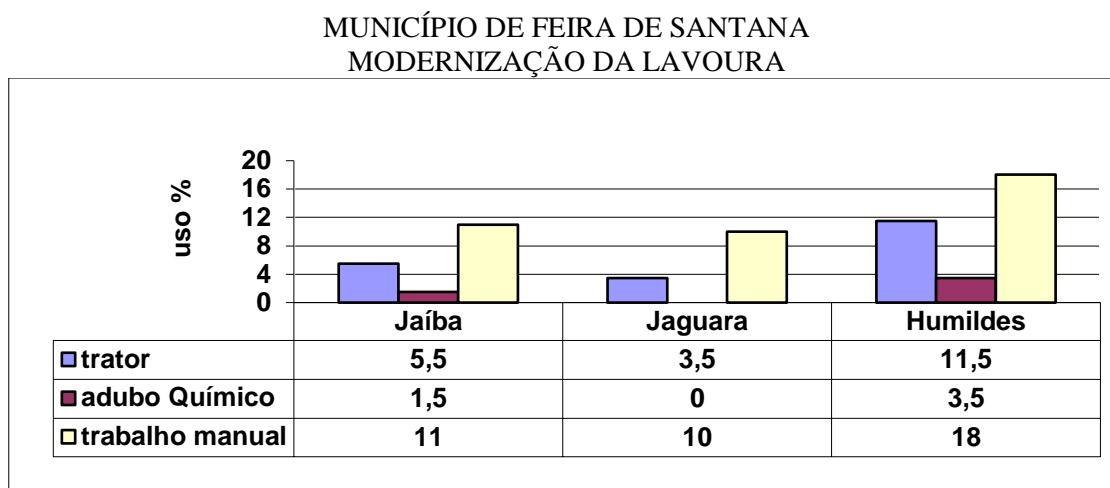
Em todo o momento não se estabeleceu nenhuma condição de acesso sobre técnicas, assistência técnica, manejo e formas de produzir para os proprietários que estão nos minifúndios. O IBGE – Censo Agropecuário (2006), reconhece sua existência, mas não contabiliza sua capacidade produtiva como um todo ou individualmente. Mas observamos que esses minifúndios estão à margem dos processos produtivos de riqueza do campo.

O que apresentamos anteriormente foi um conjunto de inovações tecnológicas que melhoram as condições produtivas agrícolas, mas que pouco teve o envolvimento e a participação dos pequenos produtores rurais em especial os que possuem até 1 hectare de propriedade rural. A modernização da agricultura contribuiu principalmente para a modificação nas relações de trabalho no campo e principalmente para gerar um exército de reserva para a cidade, que no caso do município gradativamente absorve essa massa de trabalhadores (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Podemos perceber melhor o comportamento da modernização das pequenas propriedades rurais no município na (Figura 35). Sobre esse assunto, Santos (1996, p. 57), comenta: “(...) com isso podemos afirmar que as unidades camponesas pouco ou quase não utilizam técnicas modernas, havendo um predomínio dos sistemas tradicionais de trabalho, principalmente do trabalho manual (uso da enxada) e o

emprego de formicida”. Ainda de um modo geral, ele comenta sobre o baixo índice de modernização entre os camponeses, em seu trabalho. O mesmo acontece nas pequenas propriedades rurais do município de Feira de Santana.

Figura 35



FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

Atualmente a modernização da base técnica da agricultura no município permite as famílias camponesas que se ocupem de atividades, fora de suas propriedades e que não estejam ligadas as atividades agrícolas. O uso de técnicas modernas nas propriedades rurais, como exemplo motores para retirar água das cisternas, reduz o tempo de trabalho dos membros da família, permitindo a esses ocupar-se de outras atividades, dentro ou fora de suas propriedades, em atividades agrícolas ou não-agrícolas. Assim, a SEI (1999, p. 32) explica que: “Acredita-se que uma pequena fração dos trabalhadores agrícolas exerça atividades não-agrícolas na zona rural como forma de ocupação do tempo disponível e de gerar uma renda que a atividade agrícola para autoconsumo não proporciona”.

Ainda a SEAGRI (2001, p. 35 e 36) reforça a questão apresentando fatores que explica “(...) o aumento do rendimento médio dos trabalhadores rurais ocupados em atividades não-agrícolas; e a valorização do meio rural como espaço de lazer, moradia e desenvolvimento de atividades econômicas não-agrícolas”, proporcionam o crescimento do trabalho não-agrícola. Outro fator citado foi: “(...) deve ser acrescentado e incorporado às análises existentes: a decadência de culturas tradicionais aliada ao surgimento de *novas* culturas que ocupam menos mão de obra.”. A esse exemplo podemos apontar a produção de acerola no município. Esses dois casos constituem

elementos justificadores da prática de trabalho não-agrícola entre os camponeses, mas não o justifica apenas por esse caminho.

Como nossa pesquisa de campo e trabalho estão voltados para os pequenos proprietários rurais, gostaríamos de destacar atividades não-agrícolas, realizadas no meio rural, no município, como: escola de tiro, pistas de cross, clínicas de recuperação, fazendas de esportes aquáticos (jetsky, lanchas, etc.), escolas de equitação, pesque-pague. Todos esses empreendimentos atraem trabalhadores, também das áreas rurais, próximas a elas.

Sobre essa questão encontramos um proprietário do distrito de Humildes que transformou sua propriedade, que anteriormente plantava feijão, batata doce e milho em uma área de lazer com bar e o mesmo afirmou que

Antes eu plantava a roça e trabalhava com o caminhão, tirava da terra aquilo que ela queria dar. Aqui tinha um olho d'água transformei numa bica, coloquei uns quiosques, montei um bar. A água que desce da bica passa no chiqueiro de porcos, que não tinha ou vai para a horta. O que dá mesmo é o bar nos fins de semana e feriados, fica lotado das pessoas da vizinhança e de fora. (Distrito de Humildes).

As mudanças nas atividades de produção nas propriedades rurais agregam mais valor financeiro a terra e suas instalações, mesmo que para isso seja suprimida a área destinada ao cultivo, algo que muitas vezes acontece, pois essa valorização necessita de investimento de capital para sustentar as novas atividades a que se dispõe realizar na propriedade. E ainda que a valorização de uma determinada propriedade, que apresente uma atividade não-agrícola, mas que atraia um fluxo de pessoas e capital, relativamente constante, tende a valorizar, também as propriedades vizinhas, pois há uma maior necessidade de serviços de infraestrutura como transporte público coletivo, energia elétrica, água encanada, coleta de lixo, telefonia, postos de saúde e escolas, que estarão a serviço de todas as propriedades rurais.

A introdução de serviços urbanos tem se mostrado rotineiro e crescente nas propriedades rurais e entre os seus trabalhadores que aumentam seu tempo de ociosidade e são recrutados entre os braços livres dos camponeses que buscam uma ou mais forma de se reproduzirem enquanto camponês, mas que em contrapartida apontam seu destino para sucumbirem ao capitalismo que os pressionam a se transformarem em operários. Abordaremos mais ainda essa problemática no próximo capítulo, quando apresentaremos as relações campo-cidade e suas ruralidades.

4.2 Crédito rural e Política agrícola

Os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico tratam da riqueza e da melhoria da condição de vida de uma população. O crescimento econômico trata do processo de aumento do produto de uma economia. Quanto maior o produto, maior a riqueza da nação. O desenvolvimento econômico vem atrelado ao crescimento econômico, pois o desenvolvimento é um processo de mudança estrutural da economia que leva à melhoria do bem-estar de sua população.

Segundo Furtado (1961) o conceito e seus reflexos, sobre o tema seria:

Desenvolvimento econômico consiste na introdução de novas combinações de fatores de produção visando aumentar a produtividade do trabalho. Quando cresce a produtividade do trabalho aumenta o produto social, isto é, a quantidade de bens e serviços à disposição da sociedade. Por outro lado o crescimento da renda provoca nos consumidores reações que aumentam a procura e modificam sua estrutura. O aumento e a diversificação da procura fazem com que também se modifique a estrutura da produção. (FURTADO, 1961, p. 110).

Assim, o crescimento e o desenvolvimento econômico, resultariam em estágios simultâneos de redução da pobreza, do desemprego e das desigualdades. O desenvolvimento de indicadores individuais e coletivos da sociedade, como um todo elevam os padrões de vida da sociedade em especial o consumo e as mudanças estruturais produtivas. Nesse caso abordaremos o papel do desenvolvimento agropecuário e seus reflexos na estrutura produtiva.

O setor agropecuário, durante o processo de desenvolvimento econômico passa por algumas mudanças estruturais como: aumento da produtividade do trabalho associado ao uso de novas tecnologias; diminuição das diferenças intersetoriais de produtividade do trabalho; modificações estruturais na produção e na renda; modificação no uso da força de trabalho; modificações de natureza demográfica; e dualidade entre setores e regiões (BACHA, 2004).

As duas últimas mudanças interferem no processo estrutural da sociedade como um todo pois modificam as taxas demográficas, em especial a redução da mortalidade num ritmo mais acelerado. Já a última demonstra o desequilíbrio entre os investimentos de infraestrutura para atrair o setor agropecuário, quando acontece a distribuição desigual do setor agropecuário gerando dualidades entre regiões.

O processo de desenvolvimento agropecuário não ocorre na mesma intensidade e tempo em todos os setores e regiões. É comum haver, no setor agropecuário, um setor mais moderno, dinâmico e voltado para o moderno; e outro segmento mais tradicional, pouco dinâmico e voltado à subsistência. A agropecuária moderna expandiu-se pelo país de forma seletiva e excludente. Poucas regiões foram inseridas nos processos de transformação da base técnica da produção agropecuária, em detrimento a grandes partes do território nacional.

Sobre essa questão que envolve o desenvolvimento da agropecuária no Brasil, Santos (2012, p. 133) faz a seguinte referência:

Para dar fôlego a esse modelo de modernização da agricultura, foi criado em 1965 o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o qual nasce com o propósito específico de injetar dinheiro por meio de financiamento agrícola, nos latifúndios produtivos e improdutivos do país visando o rápido desenvolvimento de arranjos produtivos fundamentados na monocultura e na grande propriedade. (SANTOS, 2012, p. 133).

Na Bahia, apenas alguns pontos foram inseridos diretamente nessa modernização agrícola. Destacamos o polo de grãos do oeste do Estado, sendo a cidade de Barreiras o centro financeiro e fomentador dos recursos para a região. Geralmente os locais escolhidos recebem investimentos do governo, como perímetros irrigados e subsídios para máquinas e insumos agrícolas, como foi o caso da soja e dos demais grãos de Barreiras e região (HAESBAERT, 2004; SANTOS, 2012; SANTOS, VALE e LOBÃO, 2012).

Para que a agricultura possa progredir, como progrediu a partir da época feudal, e para que possa participar dos melhoramentos contínuos realizados no domínio técnico e econômico, precisa de dinheiro – muito dinheiro. A exploração agrícola moderna é impossível sem dinheiro, ou, que vem a dar no mesmo, sem capital. Porque na organização atual da produção toda soma de dinheiro que não serve ao consumo pessoal pode tornar-se capital (valor que produz mais-valia), e isto ocorre geralmente. (KAUTSKY, 1980, p. 76).

A citação de Karl Kautsky não perdeu sua importância e atualidade, mesmo se passado mais de cem anos de escrita. Assim historicamente a riqueza produzida pelo sistema agropecuários do município, não foi devolvido a ele com a mesma intensidade do que foi retirado. Pelo contrário, o resultado da riqueza do sistema agropecuário

municipal foi sempre desviado e reinvestido na atividade comercial que tinha maior rentabilidade e interesses políticos (FREIRE, 2011).

A necessidade de dinheiro para girar a máquina produtiva do sistema agropecuário levou o Estado a buscar formas de como promover o setor agrícola e atrelá-lo ao modelo de desenvolvimento que o país segue.

A expansão da agricultura brasileira nas últimas décadas teve como base a manutenção de uma estrutura de distribuição fundiária altamente concentrada, na qual um pequeno grupo de proprietários controla a maioria das terras e uma grande parte dos estabelecimentos (STÉDILE, 1994). As políticas públicas agrárias brasileiras, por sua vez, seguem a lógica do modelo de constituição de Estado do país. A resultante lógica induziu a concepção de políticas públicas dirigidas à agricultura, que tem privilegiado grandes e médios produtores (FURTADO, 2003; BACHA, 2004).

Só a partir da década de 1960 que o país moderniza sua agricultura baseada na “revolução verde”, quando insumos e equipamentos (sementes melhoradas, adubação química e agrotóxicos) e mais as vastas propriedades requerem o uso da forma mecânica para atender a nova demanda produtiva. Essa difusão de novas técnicas agrícolas e uso intensivo de insumos industriais para aumentar a produtividade na agricultura não teve muito efeito junto ao pequeno produtor rural, visto que foi direcionada para as regiões mais desenvolvidas, com interesse puramente mercadológico do país (NASCIMENTO, 2008; SOUSA, 2009; MESQUITA, 2011).

É nessa conjuntura que o Estado lança as bases para o crédito agrícola, como um instrumento de importância para o setor agropecuário. O referido processo de modernização foi financiado pelo Estado brasileiro através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965. Esse processo provocou rápidas e profundas alterações na estrutura produtiva e econômica do setor rural.

O Crédito Rural⁵⁶ abrange recursos destinados a custeio, investimento ou comercialização. As suas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR), elaborado pelo Banco Central do Brasil. Essas normas são seguidas por todos os agentes que compõem o SNCR, como bancos e cooperativas de crédito. No início do SNCR as principais fontes de recursos eram o Tesouro Nacional e as exibilidades bancárias (recursos obrigatórios).

⁵⁶Informações obtidas a partir do Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico do Crédito Rural 2012. <http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2012/rel525.pdf>

Os créditos de custeio ficam disponíveis quando os recursos se destinam a cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos, da compra de insumos à fase de colheita. Já os créditos de investimento são aplicados em bens ou serviços duráveis, cujos benefícios repercutem durante muitos anos. Por fim, os créditos de comercialização asseguram ao produtor rural e às suas cooperativas os recursos necessários à adoção de mecanismos que garantam o abastecimento e levem o armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços.

O produtor pode pleitear as três modalidades de crédito rural como pessoa física ou jurídica. As cooperativas rurais são também beneficiárias naturais do sistema. Ano a ano, o governo Federal tem alocado cada vez mais recursos para o crédito rural. A maior parte do dinheiro destina-se a créditos de custeio para cobrir os gastos rotineiros com as atividades no campo. Esse dinheiro é tomado diretamente nos bancos ou por meio das cooperativas de crédito.

Mesmo durante o intenso processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a área rural privilegiaram os setores mais capitalizados, voltados para o mercado internacional. O resultado dessas políticas foi altamente negativo para a produção familiar, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios ofertados pela política agrícola. Mas para o agronegócio foi de fundamental importância para sua manutenção secular e o seu fortalecimento.

O crédito rural repassa recurso a custos mais baixos que o de mercado livre, pois como os agricultores não controlam o preço das mercadorias nos mercados (MARX, 1988), os agricultores apenas decidem o quanto querem vender. Com isso custos muito elevados não podem ser repassados aos preços dos produtos agrícolas sem que haja o risco do colapso produtivo como um todo. Com isso demanda-se a “política de garantia de preço mínimo” (PGPM), também com o objetivo de impedir o colapso do sistema agrícola quando a – Lei de Oferta e Procura – reduzir drasticamente os preços dos produtos agrícolas, inviabilizando a sua produção e consequentemente o desabastecimento de alimentos para a população (BACHA, 2004).

Ainda com base no crédito rural, os agricultores contam com uma política de seguro rural, pois os produtores estão sujeitos a, no mínimo dois tipos de riscos: variação de preços e variação de produtividade. O primeiro caso é compensado pela política de preço mínimo. Já o segundo tipo, uma política de seguro de safra agrícola (através de uma seguradora e uma apólice) o montante do valor da safra será coberto se

o produtor perder a produção devido a condições e adversidades climáticas ou outros infortúnios segurados.

Em 1996, o governo federal institui o Pronaf, como uma forma ampliada de atendimento ao agricultor familiar. A formalização desse programa representou o reconhecimento do Estado da existência, até então alheia aos interesses políticos do país, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que se encontravam, até então, as margens da política pública agrícola. Destacamos também que o MST, criado em 1984, foi um importante agente de pressão e ação para que o Estado pudesse repensar suas ações e a política de crédito para os pequenos produtores e em especial a agricultura familiar (SANTOS, 2007).

O Pronaf inicialmente não é apenas o resultado de uma luta de classe desencadeada principalmente pelo MST e outros movimentos sociais de luta pelo acesso e permanência da terra. Após a década perdida da economia de 1980, resultado do reflexo do fim do “milagre econômico brasileiro” da década de 1970, a economia encontra um ponto de reequilíbrio e crescimento baseado em diversos vetores de produção no qual se inseria a transferência de consumo e recursos para as classes baixa da sociedade brasileira.

O Pronaf segue uma linha de estratégia e reprodução do capitalismo sobre uma lógica de investimento em massa nas mãos de pequenos produtores rurais que podem ter sua renda fundiária expropriada pelos mercados especulativos, pelo mercado financeiro e pelas elevadas taxas de juros (SANTOS, 2009; OLIVEIRA JUNIOR, 2012). O trabalho da família camponesa resulta numa forte expropriação da renda da terra e da subordinação ao capital pela lógica do mercado, que direta e indiretamente monopolizam os recursos financeiros aplicados e retidos dessas famílias.

Reconhecia-se então a envergadura da agricultura familiar e a sua capacidade de gerar e produzir riqueza. Devemos lembrar que antes do Pronaf, o agricultor familiar era considerado “miniprodutor”, para efeito do crédito rural. Isso fazia com que ele disputasse o crédito com os demais produtores e seguir a mesma rotina bancária de um grande produtor rural (MESQUITA, 2001). Todavia, o Pronaf não vem modificar a estrutura de crédito. O agricultor familiar ainda segue uma ordem de termos e burocracias para ter acesso ao crédito. Nele, o crédito, mesmo a juros mais baixos são regulados com a mesma ordem que as demais negociações bancárias, e que permite ao requerente, caso não efetue os referidos pagamentos, colocá-lo como inadimplente e negativar sua concessão de crédito futuro.

Para o município de Feira de Santana os dados sobre o crédito rural, apresentam a seguinte ordem, em especial o Pronaf (Quadro 19).

Quadro 19

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA								
ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL - 2012								
PRONAF – PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR								
5.2.5 ESTADO E MUNICÍPIO – ATIVIDADE E FINALIDADE – PRONAF								
Valores em reais								
----- FINALIDADE -----							Total	
Atividade	Custeio		Investimento		Comercialização			
	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor
Feira de Santana								
Agrícola	0	0,00	18	54.752,26	0	0,00	18	54.752,26
Pecuária	2	23.530,63	563	979.942,45	0	0,00	565	1.003.473,08
Total	2	23.530,63	561	1.034.694,71	0	0,00	583	1.058.225,34

Fonte: Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico do Crédito Rural 2012.
<http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2012/rel525.pdf>.

Os dados do Banco Central do Brasil, com base no Anuário Estatístico do Crédito Rural para 2012, apontam o montante de recurso financeiro que o município contratou num total de R\$ 1.058.225,34 e que desse total R\$ 0,00 foi utilizado pela atividade agrícola e R\$ 23.530,63 pelo sistema de pecuária resultando em 2,22% do total disponibilizado. Um valor muito baixo e que vem se mantendo no decorrer dos anos quando se observa que em 2006 (Quadro 20), apenas 936 estabelecimentos rurais obtiveram financiamento agrícola num valor total de R\$ 1.927.000,00, o que resulta em um pouco mais de R\$ 2.000,00, valor médio para o pronafiano B. Todavia outros seguimentos de Pronaf podem ter solicitado recursos financeiros maiores que a linha de crédito B.

Quadro 20

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA	
Obtenção de financiamento agrícola no município de Feira de Santana - BA (2006)	
Número de estabelecimentos que obtiveram financiamento	939
Valores obtidos de financiamento nos estabelecimentos (Em mil reais)	1.927

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 2006.

O que mais chama a atenção nesses dados é o valor destinado ao custeio. O crédito de custeio é solicitado no momento do ciclo produtivo, da plantação a colheita, no exemplo da atividade agrícola, pois os pequenos agricultores do município encontram-se nessa situação. Esse valor se mostrou para o ano 2012, inexistente. Aqui

se questiona como foi cultivado a lavoura do respectivo ano e de onde foi retirado o montante financeiro para executar essa tarefa, uma vez que o Anuário Estatístico do Crédito Rural de 2012, informou que R\$ 0,00 foi capitado para a lavoura. No Quadro 21, podemos verificar o montante financeiro destinado ao município e as parcelas dos segmentos que o contrataram. Primeiro pelas cooperativas e depois pelo produtor que buscou a linha Pronaf. Nesse segundo caso o que mais chama a atenção é o baixo número de solicitação de crédito para o sistema agrícola, em relação a pecuária. Outro dado relevante é que no exercício de 2012, não houve solicitação de crédito para a lavoura propriamente dita.

Quadro 21

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

Financiamento obtido por cooperativas e produtores do município de Feira de Santana - BA (2012)		
Município	Número de contratos	Valores obtidos (Em reais)
Agricultura	1	242.960,80
Pecuária	24	8.535.197,53
Total	25	8.778.158,33
Financiamento obtido do PRONAF do município de Feira de Santana - BA (2012)		
Município	Número de contratos	Valores obtidos (Em reais)
Agricultura	0	0
Pecuária	2	23.530,63
Total	2	23.530,63

Fonte: Relatório Estatístico do Crédito Rural – 2012.

Três questões são levantadas sobre esse assunto – o financiamento obtido pelo pronafianos para a agricultura: a primeira que os pequenos produtores estão cultivando suas terras utilizando seus próprios recursos; e a segunda é que pode haver uma duplicidade de atividades sobre o custeio agrícola e a pecuária. Ou seja, partes dos recurso da pecuária é desviado para a lavoura, já que no final o banco requer apenas o montante financeiro mais o juros do programa, independente de se questionar se esse valor veio do cultivo ou criação; e terceiro, o endividamento/inadimplência em relação aos anos anteriores, que impedem a sua renovação atual.

Como muitos produtores rurais estão credenciados e cadastrados junto as suas entidades e cooperativas no município, os valores obtidos por essas entidades podem ser repassados por via de custeio e de projetos agrícolas para as comunidades, como é o caso das casas de farinha mecanizadas, instaladas nos distritos.

O Pronaf ainda conta com duas linhas de apoio dentro do seu sistema produtivo que são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF). A função desses dois sub-programas complementares é apoiar o desempenho produtivo dos pronafianos, ajudando-os a comercializar sua produção.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além do crédito aos agricultores familiares, há o sub-programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que busca fomentar a geração de renda pela agroindústria, turismo rural, biocombustíveis, plantas medicinais, cadeia produtiva, seguro agrícola, seguro de preço e seguro contra calamidade por seca na Região Nordeste.

O PAA foi criado em 2003, é uma ação do governo federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção⁵⁷.

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em parceria com os estados e municípios adquirem a produção da agricultura familiar. A compra pode ser feita sem licitação. Cada agricultor pode acessar até um limite anual e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais.

Segundo a Prefeitura Municipal de Feira de Santana o número de pronafianos que estão inseridos no programa PAA passará de 300 para 500 pessoas em 2015, atendendo a 83 entidades municipais. No município a Secretária Municipal de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETTDEC) atua adquirindo alimentos dos produtores rurais da agricultura familiar, mediante inclusão no Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA), com uma quota de produtos, cujo valor no ano de 2013 foi de R\$ 4.500,00 por produtor rural, com a participação de 260 agricultores, no primeiro cadastramento e fechando o ano em 300 agricultores, portadores de Declaração de Aptidão (DAPs), ao Pronaf. Com isso, o agricultor portador de DAP solicita a emissão da nota fiscal dos produtos com o respectivo valor, através da SEFAZ (Estado), com isenção de impostos, que é entregue na SETTDEC, sendo a nota fiscal lançada no SISPAA e os produtos são recebidos, conferidos e armazenados no Depósito Municipal do PAA⁵⁸.

⁵⁷ MDA, 2014.

⁵⁸ Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2014.

Ressaltamos que essa medida, que se refere a compra de 30% da produção da agricultura familiar a os programas de alimentação, em especial a escolar, está atrelada a uma lei maior do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Sobre os artifícios da Lei de Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que indica que 30% da alimentação escolar devem vir da agricultura familiar local, a Prefeitura Municipal junto com as entidades locais e cooperativas, visam estimular a abastecer mercados como os dos municípios de Salvador, Lauro de Freitas e Camaçari, uma vez que o programa é de âmbito federal e existem cotas limites de aquisição dentro do próprio município produtor. Com isso busca-se ampliar a possibilidade de produção entre os agricultores familiares.

Aqui encontramos outra divergência em relação aos dados do Censo Agropecuário e do Anuário Estatístico do Crédito Rural de 2012. Se a Prefeitura Municipal, informa o crescimento de 300 para 500 “pessoas”; entendemos que cada pessoa represente uma unidade de produção familiar e que estão devidamente cadastradas junto ao programa Pronaf, mas não aparecem como requerentes diretos para os custeios de contratos e créditos no Anuário Estatístico. Aqui se faz uma referência, mais uma vez ao montante de valores obtidos pelas cooperativas num total de R\$ 8.778.158,33.

Acreditamos que há intensa minifundiarização, principalmente pelo total de estabelecimentos rurais menores que 1 hectare (4.557 unidades), mas que não possuem o perfil (documentos e condições legais) para solicitarem diretamente o Pronaf para custeio, o façam, já que se intitulam agricultores familiares pelo credenciamento junto as cooperativas em suas comunidades e nos distritos do município.

Outro sub-programa atrelado ao Pronaf é o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), instituído no âmbito do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) com a denominação PROAGRO-Mais, é destinado aos agricultores familiares que acessam o financiamento de custeio agrícola vinculado ao Pronaf. O SEAF foi criado pelo governo federal para que o produtor possa desenvolver sua lavoura com segurança, atendendo uma antiga reivindicação da agricultura familiar por um seguro com garantia de renda. Para viabilizar e dar sustentabilidade a essa

conquista, o SEAF promove o uso de tecnologia adequada, cuidados com o manejo, recursos naturais e medidas preventivas contra adversidades agroclimáticas. O agricultor precisa estar menos exposto a riscos e ter melhores condições para plantar e colher. Essa é a base para uma agricultura familiar mais forte.⁵⁹

Por fim o sub-programa de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) consistem em visitas técnicas para identificar as necessidades e potencialidades de cada família. Para o MDA o principal objetivo dos serviços da ATER é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.

As instituições são selecionadas por meio de chamadas públicas que, mediante equipes especializadas, prestarão atendimento aos agricultores familiares. As chamadas públicas são etapas do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais que contam também com a transferência de recursos financeiros para as famílias investirem em atividades produtivas, seja para consumo próprio ou para comercialização.⁶⁰

A ATER considera as diversidades regionais e climáticas, acompanha o calendário agrícola e atua de acordo com um conjunto de situações imprevisíveis dadas as especificidades da atividade agrícola, ocorridas em função de fatores não controlados, como chuva, geada, vento, enchente e secas; doenças e pragas de plantas e doenças em animais. A política da ATER deve ser uma das prioridades estratégicas da política agrícola brasileira, pois é ela que tem a capacidade real de garantir o melhor emprego do crédito do Pronaf para que a inadimplência seja reduzida, a produção agrícola seja otimizada e, dessa forma, programas como do biodiesel e da merenda escolar tenham sucesso e a segurança alimentar seja garantida.

Passamos a avaliar mais detalhadamente o Pronaf no município de Feira de Santana e sua atuação junto aos agricultores familiares e como essa linha de crédito rural tem influenciado/direcionado a produção da agropecuária no município.

No trabalho de Santos (2009), o autor se dedica a explicar a ATER. Segundo seus estudos baseados na Cartilha de Crédito Rural do Pronaf 2006/2007 (não tão diferentes das condições oferecidas para o – Plano Safra 2014/2015)⁶¹, as despesas de ATER, quando financiados pelo próprio crédito do Pronaf, não podem exceder a 2% ao

⁵⁹ MDA, 2014.

⁶⁰ MDA, 2014; MDS, 2014; EBDA, 2014.

⁶¹ Grifo nosso.

ano do valor do financiamento, com exceção do Grupo “A”, que possui regras específicas. Santos (2009, p. 111-112) coloca que as operações de custeio do Grupo “B”, chegam até 3% e o Grupo “C”, com 2%, então o autor questiona, “como entender um processo como esse, no qual o mais desprovido, que recebe menos quantidade de crédito, e que possui menor renda, é menos favorecido no quesito assistência técnica?”.

Observou-se que entre os entrevistados, quando buscaram crédito rural (em algum dos anos de existência do Pronaf) utilizaram 100% do recurso e não disponibilizam nenhuma parte do dinheiro para assistência técnica. A EBDA, em seu site de apresentação, divulga informações sobre a quantidade e qualidade da assistência técnica oferecida aos agricultores da Bahia. Mas continuamos questionando, o motivo dos agricultores informarem que não recebem assistência técnica, e que essa informação é ratificada pelo IBGE – Censo Agropecuário (2006), ao informar que 8.632 estabelecimentos rurais não receberam orientação técnica de um total de 8.969 (96,2% dos estabelecimentos totais).

4.3 Minifundiarização e reforma agrária de mercado

A minifundiarização das propriedades rurais no município de Feira de Santana é uma realidade constatada no Censo Agropecuário de 2006. Nele foram registrados 4.557 estabelecimentos rurais menores que 1 hectare e mais 3.000 unidades até 5 hectares, numa totalização de mais de 80% dos estabelecimentos rurais, contabilizados pelo Censo Agropecuária. Se observarmos que essas 4.557 unidades estão dispersas pelo município e que sua localização coincide, principalmente com as áreas das franjas urbanas (sede municipal e sedes distritais), por serem mais próximas as manchas urbanas, teremos um conjunto de lotes que não conseguem sustentar a agricultura tradicional, mas serve principalmente de local de moradia.

Há um mercado de terras para micro e pequena propriedades que coabitam entre os moradores locais, estimulados pela possibilidade de aquisição financeira pela venda de terras, sem maiores burocracias a não ser um simples recibo de compra e venda lavrado entre as partes contratantes. A regulamentação se fará futuramente, quando a Prefeitura Municipal, resolver taxar o referido imóvel com o Imposto Predial e Territorial urbano (IPTU). (Figuras 36 e 37).



Figura 36 – Casa para venda num loteamento, na zona rural do distrito de Humildes. Antes uma chácara comprada com o objetivo de formar um loteamento. Autoria: Wodis K. O. Araujo, 2012.



Figura 37 – Oferta de um lote com infraestrutura e condições de pagamento no distrito de Jaíba. Autoria: Wodis K. O. Araujo, 2012.

A venda de lotes de terra, de uma parcela da propriedade que possui maior predisposição para a venda ou de sua totalidade é uma realidade municipal e que facilmente são encontrados exemplos de suas atividades.

Para Kautsky (1980) o caminho que leva a essa minifundiarização começa pela incapacidade do proprietário de lavrar a terra e fazê-la produzir. Essa incapacidade deve-se a ausência de recursos financeiros e mecânicos, força de trabalho braçal disponível, preço final para as mercadorias, etc. Assim, mediante as necessidades de manutenção da vida, seu proprietário vê-se obrigado a vender uma parcela de sua propriedade. Inúmeros são os possíveis compradores e maior será o universo de funções desprendidas por esses lotes de terra adquiridos por esses novos proprietários. Por fim, todos estão na mesma balança. A terra é insuficiente para o labor agropecuário e manutenção da vida familiar. Ela é apenas um local de moradia.

O trabalho de Dias; Lobão e Machado (2013)⁶², apresenta o uso e cobertura da terra no município. Nele as informações sobre a cobertura do solo indicam o maior uso da agropecuária com 68,52% do total da área municipal, nesse percentual as pastagens e a lavoura se diluem mesmo atribuindo apenas as pastagens 0,94% de área. Com disso a área urbana ocupou 6,72% e as chácaras e sítios 4,61%. (Quadro 22).

Quadro 22

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
USO E COBERTURA DA TERRA - 2010

Classe de uso	Superfície em km ²	Superfície em %
Agricultura irrigada	2,23	0,17
Agropecuária	916,06	68,52
Área urbana	89,90	6,72
Chácaras e sítios	61,69	4,61
Floresta secundária	8,95	0,67
Lago/açude/represa/rio	39,82	2,98
Pastagem	12,58	0,94
Cultivo de eucalipto	4,66	0,35
Solo exposto/retirada de material	10,11	0,76
Vegetação de caatinga	190,85	14,28
Total	1.336,85	100,00

Fonte: DIAS; LOBÃO e MACHADO (2013).

A área urbana supera a área das chácaras e sítios em 2,11%. Esses últimos estabelecimentos rurais são os mais vulneráveis a transformação em áreas urbana e/ou a

⁶² O trabalho de Dias; Lobão e Machado (2013), é o resultado da análise do Manual Técnico de Uso e Cobertura da Terra, publicado em 2006 pelo IBGE. Acrescido do banco de dados dos sensores Landsat5 e RapidEye, INPE.

minifundiarização por terem sua localização quase sempre nas proximidades das áreas urbanas e contarem com a infraestrutura necessária para a manutenção do modo de vida urbano, em especial sustentem a segunda residência e o neoruralismo.

Ainda sobre o uso do solo, o cultivo de eucalipto corresponde a quase 50 hectares (4,66 km²) e que é maior do que a agricultura irrigada que no trabalho analisado representa, segundo os autores, horticultivos com apenas 2,23 km², com pouco mais de 22 hectares. Sendo que o cultivo de hortaliças ocupam uma área média de 5 ha, nos estabelecimentos rurais.

A minifundiarização das propriedades rurais é ratificado no entendimento da lei sobre o módulo fiscal que afirma, confirma e estabelece o que seja um minifúndio e mais ainda reconhece que existem famílias que retiram dessa ínfima extensão de terra, o sustento de sua família; o minifúndio não é o resultado da lei, mas sim das relações sociais. O minifúndio, em sua maioria, não consegue manter dignamente a família ocupante desse lote. Essa família por sua vez se dispõe a executar atividade complementares a renda agrícola, principalmente com o trabalho acessório. Nesse momento esse conjunto de ações interna e externa ao minifúndio, e mais os lotes dessa minifundiarização que reproduz uma sociedade no meio rural, empobrecida mas que consome, e justifica a não reforma agrária.

Discutir a reforma agrária requer antes de tudo compreender o significado do termo em questão, defini-la parece fácil se partirmos do princípio que representa apenas entender o processo de desconcentração de terras, porém é necessário ir além dessa visão simplista. É preciso compreendê-la a partir dos interesses políticos, econômicos e sociais, uma vez que a decisão de implementá-la ou não, está intimamente relacionado com as forças e os interesses políticos vigentes, além disso ela representa uma reorientação das bases sociais e econômicas.

Fazer a “reforma dos latifúndios” é bastante complexo e requer romper com estruturas dominantes de interesses de pequena parcela da sociedade. A reforma do sistema fundiário representa a tentativa de se estabelecer uma sociedade mais democrática possibilitando que os diferentes seguimentos tenham uma vida mais justa, ou seja, a reforma da estrutura agrária necessita acontecer a partir da ruptura do elo de dominação ao qual o camponês sempre esteve submetido.

Assim, a Reforma Agrária deve ser compreendida como um “processo amplo, imediato e drástico de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo Governo, com a ativa participação dos próprios camponeses e

objetivando sua promoção humana, social, econômica e política” (Silva 1971, p. 37). O autor defende a reforma da estrutura fundiária como fator de correção das mazelas sociais que tem assolado a classe camponesa.

Para tal é preciso que essa ruptura aconteça de forma drástica de modo que “[...] a “agricultura reformada” precisa apresentar características estruturais totalmente diferentes do status quo há pouco modificado e não apenas constituir uma tênue e transitória concessão para acalmar a inquietação camponesa porventura reinante na ocasião” (SILVA, 1971, p. 39).

Sobre a questão agrária Fernandes (2013), assim como Silva (1971), defendem que a manutenção da concentração fundiária é um dos fatores responsáveis pelos problemas sociais. A saída para se ter uma sociedade menos desigual e mais democrática está na resolução da questão agrária. Para Fernandes (2013, p. 184) “Quem ganha com a distensão da questão agrária é toda a sociedade, por causa da diminuição das desigualdades, do desenvolvimento regional e do fortalecimento da democracia”.

Nesse sentido, a reforma da estrutura agrária representaria um passo fundamental para o estabelecimento de uma estrutura social mais coesa. Cabe ressaltar, entretanto, que a reforma agrária não representa a solução de todos os problemas da classe camponesa, pois são necessários que concomitante aos projetos de reforma agrária aconteçam políticas de infraestrutura que permita ao camponês se desenvolver e manter-se dignamente na terra.

Assim sendo, através da reforma agrária o espaço rural dos grandes latifúndios vai ser reestruturado e modificado em função da nova realidade que se estabelece, essa é exatamente a luta de diversos movimentos sociais com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os quais lutam para que haja a mudança necessária para a estrutura fundiária desigual, ou seja, reforma agrária que segundo Oliveira (2007),

Constitui-se em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos econômicos (crescimento de produção agrícola) e de reordenação do território. (OLIVEIRA, 2007, p. 68).

Dessa forma, a reforma agrária não modifica apenas a estrutura fundiária como também gera melhorias nas condições sociais, pois desarticula os latifúndios improdutivos e dinamizadores da pobreza e transforma-os em diversas propriedades familiares com possibilidade de tornarem-se produtivos, pois “visa estabelecer um sistema de relação entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com grande extinção do minifúndio e do latifúndio” (BRASIL, 2006, p. 8)⁶³.

Até a década de 90, a reforma agrária no Brasil foi tratada e defendida a partir da desapropriação da estrutura fundiária improdutiva com o objetivo de cumprir o estabelecido pelo estatuto da terra, o qual rege que a terra que não esteja cumprindo sua função social deve ser desapropriada.

Art. 184. Compete à união desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária, o imóvel que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de prevenção do valor da real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 2006, p.10).

Porém, a reforma agrária de desapropriação nunca foi uma política efetiva do Estado, pois o interesse esteve sempre voltado às necessidades capitalistas dos grandes latifundiários e das novas demandas do capital agroexportador.

A partir da década de 1990, o Estado investe num outro modelo de reforma agrária baseada na negociação, ou seja, uma transação via mercado e não por meio da desapropriação. Assim justifica-se o uso do termo “reforma agrária de mercado”, uma vez que representa uma transação comercial e de mercado onde os camponeses adquirem um empréstimo junto ao banco para comprar (coletivamente através de uma associação) a terra.

Segundo Vasconcelos (2009, p. 2-3), a reforma agrária de mercado representa “uma política que está voltada para os ditames neoliberais, e em perfeita sintonia com as diretrizes do Banco Mundial. (...) funciona sob a lógica capitalista, onde a terra só está disponível para quem pode pagar por ela”.

⁶³Estatuto da Terra - Lei 4504/64 / Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Título II, da reforma agrária. Capítulo I, dos objetivos e dos meios de acesso à propriedade rural. art.16. < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102350>>.

Este novo modelo não é uma modalidade de reforma agrária redistributiva, pois tem como princípio a compra e venda voluntária de terra entre agentes privados, acrescida de uma parcela variável de subsídio para investimentos sócio produtivos e além do mais gera a desarticulação dos movimentos sociais de luta pela terra ao mesmo tempo em que agrada e muito às elites capitalistas, pois ela não se baseia na redistribuição de terras como um processo punitivo aos grandes latifúndios improdutivos, mas configura-se como uma política sem intenção alguma de transformar as estruturas fundiárias vigentes.

O projeto piloto de reforma agrária de mercado aconteceu no Estado do Ceará, através do programa “Reforma Agrária Solidária” em 1996, durante toda a sua vigência os projetos ou financiamentos tem se reformulado, não cabe um apanhado histórico, o fato é que desde a sua criação até hoje houve vários projetos, o atual é Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Os projetos surgiram com o objetivo de apresentar às famílias camponesas uma alternativa às dificuldades e ineficiências atribuídas à chamada “reforma agrária conduzida pelo Estado”, baseada na desapropriação de propriedades improdutivas que não cumprem a função social.

Era também uma maneira de oferecer ao camponês uma alternativa de possuir a propriedade da terra sem ter que “correr riscos” de enfrentar a ira dos latifundiários ou a morosidade dos aparatos legais do Estado. O projeto começou a agradar aqueles que queriam a terra para dela viver, mas não estavam dispostos, por diferentes fatores, a participar da luta pela posse através da desapropriação.

Todavia Locatel (2004) argumenta sobre o mercado de terras a seguinte questão:

Esse novo sistema [o mercado de terras] deixa sobre o controle dos proprietários a decisão de vender ou não sua terra e os preços aumentam mediante o estímulo sob a demanda e também as cartelização dos proprietários para especular com o preço da terra. Além desse aspecto, a reforma agrária de mercado exclui a maioria dos trabalhadores rurais, por causa das condições de pagamento. Essa situação é agravada pelo fato de que “a terra adquirida é colocada como garantia do financiamento, através de alienação fiduciária, ou seja, caso o agricultor não possa pagar a dívida, o banco pode tomar a terra como forma de pagamento.” (LOCATEL, 2004, p. 319).

O objetivo (declarado) do projeto de reforma agrária de mercado era, portanto, “redução da pobreza rural, por meio do aumento da renda familiar; elevação do rendimento agrícola; e, testar o modelo de mercado como alternativa ao modelo tradicional de reforma agrária” (BAUINAIN 2003, p. 181).

Entretanto a reforma agrária de mercado, usando artifício da alienação fiduciária promoveu muitas frentes de abertura de terras para que no final fossem implantadas fazendas de gado e o agronegócio, pois os camponeses que pegavam seus lotes após o desmatamento e algumas benfeitorias não conseguiam pagar as dívidas e repassavam suas terras já trabalhadas para os grandes proprietários que gradativamente aglutinavam novas posses a sua propriedade inicial.

Os bancos, como os grandes proprietários lucraram significativamente com a instalação da reforma agrária de mercado, o que justifica esse sistema ter perdido o apoio do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e dos representantes dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores. Esse sistema não obteve o êxito esperado, uma vez que os grandes proprietários possuíam mais condições de acesso aos referidos financiamentos. Desde a sua formação, o SNCR recebeu diversas críticas no que se refere à sua capacidade de promover o atendimento dos objetivos programados, especialmente, no que se refere ao atendimento do pequeno e médio produtor, como também em face de promover uma maior concentração de renda.

Analisando a reforma agrária de mercado a partir do viés da sócio-espacialização do camponês é inegável que ela possibilita um (re)ordenamento territorial do campesinato e uma nova dinâmica sócio espacial local, pois as modificações decorrentes desse processo são inevitáveis. Porém, a função da reforma agrária é apresentar aos camponeses instrumentos capazes de colocá-los como protagonistas de mudanças concretas em suas vidas. Ou seja, a reforma agrária não deve oferecer apenas o acesso a terra, mas deve oferecer as condições necessárias para que os camponeses vivam dignamente da/na terra.

4.4 A insuficiência das políticas públicas no município

As políticas públicas que atuam no município de Feira de Santana, em relação ao espaço rural, são principalmente relacionadas a produção e a produtividade da agropecuária municipal. Destacamos a ação do Pronaf no atendimento das demandas produtivas municipais, onde os recursos sempre estão voltados para a lógica produtivista, como a principal ação e preocupação do sistema econômico vigente.

Entretanto observou-se, que para essa medida e em especial para o município, um número muito baixo de transações ocorreram nos últimos anos. Em 2012, não houve

solicitação do Pronaf para a atividade agrícola e em 2011 apenas 1 registro. Entendemos que fatores como a intensa minifundiarização e a marcha crescente da urbanização municipal tem ofuscado as ações governamentais em relação ao meio rural municipal. Todavia com o entendimento de uma minifundiarização crescente, com mais de 4.500 estabelecimentos rurais menores que 1 hectare, é preciso se pensar além do Pronaf.

No município de Feira de Santana, verificamos a ação do Estado, na esfera federal, através do crédito agrícola, o Pronaf. No entanto, muitos agricultores nunca adquiriram o empréstimo, outros só uma vez. Segundo os entrevistados, eles tinham dificuldade em amortizar a dívida, já que a incerteza da boa safra é recorrente. Havia também a necessidade da documentação e regularização da propriedade rural, onde muitos deles não possuíam essa documentação. E por fim o nome junto ao sistema de crédito deveria não ter dívidas, junto ao CPF.

Mesmo com o advento tecnológico de máquinas modernas e implementos agrícolas de última geração, muitos dos pequenos produtores rurais municipais ainda se encontram trabalhando com ferramentas rudimentares. Mais de 90% desses pequenos produtores não receberam assistência técnica rural em nenhum momento do seu ciclo de produção, o que foi atestado pelo IBGE – Censo Agropecuário (2006), quando o mesmo se referiu a um universo de 96,2% de estabelecimentos que não recebeu orientação técnica, e quase 50% utilizam esterco animal e não mais que 2% defensivos agrícolas.

Outro aspecto é a liberdade de escolha da atividade e do labor a ser realizado pelo trabalhador rural. Sendo a agricultura camponesa uma agricultura de policultivo, de consórcios na lavoura e de múltiplas criações de animais no mesmo local, a captação de recursos financeiros estabelece no momento da realização do investimento, uma sequência lógica produtiva. Ou seja, para a criação de galinhas de postura, antes deve haver um galinheiro. Como também se a demanda for por tomates, os recursos não chegam para a plantação de mandioca.

Nesse ponto o sistema produtivo está totalmente sincronizado com a política nacional de produção e demanda para atender o agronegócio brasileiro, pois se as fábricas demandam por tomates, não se justificar disponibilizar recursos financeiros para mandioca ou batata doce.

Exemplificamos o caso da chegada da acerola no município, estimulada pela EBDA, como sendo um cultivo de boa produtividade, e de fácil manejo para as condições fitoclimáticas do município, atrelada ao discurso de que toda a produção seria comprada pelas fábricas de suco do município. Essas fábricas impuseram que só

comprariam toneladas da acerola e que deveria haver uma regularidade dessa produção. Todavia a unidade familiar que contava com as frutas da acerola, no máximo produziam quilos.

O discurso saiu pelo avesso. Pois as fábricas de suco não compraram nenhuma produção, o governo gastou recursos sem o retorno esperado e os pequenos produtores ficaram frustrados. Faltou a real ação do cooperativismo, que no município além de ser frágil é sinônimo de ação política e de partidarismo.

A concessão do crédito do Pronaf, para os pequenos proprietários rurais junto ao sistema bancário, obedecem as regras do sistema financeiro. Nele, o requerente que possui dívidas diversas e atraso nas parcelas ou no montante do contrato anterior fica impossibilitado de readquirir um novo contrato. Aqui se faz necessário repensar as condições de acesso ao Pronaf, via sistema financeiro; e maior autonomia, rigor e fiscalização dos recursos destinados as associações e cooperativas para que essas passassem a atuar junto aos seus associados repassando valores para a produção.

A atuação da esfera estadual também é visível na assistência oferecida pela EBDA aos pequenos agricultores, onde estudos sobre fertilidade do solo têm sido efetuados visando solucionar o problema da queda da produção observada nos últimos anos. Quanto ao poder municipal, são oferecidos, anualmente, aos agricultores sementes e trator para limpar o terreno e arar a terra. Contudo, alguns entrevistados alegaram que não se cadastram na associação para receber as sementes, pois não são de boa qualidade.

Aqui há contradições entre o anunciado e o realizado. Para a Prefeitura Municipal, as sementes selecionadas e de boa fertilidade são compradas de empresas que comercializam insumos ao agronegócio nacional. Para os agricultores, essas sementes, ou chegam depois do período do calendário agrícola municipal, ou não germinam, ou mais ainda nunca chegam. Há aqueles que por diversos motivos não são cadastrados em suas comunidades e por isso não recebem nenhum tipo de atendimento.

O espaço rural se (re)produz cotidianamente, por agentes que, de acordo com seus interesses, normalmente divergentes, materializam ações no espaço, resultando na dinâmica social dos moradores locais. Os pequenos proprietários rurais do município buscam, através da união, sua permanência no campo e melhores condições de vida e de trabalho. Para tanto, é indispensável a atuação do poder público na mitigação dos problemas enfrentados pelas famílias de agricultores na elaboração de políticas públicas, não emergenciais, nem compensatórias, mas medidas eficazes para a manutenção do trabalhador rural e de sua família, permitindo o desenvolvimento de sua

principal atividade, a agricultura familiar e evitando que seus filhos precisem sair do campo para trabalhar em outras atividades, agrícolas ou não-agrícolas.

As questões que envolvem os problemas estruturais da população brasileira também refletem-se no campo do município, quando não se estabelece uma política de permanência do trabalhador rural e de sua família, dentro da unidade familiar de produção, justificada pelas novas tecnologias que desprender a força de trabalho familiar de sua terra para compor o quadro efetivo de mão de obra urbana, ou de atividade não-agrícolas principalmente realizadas fora do seio familiar, usando do labor dos mais jovens, em especial.

A maior atenção por parte do poder público à agricultura familiar é uma via para a solução de problemas rurais e urbanos, reduzindo o fluxo migratório para a cidade, consequentemente, aumentando a mão de obra no campo e gerando renda. A assistência técnica e a capacitação seriam essenciais para alcançar este objetivo. Entretanto, é necessário vontade do Estado e reconhecimento da importância da pequena produção familiar para que isso ocorra.

O agente que tem maior poder de atuação na organização do espaço rural e de manutenção do pequeno proprietário rural medida em que é o elaborador e executor de políticas públicas, é o Estado. No entanto, observa-se, que normalmente, suas ações estão voltadas para atender grandes empresários rurais, com o discurso de que estes são os que promovem o desenvolvimento local e abastece a “mesa” dos brasileiros, o que não é verídico. São subsídios, infraestrutura e incentivos fiscais atendendo aos interesses dos latifundiários. Já para os minifundiários, desenvolvem-se políticas públicas compensatórias.

5 A relação campo-cidade no município de Feira de Santana

Antes de partirmos para a apresentação dos estudos sobre a relação campo-cidade no município de Feira de Santana, que é a proposta deste capítulo, apresentamos um breve relato de sua formação territorial e do seu crescimento populacional e urbano como um elemento para se entender o contexto no qual surgem as novas dinâmicas socioeconômicas observadas no município.

A relação campo-cidade deve ser entendida a partir da ausência de delimitações rígidas ou barreiras fixas, entre os espaços rural e urbano, pois ambos são constituídos de elementos presentes tanto em um como no outro. Todavia, o conjunto de forças que atuam em ambos, de modo particular os processos de urbanização e industrialização, delineiam novas formas de relações sociais, econômicas, produtivas e políticas, as quais possuem rebatimentos na organização do espaço, assim como na configuração do território.

Hoje, na relação campo-cidade, o urbano tem se mostrado o elemento dominante subordinando o campo a cidade, situação que emerge como uma característica recente, a partir do advento da industrialização, fenômeno que em escala mundial se intensifica após a II Guerra Mundial e no Brasil, nos decênios de 1960 e 1970. A industrialização brasileira atrela-se ao processo de urbanização, que também teve um crescimento positivo, junto com o processo de desenvolvimento industrial atrelado a uma política de progresso (baseada na modernização e no crescimento econômico) adotada pelo Estado brasileiro, nesse período, que entendia o rural como arcaico e atrasado.

A modernização não ficou restrita a cidade e a indústria. Ao traçar o quadro de mudanças econômicas de nossa história recente, observamos que o campo não ficou banido do contexto de mudanças produtivas. O espaço rural, subordinado ao capital e aos interesses urbanos, tem sua produção orientada para atender as necessidades diretas e indiretas da cidade.

O campo por sua vez responde as necessidades e anseios dos agentes hegemônicos que atuam desde a cidade, interagindo e refletindo seu modo de vida e consumo, justificado pela relação direta de capital onde os espaços se confundem numa mesma lógica de consumo e produção. Todavia essa modernização que subordinou o campo à cidade modificou a orientação da produção rural, mas manteve a mesma

estrutura fundiária concentrada, numa modernização conservadora⁶⁴, fazendo do campo um mercado de consumo de insumos, cujo capital se reverte para a cidade, assegurando o retorno do seu investimento. Assim passamos a abordar os elementos dessa relação campo-cidade no município de Feira de Santana.

5.1 A formação territorial do município e sua dinâmica populacional

O povoamento da bacia do rio Paraguaçu começou na Região do Recôncavo baiano, após o “Descobrimento do Brasil”. A ocorrência deste processo esteve intrinsicamente associado a expansão do ciclo da cana-de-açúcar, seguido pelo cultivo do tabaco e da criação de gado no século XVII. A *plantation*⁶⁵ era a forma de ocupação da Coroa Portuguesa nas colônias. A criação de animais, para o trabalho em primeiro lugar e alimentação em segundo, era uma atividade que colocava as áreas criadoras como zonas secundárias⁶⁶ (FURTADO, 1977, 2003; MOREIRA, 2012).

A bacia do rio Paraguaçu, onde se encontra inserido o município de Feira de Santana, teve sua ocupação no início no século XVII, tendo como causa principal a necessidade de pouso dos tropeiros e das boiadas, vindos de Minas Gerais e de outras partes do Sertão; dando origem a núcleos populacionais como os antigos povoados de Curralinho e Camisão (atuais municípios de Castro Alves e Ipirá, respectivamente) e a fazenda Olhos D’água, para o município de Feira de Santana, entre outros. O transporte do gado da Região do Recôncavo Baiano em direção às áreas de exploração de ouro também contribuiu para o povoamento das áreas do sertão situadas no médio rio Paraguaçu, entre os atuais municípios de Feira de Santana e Rui Barbosa.

Nos últimos anos de século XVII, o ouro foi descoberto em Minas Gerais e na Bahia, nas terras altas da Chapada Diamantina, no século XVIII (NEVES, 1998). Esse acontecimento provocou de um lado o deslocamento de grandes massas populacionais para o interior do estado onde iniciou-se a ocupação; e de outro, a multiplicação das

⁶⁴ Graziano da Silva, 1996. - A modernização conservadora foi um termo utilizado para conceituar o crescimento econômico do Brasil na época da revolução de 1964. A intenção era manter o capital em mãos de empresários brasileiros, ou empresas estatais.

⁶⁵ *Plantation* – sistema de produção agrícola, característico do processo de colonização europeu – principalmente nas Américas -, instalado no mundo tropical e caracterizado pelo latifúndio monocultor e exportador (MOREIRA, 2012).

⁶⁶ Esse tema pode também ser encontrado nos trabalhos de Caio Prado Jr, 2004; Manuel Correia de Andrade, 1987, 1988.

fazendas de gado, estabelecimentos consagrados a criação nas zonas semiáridas na Bahia e nos demais estados do Nordeste.

Na incorporação do Sertão, um regulamento, da Coroa Portuguesa, estabeleceu que a criação não se podia fazer a menos de 10 léguas (60 km) do litoral (POPINO, 1968), para não comprometer a plantação da cana-de-açúcar, cultivada de início no Recôncavo Baiano, tendo como porta de entrada, a cidade de Salvador. De acordo com Santos (1959, p. 38), o Recôncavo sempre foi a zona de abastecimento da capital, o cinturão verde da cidade.

A pecuária foi responsável pelo povoamento do sertão nordestino. Desse modo historicamente constituiu-se em um excelente instrumento de expansão e colonização do interior do Brasil. Com ela surgiram muitas feiras que deram origem a importantes centros urbanos, como exemplo a cidade de Feira de Santana. A pecuária extensiva é o principal referencial de formação do município de Feira de Santana (ANDRADE, 1987).

Devido a facilidade de acesso fluvial, os primeiros povoamentos foram em Cachoeira, Santo Amaro e Maragogipe, principalmente por terem sido estes, os primeiros municípios e que possuíam os mais importantes engenhos de açúcar do Recôncavo, segundo OTT (1996).

Em função da expansão do povoamento em direção ao interior e devido ao crescimento e desenvolvimento econômico de alguns distritos e vilas, a área do município de Cachoeira (Figura 38 A), inicialmente abrangendo quase a totalidade da bacia do rio Paraguaçu, foi fragmentada, possibilitando assim o surgimento de novos municípios, e já em 1889 eles eram 11 (Figura 38 B). O município de Feira de Santana, que aparece na Figura 38 B (evoluindo nas Figuras 38 C e 38 D), teve sua origem no desmembramento do município de Cachoeira, em 1833 (POPINO, 1968; FREITAS, 1998; GOMES, 1999; FREIRE, 2011).

A importância da cidade de Cachoeira, como entreposto, era que no processo de expansão territorial, os desbravadores utilizavam os rios como vias de acesso ao interior do Brasil. O rio Paraguaçu era rota destas entradas, que seguiam de barco até uma cachoeira que dificultava a navegação (Essa parada logo se transformou num povoado – Cachoeira). Esse desmembramento foi devido ao desenvolvimento econômico que esses novos municípios apresentavam, com as fazendas de engenhos, fumo, algodão e gado. O dinamismo econômico se manteve e a divisão política continuou evoluindo,

ORIGEM TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA, 1872 a 2002

FIGURA 3.a

DIVISÃO MUNICIPAL EM 1827



FIGURA 3.b

DIVISÃO MUNICIPAL EM 1889



FIGURA 3.c

DIVISÃO MUNICIPAL EM 1940

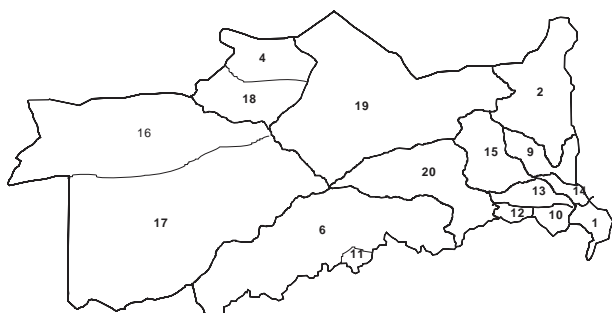
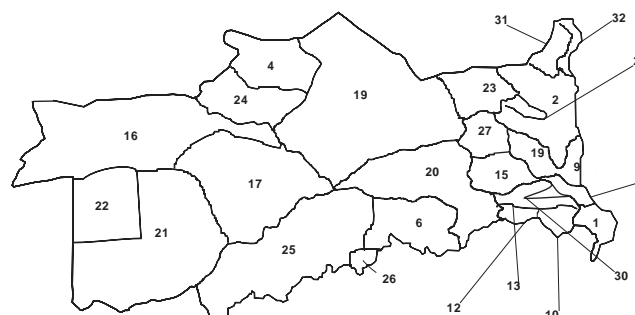


FIGURA 3.d

DIVISÃO MUNICIPAL EM 1970



MUNICÍPIOS até 1889

- 1 - Cachoeira
- 2 - Feira de Santana
- 3 - Camisão
- 4 - Baixa Grande
- 5 - Orobó
- 6 - Santa Teresinha
- 7 - Curralinho
- 8 - Purificação dos Campos
- 9 - São Gonçalo dos Campos
- 10 - São Félix do Paraguaçu
- 11 - Amargosa

MUNICÍPIOS: de 1970 até 2002

- 12 - Cruz das Almas
- 13 - Muritiba
- 14 - Conceição da Feira
- 15 - Santo Estevão
- 16 - Rui Barbosa
- 17 - Itaberaba
- 18 - Capivari
- 19 - Ipirá
- 20 - Castro alves
- 21 - Boa Vista do Tupim
- 22 - Ibiquera
- 23 - Serra Preta
- 24 - Macajuba
- 25 - Milagres
- 26 - Iaçú
- 27 - Ipecaetá
- 28 - Angüera
- 29 - Antônio Cardoso
- 30 - Gov. Mangabeira
- 31 - Tanquinho
- 32 - Santa Bárbara

0 10 20 30km

FONTE: Adaptação com base nos dados do DIAGNÓSTICO GEOAMBIENTAL
E SÓCIO-ECONÔMICO DA BACIA DO RIO PARAGUAÇU-BA - IBGE, 1993.

posteriormente para 20 municípios em 1940 (Figura 38 C), e 32 município em 1970 (Figura 38 D).

Assim o processo de formação territorial do município de Feira de Santana, obedeceu uma estratégia de povoamento e de cobrança de impostos pela terra, adotada pela Coroa Portuguesa, aqui no Brasil como em outras colônias, que foi a *sesmaria*⁶⁷.

Gomes (1999, p. 20), descreve que para a origem do município, uma sesmaria foi doada, a seu donatário, e relata que: “[...] a vasta sesmaria de Tocós, que incluía Feira de Santana foi doada a Antônio Guedes de Brito. [...]”. Entretanto Neves (1998, p. 50) cita: “Muito já se escreveu sobre os enormes latifúndios adquiridos por Antônio Guedes de Brito Correia e seu filho Antônio Guedes de Brito, através de doações dos representantes do Governo Português no Brasil, através da instituição da sesmaria”. Ao analisar esta realidade, o autor destaca que:

O Governo Metropolitano Português enviou ao Brasil em 1676, o desembargador Sebastião Cardoso Sampaio, com o fim especial de inspecionar a titulação e as condições de exploração das sesmarias até então concedidas no Brasil. [...] O Mestre-de-Campo Antônio Guedes de Brito através dos termos anteriormente descritos [...] declarou as fazendas: [...] – de “Tocós”, sesmaria concedida à sua mãe Maria Guedes e aos tios, Padre Manoel Guedes Lobo, Sebastiana de Brito e Ana Guedes em 1612, tendo o tio Padre lhe feito doação da sua parte em 1651 e a tia Sebastiana de Brito vendido ao seu pai, de onde herdou em 1652; [...]. [...] Antônio Guedes de Brito perde sua fortuna e seu nome se “apagou” da história através do endividamento com a Guerra dos Holandeses em Pernambuco. (NEVES, 1998, p. 51).

Para a regulamentação das sesmarias Neves (1998), faz a seguinte referência:

O sistema de sesmarias foi instituído no reinado de D. Fernando I (1365-1385), com o objetivo de distribuir terras para estimular o povoamento de áreas incultas ou conquistadas dos Árabes que ocupavam a península Ibérica, para desenvolver a agricultura e dinamizar a produção de alimentos em Portugal, que sofria de escassez de cereais. A lei original das sesmarias é de 26 de julho de 1375. No Brasil vigorou até 17 de julho de 1822, ocupando uma área máxima de três léguas, uma vez que antes não havia dimensão estabelecida. (NEVES, 1998, p. 56).

⁶⁷ Sesmaria foi um instituto jurídico Português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção no Brasil, como também em outras colônias portuguesas. Referia-se a taxa cobrada pela Coroa Portuguesa aos donatários de terras no Brasil, que foi a – sexta parte de tudo que a “propriedade” produzisse em riqueza no referido ano. E também todas as obrigações que seu donatário tinha para fazer sua sesmaria produzir com base nas leis de posse da época. (HOLANDA, 1995).

Sobre o processo de formação das sesmarias, Manuel Correia de Andrade (1988, p.31) comenta: “O sistema introduzido pela colonização consagrou a grande exploração agrícola – as sesmarias tinham em geral grande extensão –. [...] A penetração para o Sertão, iniciada no século XVI, visava produzir os animais de trabalho e alimentação para a população que se adensava na área canavieira”. Nesse sentido, o autor ressalta ainda que: “As sesmarias logo se tornaram a base das propriedades senhoriais onde se construía casas fortificadas, engenhos de açúcar, casas de farinha, currais etc., que simbolizava a posse da terra por senhores poderosos e a ocupação efetiva do solo” (ANDRADE, 1979, p. 48). Ainda Menezes (1999) destaca a importância da sesmaria na formação política do Nordeste, como um elemento de estruturação espacial do território.

No contexto do sertão, a instalação de fazendas de gado, nas sesmarias, e sendo essas sesmarias latifúndios, Alberto Passos Guimarães (1989, p.62) escreve sobre o assunto dizendo: “Surgia a fazenda, como um segundo tipo de domínio de latifúndio, que, de início, ligava o seu nome unicamente à pecuária e, depois, servia para designar quaisquer outras grandes propriedades destinadas a agricultura”.

Se calcularmos a média de percurso diário das boiadas entre 30 a 40 km/dia, observa-se que a localização das cidades: Riachão do Jacuípe, Tanquinho, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, apresentam as mesmas distâncias entre si, em média, que correspondem aos dias de marcha das boiadas. De São Gonçalo dos Campos o gado era levado para a cidade de Cachoeira, onde era abatido e sua carne salgada para abastecer a cidade de Salvador – principal rota de abastecimento da capital. A carne salgada também era enviada para a Europa, principalmente, Portugal. O gado não podia ir em direção do atual município de Amélia Rodrigues pois encontraria logo após o povoado a plantação de cana-de-açúcar, onde era proibido a passagem de boiadas para não comprometer o cultivo (FURTADO, 1977; ANDRADE, 1987; NEVES, 1998; PRADO Jr. 2004).

As terras ocupadas atualmente pelo município de Feira de Santana, torna-se sesmaria no século XVII, reincorporada a Coroa Portuguesa e redistribuídas entre fazendeiros, nascendo a Fazenda Santana dos Olhos D’Água. Na metade do século XIX, o Arraial Sant’Ana dos Olhos D’Água já tinha sido elevado à categoria de Povoado. Em 1832, o povoado foi elevado a categoria de vila. A Lei Provincial n.º 1.320, de 16 de agosto de 1873, elevou a vila a categoria de cidade, recebendo o nome de Cidade Comercial de Feira de Santana. Só através do Decreto Estadual n.º 11.089 de 30 de novembro de 1938, o nome foi simplificado para – Feira de Santana (FREITAS, 2013).

No trabalho de Silva (1985) – O subsistema urbano regional de Feira de Santana; já sinalizava uma possibilidade de metropolização, fruto de uma dinâmica crescente do município e de seu entorno como resultado das diversas ações governamentais de infraestrutura, tendo como ponto de partida o Centro Industrial Subaé - CIS, apresentado no trabalho de Freitas (1998).

Em 07 de novembro de 1976, é inaugurado o – Centro de Abastecimento de Feira da Santana –, com isso chega ao fim à hegemonia de uma das maiores feiras livres do mundo, que deu origem a cidade e que a manteve em destaque nacional por mais de 150 anos (SANTOS, 2009; ARAUJO, 2014). A justificativa era um surto de modernização que a cidade, o estado e o país passavam e em especial a consolidação do CIS, que dava a cidade “ares” de modernidade e de sintonia com o desenvolvimento nacional (FREITAS, 1998). A política cepalina entrava em ação no município (OLIVEIRA, 1976, 1993). Todavia a resistência por parte dos feirantes e o conflito com os comerciantes não elevaram de fato o Centro de Abastecimento a condição real de CEASA – pois ele mantém as características peculiares de uma feira livre, entrelaçando o varejo com o atacado, os box’s e stands com as barracas externas de barganhas⁶⁸.

A formação territorial do município se materializa com a criação da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) em 06 de junho de 2011, por meio da Lei Complementar nº 35, a qual entrou em vigor a partir do dia 07 de junho de 2011, dia em que o decreto foi publicado no Diário Oficial da Bahia. Embora as cidades de Salvador e Feira de Santana estejam a aproximadamente 109 km uma da outra, suas regiões metropolitanas são limítrofes, uma vez que o município de Amélia Rodrigues (RMFS) (Figura 39), limita-se com o município de São Sebastião do Passé, na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Com uma população total de 672.701 habitantes (ano 2011), a RMFS engloba seis municípios; Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe,

⁶⁸ Esse subcapítulo demanda a leitura dos trabalhos de (POPINO, 1968; FREITAS, 1998; FURTADO, 2003; SANTOS, 2009; ARAUJO, 2014). Alessandra Araújo (2014, p. 66) cita a notícia do jornal local sobre a inauguração do Centro de Abastecimento: O jornal *Feira Hoje*, de domingo, 07 de novembro de 1976 publica a seguinte reportagem, intitulada “Inauguração do Centro de Abastecimento”: Com a inauguração hoje do Centro de Abastecimento, onde recursos de alta monta foram investidos, graças a participação decisiva do Banco do Nordeste do Brasil, a cidade passa a ocupar uma melhor posição no cenário nacional, no setor de abastecimento, centralizando um comércio amplo e variado, que conseguiu vencer as limitações do Mercado Municipal e até mesmo a dimensão de longas ruas e avenidas do centro da cidade (Feira Hoje, 1976, p. 9). Hoje o Centro de Abastecimento encontra-se totalmente obsoleto, tanto em espaço físico como na localização geográfica e nas relações sociais com a comunidade local, pois ele perdeu sua dinâmica de atração de consumidores, de todas as

Tanquinho, São Gonçalo dos Campos e Feira de Santana. Durante a segunda fase de incorporação da RMFS, incluir-se-ão as cidades de Anguera, Antônio Cardoso, Candeal, Coração de Maria, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Serra Preta e Riachão do Jacuípe. Após a segunda fase, a região metropolitana contará com uma população estimada de 848.647 habitantes e circulando na cidade de Feira de Santana, mais de 1 milhão de pessoas/dia (FREITAS, 2014). Após a conclusão da incorporação das outras cidades, as duas regiões metropolitanas da Bahia contarão com uma população de 4.423.451 cidadãos, divididas em 29 cidades que somam praticamente 30% da população do estado.

5.1.1 Demografia do município

No século XVII os primeiros habitantes do futuro município de Feira de Santana, não passavam de algumas dezenas. Habitantes fixos, pois o lugar era uma rota entre o litoral e os *Sertões*⁶⁹. Segundo Gomes (1999, p. 20), em 1825, o povoado de Feira de Santana contava com uma aglomeração em torno de 3 a 4 mil pessoas. Só em 1872, com uma população de 32.955, já na condição de cidade baseada na Lei Provincial n.º 1.320, é que Feira de Santana passa a ser recenseada regularmente nos Censos que se seguem (Quadro 23).

Da origem do aglomerado urbano até o ano de 1872, a evolução da cidade foi marcada por um período de crescimento lento, que refletia os principais esforços de valorização de sua área atraindo recursos governamentais (SANTOS, 2009, p. 41), e de suas atividades econômicas, em especial a intensa atividade comercial. De 1872 até o presente momento, um período ainda muito longo, o município é marcado por um período de rápido crescimento provocado pelas atividades agrícolas.

Em 1950, o município atingiu o contingente populacional de mais de 100.000 habitantes. Porém a população urbana supera a rural com 70.63% dos habitantes residindo na sede ou distritos, em 1970, quando ela chega a quase acrescentar 100.000 habitantes por década (Figura 40).

Quadro 23

Crescimento Populacional do município de Feira de Santana e do Estado da Bahia, 1872 a 2010.

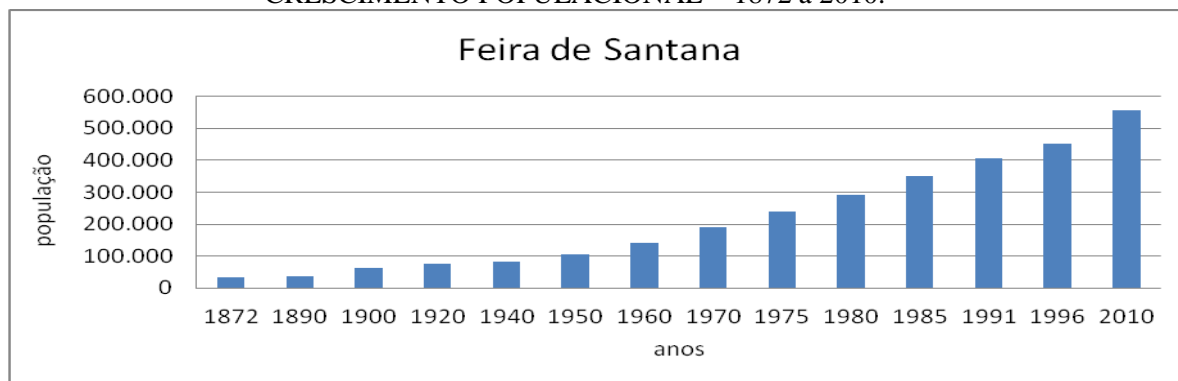
Ano		População
1872	Feira	32.955
	Bahia	1.379.616
1890	Feira	38.621
	Bahia	1.919.802
1900	Feira	61.758
	Bahia	2.117.956
1920	Feira	77.600
	Bahia	3.334.465
1940	Feira	83.268
	Bahia	3.918.112
1950	Feira	107.205
	Bahia	4.900.419
1960	Feira	141.757
	Bahia	5.920.447
1970	Feira	190.076
	Bahia	7.443.470
1975	Feira	240.790
	Bahia	8.473.933
1980	Feira	291.504
	Bahia	9.454.346
1985	Feira	348.975
	Bahia	10.661.193
1991	Feira	406.447
	Bahia	11.867.991
1996	Feira	450.487
	Bahia	12.541.745
2000	Feira	481.137
	Bahia	13.825.42
2010	Feira	556.642
	Bahia	14.016.906

FONTE: IBGE: Censo Agropecuário, 1950 a 1996; Censo Demográfico, 1950 a 2010.

⁶⁹ O termo *Sertões*, aqui apresentado, designa todas as áreas, ainda não desbravada, fora da influência do litoral, em qualquer lugar dentro do Brasil, que apresentava perigo de ataque dos índios ou possibilidade de riquezas minerais ou especiarias (as drogas do sertão). Os Bandeirantes se referiam ao interior do atual Estado de São Paulo e Goiás, como sertões. Hoje usamos o termo Sertão para designar uma área fitogeográfica do Nordeste Brasileiro (FREITAS. 2013).

Figura 40

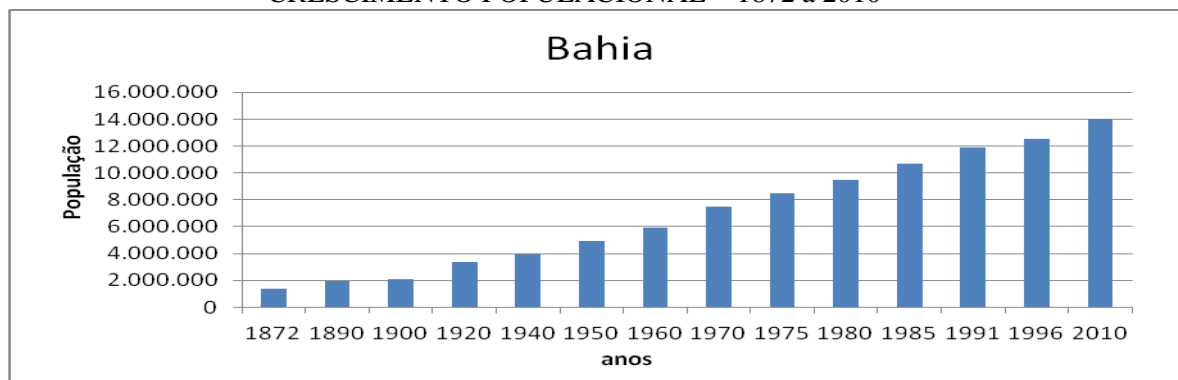
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
CRESCIMENTO POPULACIONAL – 1872 a 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1950 a 2010.

Figura 41

ESTADO DA BAHIA
CRESCIMENTO POPULACIONAL – 1872 a 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1950 a 2010.

A (Figura 41), mostra apenas a evolução do crescimento demográfico do Estado da Bahia, num comparativo com a evolução do município de Feira de Santana onde as colunas, de cada figura, entre 1872 a 2010, mostram uma mesma curvatura ascendente, nos parecendo, numa especulação, que os fatores que favoreceram o crescimento do estado, podem ter sido semelhantes aos mesmos que atuaram no município.

Assim, há um acelerado crescimento do município de Feira de Santana, onde em média, a cada Censo, acrescenta-se um contingente populacional de 50 mil habitantes fazendo com que o gráfico demonstre uma curva de crescimento, a partir de 1950, *semelhante* ao da Bahia, para o mesmo período. (Figura 41).

Segundo Gomes (1999, p. 22), no período compreendido entre as décadas de 1950 e 1960, houve a emancipação política dos municípios de Tanquinho, Coração de Maria, Irará, Angüera, Santanópolis, Santa Bárbara, que pertenciam ao território do município de Feira de Santana. Porém, se observarmos a (Figura 40), a escalada

crescente da população se mantém constante, mesmo com a perda da população que iria compor estes novos municípios.

Isso mostra que o fenômeno de urbanização e modernização das atividades econômicas do Brasil, ocorridos a partir de 1950, apoiada principalmente pelo capital estrangeiro e depois, pelo capital nacional, onde as principais cidades que apresentavam infraestrutura urbana tiveram um desenvolvimento mais acelerado, fazendo com que o país se urbanizasse a partir de 1970. O mesmo período para o município da cidade de Feira de Santana. Ressaltamos que não necessariamente o argumento do número de habitantes reflete o índice de urbanização, pois na década de 1970 a cidade de Feira de Santana, contava com apenas 30% de sua mancha urbana, coberta por uma rede de esgotamento sanitário (FERREIRA, 2011).

Essa modernização a que nos referimos, como responsável pelo desenvolvimento urbano e industrial do país, trouxe consigo, problemas de ordem social, econômica e territorial, pois a modernização da economia atraiu mais trabalhadores do que as novas atividades conseguiam absorver, resultando em desempregos (SPOSITO, 1994), nesse contexto o crescimento do subemprego acelerase, promovendo a expansão e diversificação das atividades constitutivas do circuito inferior da economia (SANTOS, 1979, p. 50).

Podemos dizer também que o setor terciário da economia recebe uma classificação de *inchado*, quando abriga grande contingente de subempregados em trabalhos temporários e precários, de baixíssima remuneração (SEI, 2000). Estas afirmações podem ser percebidas na cidade de Feira de Santana no número considerável de vendedores ambulantes (1680 vendedores ambulantes cadastrados pela Prefeitura Municipal), que ocupam as calçadas das ruas: Marechal Deodoro, Sales Barbosa, Conselheiro Franco, entre outras.

Outro problema apresentado, em virtude desta modernização, é a formação dos assentamentos subnormais (favelas). Atualmente a cidade de Feira de Santana conta com mais de 20 agrupamentos. Isso em virtude de sua localização que, como antes, recebe os fluxos migratórios no sentido sertão – litoral, que interrompem sua jornada na cidade por muitas vezes não poderem concluir sua migração até o suposto destino. Outros fatores como as migrações em direção ao município, a falta de planejamento urbano e infraestrutura deficiente, exclusão social e variações na economia, também contribuem para a formação dos assentamentos subnormais (OLIVEIRA, 2014).

Para reduzir a pressão sobre a necessidade de moradias em Feira de Santana, uma das principais medidas foi a construção dos conjuntos habitacionais. O primeiro, finalizado em 1970, tinha a função de atender a necessidade dos funcionários públicos estaduais. Construído fora do anel viário, deveria no futuro atrair o crescimento do centro urbano naquela direção, ficando mais tarde, conhecido como o bairro “Cidade Nova”. Esta modalidade de habitação chamada de Casa – Cidade (RODRIGUES, 1994).

O número de conjuntos habitacionais não parou de crescer, chegando hoje ao número de 76, distribuídos entre os programas habitacionais URBIS, INOCOOP, PLANOLAR, CEF E URBIS-CEF. Entre eles destaca-se o Conjunto Habitacional Feira X (que pertence ao bairro Muchila), com uma população superior a 50 mil habitantes, tornando-se o maior conjunto habitacional do interior do Estado e o segundo da Bahia, ficando atrás apenas do Conjunto Cajazeiras, em Salvador.

Esta monotonia de edificações, espacializou outros conjuntos habitacionais (como exemplo o Feira VII, Sérgio Carneiro, Luciano Barreto, Terra do Bosque, Luana, Sítio Matias) próximos ao Centro Industrial Subaé – CIS, garantindo a habitação dos supostos operários, e suas famílias, reduzindo os custos para as indústrias com transportes e ausências dos operários em virtude da distância de suas moradias ao local de trabalho.

O município de Feira de Santana, em 2010, contava com uma população total de 556.642 habitantes, sendo 510.635 na zona urbana (sendo 495.965 na sede municipal) e 46.007 na zona rural, o que significa decréscimo populacional de 1,28%, em relação ao ano 2000, quando a população rural era de 46.607 habitantes (IBGE – Censo Demográfico, 2010). A sede do município de Feira de Santana apresenta a segunda maior população dentre as cidades existentes no Estado da Bahia, com uma taxa de crescimento de 13,46% (na década de 2010) e uma densidade demográfica, de 408, 51 hab./km², ficando atrás apenas do município de Salvador.

A pressão urbana da cidade de Feira de Santana pode também ser observada quando analisamos a população rural, que mostra perdas significativas de seu contingente de ordem de 26.921 habitantes, entre os anos de 1950 – 2010, valor superior ao da população total dos distritos de Maria Quitéria e Jagüara, juntos (distritos com maior numero populacional), em 2000 (IBGE – Censo Demográfico, 2010).

Dentre possíveis justificativas para tais perdas está a implantação do CIS, o desenvolvimento das atividades comerciais, o fluxo pendular entre Feira – Salvador e Feira – Polo Petroquímico de Camaçari, adjacências e a política fundiária. Não podemos

esquecer que os municípios que fazem fronteira com o município de Feira de Santana, e outros municípios que possuem suas vias de escoamento direcionadas ao entroncamento rodoviário municipal, também são responsáveis pelo crescimento acelerado da taxa populacional da cidade.

A dinâmica populacional do município de Feira de Santana, como demonstra o (Quadro 24), cresceu com valor significativo em 1970, de 70.63%; atingindo uma taxa de 91,73% de sua população residindo no meio urbano, em 2010.

Quadro 24

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
CRESCIMENTO ABSOLUTO E RELATIVO DA POPULAÇÃO, URBANA E RURAL, 1940 – 2010.

ANOS	POP. TOTAL	% *	POP. URBANA	%*	POP. RURAL	%*	TAXA DE CRESCIMENTO %*	DENSIDADE DEMOGRAFICA (hab./km ²)
1940	83.268	...	19.600	...	63.608	...	23.61	62.23
1950	107.205	28.75	34.277	74.35	72.928	14.65	31.97	80.12
1960	141.757	32.23	69.884	103.88	71.873	-0.59	49.31	105.94
1970	190.076	34.09	134.263	92.12	55.813	-22.34	70.63	142.05
1980	291.504	53.36	233.905	74.21	57.599	3.20	80.24	217.85
1991	406.447	39.43	348.973	49.44	56.875	-4.23	85.98	303.75
1996	450.487	10.84	393.943	12.70	56.544	-0.61	87.45	336.66
2000	481.137	6.37	431.530	8.71	46.607	-21.32	89.68	357.98
2010	556.642	1,55	510.635	15,49	46.007	- 1,28	91,73	408,51

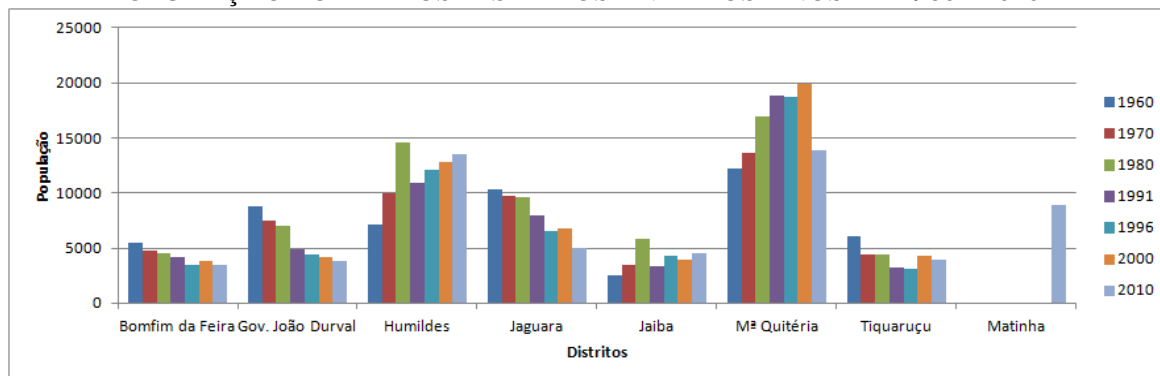
FONTE: IBGE, Censos Demográficos, 1940 a 2010. * em relação ao ano anterior

Observando ainda o Quadro 24, percebe-se que a perda da população rural municipal foi da ordem de 63,08%, entre os anos de 1940 – 2010. Entretanto, para este mesmo período a taxa de crescimento populacional é de 91,73%, o que prova que a população residente no campo, do município, não é a principal responsável pelo crescimento da população urbana em Feira de Santana, mas principalmente a imigração. Cabe aqui uma análise mais profunda, na subdivisão regional do município, os distritos.

Com uma população total de 556.642 habitantes, no município em 2010, os distritos (Figura 42) contam com uma população total de 60.667 habitantes para o mesmo período, ou seja, 10,89% da população residem nestas localidades. Ainda 14.670 da população total dos distritos habitam as vilas distritais, correspondendo a 2.55% total urbana; enquanto que 42.526 habitam a zona rural nos distritos, resultando em 75.20% da população rural total.

Figura 42

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
POPULAÇÃO TOTAL DOS DISTRITOS ENTRE OS ANOS DE 1960 - 2010



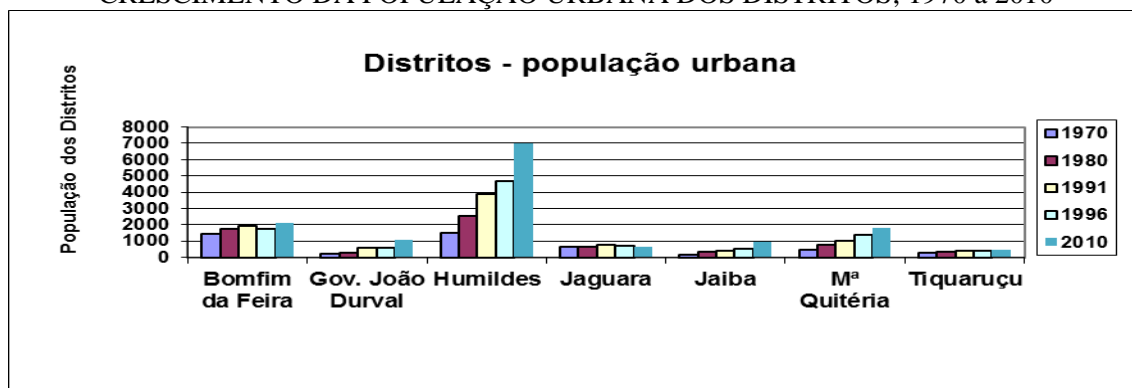
FONTE: IBGE – Censos Demográficos, 1960 a 2010.

Os distritos com maior contingente populacional são os de Maria Quitéria e Humildes, com população total superior a 10.000 habitantes. Os demais possuem população total girando em torno dos 3.000 a 9.000 habitantes (IBGE – Censo Demográfico, 2010). Entre o período de 1960 – 2010, todos os distritos tiveram um crescimento populacional negativo, exceto Humildes, Maria Quitéria e Jaíba. Entretanto Jaíba possuía uma população urbana de apenas 956 habitantes. O distrito de Matinha só foi decretado em 2008, não tendo comparativo para os anos anteriores⁷⁰ (Figura 43).

⁷⁰ Conforme a consulta popular por plebiscito realizada entre a população local do futuro distrito de Matinha, apurou-se 2.248 eleitores totais e desses, 1.650 votam favoráveis a criação do distrito e 598 contra. Segundo o Censo do IBGE de 2010, o distrito de Matinha contava com um contingente populacional de 3.923 habitantes sendo 457 nas vilas e 3.466 na zona rural. O questionamento que se faz é? O que justifica elevar uma zona rural a condição de vila/urbana e a seus moradores o caráter de morador urbano se a população tem sua base econômica no campo? Uma questão a se observar sobre esse assunto, uma vez que os moradores tiveram a revisão dos seus programas de assistência rural, a exemplo pronaf, suspensos por serem moradores urbanos. Só podemos especular ser essa uma estratégia da ampliação do quadro de cobrança de IPTU, para os fundos da Prefeitura Municipal, em relação a cobrança do ITR, além do entendimento do poder público que as ruralidades ali encontradas, junto com a intenso labor do trabalho acessório, associado ao tamanho das pequena propriedades rurais, que

Figura 43

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA DOS DISTRITOS, 1970 a 2010

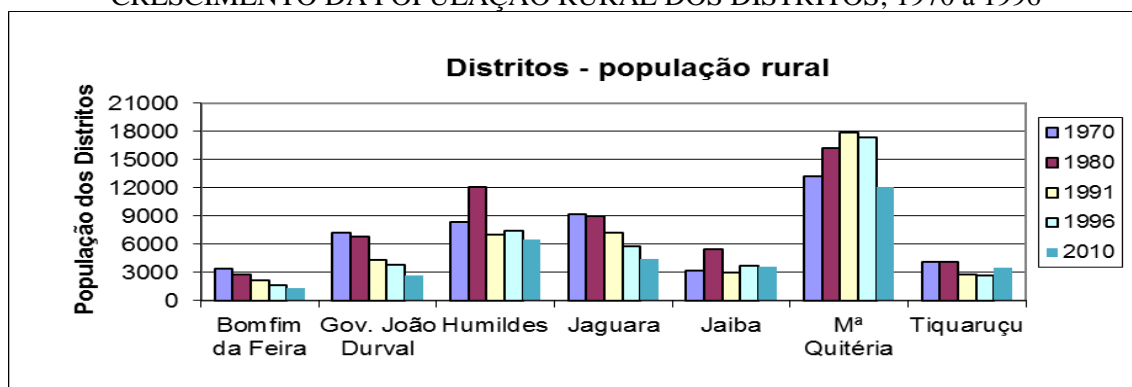


FONTE: IBGE – Censos Demográficos, 1960 a 2010.

Todos os distritos apresentam a população residente na zona rural superior a urbana, com percentual aproximado aos 50.0% a mais, como é o caso do distrito de Matinha com 93.52%. Entretanto todos os distritos tiveram perdas de contingente populacional rural, exceto o distrito de Jaíba (o distrito de Maria Quitéria por sua vez se desmembrou e formou o distrito de Matinha), destacando-se o distrito de Gov. João Durval com - 62.40%. (Figura 44). Já a taxa de crescimento populacional manteve-se positiva, passando dos 150.0%.

Figura 44

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL DOS DISTRITOS, 1970 a 1996



FONTE: IBGE, Censos Demográficos, 1960 a 2010.

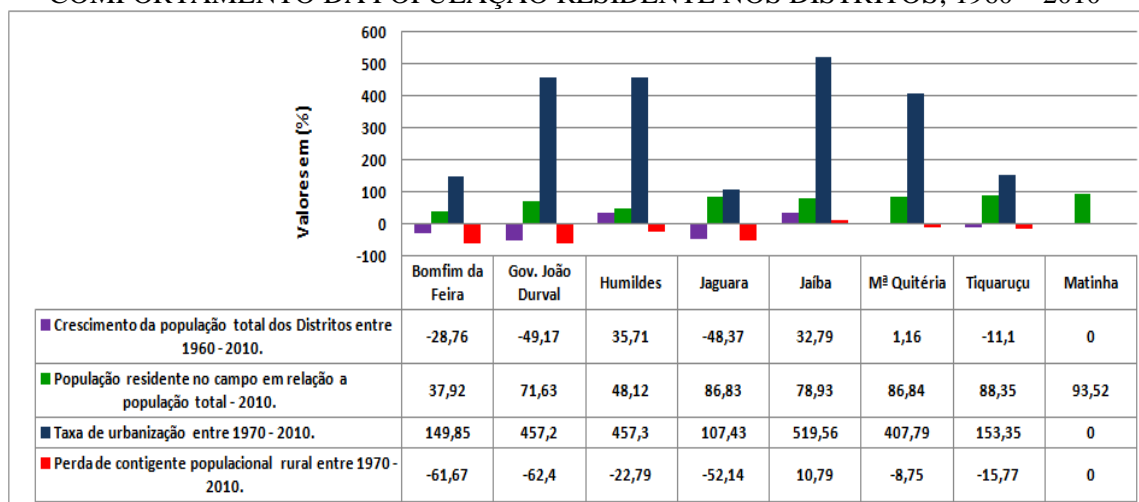
A análise dos dados da (Figura 44) sobre os distritos, nos permite observar que: o maior e o menor crescimento da população total para o período de 1960 – 2010, foi o distrito de Humildes com 35.71%; a maior e menor população residente no campo (em

justificam tais labores multifuncionais, pelo fato dos pequenos proprietários rurais não conseguirem se manter com o sustento de sua unidade familiar de produção.

2010) foram os distritos de Matinha com 93,52% e Bonfim da Feira com 37,92%; a maior e menor taxa de crescimento populacional, para o período de 1970 – 2010, foram, Jaíba com 519,56% e Bomfim de Feira com 149,85%; e a maior e menor perda de contingente populacional rural, para o período de 1970 – 2010, foram, Gov. João Durval – 62,40% Jaíba com 10,79% (sem perdas). Estes dados ficam mais explícitos na (Figura 45 e Quadro 25).

Figura 45

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
COMPORTAMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS DISTRITOS, 1960 – 2010



FONTE: IBGE, Censos Demográficos, 1960 a 2010.

A urbanização e a metropolização que se seguiu foi o resultado de uma dinâmica econômica, forjada principalmente pela força do comércio varejista resultado de uma hierarquia urbana que coloca o município como uma capital regional, numa escala de subordinação as cidades vizinhas, pela opulência e intensidade de ofertas de comércio e serviços.

A partir dos dados apresentados no (Quadro 25), o que nos parece, quando observamos a sede do município de Feira de Santana, é que houve perdas de contingente populacional, no decorrer do tempo estabelecido (1960 – 2010), como também no município como um todo; primeiro, um remanejamento da população rural em direção as sedes distritais, e segundo, em direção a sede do município, a cidade de Feira de Santana. Salientamos que apenas a população rural do município não é suficiente para ampliar o contingente populacional urbano da sede do município. Na (Figura 46), os mapas da expansão urbana demonstram o crescimento da mancha urbana e sua evolução, ampliando sua franja urbana, a partir de vetores de crescimento.

Quadro 25
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
POPULAÇÃO RESIDENTE NOS DISTRITOS, URBANA E RURAL, 1960 – 2010

DISTRITOS População Urbana População rural	ANOS							Crescimento da população total do Distrito entre os anos 1960 - 2010 %	População residente no campo em relação a população total – 2010* %	Taxa de crescimento populacional entre 1970 - 2010 %	Perda de contingente populacional rural entre 1970 - 2010 %
	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2010				
BOMFIM DE FEIRA	5.446	4.819	4.492	4.151	3.442	3.788	3.433	- 28.76	37.92		
Urbana	-	1.422	1.747	1.939	1.759	1.943	2.131			149.85	
Rural	-	3.397	2.745	2.212	1.683	1.845	1.302				- 61.67
FEIRA DE SANTANA (sede)	-	133.773	228.443	352.941	397.891	425.361	499.672	273.52	0.74		
Urbana	-	126.972	227.004	340.621	383.873	419.816	495.965			390.60	
Rural	-	6.801	1.439	12.320	14.018	5.545	3.707				- 45.49
GOV. JOÃO DURVAL**	8.768	7.485	7.047	4.922	4.366	4.126	3.804	- 49.17	71.63		
Urbana	-	236	270	605	570	899	1.079			457.20	
Rural	-	7.249	6.777	4.317	3.796	3.227	2.725				- 62.40
HUMILDES	7.161	9.919	14.602	10.966	12.108	12.817	13.462	35.71	48.12		
Urbana	-	1.527	2.519	3.894	4.695	5.660	6.983			457.30	
Rural	-	8.392	12.083	7.072	7.413	7.157	6.479				- 22.79
JAGUARA	10.307	9.784	9.636	7.964	6.530	6.751	5.051	- 48.37	86.83		
Urbana	-	619	666	740	732	697	665			107.43	
Rural	-	9.165	8.970	7.224	5.798	6.054	4.386				- 52.14
JAÍBA	2.492	3.418	5.851	3.404	4.244	3.942	4.539	32.79	78.93		
Urbana	-	184	345	380	544	750	956			519,56	
Rural	-	3.234	5.506	3.024	3.700	3.192	3.583				10.79
M.ª QUITÉRIA	12.174	13.679	16.982	18.864	18.761	19.887	13.903	1.16 (1)	86.84		
Urbana	-	449	742	984	1.353	1.521	1.831			407.79	
Rural	-	13.230	16.240	17.899	17.408	18.366	12.072				- 8.75
TIQUARUÇU ***	6.116	4.413	4.451	3.226	3.145	4.277	3.923	- 11.10	88.35		
Urbana	-	298	324	394	417	444	457			153.35	
Rural	-	4.115	4.127	2822	2.728	3.833	3.466				- 15.77
MATINHA****	-	-	-	-	-	-	8.855	-	93.52		
Urbana	-	-	-	-	-	-	573			-	
Rural	-	-	-	-	-	-	8.282				-

FONTE: IBGE, Censos Demográficos, 1960 – 2010. (adaptação do autor). * 1970 – 2010; ** Antiga Nova Ipuçu; *** Antiga São Vicente; **** Desmembrada de Maria Quitéria em 2008. (1) – perdeu contingente populacional para a formação do novo distrito de Matinha em 2008.

Ainda argumentamos que não só a migração da população rural municipal para as sedes distritais foi um fator positivo para a redução dessa referida população em seu contingente, como a mudança da condição de zona rural para zona urbana, fez com que famílias anteriormente contabilizadas como rural fossem enquadradas no efetivo populacional urbano, a medida que a cidade criava um novo zoneamento da macha urbana, principalmente da sede municipal.

Outro ponto que reforça a questão da mudança de domicílio de rural para urbano, baseado nos vetores de crescimento, são os distritos mais populosos – Humildes, Maria Quitéria e Jaíba –, que estão localizados na direção dos empreendimentos imobiliários, residenciais e industriais, como agregados da mancha urbana da sede do município, “forçando” a mudança da condição de população rural para urbana, mesmo que essa população rural guarde os costumes locais ou que a população urbana não absorva o modo de vida rural. Pensamos ser necessário garantir o direito a cidade para os cidadãos e também para os camponeses, ou seja, para quem vive na cidade, mas também para quem vive no campo.

5.2 Dicotomias sobre a relação campo-cidade no município

O campo e a cidade de início parece-nos como dois mundos distintos. Todavia, não podemos entender a cidade apenas como a área administrativa e nem o campo, enquanto espaço produzido pelas relações sociais e de produção existentes nestas áreas. É inegável que existam distinções – espaciais, paisagísticas e culturais – entre a vida no campo e na cidade, mas as especificidades só podem ser avaliadas quando se leva em consideração as contiguidades e articulação entre estes subespaços.

Durante muito tempo a relação campo-cidade foi limitada pelas relações de produção que cada um desses espaços, o rural e o urbano, apresentassem em sua totalidade. Buscou-se evidenciar que as cidades deveriam constitui-se em unidades espaciais independentes e opostas ao campo. Todavia este sistema de ideais não levava em consideração o fato de que a cidade e o campo possuem relações de complementariedade e dependência (LOCATEL, 2013).

Lefebvre (2001) argumenta o princípio da relação cidade-campo e suas mediações, ao dizer:

A vida urbana compreende mediações originais entre a cidade, o campo, a natureza. É o caso da aldeia, cuja relação com a cidade, na história e no momento atual, está longe de ser totalmente conhecida. É o caso dos parques dos jardins, das águas cativas. Essas mediações não podem ser compreendidas sem o simbolismo e representações (ideológicas e imaginárias da natureza e do campo como tais pelos cidadãos). A relação cidade-campo mudou profundamente no decorrer do tempo histórico, segundo as épocas e os modos de produção: ora foi profundamente conflitante, ora mais pacífica e perto de uma associação. Mais ainda, numa mesma época manifestam-se relações bem diferentes. (LEFEBVRE, 2001, p. 68).

O campo é atraído para a cidade e a cidade para o campo, pois em sua territorialização elementos singulares e comuns ao dois são encontrados e mantidos, uma vez que as dinâmicas das relações produtivas e humanas se interagem, em especial pelo uso do mercado e da feira livre, que recebe a mercadoria do campo para abastecer a cidade e depois devolve ao campo os equipamentos para a produção de mais mercadorias, numa alusão simples as relações entre esses espaços.

Campo e cidade são construções sociais. São espaços produzidos por relações sociais diferenciadas que, por sua vez, formam realidades diferentes, embora impulsionadas pela mesma lógica produtiva que é o modo de produção capitalista. Mesmo nas sociedades pré-industrial as relações campo-cidade estavam interlaçadas e acentuaram-se mais ainda com a modernização das atividades agrícolas, onde a diversificação das atividades econômicas nas áreas rurais ampliou as relações entre o campo e a cidade, particularmente com a ocorrência do processo de urbanização. Duas abordagens distintas são objeto de análise sobre o processo de urbanização do campo. A primeira, argumenta as transformações territoriais a partir dos fatores econômicos; a segunda, baseia-se em relações sociais (ROSA e FERREIRA, 2006). Entretanto existe uma interface entre o campo e a cidade, que em nosso estudo abordaremos como o periurbano (MOTA e PEIXOTO, 2006).

O espaço periurbano é entendido como o modo de vida urbano, com todos os seus elementos e, conseqüentemente, transformações sociais acompanhadas de mudanças no uso do solo e das atividades econômicas predominantes. O Periurbano é uma "zona fronteira" sujeita a processos econômicos associados com a exploração capitalista do espaço, como resultado da introdução real ou potencial, de novas terras para a cidade (BARSKY, 2005). Há que se considerar o papel do zoneamento que, ao instituir o perímetro urbano, permite que as fronteiras se cruzem e as atividades desenvolvidas ultrapassem essas delimitações jurídicas (oficiais), todavia ficcionais,

possibilitando trocas materiais e simbólicas entre os agentes sociais que ocupam as áreas predominantemente urbanas ou agrícolas.

Devemos lembrar que a urbanização acontece de forma difusa, ameboide, e não contínua, já que suas áreas componentes podem se romper e/ou apresentarem estruturas hierárquicas. A ocorrência de tal processo justifica-se pela intensidade dos movimentos pendulares do trabalho, pela nova população, que circula possibilitada pelo número cada vez maior de veículos particulares, motocicletas e automóveis, como também uma maior rede de serviço de transporte público e uma melhor infraestrutura dos serviços urbanos prestados as comunidades (VALE, 2005).

Esses vetores de crescimento não acompanham, de modo circular e padronizado o crescimento da cidade. Eles são estimulados pelo poder público e sua planificação, pela alocação de empresas privadas dos mais diversos ramos de atividades, de construção civil, pela especulação imobiliária e outros agentes promotores de demandas. Com isso podemos argumentar que a Teoria do Estado Isolado de Von Thünen (1826)⁷¹, sobre os anéis concêntricos, justifica-se pelo uso e intensidade decrescente das atividades a partir da borda da cidade, pois quanto mais afastada da franja urbana, menor será a intensidade das edificações e da concentração populacional, como amplia-se as prática agrícolas e florestais propriamente ditas (NASCIMENTO, 2001; VALE, 2005).

O processo de urbanização do campo se pauta em cinco componentes abordados por Garcia Ramom (1995 apud LOCATEL, 2004), que são: 1. Perda populacional resultado da mecanização agrícola e uma maior especialização produtiva; 2. Uso residencial do espaço rural; 3. A formação da segunda residência; 4. Empreendimentos de grande complexidade; 5. Complexo agroindustriais do agronegócio. Assim a intensidade das atividades produtivas em áreas rurais justifica maior ou menor transformação territorial numa graduação de “semi-urbana” e “semi-rural” e espaços propriamente rurais, numa urbanização difusa e de uma urbanização do campo.

Da mesma forma que os elementos urbanos penetram no meio rural; nota-se a presença da agricultura dentro da cidade, configurando a prática da agricultura urbana. Embora haja muita controvérsia em torno do tema (relação campo-cidade), o elemento

⁷¹ Os dois modelos clássicos de localização que podem subsidiar a análise das tradicionais relações entre a cidade e o campo – a Teoria do Estado Isolado desenvolvida por von Thünen, em 1826, e a Teoria das Localidades Centrais elaborada por Christaller, em 1933.

mais comum nas definições sobre a agricultura urbana tem sido a localização em relação à proximidade das cidades (intra ou periurbana).

Entretanto, não é a localização urbana que distingue a agricultura urbana da agricultura rural, senão o fato de que a agricultura integra e interage com o ecossistema urbano. A agricultura urbana, refere-se àqueles cultivos agrícolas situados dentro das áreas urbanas ou ao redor delas (no periurbano), sendo áreas individuais, coletivas ou públicas, aí incluídas as vias públicas, praças, parques, áreas de servidão, terrenos ociosos ou baldios (VALE, 2005; GOMES, 2007).

A interpenetração dos espaços provoca também alterações nas relações de trabalho e na forma de reprodução da vida das famílias camponesas que vivem próximas as áreas urbanas. A intensificação do uso do trabalho acessório como um elemento associado às novas formas de produção, resultantes principalmente da modernização das atividades agrícolas, nas novas formas de uso do solo, na segunda residência, no turismo rural, no neo-ruralismo, no agronegócio, entre outras; que demandam mão de obra recrutada entre a população mais próxima e que em muitos casos se encontram localizadas no periurbano (BERNADELLI, 2006).

Devemos entender a urbanização como um processo de transformação que afeta tanto a cidade como o campo. O uso da concepção de um *continuum*, de duas realidades diferentes, perde sua conotação quando passamos a entender as novas formas de ocupação do território e suas inter-relações onde um não exclui o outro. Assim as definições existentes do que seja rural e urbano, de uma forma geral, são associadas a duas grandes abordagens: a dicotômica e a de continuum. Na primeira, a ênfase recai sobre as diferenças que se estabelecem entre estes dois espaços, sendo o campo pensado como algo que se opõe à cidade. Na segunda, ocorre uma aproximação entre o espaço rural e a realidade urbana, como aponta Bertrand (1973 apud REIS, 2006).

A ideia de continuum parte da observação de que entre o rural e o urbano existiria uma relação infinita, ou seja, um contínuo. Portanto, não poderia existir apenas urbano e o rural sem algo que intermediasse essa relação. Existiriam vários elementos que dariam a continuidade entre esses dois aspectos. Nesse sentido Wanderley (2001), coloca que a vertente do continuum rural-urbano refere-se a uma relação que aproxima e integra esses dois polos, onde a hipótese central, mesmo ressaltando as semelhanças e a continuidade, não destrói as particularidades destes, além de não representar o fim do rural. Segundo a autora, nessa concepção “o continuum se desenha entre um polo

urbano e um polo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações” (WANDERLEY, 2001, p.33).

No Brasil, recorrentemente se pensa o campo como um lugar atrasado e bucólico, dissimulado pelo estereótipo do caipira e do matuto, um ícone nos governos militares, resultado de uma política de esvaziamento do campo e da não reforma agrária, onde se mantêm um exército de reserva de mão de obra industrial para as cidades e para os grandes latifúndios (OLIVEIRA, 2007). É nesse cenário que se monta uma dicotomia rural-urbano, sem que essas categorias em nada tivessem relações entre si.

Outro fator, que merece destaque é a forma negativa como o rural é encarado pela população. Mesmo tendo sua origem em rotas de gado e numa feira livre, a industrialização e a intensa atividade comercial associado ao rápido crescimento populacional, perpassa o rural como um sinônimo de atraso e que deve ser ultrapassado por novas formas de ocupação e de atividades econômicas “modernas”, por um “novo rural”.

Esses pensamentos surgem num Brasil que iniciou um estilo de vida citadino burguês, por volta de 1820 (e não urbanizado). Este estilo da pré-industrialização brasileira, consiste no começo da diferenciação (cultural e econômica) entre as populações rurais e urbanas. A partir dessa época, a referida diferenciação aumentou progressivamente. Segundo Queiroz (1978), a efetiva ruptura cultural entre rural e urbano no país, ocorreu com o processo de industrialização nas cidades, sendo que em algumas áreas se processam no campo mudanças tecnológicas.

Nessas áreas tecnológicas, o campo conseguiu acompanhar o crescimento e desenvolvimento das cidades mas, como o processo tecnológico é seletivo, em outras regiões do país o campo não incorporou as técnicas avançadas. Para Santos (1988), “[...] quanto mais modernizada for a atividade agrícola, mais amplas as suas relações e mais longínquo o seu alcance. Por isso se pode falar em curto-circuito da cidade próxima, pelo rompimento do esquema tradicional”. Assim, a análise brasileira da relação campo-cidade, tem que considerar as inferências entre o moderno e o antigo, bem como as diferenças regionais.

Nessa vertente Alentejano (2000) questiona o que há de novo no rural do Brasil, refutando algumas teses clássicas de interpretações dualistas e dicotômicas, e atualizando as discussões sobre o rural e o urbano. Para o referido autor o lugar do rural como categoria de explicação da realidade, no que pese as transformações em curso na contemporaneidade; porém, propõe desmistificar “as associações tradicionalmente feitas

entre rural e agrícola, natural e atrasado, e urbano como sinônimos de moderno, industrial e artificial” (ALANTEJANO, 2000, p. 103).

Desta forma, um novo urbano e um novo rural surgiriam do choque entre ambos. Choque este definido pelas relações econômicas que encontram na terra sua primazia, ao contrário das relações urbanas cujas dinâmicas independem da terra. Para o autor, cada realidade rural ou urbana deve ser entendida em suas particularidades e na totalidade na qual estão inseridas. É a possibilidade de relacionamento entre duas realidades distintas que permite que as pessoas entrem em contato com o outro sem romper totalmente com sua realidade cotidiana. O campo deve ser buscado, não como uma válvula de escape aos problemas da cidade, mas como uma opção de vida e trabalho. Rural e urbano, por mais características comuns que possam possuir, jamais serão realidades semelhantes. Diferenças continuarão a existir. O desafio está em não utilizá-las como instrumento dicotomizado.

5.3 Conjuntos habitacionais e condomínios residenciais

O crescimento populacional que o município apresentou após a década de 1960, foi significativo e junto com ele uma crescente demanda por moradia, as quais impulsionaram a realização de investimentos governamentais, na cidade e no município, que atraía uma massa de trabalhadores das mais diversas cidades baianas. O deslocamento entre o local de moradia, nas periferias da cidade, e o de trabalho (fábricas, comércio e a construção civil), especialmente o comércio de época centralizado nas principais ruas da cidade, dificultava o acesso das classes populares aos serviços de infraestrutura urbana que eram disponibilizados aos moradores do centro da cidade ou que se localizavam dentro do “anel viário”.

Com o objetivo de proporcionar acesso à casa própria às famílias de baixa renda, a construção de conjuntos habitacionais inicia-se em 1965, a partir de recursos oriundos do BNH – Banco Nacional de Habitação (criado em 1964 e extinto e incorporado a CEF – Caixa Econômica Federal, em 1986), através de financiamentos de benefícios do trabalhador. No município o primeiro conjunto habitacional é sugestivamente registrado como – Conjunto do Trabalhador I, localizado a margem externa do anel de viário, sentido norte, um dos futuros e estimulados vetores de crescimento da cidade e logo em seguida rebatizado popularmente como: “cidade nova”.

Os conjuntos habitacionais surgem numa ordem social desenvolvimentista que o país empregava para sair da condição de atraso industrial e econômico e se desvincular da condição de país agrário. Os trabalhadores na era do fordismo, com casas padronizadas, numa ordem social capitalista, não foram suficientes para impedir o aparecimento de bairros populares e periféricos, margeando o anel viário e os conjuntos habitacionais recém construídos.

Esses bairros populares, pobres e periféricos, se confundiam também com os assentamentos subnormais que aos poucos se instalavam em terrenos públicos e privados. As chácaras e sítios, localizados no entorno da cidade, foram paulatinamente transformados em bairros de periferia. Mesmo com a ação da Prefeitura Municipal e a atuação de empresas privadas que construíam conjuntos habitacionais com financiamento da CEF, a demanda por moradia era maior que a oferta de unidades habitacionais, ofertadas pelo tradicional sistema imobiliário da época. Abaixo conjuntos habitacionais construídos até a década de 1990. (Quadro 26)

Quadro 26

CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 a 1980

Ano	Nome	Tipo de construção	Nº de unidades	Localização na cidade	Entidade
1968	Feira I	Casas	291	Norte	URBIS
1970	Feira II	Casas	178	Norte	URBIS
1972	Conj. Centenário	Casas	291	Norte	INOCOOP
1977	Feira III	Casas	203	Sul	URBIS
1977	Conj. ACM	Casas	178	Norte	INOCOOP
1978	Conj. Milton Gomes	Casas	203	Norte	INOCOOP
1979	Conj. Morada das Árvores	Casas	270	Norte	INOCOOP
1980	Feira IV	Casas	270	Oeste	URBIS
1980	Conj. João Paulo II	Casas	410	Norte	INOCOOP
1980	Cond. Vale dos Rios	Apto.	126	Norte	INOCOOP
1981	Conj. Morada do Sol	Casas	340	Oeste	INOCOOP
1983	Feira V	Casas	410	Norte	URBIS
1983	Cond. José Falcão	Apto.	126	Norte	INOCOOP
1984	Feira VI	Casas	126	Norte	URBIS
1985	Cond. J.J. Lopes de Brito	Apto.	224	Noroeste	INOCOOP
1985	Feira X	Casas	340	Sudoeste	URBIS
1988	Cond. Parque das Acácias	Apto.	210	Centro	INOCOOP
1989	Cond. Prisco Viana	Apto.	168	Norte	INOCOOP
1991	Cond. Parque Cajueiro	Apto.	360	Sul	INOCOOP
1991	Cond. Lagoa Grande	Apto.	640	Norte	INOCOOP

Fonte: Adaptação de Freitas, 1998.

A partir dos anos 1990 inicia-se um novo ciclo imobiliário no município de Feira de Santana. Após o fim da década perdida da economia brasileira (decênio de 1980), o

município passou a receber um maior número de construtoras e empreendimentos imobiliários. O motivo desse avanço foi à estabilidade econômica do país, a redução da taxa de juros e o incentivo ao setor imobiliário por parte das instâncias governamentais e dos bancos privados, através de financiamentos (SANTOS, 2013; OLIVEIRA, 2010/2014).

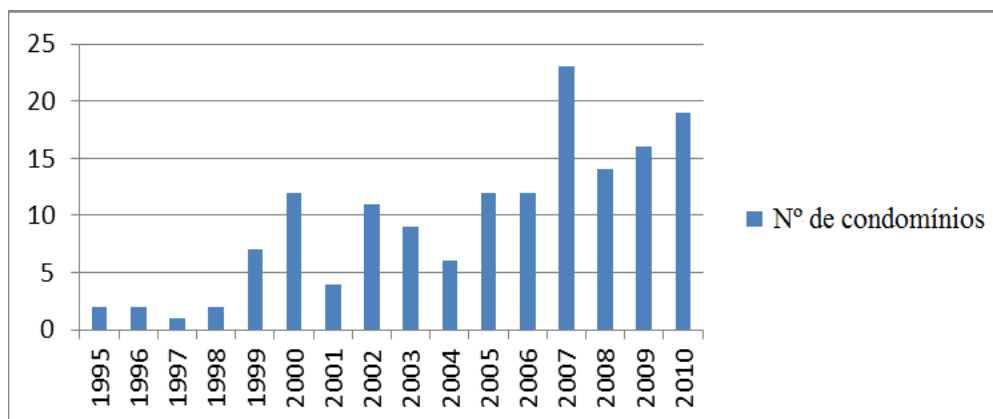
Desde a década de 80, quando foram construídos os primeiros prédios com mais de 5 andares, o setor imobiliário passou a evoluir vagarosamente⁶⁵. Porém após 1990 e mais intensamente nos últimos 10 anos, houve um crescimento do número de prédios com mais de 10 andares, impulsionando a expansão física da cidade, que aos poucos se desloca do centro para as periferias, pela pressão imobiliária e aumento dos preços de imóveis e aluguéis, fazendo com que a população, buscassem novas áreas residenciais. A atual verticalização, que pode ser percebida, principalmente nos vetores de especulação imobiliária, forçou a Prefeitura Municipal a elaborar leis estabelecendo o número máximo de 10 andares aos novos edifícios construídos, prevendo/evitando problemas ambientais futuros, como elaborar leis de zoneamento e uso do solo urbano (FERREIRA, 2011).

A segunda tendência de crescimento urbano que a cidade apresentou foi a proliferação de condomínios fechados, fato ocorrido a partir da década de 1990. Essa tendência acompanhou o movimento da urbanização brasileira, que refletia as dinâmicas do mercado imobiliário em escala global. Com o controle financeiro da CEF, em custear as obras de construção dos empreendimentos imobiliários, a iniciativa privada ganhou força e passou a determinar os vetores de crescimento e a especular o valor da terra urbana. Essa especulação interferiu diretamente no preço da terra e na organização espacial dos estabelecimentos rurais que passaram a ser alvo de pressão e especulação imobiliária, em especial das empreiteiras que pretendiam construir condomínios residenciais. Isso se verifica nas (Figuras 47 e 48), em números absolutos e seus vetores de expansão urbana.

⁶⁵ Havia uma lenda urbana que circulava na cidade que justificava a ausência de prédios e que esses não poderiam ter mais de quatro andares, pois eles afundariam com o próprio peso e ruiriam, uma vez que o lençol freático era muito superficial. O que denominava a cidade como Santana dos Olhos D'água. Isso justificou a existência de duas referências na cidade – os prédios da Euterpe Feirense e do INSS (localizados respectivamente na rua Cons. Franco e praça Bernardino Bahia). Todavia o que realmente inviabilizava essas construções era a ausência de um sistema de esgotamento sanitário que até o início da década de 1990, a cidade só contava com 20% de sua mancha urbana coberta pelo serviço. Não era possível satisfazer a demanda de uma rede de esgoto, uma vez que os estabelecimentos contavam com o

Figura 47

NÚMERO DE CONDOMÍNIOS FECHADOS CONSTRUÍDOS NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA ENTRE OS ANOS DE 1995 A 2010.



Fonte: SEDUR, Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Feira de Santana. Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2012.

Nos deteremos na análise do vetor leste, em direção ao distrito de Jaíba, por ser esse vetor o que mais recebeu proporcionalmente condomínios fechados. Um distrito que até a década de 1990 era eminentemente rural e que passou por um rápido processo de urbanização, marcado sobretudo pelo aumento das infraestruturas e diversificação das funções urbanas, fazendo com que os sítios e chácaras fossem incorporados ao mercado imobiliário especulativo e redefinidos como condomínios fechados. Podemos verificar no (Quadro 27), a intensidade de condomínios construídos apenas numa mesma avenida (Av. Artémia Pires Freitas). Outros empreendimentos também se localizam no bairro SIM e no prolongamento para o distrito de Jaíba, porém não com essa intensidade, que foi verificada nesse trecho.

Quadro 27

CONDOMÍNIOS FECHADOS LOCALIZADOS NA AVENIDA ARTÊMIA PIRES DE FREITAS, ATÉ 2013.

Condomínios	Ano de Lançamento	Quantidade de Unidades	Média de Preço
Residencial Maya		63 lotes	R\$: 170.000
Nature Ville		103 lotes	R\$: 130.000
Residencial Ilha de Bali		68 unidades	
Villa Jardim		175 unidades	R\$: 144.000
Residencial Bella Vista		109 unidades	R\$: 195.000
Terra Nova (Rodobens)	Inaugurado em 2011	618 unidades na 1ª Etapa	
Recanto das Arvores			
Santa Helena			
Solar Sim		272 unidades	
Villa das Palmeiras	2011		R\$: 319.900
Quartier Residence	Lançamento em 2013		R\$: 245.000
Viva Mais Master	Obras em andamento		
Reserva Bangalay			R\$: 200.000
Residencial Villagem Damha II	Lançamento das construções em 2013	610 Lotes na 1ª Etapa	
Guyrá			
Artêmia Premium Residence	Obras iniciadas em 2013	77 unidades	
Residencial Alegria I			R\$:139.900
Villa Felicitta Residence	Obras iniciadas 2013	76 unidades	
Horto Residencial			

Fonte: SANTOS, Simone (2013, p. 57).

Questionamos aqui a condição da população rural frente à pressão imobiliária imposta pela iniciativa privada e pelas construtoras, pois a produção agrícola começa a ser comprometida, pela escassez de áreas agricultáveis e pelas condições de produção. A extração da renda da terra começa em franco declínio, restando ao pequeno proprietário rural executar outro trabalho acessório, muito mais danoso que a saída periódica ou constante nos fluxos migratórios em busca do trabalho, a fragmentação da terra (KAUTSKY, 1980).

A extração da renda da terra será obtida quando seu proprietário, de forma abstrata a partir da renda fundiária urbana, cobrar pelo direito de uso ou na especulação da venda. A renda da terra nas aglomerações urbanas não aparece diretamente, ela está incluída no preço dos alugueis ou no preço cobrado pela venda do imóvel. A renda da

terra perde sua forma concreta oriunda da agricultura, ela assume uma forma abstrata, pois não é mais um produto do solo, ela agora é nada mais que o juros de um capital investido. O (Quadro 28) resume as formas de renda da terra fundiária urbana em relação e renda da terra (MARX, 1978; CARLOS, 2011).

Quadro 28

**RESUMO COMPARATIVO ENTRE A RENDA DA TERRA E A RENDA DA TERRA
FUNDIÁRIA URBANA**

Renda da terra	Renda fundiária urbana (assemelhada)	Característica
Renda diferencial I	Renda de situação	Pela influência decisiva da localização sobre a renda diferencial
Renda diferencial II	Renda de equipamento	Pela exploração pelo proprietário do progresso de desenvolvimento social para o qual nada contribui e no qual nada arrisca
Renda de monopólio	Renda de monopólio	Pelo predomínio do preço de monopólio

Fonte: elaborado pelo autor. MARX, 1978.

Aqui fazemos referência ao Alphaville – Feira de Santana, como um marco em relação aos condomínios fechados de alto padrão construídos na cidade. Sendo um empreendimento horizontal, típico dos condomínios fechados, localiza-se as margens do rio Jacuípe, na parte semiárida do município, porém garante vender o verde, o lazer e a comodidade de deslocamento para o centro da cidade. O Alphaville é o reflexo de uma economia estruturada e de uma sociedade elitizada que busca a diferença e a estratificação das classes sociais, pelo nivelamento do poder aquisitivo. A segregação espacial se concretiza pelos muros e grades e pela distância e o acesso ao condomínio fechado (RODRIGUES, 2011). O (Quadro 29) abaixo mostra valores de lotes a serem comercializados em condomínios fechados de luxo na cidade.

Quadro 29

VALOR MÉDIO DOS IMÓVEIS POR CONDOMÍNIO

Condomínio	Lotes	Valores em outubro/2014(R\$)
Alphaville	456 m ²	234.500,00
Haras Residence	615 m ²	135.300,00
Papagaio	720 m ²	240.000,00
Casas de condomínio	Lotes	Valores em outubro/2014(R\$)
Casa de condomínio – SIM	480 m ²	2.000.000,00
Casa de condomínio – SIM	647 m ²	1.350.000,00
Casa de condomínio – SIM	512m ²	1.400.000,00

Fonte: Consulta Imobiliária Nobre. Feira de Santana, (2014).

Os valores apresentados acima, como exemplos do mercado de imóveis dos condomínios de luxo fechados da cidade, mostram como se torna especulativo o valor do lote em relação ao seu tamanho e mais ainda quando o lote já está ocupado por edificações. Assim a renda fundiária sempre será significativamente maior que a renda da terra, principalmente para as famílias camponesas que contam apenas com estabelecimentos rurais menores que 1 hectare.

Duas situações distintas se apresentam ainda com relação à renda da terra fundiária urbana para os pequenos proprietários rurais municipais que são: primeira, o aluguel – quando os proprietários de sítios e chácaras reordenam a função produtiva da terra para atender ao lazer, sem se desfazer da propriedade, mantendo nela o “ar bucólico” do campo e o contato com o verde e natureza, junto com toda a comodidade que a cidade pode lhe oferecer (CARLOS, 2011). Aqui verificamos o aparecimento de novas ruralidades, descrita no trabalho de Silva (1999).

A segunda situação, a venda da propriedade (em partes ou em sua totalidade), a qual ocorre comumente quando os proprietários rurais, pressionados e/ou influenciados pelo mercado e ainda incapacitados de produzir em suas propriedades rurais (pelos mais diversos motivos) vendem os seus terrenos. De modo geral os praticados pelas imobiliárias, construtoras e incorporadoras, levará em conta as possibilidades futuras de rentabilidade da terra e seu potencial de uso.

Ambas as situações tem ocorrido nas áreas periféricas da cidade, fortalecendo o conceito de periurbanização, modificando a morfologia da paisagem, sobretudo a partir da instalação de infraestruturas urbanas e serviços o que facilitam/influenciam ainda mais o modo de vida e organização social das famílias camponesas. Não observamos em nenhuma propriedade que iniciou a extração da renda fundiária urbana, a possibilidade de retornar a extrair a renda da terra, como se o fato de uma dessas propriedades em questão que foi levada a produzir a renda fundiária urbana, estivesse condenada ao desaparecimento. Se antes a propriedade rural era destinada a lavoura e agora ela é utilizada como área de recreação, dificilmente voltara a ser uma área de lavoura como antes. Os valores financeiros oferecidos pela compra/aluguel na renda fundiária urbana são a curto e médio prazo tão astronômico, que não se tem como competir com a renda da produção da agricultura como um todo.

Diante desta conjuntura argumentamos que enquanto a renda da terra for menor que a renda fundiária urbana haverá perda da atividade rural e das áreas disponíveis aos cultivos no município de Feira de Santana⁶⁶.

5.4 A segunda residência e os neo-rurais

A casa de praia como também a casa de campo, são referências a existência de uma segunda residência, fora dos domínios urbanos, de um mesmo proprietário. Elas tem a função de permitir a seu proprietário mudar de residência, em período distintos do ano, por motivos diversos, como as condições climáticas, e especialmente pelo ócio. Elas aparecem nas urbis gregas e romanas, na vida medieval europeia e indiana. Seus usuários eram movidos por sazonalidades dos costumes e tradições locais.

Quando o proprietário possui mais de um imóvel residencial, esse segundo imóvel também pode ser alugado a terceiros, justificando assim a primeira renda fundiária urbana discutida por Lefebvre (1999), quando argumenta que a renda da terra fundiária é facilmente verificada no aluguel dos prédios, casa e fábricas. O argumento para tal é que se torna dispendioso manter uma residência sem utilizá-la em sua totalidade o ano inteiro. As casas de campo no município de Feira de Santana apresentam-se na forma de chácaras e sítios, as quais são comumente ocupadas durante os finais de semana e festejos juninos (CARLOS, 2011).

Foi após a II Guerra Mundial que o fenômeno teve um surto de crescimento, principalmente pelo estímulo dos transportes e da comunicação, melhorando a acessibilidade e a mobilidade da população urbana, que procuram formas de povoamento urbano e periurbano (ALENCAR, 2008), com destaque para a segunda residência. Para Rodrigues (2000), o turismo e especialmente o turismo rural, tem sido a principal forma de atração da população urbana em direção ao campo, pelos serviços oferecidos (hospedagens e alimentação, acesso a comunicação e entretenimento) e pelo processo da inversão da lógica do campo.

⁶⁶ Fazendo uma amostragem especulativa e fictícia. Uma tarefa de terra agricultável custa, em média R\$ 20.000,00. Se o proprietário resolver lotear essa tarefa, conseguirá \cong 18 lotes de 10 x 20m e poderá vendê-los a R\$ 50.000,00 cada lote, perfazendo um total de R\$ 900.000,00. Se essa mesma tarefa for utilizada pela família para a produção e horticultivos, ela oferecerá rendimentos médios entre R\$ 2.500,00 a R\$ 3.500,00, variado de acordo ao mercado e as condições climáticas. Para que essa mesma família possa acumular os mesmo R\$ 900.000,00, recebendo a média de R\$ 3.000,00 mês pelo trabalho da horta, levará 25 anos.

O avanço do crescimento socioeconômico e populacional da cidade tem proporcionado a busca pela natureza, fazendo com que as chácaras e sítios, se mantenham com suas estruturas produtivas, como elemento de atração ao bucolismo do campo, principalmente, no caso do município de Feira de Santana, onde as festas juninas, tem uma expressão da tradição cultural nordestina. Muitas chácaras e sítios são alugados, com a finalidade de serem palcos de festas para famílias e empresas. Sendo essa prática uma estratégia de geração de renda, onde o trabalho acessório e a diversificação do uso do solo e da renda por parte das famílias, é impulsionado por uma atividade econômica não-agrícola (LOCATEL, 2004).

Entretanto, as unidades produtivas que optaram por essa prática, gradativamente abandonaram as práticas agrícolas tradicionais engajando num modelo produtivo não-agrícola, que viabilize a dinamização do turismo rural. O consumo da paisagem e do espaço rural, como um símbolo cultural específico, criado pelo imaginário da cultura urbana, amplia gradativamente o processo de urbanização do campo, onde o periurbano fixa-se a interfase entre as atividades terciárias e primárias, dos setores da economia e da População Economicamente Ativa (PEA) do município, pois o campo passa a receber, com maior intensidade uma infraestrutura de equipamentos urbanos, que antes não faziam parte do seu cotidiano.

O processo de intensificação do uso da segunda residência incrementa as características do modo de vida da cidade, que atrai uma população com tempo para o lazer e dinheiro para o consumo, ampliando a territorialização dos equipamentos de entretenimento, caracterizando cada vez mais os espaços rurais, eleitos pela sociedade, como espaços para o divertimento e não de produção. Com isso paralelo ao uso agrícola, novos usos são incorporados ao espaço rural, para atender a demanda do ócio, da residência e do lazer, substituindo suas funções produtivas originais, criando espaços multifuncionais. (Figuras 49 e 50).



Figura 49 – Sítio para recreação e lazer localizado no distrito de Jaíba – Autoria: Skyline.



Figura 50 – Sítio para eventos, na franja urbana da cidade – Bairro Papagaio. Autoria: Skyline.

As atividades de lazer no espaço rural municipal são diversificadas, como escolas de equitação com hospedaria para cavalos, haras com disponibilidade para cavalgadas, pistas de motocross, píer para jet-sky, escolas de tiro, retiros espirituais, pesque-pague, clubes de campo. Todos esses empreendimentos necessitam de mão de obra recrutada entre a população local, em especial membros das famílias camponesas que encontram no emprego não-agrícola uma alternativa para ampliação da renda familiar.

A pressão exercida sobre o espaço rural do município pelo turismo de fim de semana, pelas empreiteiras imobiliárias e pelo zoneamento urbano municipal, nos leva a crer que a segunda residência é apenas uma forma de retardo da aglutinação da propriedade rural pelo tecido urbano, transformando essa unidade em um condomínio residencial, em definitivo. Mesmo com pouca expressividade esse fenômeno é facilmente identificado principalmente nos dois distritos com maior dinâmica urbana, Humildes e Jaíba.

Na discussão da condição de segunda residência não só o atrativo turístico e a exploração da renda fundiária urbana, como argumentamos anteriormente, acontecem. Há aqueles que buscam o contato com a natureza e o trabalho nas atividades rurais, mesmo que em curto intervalo de tempo, nas férias e finais de semana, como uma fuga do cotidiano da cidade, e que tentam manter as características produtivas, da propriedade adquirida. Os primeiros passos para o retorno a moradia no campo e o contato com a natureza, após uma vida de trabalho e acumulação de capital na cidade, tratamos dos neo-rurais (COUTO FILHO, 2007).

Considerado mais um fenômeno do processo de urbanização do campo, o neo-ruralismo ao mesmo tempo que amplia o processo de urbanização do campo, possibilita a recuperação do território do espaço rural, retardando o avanço da cidade, porém não impedindo a ocorrência do processo de urbanização, que no município de Feira de Santana se apresenta como difusa e intensa.

Como não há nenhum parâmetro de ordem para as construções e o uso do solo (mesmo afirmando haver tais leis de zoneamento e uso do solo, como o plano diretor de 2006), o aumento desenfreado de construções para períodos sazonais, tem alargado os perímetros urbanos contribuindo para a urbanização difusa (SPOSITO e WHITACKER, 2006; RODRIGUES, 2011), principalmente quando – para nosso município –, não há uma preocupação com o espaço rural e sua preservação pois a dinâmica urbana da cidade é a metropolização.

O conceito para neo-rurais é pouco preciso pois envolve diversas situações sem se chegar a um consenso da questão. No trabalho de Locatel (2004) o autor apresenta um conjunto de conceitos e termos baseado em autores europeus que trazem a seguinte descrição:

[...] Giuliani considera que neo-rurais são aqueles que dedicam mudar-se para o campo para trabalhar na agricultura ou na criação de animais. [...] Molinero entende que além dos habitantes que optam por esse tipo de vida, ainda existem: os aposentados; os trabalhadores urbanos que vão residir no campo, mas que se deslocam todos os dias à cidade para trabalhar e; os moradores temporários que passam períodos do ano no campo. [...]. (LOCATEL, 2004, p. 196 -197).

Ainda no trabalho de Celso Locatel (2004, p 197), o autor finaliza argumentando o que seria, para ele conceituado como neo-rural: “[...] todos aqueles que se deslocam da cidade para o campo, excetuando a migração de retorno”. Esse consenso da definição do que seria neo-rural é também argumentada por Couto Filho (2007) e por Alencar (2008), quando tratam das questões envolvendo a população urbana que retorna ao campo. Entendemos também que o neo-rural é aquele que nunca teve uma vivência rural ou já conviveu com ela e busca retornar ao campo, em definitivo, para viver e produzir com as mesmas características produtivas que o campo pode oferecer.

Aqui há algumas possibilidades: o retorno ao campo trazendo o capital financeiro urbano, com o objetivo de produzir para o abastecimento das cidades; a vivência no campo apenas para manter a tradição do labor e dos cultivos, como uma alternativa a vida urbana; e ao uso e consumo das formas arquitetônicas e paisagísticas de áreas rurais altamente urbanizadas (periurbanizadas), onde o ambiente e a paisagem são bem acessíveis.

Entendemos ainda que o neo-rural se diferencia da segunda residência, pelo fato do primeiro extrair a renda da terra e o segundo a renda fundiária urbana. Todavia, muito se perde ao tentar esquadrihar as formas aos conceitos engessados nas discussões clássicas, pois a urbanização e a modernização, principalmente nos países que apresentaram após a II Guerra Mundial, um equilíbrio em suas finanças, a interpenetração dos espaços, rural – urbano, tem se mostrado inevitáveis ou mais ainda complementares.

No município de Feira de Santana, a condição de neo-rurais tem se apresentado, pela compra de sítios e chácaras, principalmente por aposentados, que desejam sair da

cidade e buscam um lugar tranquilo e definitivo. As unidades habitacionais presentes nestas chácaras e sítios possuem todas as comodidades de um centro urbano (ALENCAR, 2008). O modelo de desenvolvimento e de serviços e infraestrutura urbana apresentado nessas residências garantem a dualidade de se ter o pomar, a horta e a granja, junto com a internet, a tv a cabo e as redes, elétrica e de água, como também a coleta de lixo e linhas de transporte coletivo regular (Figuras 51 e 52).

O neo-ruralismo pode ser uma blindagem para o processo de urbanização que o espaço rural do município de Feira de Santana e do Brasil como um todo, vem apresentado nas últimas décadas. A compra de imóveis rurais pela população urbana, tem também acelerado o processo de fragmentação das propriedades rurais e de sua minifundiarização em nome da construção de “quitinetes rurais”, termo utilizado por Couto Filho (2007, p. 77) para designar lotes rurais que são adquiridos na zona rural, ou no perímetro da cidade, e que seu proprietário constrói um quarto e sala para habitar, primeiro nos finais de semana e depois em definitivo.

Essa minifundiarização só amplia a cidade difusa num processo de crescimento e de desenvolvimento da malha urbana de forma pouco controlada em áreas de baixa densidade, anteriormente rurais e com uma relativa proximidade a áreas urbana, ampliando a densidade de ocupação do território. Com essa expansão urbana, a cidade se transforma em um mosaico de tecidos urbanos em sua expansão territorial.

Ao pensarmos a cidade difusa como um fenômeno caracterizado pela dispersão da população urbana pelo território, inclusive sobre as áreas rurais, sem que exista vínculo algum dessas pessoas com as atividades agrícolas. Nesse detalhe as sedes distritais do município desempenham esse papel facilmente, ampliando o número de estabelecimentos/residências, com multifunções, em especial a forte presença de trabalho acessório.

Todavia entendemos que o neo-ruralismo já empregou capital nas unidades rurais, e que seus proprietários já não buscam mais os rendimentos fora da unidade familiar. Aqui há uma divergência de conceitos quanto aos aposentados. Segundo a SEI (1999), a aposentadoria é uma forma de rendimento extra-trabalho agrícola, dos rendimentos não-agrícola.

O rebatimento encontra-se ao argumentar que o neo-rural, dedica-se ao labor agrícola mas não se preocupa com sua rentabilidade e quando o faz, organiza a partir de uma rentabilidade comercial de nichos de mercado. Tem por objetivo viver no campo e sua proximidade a natureza.



Figura 51 – Neo-rurais no distrito de Humildes. Autoria: Wodis K.O. Araujo, 2012.



Figura 52 – Segunda Residência no distrito de Jaíba. Autoria: Wodis K.O. Araujo, 2012.

Muitas chácaras e sítios, do município de Feira de Santana, encontram-se na condição de neo-ruralismo, produzindo apenas para o consumo direto do seu proprietário, sem se preocupar com o excedente de produção, baseado principalmente no trabalho assalariado, reforçando o trabalho acessório entre as famílias camponesas. Seus proprietários buscam a satisfação de aspirações individuais a partir da junção de valores, característicos do mundo rural, com valores tipicamente urbanos.

Não há como negar que a modernização, as inovações tecnológicas e o crescimento da cidade concentrada, promova a expansão da franja urbana, ampliando para nosso caso o processo da periurbanização facilmente detectado nos distritos, que possuem contato direto com a sede municipal de Feira de Santana.

5.5 Periurbanização e rurbanização

Antes de abordarmos o tema proposto partimos por definições que giram em torno da temática. Ao definir a diferença entre município e cidade, de uma forma sintetizada, são limites territoriais diferenciados, mas que um está dentro do outro, porém a dinamização e características são divergentes, pois no primeiro caso, é o espaço territorial político de uma unidade da federação, nele encontra-se o espaço urbano e o espaço rural, que se somam a unidade maior, o município; que é juridicamente administrado por uma prefeitura. A cidade, por sua vez, é a sede administrativa do município, o espaço urbano delimitado por um perímetro urbano, onde prevalecem atividades secundárias e terciárias (VALE, 2005; IJSN, 2011).

Esse perímetro urbano define os limites entre os espaços urbanos e rurais, pois na legislação brasileira um município pode ter mais de uma aglomeração urbana, porém receberá o nome da cidade principal, a sede municipal. O perímetro urbano é definido por uma linha imaginária, uma delimitação entre os espaços, rural e urbano, resultado da identificação de solos urbanizados e da coesão das construções e da infraestrutura oferecida para as edificações (ENDLICH, 2006; ISJN, 2011).

Para Locatel (2004) os espaços possuem identificações distintas a partir da densidade das edificações e do uso do solo, assim descritos por ele:

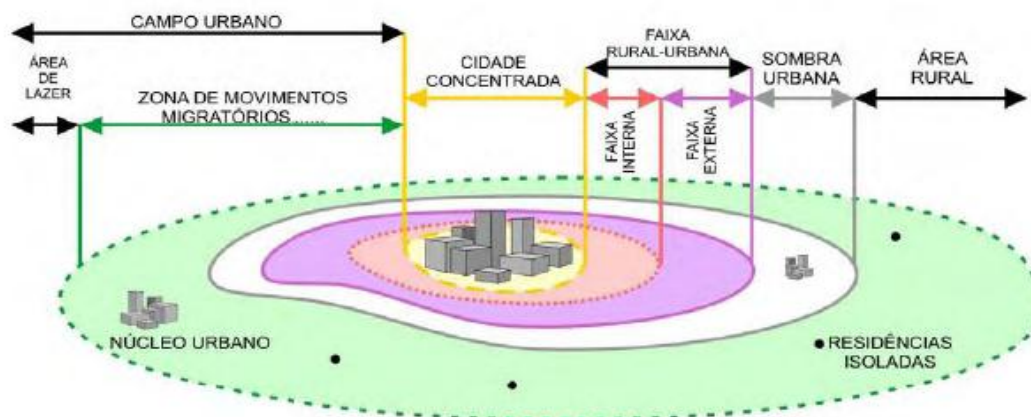
Em primeiro lugar, encontra-se o espaço propriamente urbano composto por uma edificação contínua, que se apoia numa estrutura

articulada pelos sistemas de transportes, pelo uso do solo e pelas normas de planificação urbana. Em segundo lugar se encontram os espaços periurbanos, com uma edificação descontínua, que mescla elementos do urbano com resíduos agrários. Neste espaço, ainda que de predomínio urbano, caracteriza-se como uma zona de transição, com usos tão diferentes, com grandes equipamentos comerciais, polígonos industriais, cidades dormitório, urbanização de baixa densidade, condomínios fechados, áreas de agricultura residual, entre outros. (LOCATEL, 2004, p. 143 -144).

Acrescentamos ainda o limite urbano da área de expansão futura da cidade, que é ocupado por uma agricultura de baixa intensidade, e edificações muito dispersas. E por fim, além da franja urbana o espaço rural propriamente dito, com todas as suas funções, que somam-se ao conjunto maior do território municipal. Ainda dentro do território municipal podemos encontrar vários outros subcentros, as sedes distritais, caso elas existam com uma menor intensidade de edificações porém na mesma equivalência da cidade-sede municipal.

O processo de periurbanização ocorre dentro do espaço de transição entre o urbano e o rural. De uma forma mais objetiva, é uma transição entre esses aspectos, devido ao avanço das cidades para esses espaços mais afastados dos centros. Essas áreas podem ser vistas em locais denominados, periféricos, distantes do centro, ou limítrofes entre a cidade e o campo, devido a esse crescimento desordenado das cidades. A concentração de objetos e pessoas nos perímetro urbano impulsiona também a desconcentração da população que antes se encontravam dentro do centro, a qual tende a ocupar áreas menos densas. A (Figura 53) apresenta um modelo dos limites da morfologia do periurbano.

Figura 53
COROAS PERIURBANAS



Fonte: VALE, 2005, p. 80⁶⁷

Segundo o Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN, (2011), a justificativa do inchaço urbano, promove as seguintes condições:

O inchaço dos centros urbanos estimula o crescimento das fronteiras ou margens urbanas criando espaços de difícil caracterização. As margens urbanas se localizam nas proximidades de centros urbanos, dispostas ao longo de eixos viários e cursos d'água. São áreas ocupadas por elementos antrópicos – indústrias, periferias, condomínios fechados –; e por elementos naturais – lagos, rios, massas de vegetação –; correspondendo a realidades de transição entre contextos urbanos com densidades, morfologia e usos diversos e unidades de paisagem diferentes. Coincidem com situações residuais de um sistema territorial antropizado, permeados por relativamente poucas ocupações à espera de modificações a partir da mudança de demandas. Em muitos casos, estas situações não apresentam um senso, são o resultado de ações cujos limites e fronteiras não levaram em conta os elementos já presentes no território. (IJSN, 2011, p. 05).

Esses espaços são construídos através dos incentivos públicos e privados, com intuito de dinamizar áreas da cidade, por vetores de crescimento e zoneamento que antes não figuravam no cenário especulativo imobiliário. A expansão imobiliária é um dos elementos que contribui para construção das áreas periurbanas. Além disso, o crescimento das periferias urbanas em detrimento das áreas centrais vincula os gastos com a necessária expansão de infraestrutura, em especial os meios de transporte coletivo. Outro elemento importante para ser inserido nessa discussão relaciona-se ao

⁶⁷ Segundo a autora baseado no modelo de Bryant. [Bryant; Russwurm (1982) apud Molinero (1990, p.325).]

uso do solo, esse uso pode ocorrer desde a introdução de agricultura até por construções de condomínios fechados, que segundo Vale (2005), tem o seguinte ordenamento:

Obviamente sabemos que a mistura de usos do solo não é um aspecto exclusivo do espaço periurbano, mesmo porque é bastante comum a presença de práticas agrícolas em terrenos urbanos ou a implantação de indústrias em áreas rurais. A questão é que, no espaço periurbano, a intensificação dessa mistura é tamanha que dificulta a separação entre rural (ou agrícola) e urbano. Isso implica que a dinâmica periurbana tenha características próprias, daí consideramos a importância do periurbano muito mais pela sua dinamicidade do que pelo fato de ser um espaço rural ou urbano. (VALE, 2005, p. 84).

O espaço periurbano, na lógica capitalista, é visto como um lugar marcado pela ocorrência de problemas de diversas ordens, de modo particular pelas desigualdades socioespaciais. Essas terras, pelo fato de serem encontradas nos limites urbanos, em muitos casos, encontram-se de forma acessível (terras baratas), e atraem diversos compradores, principalmente do ramo imobiliário, forçando a urbanização pelos vetores de crescimento da cidade. Para Souza (2005), os espaços periurbanos são explorados da seguinte forma:

O que pode confundir é que na franja rural-urbana, muitas vezes a face visível do espaço (a paisagem) continua tendo um aspecto “rural”, às vezes até belamente bucólico - algumas plantações, muito verde, grandes espaços servindo de pastagem para algumas cabeças de gado - quando, na verdade, por trás disso se verifica uma presença insidiosa e cada vez mais forte da “lógica” urbana de uso do solo. Grandes áreas servindo de pastagem para umas tantas cabeças de gado, por exemplo, nada mais são, frequentemente, que uma “maquiagem” para glebas mantidas como reserva de valor por empreendedores urbanos; são, assim, terras de especulação, “em pousio social”, por assim dizer, e que serão convertidas, depois de muitos anos ou mesmo após algumas décadas, em loteamentos populares ou condomínios fechados de alto status, dependendo da localização. Nem tudo aquilo que parece ser, por conseguinte, de fato é, em matéria de espaço periurbano. (SOUZA, 2005, p. 27 – 28).

Mais uma vez, os condomínios fechados, em áreas periurbanizadas, são destaque por sua atuação na conversão do solo rural em solo urbano. A especulação imobiliária promove a demanda por terras, ocupando as chácaras e sítios que deixaram de ser atrativos para seus proprietários e vendem a natureza como elemento primordial para a qualidade de vida dos – Villes, Villages, Greens, Gardens, Hills, Ecovilles –, ou qualquer outro nome que remeta ao imaginário campestre. As demais chácaras e sítios

que resistem a investida do capital imobiliário, são toleradas como referência a ideia e localização do rural, nesse caso oposto a cidade.

Fazemos uma referência o trabalho de Von Thünen (1826), na proposta de um padrão de localização das atividades agrícolas onde as intensidades das práticas decrescem a partir do distanciamento do centro urbano. Von Thünen se refere ao cinturão verde, que no momento dos seus estudos não eram mecanizados e ocupavam uma grande leva de trabalhadores (NASCIMENTO, 2001). Todavia a referência ao cinturão verde e seus anéis concêntricos, justifica-se principalmente, no só pelo rápido abastecimento do mercado da cidade, mas por ser uma atividade de baixa rentabilidade próxima a cidade, em função dessas áreas receberem uma forte especulação imobiliária relacionada a sua futura conversão de áreas agrícolas em áreas urbanas (OLIVEIRA, 2001).

Conforme varia de país para país e de autor para autor, ao considerarem os processos de periurbanização e rurbanização ou ainda rururbanização como equivalentes no uso de suas terminologias, constatamos que embora sejam diferentes os conceitos, há um consenso que os termos periurbanização e rurbanização, representam um processo diferente da suburbanização e que se fundamenta na relação campo-cidade (SILVA, 2004).

Com a expansão urbana sobre as áreas rurais, fortalecida pelos avanços tecnológicos dos meios de transportes e comunicações, e considerando que o espaço periurbano/rurbano seriam diferentes dos chamados subúrbios clássicos pela descontinuidade das construções e pela predominância da agricultura. Nele existiria uma associação entre o rural e o urbano, onde predomina a população urbana que vive num espaço rural com tendência à valorização na medida em que a cidade cresce.

Esse fenômeno parece ocorrer de dentro para fora, fortalecendo a ideia do periurbano. Entretanto há autores, como Alencar (2008), que argumentam o rurbano (o mesmo que periurbano na visão da autora) como a interpenetração do rural dentro da cidade. A franja urbana seria forçada de fora para dentro e as atividades e o espaço rural tomariam formas dentro da cidade. Ainda assim argumentaremos, que não é nosso objetivo de estudo a agricultura urbana e a ideia de rurbano [onde o espaço rural penetra o espaço urbano e modifica a cidade], pois nos posicionamos pela ideia do periurbano, onde o espaço urbano interpenetra e mescla o espaço rural.

Nesse caso argumentamos que a agricultura urbana é praticada dentro da cidade compacta, como também no periurbano, em terrenos, lotes e quintais, sendo seus

cultivadores proprietários ou não desses espaços, integrada ao sistema econômico e ecológico da cidade. No trabalho de Locatel (2004, p 142 - 143), o autor apresenta uma definição do que seria agricultura urbana, sendo “[...] definida como uma atividade realizada em pequenas áreas dentro de uma cidade ou em seu entrono (periurbano) e destinada a produção para a utilização e consumo próprio ou para a venda em pequena escala, em mercados locais. [...]”. Essa definição reforça o uso de lotes urbanos pela agricultura urbana em nosso município, principalmente no distrito sede e ainda pequenas criações de animais de pequeno, médio e grande porte no entorno do anel viário da cidade.

O periurbano, devido a sua localização, permite que essa atividade tenha força para ocupar os pequenos espaços ociosos, principalmente os cultivos de hortaliças. Os pomares e as pequenas granjas também disputam espaço no periurbano, uma vez que suas atividades demandam um pouco mais de espaço. Aqui percebe-se o trabalho acessório, como também o labor familiar, uma vez que essas atividades quase sempre são entendidas como complemento da renda doméstica. (Figuras 54 e 55).



Figura 54 – Horta urbana no bairro Limoeiro. Autoria: Wodis K.O.Araujo. 2012



Figura 55 – Plantação de milho e feijão no lote urbano do bairro Santo Antônio. Autoria: Skyline.

Não só há o cultivo de alimento; as ervas medicinais, para o consumo da população local, também ocupam espaços na agricultura urbana, como a criação de animais de pequeno porte. Fazemos referências às hortas medicinais na cidade de Lisboa (Portugal) e Cidade do México (México); e a criação de animais como codornas e perdizes e “o porco do quarto andar” em Havana (Cuba). Devemos sinalizar que a criação e animais dentro da cidade e em sua periferia, é menor pois muitas dessas cidades possuem leis que proíbem tal atividade, baseadas principalmente nas zoonoses.

No município de Feira de Santana, a agricultura urbana se mostra presente, não só na sede municipal, nos bairros periféricos, como nas sedes distritais, em especial Humildes, Maria Quitéria e Jaíba, como principais representantes dessa atividade, mesmo não dispondo de dados estatísticos sobre essa atividade. Não há por parte da Prefeitura Municipal um incentivo formalizado da prática da agricultura urbana em terrenos baldios, pois a política implantada no município é a intensificação do IPTU, que obriga indiretamente seus proprietários a murar o imóvel. Diferente do que acontece nas Prefeituras dos municípios de Montes Claros (MG), pioneira no estímulo da agricultura urbana; Recife (PE), São Paulo (SP) e suas diversas iniciativas de agricultura urbana e no Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR).

As famílias que praticam a agricultura urbana retiram dela, um rendimento extra e depois um acréscimo à dieta alimentar, com seus produtos. Pois os produtos de primeira qualidade são destinados ao mercado e seus refugos, para a alimentação. Essa prática é visível no período de safra do calendário agrícola municipal, quando os camponeses levam para as ruas do centro da cidade seus produtos, em especial o feijão-verde, milho, ovos e galinhas vivas. Essa oferta, se mostra positiva para a população urbana que além de encontrarem uma oferta e variedade maior de produtos para sua alimentação, forçam para baixo o preço dos alimentos nos supermercados e estivas.

5.6 Ruralidades

A modernização da agricultura, pós-1960 promoveram inúmeras transformações no setor agrícola, aprofundando as desigualdades (produtivas, sociais e econômicas) que já existiam e criando novas. A heterogeneidade na agricultura tornou-a uma estrutura complexa e multifacetada, que reconfigurou o espaço rural, associada às mudanças sociais, econômicas e culturais, revalorizando o rural e a natureza. Novas prática e atividades rurais, apoiadas pela tecnologia, surgem sobre os velhos extratos produtivos da agricultura, modificando a forma de produzir, mas mantendo as mesmas relações de trabalho.

Durante muito tempo o rural e o urbano foram abordados como duas realidades distintas, onde a cidade tida como dominante, executava o trabalho intelectual e de transformações, em contrapartida ao rural dominado, prevalecia o trabalho manual e muitas vezes tido como atrasado. Neste contexto é possível se perceber a nítida divisão do trabalho, onde Marx e depois Lefebvre, reafirmando a oposição que campo e cidade são elementos distintos por suas formas de produzir e que suas populações poderiam ser divididas e analisadas, isoladamente (LOCATEL, 2004, GOMES 2007). Porém observou-se que havia dentro do tecido urbano, camponeses e artesões que buscavam no campo seu sustento e que as aldeias se ruralizavam perdendo a especificidade camponesa.

Entretanto, no Brasil, a aristocracia rural dominou o país politicamente e economicamente, perdendo força, mas não desaparecendo do cenário nacional e continuou influenciando o país até o presente momento; após a modernização da agricultura, que dava seus primeiros passos, na década de 1930, com Getúlio Vargas,

precisamente entre (1930 – 1956) o chamado período da “revolução industrial”. Vargas afastou do poder do estado as oligarquias tradicionais que representavam os interesses agrários e adotou uma política industrializante. O segundo período da indústria no Brasil – o período da “internacionalização” –, pós-1959 até a atualidade, marca a intensificação da agricultura pela mecanização e uso de insumos em larga escala.

O final do século XX é marcado por uma complexificação e intensificação das relações campo-cidade em escala mundial, pois são recriadas as relações entre os setores econômicos e restabelecidos valores até então tidos como privilégios da cidade ou do campo. Assim, as novas atividades desenvolvidas no campo, a partir de um novo conjunto de produtos, de prestação de serviços, de tecnologias e da visão do campo agora como espaço também de lazer, levam alguns estudiosos, a tratar, inclusive, de um “novo rural” no Brasil (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Ao mesmo tempo, determinados estudiosos lançam perguntas para tentar entender se este novo rural é realmente rural (LOCATEL, 2004; OLIVEIRA, 2007).

Para Locatel (2004, p. 158) os quatro subconjuntos do “novo rural” apresentado por Graziano da Silva; 1. a agropecuária moderna; 2. as atividades de subsistência; 3. as atividades não-agrícolas; e 4. novas atividades agropecuárias; apresentam pouco de “novo”. Celso Locatel (2004) argumenta, que o uso de tecnologias sempre esteve presente na agricultura brasileira, como os sítios de pequenos produtores que abasteciam de alimentos aos grandes latifúndios, ao longo da história do país; as atividades não-agrícolas foram alvo de debates em Kautsky (1980) e por fim a questão do “novo” está de intensidade dessas atividades, pois aumentou o número de pessoas participando do trabalho não-agrícola, dando um destaque maior na atualidade do que no passado.⁷²

Inegavelmente esses espaços guardam especificidades, assim como algumas permanências de destaque, tais como a divisão do trabalho ainda existente entre eles, além de um provável domínio da cidade sobre o campo quando pensamos, por exemplo, na questão salarial. Como sabemos, muitos salários pagos nas cidades são bem superiores àqueles pagos no campo. Ademais, novos empregos surgem com a modernização da agricultura e oferecem salários com valores bastante elevados e até então inexistentes na realidade do campo.

⁷² Sobre essa intensidade, nos referimos às atividades não-agrícolas e a pluriatividade. Os autores: CARNEIRO, 2008; NASCIMENTO, 2008; SOUSA, 2009; MESQUITA, 2011; destacam esse crescimento.

Os jovens são os mais vulneráveis nessa questão de trabalho/salário, pois muitas vezes estão inseridos numa realidade de uma agricultura tradicional, de subsistência e sem maiores perspectivas de melhoria no lugar onde vivem. Assim, além de se constituírem um exército de reserva, são facilmente recrutados para o trabalho não-agrícola fora de sua unidade familiar de produção.

Uma delimitação não é fácil, para o universo campo-cidade. Entretanto, o campo não é caracterizado apenas pelo caráter agrícola, assim como apenas os aspectos demográficos não mostram o crescimento urbano de determinados espaços. E ainda mais, associar o rural e o urbano, ou o campo e a cidade a uma única atividade econômica torna-se, na atualidade, cada vez mais controverso. Contudo, esses elementos (agricultura, demografia, economia, etc.) nos ajudam a completar o quadro para podermos estabelecer, principalmente nos dias atuais, as diferenças, as semelhanças, as relações, as distâncias e, sobretudo, as complementaridades entre, cidade e campo. As grandes transformações sugeridas pelo período histórico atual nos motiva a pensar tais relações de forma muito mais ampla e complexa.

Em um dos vetores de crescimento e desenvolvimento, a modernização da agricultura trouxe para o município de Feira de Santana, assim como para as demais unidades da federação, atividades que antes não se fazia presente no espaço rural, como exemplo, a industrialização do campo, a agricultura *part-time*, a segunda residência, os condomínios fechados de luxo, o lazer. O espaço rural com suas multifunções incorporando e adaptando as atividades urbanas geradoras de uma diversidade de formas, de um rural com características urbanas, de maior ou menor intensidade do uso dos espaços por atividades econômicas definidas como urbanas e/ou como rural.

Tomamos como exemplo os sítios e chácaras dos distritos de Humildes e Jaíba. Esses distritos possuem indústrias e galpões de serviços comerciais de armazenamento ao lado de pastagens e plantações e condomínios residenciais, vizinhos de hortas e pomares; com pequenas propriedades rurais que disputam espaço nas vias de circulação com suas carroças de tração animal entre caminhões e carros particulares. A necessidade de expansão das atividades urbanas, promovem o avanço do urbano, porém reafirma o rural pelo consumo dos espaços naturais, do verde e da natureza.

No município, nichos de mercado especializados começaram a despontar para um grupo seletivo de consumidores, como a agricultura orgânica e a produção de polpas de fruta sem conservantes. Alguns pequenos agricultores familiares começam a se especializar na produção de frangos e ovos orgânicos, com compradores fixos e

produção limitada. A demanda sempre é mantida maior que a oferta do produto garantindo a seus produtores um valor maior no resultado final da venda. Destaca-se também a produção hidropônica, com toda sua produção reservada a uma rede de supermercados da Bahia (Hiper Bompreço / Walmart). A criação de animais exóticos como avestruz e javali, são presentes no município, porém com pouca expressividade e pequenos fabricos de temperos e compotas de doces diversos.

O mesmo tem acontecido com a substituição, ainda numa pequena escala, da criação de gado bovino, pela de ovinos e caprinos selecionados, no distrito de Jaguara. Os consumidores encontram os cortes nobres de carne de ovinos em redes de frigoríficos de grife, principalmente no centro da cidade. A produção de leite e seus derivados é pontual, mesmo existindo uma empresa de beneficiamento de leite no município, a Companhia Central de Laticínios da Bahia – CCLB.

Mesmo com toda essa diversidade de atividades, as que mais se destacam no município são: a segunda residência e os espaços de ócio e lazer. A segunda residência pelo poder aquisitivo, dos proprietários que buscam no campo o isolamento do cotidiano urbano e o aluguel de pequenas propriedades para o lazer e ócio dos finais de semana e/ou de curtos períodos. Todavia entendemos que há um limite, no espaço, para a atuação dessas atividades, pois eles se espacializam no periurbano, mesclando as comodidades dos serviços urbanos, como a telefonia e a internet, com a horta e a granja.

Para a população camponesa o trabalho acessório em atividades não-agrícolas, é quase o único vínculo com essa ruralidade, resultado da oferta de empregos diversos, pois nas unidades de produção familiar, pelo tamanho de gleba trabalhada e das técnicas empregadas, associada aos tipos de cultivos, inviabiliza uma produção, que seja competitiva nos mercados e que possa garantir a reprodução da família. O trabalho não-agrícola, tende a se concentrar em atividades que exijam baixo nível de instrução ou complexidade de execução.

Se observarmos a partir da cidade difusa, as ruralidades se apresentam também, pelo lazer e pelos serviços urbanos, nas mercearias e pequenas lojas de materiais de construção, salão de beleza, bares, oficinas diversas e igrejas. O campo atraiu, a partir da sua urbanização, novas formas de habitat, atividades econômicas não-agrícolas e mudanças no modo de vida da população e na dinâmica do território. Podemos encontrar lugares com maior intensidade das atividades agrícolas tradicionais e outros com maior índice de urbanização.

Assim a agricultura pode ser praticada tanto em áreas rurais como em áreas urbana de grandes e pequenas cidades. Suas características podem variar, como as técnicas utilizadas, as condições naturais e a intensidade dos recursos. A relação dos espaços rural e urbano, interagem e se mesclam, num mosaico de atividades onde as ruralidades se apresentam com maior ou menor intensidade.

5.7 Complexidade do meio rural municipal

O espaço rural do município de Feira de Santana foi moldado a partir de uma fazenda de gado e de rotas de boiadas e tropas de burros, de plantações comerciais de fumo, cana-de-açúcar, algodão e mandioca. O comércio baseado na economia do gado floresceu junto com a feira livre e os currais de negócios. O boi gordo foi uma moeda forte para mover as engrenagens do comércio varejista e promover mudanças na logística dos transportes e da circulação, atraindo para a cidade de Feira de Santana, a estrada de ferro e depois as rodovias (ANDRADE, 1987; POPINO, 1968; FREIRE, 2012).

Os elementos que promoveram o desenvolvimento político e econômico da cidade acarretaram um crescimento populacional e uma mudança na estrutura produtiva do município. Primeiro foram às secas cíclicas que gradativamente reduziram o rebanho bovino (DINIZ, 2012), tirando do município a condição de praça de cotação do preço do boi gordo, o mesmo ocorre com a bacia leiteira do município, que nunca teve grande expressividade, mas que recebia dos municípios vizinhos o leite suficiente para processar e manter uma indústria de laticínio e uma fábrica de leite em pó.

O município nunca possuiu grandes lavouras de destaque econômico, ainda que seu brasão faça referencia ao fumo e ao milho, esses cultivos eram tratados como economias secundárias e de “homens pobres”, mesmo a mandioca como a principal fonte de alimento para a população e que se manteve ativa, junto com o milho e o feijão, não puderam sustentar a economia local (FREIRE, 2012). O gado e o comércio foram as principais fontes de renda em que o município se ancorou. As lavouras de subsistência disputavam espaços com as fazendas de gado, para a produção de alimentos que encontravam na feira livre, local de comercialização.

O gado e o comércio geraram uma oligarquia local de coronéis, que pela disputa política atraiu para o município novas atividades econômicas, em especial a indústria.

Aos poucos as fazendas foram reduzindo suas áreas e o gado foi perdendo expressão, dando lugar a pequenas e médias propriedades rurais que resistiram e mantiveram o cultivo dos víveres, apoiada ainda pela feira livre, que acontecia no centro da cidade (SANTOS, 2009; ARAUJO, 2014).

Diferente do gado que não conseguiu se sustentar no município, as lavouras de subsistência ganharam espaço principalmente no período posterior ao ano de 1950, quando o município começa a receber os primeiros investimentos governamentais e mais ainda no decênio de 1960 com as obras de infraestrutura que aconteciam no país e chegavam ao município (FREITAS, 1998; SANTOS, 2007; OLIVEIRA; 2014). A feira livre foi a responsável por manter um maior número de pequenos e médios agricultores produzindo em suas unidades familiares, pois achavam um comércio “fácil” para absorver seus produtos. Outro fator positivo para essa manutenção são as migrações para o município que estimulam o consumo dos víveres e do comércio já totalmente concretizado.

Em 1992, a seca coloca um fim na hegemonia do gado, retirando do município a condição de indicador de índice de preço do boi gordo para o mercado da região Nordeste. A retomada industrial do município, novas modalidades de comércio, como o shopping e galerias e a modificação do padrão de consumo urbano com os supermercados e hipermercados, que inicialmente reduzem a demanda e o consumo nas feiras livre, mas não o seu esgotamento ou desaparecimento. O campo também se reestruturou e passou a ofertar mão de obra para a cidade, como resultado da fragmentação e gradativa redução das propriedades rurais.

O primeiro caso a se observar foi a liberação de mão de obra nas pequenas propriedades rurais pelo uso de máquinas, mesmo que em pequena escala mais o suficiente para reduzir o tempo do labor nas atividades dentro da unidade familiar de produção; e depois pela mudança na forma das relações de trabalho e do aumento do número de indivíduos que executam trabalho acessório, não obstante a introdução de novas atividades econômicas no espaço rural municipal.

Com uma população total de 510.635 habitantes (IBGE – Censo Demográfico, 2010) e uma população rural de 46.007 habitantes, questionamos se todos os habitantes da cidade (sede municipal e sedes distritais) executam labores em atividades industriais e de serviços e mais ainda se todos os habitantes da zona rural são trabalhadores do campo? Encontramos uma resposta negativa, pois já havíamos tratado do trabalho acessório em atividades não-agrícola da população – residente – no campo, e que essa

população de trabalhadores ativos em nada tinham de ligação com o rural a não ser a moradia.

A população rural do município mesmo trabalhando em atividades agrícolas e estabelecimentos rurais representam 29.983 pessoas e desse total, 21.390 pessoas estão no universo da agricultura familiar de todos os gêneros (IBGE – Censo Agropecuário, 2006). Um número muito baixo se comparado ao número total da população do município. A produção agrícola mesmo representada em números mil unidades, não retrata a realidade do Centro de Abastecimento, onde os comerciantes afirmam que até 95% de seus produtos são adquiridos de outros municípios.

O conflito entre a produção agrícola, os estabelecimentos rurais e a população rural se dá pela marcha dos empreendimentos imobiliários, em especial os condomínios residenciais fechados localizados em efetiva zona rural municipal e a tendência a minifundiarização das unidades familiares que se tornam celeiros de oferta de mão de obra para as atividades não rurais e para as agroindústrias que também buscam o espaço rural para se instalarem (Figuras 56 e 56a).



Figura 56 – Futuro condomínio residencial fechado na zona rural do distrito de Humildes.



Figura 56a - Futuro condomínio residencial fechado na zona rural do distrito de Humildes.

Autoria: Wodis K.O.Araujo, 2012.

Uma referência feita às fábricas de sucos de frutas que comprou sua matéria prima de outros municípios, mas estão instalados no município de Feira de Santana (Brasfrut, Necttare, Magia da Bahia). A justificativa para se instalarem no município é a logística dos transportes, oferta regular e ininterrupta de energia e telecomunicação, mão de obra qualificada e abundante, centro financeiro e potencialmente consumidor; porém não há no município nenhum polo de fruta irrigada ou frutas de sequeiro que possam gerar demanda para as fábricas de suco.

Essas fábricas de beneficiamento de polpas de frutas e/ou sucos envasados por sua vez não garantem a compra de frutas dos pequenos e médios produtores ou das famílias camponesas municipais; pois todos esses produtores não conseguem produzir em escala regular aquilo que as fábricas requerem em suas atividades.

Uma das características da agricultura camponesa é o policultivo, nas pequenas propriedades o pomar sempre é composto pelo menos com um exemplar de cada árvore frutífera, o mesmo se dá pela lavoura de consórcio, um mecanismo de produção comum entre os camponeses que dispõem de pouca terra para cultivar (PAULINO, 2006; SANTOS, 2009). Essa característica da unidade familiar em seu arranjo espacial, atrai o

neo-ruralismo num imaginário de vida campesina e sua fixação entre os membros da comunidade rural.

O neo-ruralismo é paradoxal, pois diante do processo de urbanização, ele representa um importante elemento de resistência à urbanização no modelo de cidade, mas traz consigo componentes dessa urbanização, porém necessita conservar o rural que é o elemento chave de sua existência, valorizando o modo de vida rural associado ao modo de vida citadino.

Outra questão são as famílias que possuem domicílio na zona rural mas desenvolvem seu labor nas cidades ou exclusivamente em trabalhos não-agrícolas, justificado principalmente pelo tamanho da propriedade, pelas técnicas de cultivo e pela escolha/disponibilidade da lavoura/criação a ser laborada. O avanço do capitalismo no campo provoca a industrialização da agricultura, a apropriação da renda da terra pelo capital, a territorialização de capital por um lado e a monopolização do território, por outro⁷³.

De forma contraditória, há um processo crescente de incorporação de técnica à produção agropecuária, com a redução do número total de pessoas ocupadas no campo, porém se mantendo o caráter rentista da reprodução do capital, através dos mecanismos de sujeição da agricultura camponesa ao capital, que consegue converter em lucro o excedente de trabalho e a renda da terra, contida nas mercadorias agrícolas provenientes da agricultura camponesa (LOCATEL, 2004).

Sobre esse assunto ainda se segue a minifundiarização da propriedade rural que para o caso do município de Feira de Santana, tem sido a principal responsável pela redução do número de pessoas empregada no campo e que se constitui em exército de reserva para os setores urbano-industrial do município.

Não só os estabelecimentos rurais menores que 1 ha que somam 50,76% do total de estabelecimentos rurais do município (4.553) e os estabelecimentos rurais que estão na classe entre – De 1 a menos de 5 ha - que perfazem 33,44% (3.000), resultando num universo de 84,20% do total, promovem a exclusão dos braços. Mas qual a real possibilidade de produzir e de se manter produtivo quando o que se dispõe não menos que 1 hectare para o trabalho?

A minifundiarização tem se mostrado o maior aliado na geração de mão de obra excedente para a cidade e suas atividades econômicas, muito mais que a mecanização da

⁷³ Essa temática é também abordada pelos autores: GRAZIANO DA SILVA, 1996, 1999; LOCATEL, 2004; MARTINS, 1983, 1990; OLIVEIRA, 2007; OLIVEIRA JUNIOR, 2012; SANTOS, 2012.

lavoura ou a interpenetração de equipamentos urbanos no meio rural. Todavia os minifúndios tem se confundido com lotes urbanos, na cidade difusa promovendo a expansão da mancha urbana, aliada aos interesses políticos que corroboram com a possibilidade de ampliar os lotes urbanos em detrimento dos estabelecimentos rurais.

Os espaços urbanizados se confundem com os espaços ruralizados, gerando possibilidades de usos diferenciados. Pois é possível conviver com hortas e pomares, mas não são aceitas granjas e currais numa disputa de conflitos pelos espaços de interesses entre as categorias, rural e urbano. As ruralidades se apresentam firmes na territorialização como suas novas ruralidades resultado da classificação de atividades e do uso do solo.

Os grandes proprietários de terras do município não se veem ameaçadas por essa investida urbana, pois reconhecem a possibilidade de transformarem seus estabelecimentos rurais em condomínios residenciais fechados de alto padrão, como uma referência ao campo e a natureza, utilizando-se do discurso da proximidade e convivência com o “meio natural”. Pois para esses grandes proprietários, a terra é uma mercadoria e sua propriedade um negócio. Diferente da família camponesa que vê na terra seu locus de existência e de relações.

No município de Feira de Santana, não foi detectado a presença do boia-fria, um trabalhador rural (diarista, na maior parte das vezes) que habita a cidade e faz uma migração diária entre sua residência e os possíveis locais de trabalho no campo. Temos trabalhadores que fazem essa migração inversa, residem na zona rural e trabalham na cidade, numa migração pendular, exercendo o trabalho urbano como qualquer outro citado. Aqui se faz um questionamento: Até que ponto as famílias que se encontram nessa condição são realmente agricultores familiares?

Também não foi verificado no município foco das análises, a presença de – bairro rural – mesmo que algumas sedes distritais apresentam tais características como apontou (PAULINO, 2006, p. 348), porém o zoneamento urbano as classificam como zona urbana, sujeitas ao IPTU e dotadas de todos os equipamentos urbanos disponíveis no município. A intensidade das relações rural-urbana é algo questionável nesses distritos (em especial Jaguará) e a interação com o urbano é algo a se mensurar se possível, principalmente a sede distrital de Jaguará. O mesmo para a ausência de fazendas, sítios e chácaras isoladas. A intensidade das vias de circulação, pavimentadas ou não, como a proximidade dos municípios vizinhos (que proporcionou a

metropolização entre outros aspectos), junto a expansão da mancha urbana, que inviabiliza a existência de isolamento no meio rural municipal.

Esse questionamento é mais um embate na questão da manutenção e até mesmo do número de trabalhadores no campo municipal que está associada a dois fatores; a dificuldade do acesso à terra resultado da manutenção e conservação da estrutura fundiária concentrada, baseada na reprodução do capital rentista, na lógica modernista e desenvolvimentista que o país trouxe para sua economia, pela mecanização da agricultura e o aumento de sua produtividade, pela industrialização e urbanização como fatores de crescimento para o país.

Devemos lembrar que a urbanização não provoca a eliminação do campo ou o modo de vida rural, pois se trata de um processo que atinge o território em sua totalidade. O que se pode afirmar é que existe uma territorialidade, composta por novas urbanidades e novas ruralidades, e que se faz necessário entendê-las, com uma nova abordagem e considerando todos os elementos presentes no espaço geográfico.

6 Considerações finais

O espaço rural do município de Feira de Santana tem sido alvo de estudos sempre relacionados com um conjunto maior de atividades na agropecuária, agroindústria, etc., e em especial a questão do gado e da cotação do preço da arroba do boi gordo, mesmo a cidade já não possuindo um rebanho bovino expressivo desde 1992, data da última grande seca; todavia conta com uma unidade frigorífica de abate de animais de médio e grande porte – o FRIFEIRA, e uma unidade de beneficiamento de leite e produção de leite em pó – a CCLB e outras tantas indústrias de sucos e alimentos.

Todavia a condição de produção das pequenas propriedades rurais, só é destaque na mídia local quando a população em suas comunidades realizam manifestações culturais, religiosas ou praticam labores considerados primitivos de cunho comunal. Exemplos da bata do feijão, das cantigas de farinhadas, missas e novenas a São José e pelos pedidos de chuva. O que não entra na discussão é a real condição do camponês, pequeno proprietário rural, com área de terra inferior ao módulo rural do município e que dentre estes ainda aparecem proprietários com área menores que 1 hectare. A minifundiarização convive com a possibilidade mutável para lotes urbanos.

A distribuição de terras no município de Feira de Santana, conta com uma concentração fundiária, típica do país, onde a terra está concentrada nas mãos de uma minoria, que por sua vez catalisa recursos econômicos das instituições financeiras privadas e públicas, valendo do direito de propriedade e tudo o que isso representa. Esses agentes hegemônicos (minoria em quantidade), são capazes de realizar empreendimentos significativos no município, como os complexos avícolas, usinas de produção de rações, condomínios residências fechados e de luxo, haras residence's, além de outras atividades econômicas com menor destaque.

Essas características, como o tamanho da propriedade, a reprodução das unidades familiares, principalmente por laços de parentesco (herança), a distância entre os núcleos urbanos e o local de moradia, as atividades de labor, dentro e fora da terra e as relações de trabalho desenvolvidas pelos camponeses; as ruralidade, a relação campo-cidade e a penetração de equipamentos urbanos no espaço rural, fazem da área de estudo um caso

singular, para o estudo principal da relação campo-cidade e a questão da pequena propriedade rural no município.

Os pequenos proprietários rurais, desprovidos de acesso a política de crédito, limitam-se a executar atividades onde a força de trabalho familiar seja absorvida, por inteiro ou em partes. Estes produtores só dispõem daquilo que possuem para produzir, como ferramentas manuais, sementes sem uma prévia seleção, pouca ou nenhuma adubação orgânica ou química, reduzida área de cultivo, técnicas tradicionais de produção. Esses conjuntos de fatores associados resultam em uma baixa produtividade agrícola, muito comum entre os camponeses do município.

Outros fatores contribuem ainda para manter a condição do camponês como um simples produtor de víveres, como está atrelado as condições climáticas do calendário agrícola, no que se refere: às chuvas (ausência de técnicas de irrigação); uso de técnicas de cultivos tradicionais, o apego a crendices populares e religiosas e a dificuldade de acesso as inovações. Para os pequenos proprietários rurais do município de Feira de Santana, principalmente aqueles inseridos na condição de proprietários com área inferior a 10 ha, o trator, arado e o adubo químico, são os maiores adventos tecnológicos usados para o cultivo.

A modernização da agricultura brasileira e de suas técnicas, não foi o fator fundamental para que o espaço rural municipal apresentasse um crescimento significativo, pois a estrutura fundiária municipal baseada, primeiro em minifúndios e pequenas propriedades familiares de agricultura de subsistência e de excedente para comercialização e, segundo de fazendas de criação de gado extensivo, não colocaram o município num patamar de grande produtor do agronegócio. Os insumos e o crédito agrícola, são pouco utilizados pela grande parcela dos pequenos produtores e com isso a produção agrícola não recebe tanto destaque como a atividade comercial e de serviços, que faz com que a cidade de Feira de Santana se destaque no cenário nacional.

Como vimos anteriormente, o trabalho familiar gera não só o alimento da família envolvida na atividade, como também proporciona ganhos financeiros para sustentar-se daquilo que não pode produzir em seu estabelecimento rural. Essa produção alimenta o camponês; mas quando esse está lavrando a terra, antes mesmo de pensar em saciar sua

fome, pensa na renda que esta safra pode lhe render. Assim os agricultores de subsistência passam a produzir mercadorias, condicionados pelo mercado.

A sujeição e subordinação do camponês ao capital; força-o a ser um produtor de mercadorias, a cada tempo mais sofisticada, e não de cultivares básicos. O excedente da produção, torna-se a regra de sobrevivência e ele deixa de produzir um alimento para produzir uma mercadoria que atenda ao desejo e satisfação, do cliente. O camponês deixa de produzir para sua sobrevivência e passa a produzir para o mercado consumidor. Nessa produção encontram-se partes muito pequenas destinada a sua alimentação. Pois quando se cultiva, os cultivos de subsistência (mandioca, milho, feijão) a necessidade de se preocupar em fazer pesquisa de mercado (preço, oferta e aceitação) para os produtos a serem oferecidos, é baixa. Se há procura, ela ocorre o ano inteiro.

Obedecendo a esse critério, alguns pequenos proprietários rurais, mantêm pequenos estoques de safra, esperando valores mais altos, ou controlando suas economias. Em muitos casos não há lugar adequado em suas propriedades para manter estoques de produtos durante a entressafra, esperando uma melhor remuneração por sua produção. Mesmo quando a produção é destinada a CEASA, os camponeses têm que se submeter a intermediação de atravessadores, que efetuará a revenda aos feirantes. Essa relação com o mercado, via atravessador, reduz ainda mais o valor final pago pela sua produção. Ainda há que se considerar as condições de transporte e os valores elevados pagos por esse serviço, entre o lugar de produção e o de venda, que não atendem as condições do pequeno produtor.

Aqui forças externas e manipuladoras articulam-se para impedir que esse camponês possa de uma forma ou de outra organizar-se com o objetivo de melhorar seu desempenho produtivo, na forma de cooperativas e associações que agregassem a pequena produção de cada família, transformando em um montante maior, com força capaz de competir com a produção do agronegócio. A interferência negativa, nesse aspecto, é visível na ação dos atravessadores e do Estado.

O que mais nos chama a atenção é a necessidade de formação de núcleos, nos distritos, para orientar, apoiar e coordenar as ações, dos pequenos proprietários rurais na forma de como organizar suas lavouras, quais os cultivos mais aceitos ou que estão em destaque, o que há de novo nos mercados consumidores, quais as tendências, como

proceder para vender melhor sua safra, onde vender; fornecer uma assistência técnica para a lavoura (técnicos em agricultura, agrônomos e veterinários), produzir um banco de sementes, criar cooperativas especializadas e pequenas usinas de beneficiamento. Sem contarmos que as famílias necessitam de assistência social voltada para o bem-estar comum, como ainda, escolas rurais que atendam as necessidades locais dos camponeses, mantendo em seus filhos o ideal de luta, resistência e permanência na terra, se assim for o desejo dos mesmos.

Não nos cabe apresentar soluções, quando o principal problema dos pequenos proprietários rurais é ainda o tamanho da sua propriedade. A estrutura fundiária injusta, secular, ordenada pelo capitalismo, mantém-se firme especulando e expropriado o camponês de seu maior bem, que é o trabalho na terra e a terra de trabalho. O Estado é o principal responsável por essa questão quando deixa de incentivar e apoiar este trabalhador, preferindo investir em grandes projetos agropecuários.

A fragmentação da terra produzida por fatores financeiros ou familiares é ao mesmo tempo um problema e uma solução. Torna-se problema, à medida que essa propriedade sofre uma partilha da área original, reduzindo, principalmente o espaço destinado à produção agrícola. Entretanto é uma solução, quando a família aumenta o número de filhos e esses passam a habitar no mesmo espaço da propriedade patriarcal, garantindo a sua reprodução.

No entanto, consideramos que o maior problema ainda não seja a fragmentação pela herança, mas quando já não há mais terra para se parcelar e os filhos passam a habitar em lotes urbanos, agravando os problemas sociais da cidade. Ou ainda se essa fragmentação deu-se por venda de uma parte da propriedade a terceiros e os valores recebidos pela venda foram empregados de forma inadequada, comprometendo a manutenção da família. Ainda, esse parcelamento torna-se um problema quando a quantidade de terra restante não comporta a força de trabalho familiar e obriga os membros das famílias a trabalharem em atividades não-agrícolas, buscando a complementação da renda, pois, quase sempre a inserção desses camponeses no mercado de trabalho como operário se dá de forma precarizada.

À medida que há uma redução gradativa do tamanho da propriedade, o pequeno proprietário rural intensifica o trabalho acessório para garantir a sobrevivência dele e de sua

família. O que se observa é uma ausência na forma simples de conseguir os ganhos vindos apenas do trabalho da terra. A complementação de renda é inevitável, pois como não podem sustentar-se do que é produzido pela terra, lançam-se em outras atividades, agrícolas e não-agrícolas. Antes o trabalho acessório que era executado apenas nos momentos de intervalo de um ciclo agrícola para outro, e aconteciam por situações de desequilíbrio da unidade familiar, torna-se corriqueiro e incrementado pelas tecnologias gerando o assalariamento permanente.

Alguns, primeiro, trabalham suas terras – uma forma de garantia de uma renda não monetária, proveniente da produção de alimentos – e depois, passam a vender sua força de trabalho como meeiros ou diaristas. A proliferação como meeiros, dos pequenos proprietários rurais, justifica-se pelo fato de mesmo trabalhando a terra de outro, continuam a trabalhar a terra e de um modo são senhores de suas próprias atividades. Diferente de quando passam a vender a força de trabalho como diaristas; esse por sua vez, está sujeito as obrigações que o patrão lhe impõe, perdendo sua autonomia, o que muitos camponeses preferem evitar, como vimos nos relatos anteriores.

Salientamos ainda que no pensamento dos autores clássicos, o trabalho acessório acontecia nos momentos em que a terra de trabalho do camponês o liberava. Acrescentamos que a vivência desses autores tinha como realidade o inverno com neve. No período da nevasca, o trabalho acontecia principalmente em usinas diversas. Em nossa realidade, o trabalho acessório acontece paralelo ao labor da unidade familiar, consequentemente, ampliando a carga de trabalho dos membros da família que ficaram na terra.

Em nossa pesquisa não encontramos arrendatários, os pequenos proprietários trabalhavam para manter-se como meeiros e lavram suas terras em períodos diferentes, como um complemento. Há também o caso dos que possuem terras, mas trabalham em atividades que divergem da lavoura, mantendo o cultivo como um complemento.

Observamos que não houve uma inversão como no caso anterior, uma vez que o trabalho não-agrícola, lhes parece garantir uma renda fixa e *garantida*. Percebemos também que o número de filhos aptos para o trabalho, converte-se em uma vantagem, e que pode driblar o problema do tamanho da terra, pois este trabalho acessório garante a entrada de renda, garantindo o equilíbrio financeiro da família.

Entretanto, as famílias que possuem casa de farinha em sua propriedade, saem menos para trabalhar fora de suas propriedades ou retardam a saída dos filhos, aumentando o tempo de permanência destes, na propriedade. O que contribui para os pequenos proprietários com casa de farinha, retardarem a busca de trabalho fora da propriedade está no elevado custo para construir a casa de farinha, junto com ela seus equipamentos, e a cobrança direta ou indireta, do arrendamento a terceiros (vizinhos) dessa unidade de produção, o que lhe garante uma renda extra. Aquele que não possui a casa de farinha tem mais um ônus de produção, em sua jornada de trabalho, com uma consequente redução de renda familiar.

Além do trabalho na lavoura, muitos camponeses e seus filhos desenvolvem atividades nos distritos e na sede municipal, porém mantêm a propriedade como local de moradia. A instalação de indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas, tem atraído a PEA, residente na zona rural, principalmente os filhos, criando um vínculo de moradia na terra, pois como já dissemos, os jovens abandonam a casa dos pais, principalmente, por matrimônio. Para os mais idosos, resta o trabalho na terra e o complemento de renda pela aposentadoria.

Podemos perceber que a proporção de pobre era maior nas famílias camponesas, cuja renda principal baseava-se na aposentadoria. Nestes casos estas famílias, moram na propriedade rural, não vendem sua força de trabalho, a produção agrícola é mais baixa que a média, a aposentadoria era a que sustentava toda a família. Entretanto observamos, que outras famílias que possuíam membros aposentados, e usavam essa aposentadoria como *renda secundária*, mantendo a produção e muitas vezes vendendo sua força de trabalho.

A venda da força de trabalho, é também uma forma de equilibrar os ganhos da família; o camponês-alugado aparece quando a terra, resultado de uma pressão demográfica pelo número de pessoas que habitam na gleba e retiram o sustento das atividades agropecuárias é insuficiente para mantê-lo, o expurga, obrigando-o a trabalhar na lavoura de outros, recebendo uma remuneração pelo trabalho. Para esse caso, os chefes de família que tem na agricultura a atividade principal, estão num regime de pauperização, maior do que aqueles que vendem sua força de trabalho em atividades não-agrícolas. Diferente dos meeiros, que trabalham a terra de outros, demandando uma força de trabalho extrema (ele e

sua família, na maior parte dos casos), em busca de resultados positivos para seu trabalho, já que os resultados obtidos são compartilhados, com o dono da terra.

Todavia, o trabalhador rural deixa de ser a principal força motriz do campo, sendo substituído pelas máquinas, reduzindo a demanda de mão de obra e especializam o trabalhador rural, transformando o camponês em um proletário.

Observamos ainda que a unidade fabril, da casa de farinha, é um *símbolo de opulência*, no contexto comunitário, devido os valores gastos para sua construção. Daí o fato de não encontrarmos a casa de farinha em todas as propriedades que cultivam mandioca. Sendo assim aquele que a possui, pode garantir uma renda maior para sua família, pois ordenadamente, organiza o trabalho familiar durante todo o ano, mantendo um valor *fixo* de arrecadação, com a produção de mandioca, reduzindo também o tempo que trabalha fora de sua unidade de produção familiar.

Nesse contexto observamos o empobrecimento da maior parte do homem do campo no município de Feira de Santana. Entretanto, verificamos que diante das dificuldades financeiras a alternativa mais comum é a saída, voluntaria ou involuntária, como o emprego fora da propriedade, ocupando a mão de obra do chefe e dos membros da família, na esperança de se reproduzir e manter o espaço em que vivem, relacionando o campo, na situação do camponês feirense, com o forte processo de urbanização.

As políticas públicas que atuam no município não são capazes de garantir a manutenção e a (re)produção do camponês e de sua família em sua unidade familiar pois percebemos, em nossa pesquisa de campo, que as políticas públicas existem e são disponibilizadas mas não se efetivam por diversos fatores; e como resultado não são parceiras dos camponeses, pois estes muitas vezes se encontram alheios a sua existência. O que nos parece é que essas políticas públicas precisam ser levadas e apresentadas aos camponeses e demandadas com a maior simplicidade de ações como é o cotidiano desses trabalhadores e de suas famílias, ou seja, é preciso saber falar a língua do camponês.

Nesse sentido, verificamos ainda um processo de especulação fundiária realizada pelos agentes do capital imobiliário que zoneiam o espaço rural para transformá-lo em condomínios residenciais fechados e de luxo e a própria expansão da mancha urbana, com o uso da segunda residência e a intensificação da oferta de infraestrutura urbana, que amplia a cidade difusa pelos diversos uso do solo.

Mesmo com essa pressão exercida por esses agentes imobiliários sobre os camponeses para venderem suas terras, há ainda a possibilidade de uma blindagem com os neorurais, que num processo de dualidade usam as mesmas chácaras e sítios que são alvo de especulação e pressão imobiliária, são também procuradas e compradas por esses novos moradores do campo que busca viver próximos a natureza e ao verde e retirar o sustento da terra. Mesmo sabendo que os neorurais e os agentes imobiliários, promovem a entrada do capital imobiliário especulativo, pelo mercado de terras, de compra e venda das propriedades rurais municipais.

Nesse contexto, o campo e a cidade não são duas entidades dicotômicas. Fazem parte de uma mesma estrutura, onde mantêm fortes relações de interpenetralidade. Neste sentido, é preciso ter em mente a totalidade para que as análises não sejam unilaterais. A relação campo-cidade no município de Feira de Santana, segue a mesma estratégia dominante que impõe uma “ordem” a qual atende apenas aos objetivos capitalistas, de uma lógica desenvolvimentista e modernista, que busca se desfazer do rural, sem dar a devida atenção ao caráter de complementaridade entre o campo e a cidade, onde a recíproca relação em que um constrói o outro.

7 Referências Bibliográficas

AGUIAR, Antônio P. de. **Mandioca: O pão do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ALANTEJANO, Paulo R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, João C. (Org.). **Agricultura familiar: realidade e perspectiva**. 3 ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 149 -178.

ALBUQUERQUE, Milton. **A mandioca na Amazônia**. Belém: Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), 1969.

ALENCAR, Cristina M. M. de., SCHWEIZER, Peter J. (Orgs.). **Transformações territoriais: De rural a metropolitano**. Campinas, SP: Editora Alinea, 2008.

ALVES, Flamarion D. **Importância das teorias agrárias para a geografia rural**. Mercator – Revista de Geografia da UFC, ano 8, n° 16, 2009.

ANDRADE, Benedita P. **Sisal et société rurale dans de Nordeste du Brésil**. Toulouse: Université de Toulouse – Le Mirall, 1993.

ANDRADE, Carlos D. de. **Nova reunião: 19 livros de poesias**. v. 2. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1983.

ANDRADE, Manuel C. de. **Agricultura e Capitalismo**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução a economia regional**. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Geografia econômica do Nordeste: O espaço e a economia nordestina.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **O Nordeste e a questão regional.** São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Modernização e pobreza: A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social.** São Paulo: Ed. da Univ. Estadual Paulista, 1994.

_____. **Geografia Econômica.** São Paulo: Atlas, 1979, 1998.

ANDRADE, Sheyla S. O pronaf e pluriatividade: oportunidade de inserção dos camponeses no mercado? In: CARVALHO, Diana M., ALCANTARA, Fernanda V. e COSTA, José E. da. **Desenvolvimento territorial, agricultura e sustentabilidade no nordeste.** São Cristóvão: Editora UFS, 2010. p. 353 – 374.

ANTONELLO, Ideni T. Força de trabalho familiar: célula da reprodução camponesa. In: SANTOS, Lourival S. (Org.) **Camponeses de Sergipe: estratégias de reprodução.** Aracaju: NPGeo/UFS, 1996. p. 17 – 44.

ARAUJO, Alessandra O. **Redes e centralidades em Feira de Santana (BA): o centro de abastecimento e o comércio do feijão.** Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.

AZEVEDO, Fernando A. **As ligas camponesas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARSKY, Andrés. El periurbano productivo, un espacio en constante transformación. Introducción al estado del debate, con referencias al caso de Buenos Aires. **Scripta Nova.** Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (36). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-36.htm>.

BACHA, Carlos J. C. **Economia e política agrícola no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2004.

BASTOS, Elide R. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BERNADELLE, Maria L. F. da H. O caráter urbano das pequenas cidades da região canavieira de Catanduva – SP. In: SPOSITO, Maria E. B. e WHITACKER, Arthur M.(Orgs.). **Cidade e campo: Relações e contribuições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 217 – 247.

BERTRAND, Alvin L. [et al.] Sociologia Rural: uma análise da vida rural contemporânea. São Paulo: Atlas, 1973. Apud. REIS, Douglas Sathler dos. **O Rural e Urbano no Brasil**. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu- MG – Brasil, 18 a 22 de setembro de 2006.

BOTELHO FILHO, Flávio B. **Espaço, renda da terra e acumulação**. 2008. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/sdr/article/viewfile/4/13>> Acessado pelo autor em: 20 de abril de 2014.

BOSERUP, Ester. **Evolução agrícola e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec/Polis. 1987.

BRASIL. **Estatuto da Terra (1964)**. 20 ed. (atual. e reform.) São Paulo: Saraiva, 2006.

BUAINAIN, Antônio M. (Coord). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

CARNEIRO, Maria J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 1998.

CÂMARA, L. **A concentração da propriedade agrária no Brasil**. Boletim Geográfico, IBGE, Rio de Janeiro: FIBGE, 1949.

CARIBÉ, Clovis; VALE, Raquel e LOBÃO, Jocimara. Modernização da agricultura e ocupação de cerados no Oeste baiano. In: CARIBÉ, Clovis; VALE, Raquel. (Orgs.) **Oeste**

da Bahia: Trilhando velhos e novos caminhos do além São Francisco. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012. p. 175 – 226.

CARLOS, Ana. F. A. **A condição espacial.** São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, Marcia S. de. Da economia do excedente à sujeição da renda da terra ao capital: um breve comentário sobre a obra de José de Souza Martins. In: **Revista do departamento de Geografia.** Universidade Federal de Londrina, v. 8, n° 1. p. 37 – 48, jan / jun. 1999.

CEREDA, Marney Pascoli (Coord.) **Resíduos da industrialização da mandioca no Brasil.** São Paulo: Paulicéia, 1994.

CERVO, Amado L; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica.** 4ª ed., Makron Books, 1996.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA. José G. da e STOLKE, Verena. **A questão agrária:** Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 133 – 164.

_____. **La organización de la unidad económica camponesa.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CONCEIÇÃO, Antônio J. da. **A mandioca.** Cruz das Almas: UFBA – Escola de Agronomia, 1979.

CORRÊA, Roberto L. **A rede urbana.** São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

_____. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.) **Território:** globalização e fragmentação. 3 ed., São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1996.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto L. (Org.) **Geografia: Conceito e Temas**. 10 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COSTA, José E. e SANTOS, Josefa de L. (Orgs.). **Ensaio sobre a mandiocultura e a pequena produção familiar**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

DIAS, Laerte F.; LOBÃO, Jocimara S. B. e MACHADO, Ricardo A. S. Mapeamento do uso e ocupação do solo do município de Feira de Santana, Bahia. **Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE, 2013. p. 7396 – 7405.

DINIZ, Aline F. **Estudo da variabilidade da pluviosidade (1994-2010) no município de Feira de Santana (Bahia) e seus reflexos na agricultura de sequeiros: o caso do milho**. 2012. Salvador: Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2012. (Dissertação de Mestrado).

DINIZ, José A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Difel, 1986.

ENDLICH, Angela M. Perspectiva sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria E. B. e WHITACKER, Arthur M.(Orgs.). **Cidade e campo: Relações e contribuições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 11 – 32.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FERNANDES, Bernardo M. Questão agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE, João P. (Org.). **Questão agrária do Brasil: debate na década de 2000**. São Paulo: expressão popular, 2013. p. 173 – 238.

FERREIRA, Antonio B. H. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Danilo, S. **Uso do solo urbano de Feira de Santana**: Uma análise comparativa sobre a aplicação da Lei 1615/92 e o uso real da cidade. 2011. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2011. (Monografia de Graduação).

FLAMARION, Ciro. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1977.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

_____. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREIRE, Luiz C. M. **Nem tanto ao mar nem tanto a terra**: Agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850 – 1888. Feira de Santana: Editora UEFS, 2011.

FREITAS, Nacelice B. **Urbanização em Feira de Santana**: Influência da industrialização: 1970-1996. 1998. Salvador: Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 1998. (Dissertação de Mestrado).

_____. **O Descoroamento da Princesa do Sertão**: De “chão” à território, o “vazio” no processo da valorização do espaço. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2014. (Tese de doutorado).

GANCHO, Cândida V.; LOPES, Helena de Q. F.; TOLEDO, Vera V. **A posse da terra**. São Paulo: Ática, 1991.

GARCIA RAMON, M^a Dolores [et. al.] Geografia Rural. Madrid, Editora Síntesis, 1995. Apud. LOCATEL, Celso D. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade**: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis – SP. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2004. (Tese de doutorado).

GOMES, Francisca F. **As transformações sócio-econômicas da agropecuária no município de Feira de Santana – Bahia**. Salvador: Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 1999. (Dissertação de Mestrado).

GOMES, Iara R. **Agricultura e urbanização**: Novas dinâmicas territoriais no nordeste brasileiro. Fortaleza: Centro de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual do Ceará. 2007. (Dissertação de Mestrado).

GONZALES, Elbio; BASTOS, Maria Ines. O trabalho volante na agricultura brasileira. [in] PINSKY, Jaime (Org.). **Capital e trabalho no campo [por] Paul Singer [e outros]**. São Paulo: Hucitec, 1997. (Coleção estudos brasileiros, 7).

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. **O que é a questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José F.; QUEDA, Oriowaldo. Distribuição da renda e posse da terra na produção e consumo de alimentos. [in] PINSKY, Jaime (Org.). **Capital e trabalho no campo [por] Paul Singer [e outros]**. São Paulo: Hucitec, 1997. (Coleção estudos brasileiros, 7).

GUIMARÃES, Alberto P. **A crise agrária**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.

HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos” e Baianos no “Novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Brasil: Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, DAVID. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Los limites del capitalismo y la teoria marxista**. México: Fondo de Cultura Economica, 1990.

_____. **Justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HOBBSBAWN, Eric J. **A era do capital, 1848 – 1875**. 10ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HOLANDA, Sergio B. de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3ª ed. São Paulo: Editora Proposta Universitária, 1980.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos da metodologia científica**. Teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

IBGE. **Censo Agropecuário. Bahia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996, 2006.

_____. **Centro de documentação e disseminação de informações.** Normas de apresentação tabular. 3ª ed., Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

_____. **Diagnóstico geoambiental e sócio-econômico da Bacia do Rio Paraguaçu – BA.** Diretrizes gerais para a ordenação territorial. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. (Serie Estudos e Pesquisas em Geociências, número 1).

_____. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico da Bahia,** Rio de Janeiro, IBGE, 2000, 2010.

INAUGURAÇÃO do Centro de Abastecimento. Jornal Feira Hoje, Feira de Santana, 07 nov. 1976. In: ARAUJO, Alessandra O. **Redes e centralidades em Feira de Santana (BA):** o centro de abastecimento e o comércio do feijão. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014. p. 66.

Instituto Jones dos Santos Neves - IJNS. **Mapeamento das áreas periurbanas do Espírito Santo.** Vitória, ES, IJNS, 2011. (Texto para discussão n° 24).

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Fundamentos da metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1991.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: comparação internacional.** Campinas: UNICAMP, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LENIN, Vladimir. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: abril Cultural, 1982.

LENZ, Maria H. **A categoria econômica renda da terra.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992. (Tese de doutorado).

_____. A evolução do conceito de renda da terra no pensamento econômico: Ricardo, Malthus, Adam Smith e Marx. In: **VII Congresso Brasileiro de História Econômica.** Aracaju – SE, 2007.

LISBOA, Josefa B. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o nordeste: Políticas públicas na (dis)simulação da esperança.** São Cristóvão: NPGE/UFS, 2007. (Tese de doutorado).

LOCATEL, Celso D. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis – SP.** Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2004. (Tese de doutorado).

_____. **Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no Brasil.** Mercator, Fortaleza. v. 12, número especial (2)., set. 2013. p. 85 – 102.

LOPES, Eliano S. A. A pluriatividade na Agricultura familiar do Estado de Sergipe. In: _____. e COSTA, José E. da. **Territórios rurais e agricultura familiar no nordeste.** São Cristóvão: Editora UFS, 2009. p. 103 – 186.

_____. **Da colonização dirigida na Amazônia à reforma agrária no Nordeste: origem, trajetórias e perspectivas de colonos e assentados.** São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

MAIA Jr., Raul e PASTOR, Nelson. (Coor.). **MAGNO: dicionário brasileiro da língua portuguesa.** São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 1995.

MALTHUS, Thomas R. *Princípios de Economia Política e Considerações Sobre a sua Aplicação Prática*. São Paulo: Nova Cultura, 1996. p. 81. In: NABARRO, Sérgio A. e SUZUKI, Júlio C. **A renda da terra nos autores clássicos**. Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre – RS, 2010. p. 10.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução da pesquisa; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, José de S. **O cativo da terra**. São Paulo: LECH – Liv. Ed. Ciências Humanas, 1981.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: **Não há terra para se plantar neste verão**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1988, p. 43-61.

_____. **O cativo da terra**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. In: **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. 3ªed. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 43 – 60.

_____. **A política do Brasil**: lúmpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 3ª ed. Livro Terceiro, tomo 2. O processo global da produção capitalista. Vol. V. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Livro Terceiro: O processo global de produção capitalista. Vol. VI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1978, 1991.

_____. Trabalho estranho e propriedade privada. In: **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 79 – 90.

_____. **O Capital:** Crítica da economia política. Livro Terceiro: O processo global de produção capitalista. Vol. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia:** tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MATTA, Janna M. B da. Estratégias e aspirações camponeses. In: SANTOS, Lourival S. (Org.) **Camponeses de Sergipe:** estratégias de reprodução. Aracaju: NPGeo/UFS, 1996. p. 161 – 180.

MENEZES, Ana V. C. de. **Estado e organização do espaço semi-árido sergipano**. Aracaju: UFS/NPGeo, 1999.

MESQUITA, Paulo P. de. **Reflexões sobre o Pronaf B e a pobreza rural em Caucaia – Ceará**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

MITIDIERO Jr. Marco A. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Revista Nera. Presidente Prudente. Ano 16, n° 23, p. 43 – 59, jul/dez. 2009.

MORAES, Antonio C. R., COSTA. Wanderley, M. da. **Geografia crítica:** a valorização do espaço. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

_____. **Geografia Crítica:** a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREIRA, Ruy. **Formação espacial brasileira**: uma contribuição crítica à geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

MOTA, Maria S. e PEIXOTO, Fábio C. O continuum rural-urbano na formação da zona oeste do município do Rio de Janeiro. **Anais de IX SHCU, 2006**. IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo, 04 – 06 de Setembro de 2006. p. 01 – 23.

MOURA, Margarida M. **CAMPONESES**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1988.

MULLER, Herbert J. As práticas do passado. [in] BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental: Do homem das cavernas as naves espaciais**. São Paulo: Globo, 1990.

NASCIMENTO, Carlos A. do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**: Uma análise comparada entre Brasil e União Europeia. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009. (BNB Teses e Dissertações; n. 11).

NASCIMENTO, Saumíneo da S. A funcionalidade do mercado de terras agrícolas em Sergipe: uma estratégia de reprodução camponesa. In: MENEZES, Ana V. C. de e PINTO, Josefa E. S. de S. **Linhas geográficas**. Aracaju: Programa Editorial NPGeo/UFS, 2001. p. 329 – 465.

NABARRO, Sérgio A. e SUZUKI, Júlio C. **A renda da terra nos autores clássicos**. Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Associação dos Geógrafos Brasileiros, 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, AGB 2010. p. 1 – 14.

NEVES, Erivaldo F. **Uma comunidade sertaneja**: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia / Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.

NÓBREGA, Mailson. F. da. **Desafios da política agrícola**. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991, 1996. (Coleção Caminhos da Geografia).

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Alexandra M. de. Agricultura em áreas metropolitanas. In: MENEZES, Ana V. C. de e PINTO, Josefa E. S. de S. **Linhas geográficas**. Aracaju: Programa Editorial NPGeo/UFS, 2001. p, 33 – 184.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In: **Seleções CEBRAP: Questionando a economia brasileira**, nº 1. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 5-78.

_____. **Elegia para uma Re(li)gião**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

OLIVEIRA, Maria L. S. **Espaço urbano e o modo de vida na favela: As vozes dos moradores da rocinha em Feira de Santana-BA**. Salvador: UNIFACS, 2010. (Tese de doutorado).

_____. **Feira de Santana no contexto da urbanização brasileira e a questão da moradia na favela**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.

OLIVEIRA JUNIOR, Manoel P. de. **A sujeição da renda da terra camponesa**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2012. (Dissertação de Mestrado).

OTT, Carlos. **O povoamento do Recôncavo Baiano pelos engenhos**. v.1. Salvador: Bigraf, 1996.

PAULINO, Eliane T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PESSÔA, Vera L. S. Alternativas econômicas para a agricultura familiar: uma reflexão sobre as “novas” atividades (agrícolas e não agrícolas). In: MENEZES, Ana V. C de. [et al.] **Organização e dinâmica do espaço agrário e regional**. São Cristóvão: NPGeo, UFS, 2003. p. 111 – 126.

POPPINO, R. E. **Feira de Santana**. Salvador: Editora Itapuã, 1968.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. 46ª (reimp.). São Paulo: Brasiliense, 2004.

QUEIROZ, Mª Isaura P de. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. Dialética do rural e do urbano. In: BLAY, Eva (org.). **A luta pelo espaço**. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 23-73.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2000.

RODRIGUES, Arlete M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. VASCONCELOS, Pedro de A.; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: Segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 147 – 168.

ROSA, Lucelina R. e FERREIRA, Darlene A. de O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: A perspectiva do continuum. In: SPOSITO, Maria E. B. e WHITACKER, Arthur M.(Orgs.). **Cidade e campo: Relações e contribuições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 187 – 204.

RUIZ, João A. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1996.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, Bethsaide S., Rosângela L., SANTO, Sandra M. **Análise espacial aplicada à expansão de condomínios fechados na cidade de Feira de Santana (BA)**. IV Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação. Recife - PE, 06 – 09 de Maio de 2012. 2012. p. 001 – 009.

SANTOS, Cláudio R. dos. **Interações espaciais e as redes entre o comércio de hortaliças do Centro de Abastecimento e os supermercados da cidade de Feira de Santana – BA**. 2009 – Salvador: Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2009. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, José A. L. dos. **Implicações do Pronaf na produção do espaço rural do município de Feira de Santana – BA (1999/2006)**. 2007. Salvador: Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2007. (Dissertação de Mestrado).

_____. **Programa nacional de produção e uso do biodiesel: Sujeição da renda da terra camponesa ao capital no Território de Identidade de Irecê – BA**. São Paulo: FFLCH/USP, 2012. (Tese de Doutorado).

SANTOS, José V. T. dos. **Colonos do vinho: estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978, 1984.

SANTOS, Lourival S. Campesinato e diferenciação. In: _____. **Camponeses de Sergipe: estratégias de reprodução**. Aracaju: NPGeo/UFS, 1996. p. 45 – 76.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador**. Estudo de Geografia Urbana. Salvador: Universidade da Bahia, 1959. (Tese de Doutorado).

_____. **Pobreza urbana**. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Técnica, espaço, tempo – Globalização e Meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed., São Paulo: EDUSP, 2008. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo; EDUSP, 2008b. (Coleção Milton Santos; 12).

SANTOS, Núnia D. dos. A unidade dentro da diversidade camponesa. In: SANTOS, Lourival S. (Org.) **Camponeses de Sergipe: estratégias de reprodução**. Aracaju: NPGeo/UFS, 1996. p. 93 – 119.

_____. **Pelo espaço do homem camponês: estratégias de reprodução social no sertão dos Estados de Sergipe e Alagoas**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2012. (Tese doutorado).

SANTOS, Simone de. **Urbanização recente em Feira de Santana – Bahia:** Uma análise da avenida Artêmia Pires de Freitas – SIM. Feira de Santana: UEFS, 2013. (Monografia).

SCHNEIDER, Sergio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18, nº 51. Fevereiro, 2003. p. 99 – 121.

_____. Pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil – definições conceituais e elementos políticos. In: CARVALHO, Diana M., ALCANTARA, Fernanda V. e COSTA, José E. da. (Orgs.) **Experiências e reflexões sobre o desenvolvimento rural e regional:** realidades do nordeste brasileiro. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – EDISE, 2014. p. 15 – 64.

SCHULTZ, Theodore W. **A transformação da agricultura tradicional.** Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SEAGRI. BAHIA. Secretaria da Agricultura, Irrigação e reforme Agrária. **Bahia: cenários de uma agricultura.** Salvador: SPA/SEAGRI, 2001.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. **Os “novos mundos rurais” baianos.** Salvador: SEI, 1999. (Série Estudos e Pesquisas, 42).

_____. **Mão-de-obra agrícola na Bahia.** Salvador: SEI, 2000. (Série Estudos e Pesquisas, 46).

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 1996.

SHOLZ, Helmut. **Aspectos industriais da mandioca no Nordeste.** Banco do Nordeste do Brasil. Divisão de Agricultura. Fortaleza, 1971.

SHANIN, Toedor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Cadernos Cebrap**, São Paulo, 1980, p. 43 – 79.

SPOSITO, Maria E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1994.

SILVA, Gicélia M. da. O camponês pescador. In: SANTOS, Lourival S. (Org.) **Camponeses de Sergipe: estratégias de reprodução**. Aracaju: NPGeo/UFS, 1996. p. 145 – 159.

SILVA, José G. da. **A Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

_____. **A modernização dolorosa**. Estrutura agrária, fronteiras agrárias e trabalhadores rurais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/IE, 1999.

SILVA, Tânia P. **As redefinições do “rural”**: Breve abordagem. Revista Nera. Presidente Prudente. Ano 7, n° 4, p. 50 – 55, jan/jun. 2004.

SOUSA, Jânia M. P. **Avaliação do financiamento da agricultura na produção, ocupação e renda**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009. (BNB Teses e Dissertações; n. 18).

SOUZA, Acássia C. A organização da colônia Boa Hora e as estratégias de reprodução camponesa. In: SANTOS, Lourival S. (Org.) **Camponeses de Sergipe: estratégias de reprodução**. Aracaju: NPGeo/UFS, 1996. p. 77 – 92.

SOUZA, Júnia M. M. de. **Do acampamento ao assentamento**: Reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2009. (Tese de Doutorado).

SOUZA, Marcelo L. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

STÉDILE, João P. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

_____. **A questão agrária no Brasil:** história e natureza das Ligas Camponesas - 1954-1964. 1 ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2006. (A questão agrária , 4).

VALE, Ana R. do. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP).** 2005. Rio Claro, SP: Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2005. (Tese de Doutorado).

VASCONCELOS, Francisca M. T.; SILVA, Cícero N. M. da. “Reforma agrária de mercado” e territorialização: um estudo a partir do programa cédula da terra em Canindé – CE. In: **Anais do XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, Eixo 3. São Paulo, 2009, p. 1 – 26.

WANDERLEY, Maria de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)**, GT 17 – Processos Sociais Agrários. Caxambu – MG, 1996.

_____. **A ruralidade no Brasil moderno.** Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. p. 31 – 44. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato (1990). In: WELCH, Clifford A. [et. al.]. **Camponeses brasileiros:** leituras e interpretações clássicas, v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 217 – 238.

7 Referências Bibliográficas

AGUIAR, Antônio P. de. **Mandioca: O pão do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ALANTEJANO, Paulo R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, João C. (Org.). **Agricultura familiar: realidade e perspectiva**. 3 ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 149 -178.

ALBUQUERQUE, Milton. **A mandioca na Amazônia**. Belém: Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), 1969.

ALENCAR, Cristina M. M. de., SCHWEIZER, Peter J. (Orgs.). **Transformações territoriais: De rural a metropolitano**. Campinas, SP: Editora Alinea, 2008.

ALVES, Flamarion D. **Importância das teorias agrárias para a geografia rural**. Mercator – Revista de Geografia da UFC, ano 8, nº 16, 2009.

ANDRADE, Benedita P. **Sisal et société rurale dans le Nordeste du Brésil**. Toulouse: Université de Toulouse – Le Mirall, 1993.

ANDRADE, Carlos D. de. **Nova reunião: 19 livros de poesias**. v. 2. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1983.

ANDRADE, Manuel C. de. **Agricultura e Capitalismo**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução a economia regional**. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Geografia econômica do Nordeste: O espaço e a economia nordestina.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **O Nordeste e a questão regional.** São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Modernização e pobreza: A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social.** São Paulo: Ed. da Univ. Estadual Paulista, 1994.

_____. **Geografia Econômica.** São Paulo: Atlas, 1979, 1998.

ANDRADE, Sheyla S. O pronaf e pluriatividade: oportunidade de inserção dos camponeses no mercado? In: CARVALHO, Diana M., ALCANTARA, Fernanda V. e COSTA, José E. da. **Desenvolvimento territorial, agricultura e sustentabilidade no nordeste.** São Cristóvão: Editora UFS, 2010. p. 353 – 374.

ANTONELLO, Ideni T. Força de trabalho familiar: célula da reprodução camponesa. In: SANTOS, Lourival S. (Org.) **Camponeses de Sergipe: estratégias de reprodução.** Aracaju: NPGeo/UFS, 1996. p. 17 – 44.

ARAUJO, Alessandra O. **Redes e centralidades em Feira de Santana (BA): o centro de abastecimento e o comércio do feijão.** Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.

AZEVEDO, Fernando A. **As ligas camponesas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARSKY, Andrés. El periurbano productivo, un espacio en constante transformación. Introducción al estado del debate, con referencias al caso de Buenos Aires. **Scripta Nova.** Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (36). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-36.htm>.

BACHA, Carlos J. C. **Economia e política agrícola no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2004.

BASTOS, Elide R. **As ligas camponesas.** Petrópolis: Vozes, 1984.

BERNADELLE, Maria L. F. da H. O caráter urbano das pequenas cidades da região canavieira de Catanduva – SP. In: SPOSITO, Maria E. B. e WHITACKER, Arthur M.(Orgs.). **Cidade e campo: Relações e contribuições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 217 – 247.

BERTRAND, Alvin L. [et al.] Sociologia Rural: uma análise da vida rural contemporânea. São Paulo: Atlas, 1973. Apud. REIS, Douglas Sathler dos. **O Rural e Urbano no Brasil**. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu-MG – Brasil, 18 a 22 de setembro de 2006.

BOTELHO FILHO, Flávio B. **Espaço, renda da terra e acumulação**. 2008. Disponível em: <http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/sdr/article/viewfile/4/13>.> Acessado pelo autor em: 20 de abril de 2014.

BOSERUP, Ester. **Evolução agrícola e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec/Polis. 1987.

BRASIL. **Estatuto da Terra (1964)**. 20 ed. (atual. e reform.) São Paulo: Saraiva, 2006.

BUAINAIN, Antônio M. (Coord). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

CARNEIRO, Maria J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 1998.

CÂMARA, L. **A concentração da propriedade agrária no Brasil**. Boletim Geográfico, IBGE, Rio de Janeiro: FIBGE, 1949.

CARIBÉ, Clovis; VALE, Raquel e LOBÃO, Jocimara. Modernização da agricultura e ocupação de cerados no Oeste baiano. In: CARIBÉ, Clovis; VALE, Raquel. (Orgs.) **Oeste da Bahia: Trilhando velhos e novos caminhos do além São Francisco**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012. p. 175 – 226.

CARLOS, Ana. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, Marcia S. de. Da economia do excedente à sujeição da renda da terra ao capital: um breve comentário sobre a obra de José de Souza Martins. In: **Revista do departamento de Geografia**. Universidade Federal de Londrina, v. 8, n° 1. p. 37 – 48, jan / jun. 1999.

CEREDA, Marney Pascoli (Coord.) **Resíduos da industrialização da mandioca no Brasil**. São Paulo: Paulicéia, 1994.

CERVO, Amado L; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 4ª ed., Makron Books, 1996.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José G. da e STOLKE, Verena. **A questão agrária: Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 133 – 164.

_____. **La organización de la unidad económica camponesa**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CONCEIÇÃO, Antônio J. da. **A mandioca**. Cruz das Almas: UFBA – Escola de Agronomia, 1979.

CORRÊA, Roberto L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

_____. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.) **Território: globalização e fragmentação**. 3 ed., São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1996.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto L. (Org.) **Geografia: Conceito e Temas**. 10 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COSTA, José E. e SANTOS, Josefa de L. (Orgs.). **Ensaio sobre a mandiocultura e a pequena produção familiar**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

DIAS, Laerte F.; LOBÃO, Jocimara S. B. e MACHADO, Ricardo A. S. Mapeamento do uso e ocupação do solo do município de Feira de Santana, Bahia. **Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE, 2013. p. 7396 – 7405.

DINIZ, Aline F. **Estudo da variabilidade da pluviosidade (1994-2010) no município de Feira de Santana (Bahia) e seus reflexos na agricultura de sequeiros: o caso do milho**. 2012. Salvador: Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2012. (Dissertação de Mestrado).

DINIZ, José A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Difel, 1986.

ENDLICH, Angela M. Perspectiva sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria E. B. e WHITACKER, Arthur M.(Orgs.). **Cidade e campo: Relações e contribuições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 11 – 32.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FERNANDES, Bernardo M. Questão agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE, João P. (Org.). **Questão agrária do Brasil: debate na década de 2000**. São Paulo: expressão popular, 2013. p. 173 – 238.

FERREIRA, Antonio B. H. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Danilo, S. **Uso do solo urbano de Feira de Santana: Uma análise comparativa sobre a aplicação da Lei 1615/92 e o uso real da cidade**. 2011. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2011. (Monografia de Graduação).

FLAMARION, Ciro. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1977.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

_____. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREIRE, Luiz C. M. **Nem tanto ao mar nem tanto a terra: Agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850 – 1888**. Feira de Santana: Editora UEFS, 2011.

FREITAS, Nacelice B. **Urbanização em Feira de Santana: Influência da industrialização: 1970-1996**. 1998. Salvador: Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 1998. (Dissertação de Mestrado).

_____. **O Descoroamento da Princesa do Sertão: De “chão” à território, o “vazio” no processo da valorização do espaço**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2014. (Tese de doutorado).

GANCHO, Cândida V.; LOPES, Helena de Q. F.; TOLEDO, Vera V. **A posse da terra**. São Paulo: Ática, 1991.

GARCIA RAMON, Mª Dolores [et. al.] Geografia Rural. Madrid, Editora Síntesis, 1995. Apud. LOCATEL, Celso D. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis – SP**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2004. (Tese de doutorado).

GOMES, Francisca F. **As transformações sócio-econômicas da agropecuária no município de Feira de Santana – Bahia**. Salvador: Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 1999. (Dissertação de Mestrado).

GOMES, Iara R. **Agricultura e urbanização**: Novas dinâmicas territoriais no nordeste brasileiro. Fortaleza: Centro de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual do Ceará. 2007. (Dissertação de Mestrado).

GONZALES, Elbio; BASTOS, Maria Ines. O trabalho volante na agricultura brasileira. [in] PINSKY, Jaime (Org.). **Capital e trabalho no campo [por] Paul Singer [e outros]**. São Paulo: Hucitec, 1997. (Coleção estudos brasileiros, 7).

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. **O que é a questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José F.; QUEDA, Oriowaldo. Distribuição da renda e posse da terra na produção e consumo de alimentos. [in] PINSKY, Jaime (Org.). **Capital e trabalho no campo [por] Paul Singer [e outros]**. São Paulo: Hucitec, 1997. (Coleção estudos brasileiros, 7).

GUIMARÃES, Alberto P. **A crise agrária**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.

HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos” e Baianos no “Novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Brasil: Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, DAVID. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Los limites del capitalismo y la teoria marxista**. México: Fondo de Cultura Economica, 1990.

_____. **Justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HOBBSAWN, Eric J. **A era do capital, 1848 – 1875**. 10ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HOLANDA, Sergio B. de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3ª ed. São Paulo: Editora Proposta Universitária, 1980.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos da metodologia científica**. Teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis, JR: Vozes, 1997.

IBGE. **Censo Agropecuário. Bahia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996, 2006.

_____. **Centro de documentação e disseminação de informações**. Normas de apresentação tabular. 3ª ed., Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

_____. **Diagnóstico geoambiental e sócio-econômico da Bacia do Rio Paraguaçu – BA**. Diretrizes gerais para a ordenação territorial. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. (Serie Estudos e Pesquisas em Geociências, número 1).

_____. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico da Bahia**, Rio de Janeiro, IBGE, 2000, 2010.

INAUGURAÇÃO do Centro de Abastecimento. Jornal Feira Hoje, Feira de Santana, 07 nov. 1976. In: ARAUJO, Alessandra O. **Redes e centralidades em Feira de Santana (BA): o centro de abastecimento e o comércio do feijão**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014. p. 66.

Instituto Jones dos Santos Neves - IJNS. **Mapeamento das áreas periurbanas do Espírito Santo**. Vitória, ES, IJNS, 2011. (Texto para discussão nº 24).

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: UNICAMP, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LENIN, Vladimir. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: abril Cultural, 1982.

LENZ, Maria H. **A categoria econômica renda da terra**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992. (Tese de doutorado).

_____. A evolução do conceito de renda da terra no pensamento econômico: Ricardo, Malthus, Adam Smith e Marx. In: **VII Congresso Brasileiro de História Econômica**. Aracaju – SE, 2007.

LISBOA, Josefa B. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o nordeste: Políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2007. (Tese de doutorado).

LOCATEL, Celso D. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis – SP**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2004. (Tese de doutorado).

_____. **Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no Brasil**. Mercator, Fortaleza. v. 12, número especial (2)., set. 2013. p. 85 – 102.

LOPES, Eliano S. A. A pluriatividade na Agricultura familiar do Estado de Sergipe. In: _____. e COSTA, José E. da. **Territórios rurais e agricultura familiar no nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009. p. 103 – 186.

_____. **Da colonização dirigida na Amazônia à reforma agrária no Nordeste: origem, trajetórias e perspectivas de colonos e assentados**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

MAIA Jr., Raul e PASTOR, Nelson. (Coor.). **MAGNO: dicionário brasileiro da língua portuguesa**. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 1995.

MALTHUS, Thomas R. Princípios de Economia Política e Considerações Sobre a sua Aplicação Prática. São Paulo: Nova Cultura, 1996. p. 81. In: NABARRO, Sérgio A. e SUZUKI, Júlio C. **A renda da terra nos autores clássicos**. Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre – RS, 2010. p. 10.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução da pesquisa; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, José de S. **O cativo da terra**. São Paulo: LECH – Liv. Ed. Ciências Humanas, 1981.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: **Não há terra para se plantar neste verão**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1988, p. 43-61.

_____. **O cativo da terra**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. In: **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. 3ªed. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 43 – 60.

_____. **A política do Brasil:** lúmpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. 3ª ed. Livro Terceiro, tomo 2. O processo global da produção capitalista. Vol. V. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Livro Terceiro: O processo global de produção capitalista. Vol. VI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1978, 1991.

_____. Trabalho estranho e propriedade privada. In: **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2008. p. 79 – 90.

_____. **O Capital:** Crítica da economia política. Livro Terceiro: O processo global de produção capitalista. Vol. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia:** tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MATTA, Janna M. B da. Estratégias e aspirações camponeses. In: SANTOS, Lourival S. (Org.) **Camponeses de Sergipe:** estratégias de reprodução. Aracaju: NPGeo/UFS, 1996. p. 161 – 180.

MENEZES, Ana V. C. de. **Estado e organização do espaço semi-árido sergipano.** Aracaju: UFS/NPGeo, 1999.

MESQUITA, Paulo P. de. **Reflexões sobre o Pronaf B e a pobreza rural em Caucaia – Ceará.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

MITIDIERO Jr. Marco A. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Revista Nera. Presidente Prudente. Ano 16, n° 23, p. 43 – 59, jul/dez. 2009.

MORAES, Antonio C. R., COSTA. Wanderley, M. da. **Geografia crítica:** a valorização do espaço. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

_____. **Geografia Crítica: a valorização do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREIRA, Ruy. **Formação espacial brasileira: uma contribuição crítica à geografia do Brasil.** Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

MOTA, Maria S. e PEIXOTO, Fábio C. O continuum rural-urbano na formação da zona oeste do município do Rio de Janeiro. **Anais de IX SHCU, 2006.** IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo, 04 – 06 de Setembro de 2006. p. 01 – 23.

MOURA, Margarida M. **CAMPONESES.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1988.

MULLER, Herbert J. As práticas do passado. [in] BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental: Do homem das cavernas as naves espaciais.** São Paulo: Globo, 1990.

NASCIMENTO, Carlos A. do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas: Uma análise comparada entre Brasil e União Europeia.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009. (BNB Teses e Dissertações; n. 11).

NASCIMENTO, Saumíneo da S. A funcionalidade do mercado de terras agrícolas em Sergipe: uma estratégia de reprodução camponesa. In: MENEZES, Ana V. C. de e PINTO, Josefa E. S. de S. **Linhas geográficas.** Aracaju: Programa Editorial NPGeo/UFS, 2001. p, 329 – 465.

NABARRO, Sérgio A. e SUZUKI, Júlio C. **A renda da terra nos autores clássicos.** Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Associação dos Geógrafos Brasileiros, 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, AGB 2010. p. 1 – 14.

NEVES, Erivaldo F. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local).** Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia / Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.

NÓBREGA, Mailson. F. da. **Desafios da política agrícola**. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991, 1996. (Coleção Caminhos da Geografia).

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Alexandra M. de. Agricultura em áreas metropolitanas. In: MENEZES, Ana V. C. de e PINTO, Josefa E. S. de S. **Linhas geográficas**. Aracaju: Programa Editorial NPGeo/UFS, 2001. p, 33 – 184.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In: **Seleções CEBRAP**: Questionando a economia brasileira, nº 1. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 5-78.

_____. **Elegia para uma Re(li)gião**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

OLIVEIRA, Maria L. S. **Espaço urbano e o modo de vida na favela**: As vozes dos moradores da rocinha em Feira de Santana-BA. Salvador: UNIFACS, 2010. (Tese de doutorado).

_____. **Feira de Santana no contexto da urbanização brasileira e a questão da moradia na favela**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.

OLIVEIRA JUNIOR, Manoel P. de. **A sujeição da renda da terra camponesa**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2012. (Dissertação de Mestrado).

OTT, Carlos. **O povoamento do Recôncavo Baiano pelos engenhos**. v.1. Salvador: Bigraf, 1996.

PAULINO, Eliane T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PESSÔA, Vera L. S. Alternativas econômicas para a agricultura familiar: uma reflexão sobre as “novas” atividades (agrícolas e não agrícolas). In: MENEZES, Ana V. C de. [et al.] **Organização e dinâmica do espaço agrário e regional**. São Cristóvão: NPGeo, UFS, 2003. p. 111 – 126.

POPPINO, R. E. **Feira de Santana**. Salvador: Editora Itapuã, 1968.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. 46ª (reimp.). São Paulo: Brasiliense, 2004.

QUEIROZ, Mª Isaura P de. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. Dialética do rural e do urbano. In: BLAY, Eva (org.). **A luta pelo espaço**. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 23-73.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2000.

RODRIGUES, Arlete M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. VASCONCELOS, Pedro de A.; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: Segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 147 – 168.

ROSA, Lucelina R. e FERREIRA, Darlene A. de O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: A perspectiva do continuum. In: SPOSITO, Maria E. B. e WHITACKER, Arthur M.(Orgs.). **Cidade e campo: Relações e contribuições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 187 – 204.

RUIZ, João A. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1996.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, Bethsaide S., Rosângela L., SANTO, Sandra M. **Análise espacial aplicada à expansão de condomínios fechados na cidade de Feira de Santana (BA)**. IV Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação. Recife - PE, 06 – 09 de Maio de 2012. 2012. p. 001 – 009.

SANTOS, Cláudio R. dos. **Interações espaciais e as redes entre o comércio de hortaliças do Centro de Abastecimento e os supermercados da cidade de Feira de Santana – BA**. 2009 – Salvador: Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2009. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, José A. L dos. **Implicações do Pronaf na produção do espaço rural do município de Feira de Santana – BA (1999/2006)**. 2007. Salvador: Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2007. (Dissertação de Mestrado).

_____. **Programa nacional de produção e uso do biodiesel: Sujeição da renda da terra camponesa ao capital no Território de Identidade de Irecê – BA**. São Paulo: FFLCH/USP, 2012. (Tese de Doutorado).

SANTOS, José V. T. dos. **Colonos do vinho: estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978, 1984.

SANTOS, Lourival S. Campesinato e diferenciação. In: _____. **Camponeses de Sergipe: estratégias de reprodução**. Aracaju: NPGeo/UFS, 1996. p. 45 – 76.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador**. Estudo de Geografia Urbana. Salvador: Universidade da Bahia, 1959. (Tese de Doutorado).

_____. **Pobreza urbana**. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Técnica, espaço, tempo** – Globalização e Meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed., São Paulo: EDUSP, 2008. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo; EDUSP, 2008b. (Coleção Milton Santos; 12).

SANTOS, Núnia D. dos. A unidade dentro da diversidade camponesa. In: SANTOS, Lourival S. (Org.) **Camponeses de Sergipe: estratégias de reprodução**. Aracaju: NPGeo/UFS, 1996. p. 93 – 119.

_____. **Pelo espaço do homem camponês: estratégias de reprodução social no sertão dos Estados de Sergipe e Alagoas**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2012. (Tese doutorado).

SANTOS, Simone de. **Urbanização recente em Feira de Santana – Bahia:** Uma análise da avenida Artêmia Pires de Freitas – SIM. Feira de Santana: UEFS, 2013. (Monografia).

SCHNEIDER, Sergio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18, nº 51. Fevereiro, 2003. p. 99 – 121.

_____. Pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil – definições conceituais e elementos políticos. In: CARVALHO, Diana M., ALCANTARA, Fernanda V. e COSTA, José E. da. (Orgs.) **Experiências e reflexões sobre o desenvolvimento rural e regional:** realidades do nordeste brasileiro. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – EDISE, 2014. p. 15 – 64.

SCHULTZ, Theodore W. **A transformação da agricultura tradicional.** Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SEAGRI. BAHIA. Secretaria da Agricultura, Irrigação e reforme Agrária. **Bahia: cenários de uma agricultura.** Salvador: SPA/SEAGRI, 2001.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. **Os “novos mundos rurais” baianos.** Salvador: SEI, 1999. (Série Estudos e Pesquisas, 42).

_____. **Mão-de-obra agrícola na Bahia.** Salvador: SEI, 2000. (Série Estudos e Pesquisas, 46).

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 1996.

SHOLZ, Helmut. **Aspectos industriais da mandioca no Nordeste.** Banco do Nordeste do Brasil. Divisão de Agricultura. Fortaleza, 1971.

SHANIN, Toedor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Cadernos Cebrap**, São Paulo, 1980, p. 43 – 79.

SPOSITO, Maria E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1994.

SILVA, Gicélia M. da. O camponês pescador. In: SANTOS, Lourival S. (Org.) **Camponeses de Sergipe: estratégias de reprodução**. Aracaju: NPGeo/UFS, 1996. p. 145 – 159.

SILVA, José G. da. **A Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

_____. **A modernização dolorosa**. Estrutura agrária, fronteiras agrárias e trabalhadores rurais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/IE, 1999.

SILVA, Tânia P. **As redefinições do “rural”**: Breve abordagem. Revista Nera. Presidente Prudente. Ano 7, nº 4, p. 50 – 55, jan/jun. 2004.

SOUSA, Jânia M. P. **Avaliação do financiamento da agricultura na produção, ocupação e renda**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009. (BNB Teses e Dissertações; n. 18).

SOUZA, Acássia C. A organização da colônia Boa Hora e as estratégias de reprodução camponesa. In: SANTOS, Lourival S. (Org.) **Camponeses de Sergipe: estratégias de reprodução**. Aracaju: NPGeo/UFS, 1996. p. 77 – 92.

SOUZA, Júnia M. M. de. **Do acampamento ao assentamento**: Reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2009. (Tese de Doutorado).

SOUZA, Marcelo L. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

STÉDILE, João P. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

_____. **A questão agrária no Brasil:** história e natureza das Ligas Camponesas - 1954-1964. 1 ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2006. (A questão agrária , 4).

VALE, Ana R. do. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP).** 2005. Rio Claro, SP: Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2005. (Tese de Doutorado).

VASCONCELOS, Francisca M. T.; SILVA, Cícero N. M. da. “Reforma agrária de mercado” e territorialização: um estudo a partir do programa cédula da terra em Canindé – CE. In: **Anais do XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, Eixo 3. São Paulo, 2009, p. 1 – 26.

WANDERLEY, Maria de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)**, GT 17 – Processos Sociais Agrários. Caxambu – MG, 1996.

_____. **A ruralidade no Brasil moderno.** Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. p. 31 – 44. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato (1990). In: WELCH, Clifford A. [et. al.]. **Camponeses brasileiros:** leituras e interpretações clássicas, v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 217 – 238.

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE
FEIRA DE SANTANA – BA, EM ABR/MAI – 2014.**

PESQUISA DE CAMPO

QUESTIONÁRIO Nº _____

NOME DA PROPRIEDADE _____

LOCALIZAÇÃO: _____

DISTRITO: _____

A – DADOS PESSOAIS

1.) NOME: _____

2.) IDADE: _____ 3.) SEXO: () M () F 4.) ESCOLARIDADE: _____

5.) ONDE NASCEU: _____ 6.) ESTADO CIVIL: _____

(com que idade casou _____)

7.) ONDE RESIDE: () NA PROPRIEDADE () FORA DA PROPRIEDADE (lugar _____)

8.) IDADE QUE COMEÇOU A TRABALHAR: _____ (onde: _____)

9.) QUAL A OCUPAÇÃO: _____

10.) ATIVIDADE PRINCIPAL ATUAL: _____

(onde desenvolve: _____)

11.) ATIVIDADE SECUNDÁRIA ATUAL: _____

(onde desenvolve: _____)

B – COMPOSIÇÃO FAMILIAR:
(verso da página)

C – FLUXO DO DESLOCAMENTO

1.) QUANTAS VEZES VAI A CIDADE NA SEMANA: _____

2.) QUAL A CIDADE QUE MAIS FREQUÊNTA: _____

B – COMPOSIÇÃO FAMILIAR

[illegible]

(motivo:_____)

3.) O MOTIVO DA VINDA A FEIRA DE SANTANA (sede) : _____

4.) COMO VAI A CIDADE:

☐ ANDANDO

☐ CARROÇA

☐ MONTARIA

☐ OUTRO _____

☐ BICICLIETA

☐ CARRO DE ALUGUEL

☐ ÔNIBUS

☐ CAMINHÃO

☐ CARRO PARTICULAR

D – PROPRIEDADE

1.) TAMANHO DA PROPRIEDADE: _____(tarefas) _____(ha)

2.) ONDE RESIDIA ANTES DE ADQUIRIR A TERRA:_____

2.) ORIGEM DA PROPRIEDADE: ☐ COMPRA, ☐ HERANÇA, ☐ MATRIMÔNIO, ☐ TROCA,
☐ OUTROS: _____

4.) DESMEMBRADA DE QUEM: _____

(quando adquiriu _____ em que ano _____)

5.) JÁ VENDEU ALGUMA PARTE DA PROPRIEDADE: ☐ SIM ☐ NÃO (motivo _____)

(para quem: _____ área/local _____)

6.) JÁ DOOU ALGUMA PARTE DA PROPRIEDADE: ☐ SIM ☐ NÃO (em que ano _____)

(para quem: _____ área/local _____)

7.) AGREGOU (comprou) NOVAS ÁREAS À PROPRIEDADE ORIGINAL: ☐ SIM ☐ NÃO

(em que ano: _____ área/local _____ de quem adquiriu: _____)

8.) QUANTO ACHA QUE VALE SUA PROPRIEDADE HOJE: _____ (a tarefa _____)

E – PRODUÇÃO

1.) O QUE CULTIVA:

CULTIVO	ONDE CULTIVA			TAREFA CULTIVA (AREA EM HA)	QUANTIDADE (KG, SACA, CAIXA, UNIDADE, LITROS, OUTROS)	VALOR R\$	DESTINO	
	1	2	3				CONSUMO	VENDA

1 – NA PROPRIEDADE

2 – EM OUTRA PROPRIEDADE

3 – OUTRA PESSOA CULTIVA SUA TERRA.

SE PLANTA MANDIOCA COMO:

Vende _____

Beneficia: casa de farinha: () própria () arrendada () comunitária () outro _____

Como paga _____

3.) ONDE VENDE A PRODUÇÃO: _____

4.) COMO LEVA A PRODUÇÃO AO LOCAL DE VENDA:

- () ANDANDO () BICICLIETA () CAMINHÃO
() CARROÇA () CARRO DE ALUGUEL () CARRO PARTICULAR
() MONTARIA () VENDE NO LUGAR DA PRODUÇÃO () ÔNIBUS
() OUTRO _____

5.) CULTIVA OUTRA TERRA ALÉM DA SUA PROPRIEDADE: () SIM () NÃO

(qual a relação de trabalho: () arrendamento, () meeiro, () outro _____)

6.) CEDE SUA PROPRIEDADE PARA OUTROS: () SIM () NÃO (que área _____)

(qual a relação de trabalho: () arrendamento, () meeiro, () outro _____)

7.) QUE EQUIPAMENTOS / IMPLEMENTOS (instrumentos) UTILIZA:

- () ARADO E GRADEADO – () trator, () animal () IRRIGAÇÃO
() PULVERIZAÇÃO () PLANTADEIRA MECÂNICA
() ROÇADEIRA MECÂNICA () COLHEITADEIRA MECÂNICA
() DEBULHADEIRA MECÂNICA () OUTRO _____
() ADUBAÇÃO tipo: _____

8.) COMO E QUANDO ADQUIRIU OS EQUIPAMENTOS / IMPLEMENTOS (instrumentos)

9.) POSSUI:

- () CASA DE FARINHA () ENERGIA ELÉTRICA () ÁGUA DE FONTE
() HORTA () POMAR () SILOS
() ARMAZÉM () GRANJA _____

10.) POSSUI CRIAÇÃO: () SIM () NÃO.

11.) CRIAÇÃO:

CRIAÇÃO	ONDE CRIA			TAREFA DESTINADA A CRIAÇÃO (AREA EM HA)	QUANTIDADE (CABEÇAS)	VALOR R\$	DESTINO	
	1	2	3				CONSUMO	VEND A

1 – NA PROPRIEDADE 2 – EM OUTRA PROPRIEDADE 3 – OUTRA PESSOA CRIA EM SUA TERRA.

12.) ONDE VENDE A PRODUÇÃO ANIMAL: _____

13.) COMO LEVA A PRODUÇÃO (ANIMAL) AO LOCAL DE VENDA:

- | | | |
|--------------------------------------|---|---|
| <input type="checkbox"/> ANDANDO | <input type="checkbox"/> BICICLIETA | <input type="checkbox"/> CAMINHÃO |
| <input type="checkbox"/> CARROÇA | <input type="checkbox"/> CARRO DE ALUGUEL | <input type="checkbox"/> CARRO PARTICULAR |
| <input type="checkbox"/> MONTARIA | <input type="checkbox"/> VENDE NO LUGAR DA PRODUÇÃO | <input type="checkbox"/> ÔNIBUS |
| <input type="checkbox"/> OUTRO _____ | | |

14.) OS ANIMAIS SÃO CRIADOS:

☐ confinados ☐ semi-confinados ☐ livres em pastos ☐ outros _____

15.) QUE TIPO DE ALIMENTAÇÃO OS ANIMAIS UTILIZAM: _____

(de onde vem _____ valor médio _____)

F – RENDA

1.) TRABALHA FORA DA PROPRIEDADE : ☐ SIM ☐ NÃO (onde _____)

(motivo _____)

2.) RENDA: FAMILIAR _____ DA TERRA _____ DO EMPREGO _____

3.) POR QUE NÃO MORA NA CIDADE: _____

4.) GOSTARIA DE MORAR NA CIDADE: ☐ SIM ☐ NÃO (motivo _____)

G – RELAÇÕES DE TRABALHO

1.) UTILIZA CRÉDITO RURAL: ☐ SIM ☐ NÃO (qual modalidade _____)

(motivo _____)

2.) QUEM MAIS TRABALHA EM SUA PROPRIEDADE:

- ☐ APENAS A FAMÍLIA
- ☐ TRABALHADORES PERMANENTES
- ☐ TRABALHADORES TEMPORÁRIOS

3.) QUAIS OS TIPOS DE TRABALHADORES TEM NA PROPRIEDADE:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> MEIERS | QUANTOS: _____ |
| <input type="checkbox"/> ARRENDATÁRIOS | QUANTOS: _____ |
| <input type="checkbox"/> ASSALARIADOS | QUANTOS: <input type="checkbox"/> permanentes _____ <input type="checkbox"/> temporários _____ |

4.) EM QUE FASE DO CULTIVO UTILIZA MÃO-DE-OBRA EXTRA-FAMILIAR:

- ☐ PREPARO DA TERRA
- ☐ PLANTIO
- ☐ NOS TRATOS CULTURAIS E BENEFICIAMENTO DO PRODUÇÃO
- ☐ NA COLHEITA

5.) COMO PAGA PELO TRABALHO EXTRA-FAMILIAR: ☐ EM PRODUTO ☐ EM DINHEIRO

☐ diariamente, ☐ semanalmente, ☐ quizenal, ☐ mensal, ☐ outro _____

6.) OS TRABALHADORES (permanentes/ temporários) POSSUEM CARTEIRA ASSINADA OU OUTRO VÍNCULO EMPREGATÍCIO: ☐ SIM ☐ NÃO (qual _____)

7.) ONDE RESIDE OS TRABALHADORES:

permanentes: _____

temporários: _____

H – CONDIÇÕES DA HABITAÇÃO

ESTRUTURA DA MORADIA

1.) COBERTURA DE: _____

2.) PAREDES DE: _____

3.) PISO DE: _____

4.) POSSUI:

☐ REDE ELETRICA

☐ ÁGUA ENCANADA (origem da água _____)

☐ QUARTO - Nº _____ ☐ cama ☐ beliche ☐ guarda-roupas

☐ SALA - ☐ sofá ☐ tv ☐ radio ☐ som ☐ ferro elétrico

☐ COZINHA - ☐ geladeira ☐ fogão – ☐ lenha / ☐ gás ☐ liquidificador ☐ pia de cozinha

☐ BANHEIRO - Nº _____ ☐ dentro da casa / ☐ fora da casa ☐ vaso sanitário ☐ pia de banheiro
☐ chuveiro – ☐ elétrico/ ☐ comum

☐ TELEFONE - ☐ fixo ☐ celular

☐ DISPENSA

☐ VARANDA

☐ GARAGEM

☐ ESGOTO - ☐ ligado a fossa biológica ☐ jogada a céu aberto

☐ AUTOMÓVEL - marca _____ modelo _____ ano _____

☐ OUTRO

5.) A CASA É: ☐ NA SUA PROPRIEDADE ☐ NA PROPRIEDADE DE OUTRA PESSOA

6.) SE EM PROPRIEDADE DE OUTRA PESSOA PAGA ALGUM TIPO DE ALUGUEL: ☐ SIM ☐ NÃO

(quanto _____ como _____)

7.) OUTRAS OBSERVAÇÕES:

COMPLEMENTO DO QUESTIONÁRIO APENAS PARA AS CASAS DE FARINHA

PROPRIETÁRIO:

1.) HÁ QUANTO TEMPO TEM CASA DE FARINHA: _____

2.) QUEM CONSTRUIU: _____

3.) COMO CONSTRUIU: _____

4.) É IMPORTANTE NA RENDA: _____

(motivo _____)

5.) QUANTOS DIAS NA SEMANA TRABALHA NA CASA DE FARINHA: _____

6.) QUEM DA FAMILIA TRABALHA NA CASA DE FARINHA: _____

7.) DE ONDE VEM A MANDIOCA UTILIZADA: _____

8.) PRODUÇÃO SEMANAL DA CASA DE FARINHA, (em sacos de 60kg): _____

9.) DESTINO DA PRODUÇÃO: () CONSUMO, () VENDA, () VENDA E CONSUMO

10.) ONDE COMERCIALIZA A PRODUÇÃO: _____

11.) VALOR DA PRODUÇÃO, (em sacos de 60kg) _____

12.) COMO LEVA A PRODUÇÃO AO LOCAL DE VENDA:

() ANDANDO

() BICICLIETA

() CAMINHÃO

() CARROÇA

() CARRO DE ALUGUEL

() CARRO PARTICULAR

() MONTARIA

() VENDE NO LUGAR DA PRODUÇÃO

() ÔNIBUS

() OUTRO _____

13.) COMO COMERCIALIZA A PRODUÇÃO:

() NO LOCAL DA PRODUÇÃO

() NO MERCADO LOCAL (DISTRITO)

() NA PRÓPRIA COMUNIDADE

() NA CEASA (FEIRA DE SANTANA)

() EM SUPERMERCADOS DE FEIRA DE SANTANA

() EM OUTRA

CIDADE _____

() OUTRO _____

CASA DE FARINHA:

ESTRUTURA

1.) COBERTURA DE: _____

2.) PAREDES DE: _____

3.) PISO DE: _____

EQUIPAMENTOS

1.) Nº DE FORNOS _____

2.) TIPO DE FORNO _____

3.) Nº DE COCHO _____

4.) TIPO DE COCHO _____

5.) TIPO DE PRENSA _____

6.) O BOLINETE (ralador/sevador) É MOVIDO A MOTOR: () ELÉTRICO, () GASOLINA, () DIESEL, () FORÇA HUMANA.

7.) QUE TIPO DE LENHA UTILIZA NOS FORNOS: _____

8.) DE ONDE VEM A LENHA UTILIZADA: _____

9.) ÁGUA ENCANADA: () SIM () NÃO (origem da água:_____)

10.) HÁ REDE ELÉTRICA NA CASA DE FARINHA: () SIM () NÃO

11.) IDADE MÉDIA DOS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS:_____

12.) ORIGEM DOS EQUIPAMENTOS_____

ARRENDAMENTO:

1.) QUANTOS DIAS NA SEMANA FICA ARRENDADA_____

2.) QUEM ARRENDA_____

3.) COMO PAGAM PELA UTILIZAÇÃO DA CASA DE FARINHA_____

4.) DE ONDE VEM A MANDIOCA UTILIZADA_____

4.) DE ONDE VEM A LENHA UTILIZADA_____

6.) EXISTEM OUTRAS CASAS DE FARINHA PRÓXIMOS: SIM () NÃO ()

7.) EXISTE CASAS DE FARINHA COMUNITÁRIA: SIM () NÃO ()

8.) OUTRAS OBSERVAÇÕES:

ANEXO II

Número de estabelecimentos rurais e área ocupada no município de Feira de Santana na condição de produtor rural - proprietário

1996

GRUPOS DE ÁREA (ha)	Estabelecimentos	%*	Área (ha)	Área (%)**
Menor de 1 ha	853	20.67	539	0.83
De 1 a menos de 2	999	24.21	1.335	2.07
De 2 a menos de 5	1.145	27.75	3.510	5.43
De 5 a menos de 10	460	11.15	2.990	4.63
De 10 a menos de 20	268	6.49	3.614	5.59
De 20 a menos de 50	182	4.41	5.361	8.29
De 50 a menos de 100	75	1.81	5.253	8.13
De 100 a menos de 200	70	1.69	10.136	15.68
De 200 a menos de 500	53	1.28	14.744	22.81
De 500 a menos de 1000	15	0.36	10.007	15.48
De 1000 a menos de 2000	5	0.12	7.159	11.07
De 2000 a menos de 5000	0	0.00	0.00	0.00
De 5000 a mais	0	0.00	0.00	0.00
Sem declaração	0	0.00	0.00	0.00
TOTAL	4.125	100.00	64.648	100.00

1985

GRUPOS DE ÁREA (ha)	Estabelecimentos	%*	Área (ha)	Área (%)**
Menor de 1 ha	2.153	24.95	1.425	1.23
De 1 a menos de 2	1.833	21.24	2.699	2.33
De 2 a menos de 5	2.233	25.88	7.147	6.19
De 5 a menos de 10	964	11.17	6.676	5.78
De 10 a menos de 20	571	6.61	8.071	6.99
De 20 a menos de 50	495	5.73	15.822	13.70
De 50 a menos de 100	166	1.92	11.884	10.29
De 100 a menos de 200	111	1.28	15.444	13.37
De 200 a menos de 500	73	0.84	20.160	17.46
De 500 a menos de 1000	20	0.23	12.898	11.17
De 1000 a menos de 2000	7	0.08	8.730	7.56
De 2000 a menos de 5000	2	0.02	4.491	3.89
De 5000 a mais	0	0.00	0.00	0.00
Sem declaração	0	0.00	0.00	0.00
TOTAL	8.628	100.00	115.447	100.00

1980

GRUPOS DE ÁREA (ha)	Estabelecimentos	%*	Área (ha)	Área (%)**
Menor de 1 ha	1.507	19.24	1.023	0.89
De 1 a menos de 2	1.530	19.53	2.261	1.97
De 2 a menos de 5	2.135	27.25	6.847	5.99
De 5 a menos de 10	1.219	15.56	7.974	6.98
De 10 a menos de 20	646	8.24	8.968	7.85
De 20 a menos de 50	432	5.51	12.989	11.37
De 50 a menos de 100	150	1.91	10.540	9.22
De 100 a menos de 200	106	1.35	14.746	12.91
De 200 a menos de 500	81	1.03	23.107	20.23
De 500 a menos de 1000	19	0.24	12.967	11.35
De 1000 a menos de 2000	7	0.08	8.557	7.49
De 2000 a menos de 5000	2	0.02	4.220	3.69
De 5000 a mais	0	0.00	0.00	0.00
Sem declaração	0	0.00	0.00	0.00
TOTAL	7.834	100.00	114.199	100.00

1975

GRUPOS DE ÁREA (ha)	Estabelecimentos	%*	Área (ha)	Área (%)**
Menor de 1 ha	1.484	18.21	1.070	0.87
De 1 a menos de 2	1.676	20.55	2.475	2.01
De 2 a menos de 5	2.262	27.74	7.337	5.97
De 5 a menos de 10	1.175	14.41	8.272	6.73
De 10 a menos de 20	721	8.84	10.051	8.18
De 20 a menos de 50	460	5.64	13.731	11.17
De 50 a menos de 100	159	1.95	11.095	9.03
De 100 a menos de 200	114	1.39	16.242	13.22
De 200 a menos de 500	82	1.00	24.969	20.32
De 500 a menos de 1000	13	0.15	8.910	7.25
De 1000 a menos de 2000	4	0.04	5.237	4.26
De 2000 a menos de 5000	2	0.02	4.866	3.96
De 5000 a mais	1	0.01	8.566	6.97
Sem declaração	0	0.00	0.00	0.00
TOTAL	8.153	100.00	122.821	100.00

1970

GRUPOS DE ÁREA (ha)	Estabelecimentos	%*	Área (ha)	Área (%)**
Menor de 1 ha	1.225	15.65	782	0.70
De 1 a menos de 2	1.587	20.55	2.182	1.97
De 2 a menos de 5	2.225	28.44	6.945	6.29
De 5 a menos de 10	1.214	15.51	8.552	7.75
De 10 a menos de 20	707	9.03	9.806	8.89
De 20 a menos de 50	490	6.26	14.718	13.34
De 50 a menos de 100	177	2.26	12.453	11.29
De 100 a menos de 200	105	1.34	15.060	13.65
De 200 a menos de 500	72	0.92	19.727	17.89
De 500 a menos de 1000	15	0.19	9.916	8.99
De 1000 a menos de 2000	4	0.05	5.108	4.63
De 2000 a menos de 5000	2	0.02	5.009	4.54
De 5000 a mais	0	0.00	0.00	0.00
Sem declaração	0	0.00	0.00	0.00
TOTAL	7.823	100.00	110.258	100.00

1960

GRUPOS DE ÁREA (ha)	Estabelecimentos	%*	Área (ha)	Área (%)**
Menor de 1 ha	1.563	17.62	1.043	0.67
De 1 a menos de 2	1.309	14.76	1.895	1.23
De 2 a menos de 5	2.243	25.29	7.003	4.55
De 5 a menos de 10	1.373	15.48	10.036	6.52
De 10 a menos de 20	1.067	12.03	14.922	9.70
De 20 a menos de 50	803	9.05	24.659	16.03
De 50 a menos de 100	263	2.96	18.432	11.98
De 100 a menos de 200	120	1.35	16.726	10.87
De 200 a menos de 500	96	1.08	28.839	18.75
De 500 a menos de 1000	23	0.25	16.148	10.50
De 1000 a menos de 2000	7	0.07	9.615	6.25
De 2000 a menos de 5000	1	0.01	4.459	2.89
De 5000 a mais	0	0.00	0.00	0.00
Sem declaração	0	0.00	0.00	0.00
TOTAL	8.867	100.00	153.777	100.00

1950

GRUPOS DE ÁREA (ha)	Estabelecimentos	%*	Área (ha)	Área (%)**
Menor de 1 ha	169	3.13	110	0.06
De 1 a menos de 2	314	5.81	467	0.28
De 2 a menos de 5	1.165	21.58	3.999	2.47
De 5 a menos de 10	1.098	20.34	8.086	4.99
De 10 a menos de 20	1.035	19.17	14.742	9.11
De 20 a menos de 50	966	17.89	30.156	18.64
De 50 a menos de 100	361	6.68	25.670	15.86
De 100 a menos de 200	156	2.89	22.326	13.80
De 200 a menos de 500	98	1.81	29.161	18.02
De 500 a menos de 1000	29	0.53	20.124	12.43
De 1000 a menos de 2000	5	0.09	6.934	4.28
De 2000 a menos de 5000	0	0.00	0.00	0.00
De 5000 a mais	0	0.00	0.00	0.00
Sem declaração	0	0.00	0.00	0.00
TOTAL	5.397	100.00	161.755	100.00

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE - Censos Agropecuários, anos de 1950 a 1996.

*Percentual referente ao total dos estabelecimentos rurais.

**Percentual referente ao total das terras dos estabelecimentos rurais.

ANEXO III

PERFIL DO CAMPONÊS NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA A PARTIR DA TABULAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

1 Dados pessoais

Dos 84 questionamentos a menor idade¹ registrada foi 27 anos e a maior 92 anos, resultando numa média geral de 57 anos (para a média geral dos distritos), demonstrando que no município de Feira de Santana uma parcela significativa de nossos camponeses estão envelhecendo. Para Gomes (1999, p. 42), em sua pesquisa de campo, no município de Feira de Santana, mostrou que os produtores estavam inseridos na faixa etária entre os 20 a 59 anos; a SEI (1999, p.63), indica que a concentração baiana na área rural, gira também em torno da faixa etária de 20 a 59 anos; Núbia Santos (1996, p. 100), em Sergipe, apresentou que a maior concentração de camponeses encontrava-se em torno da faixa etária dos 30 a 60 anos. E pesquisas mais recentes, em 2012, apontam a manutenção da média de idade superior a 40 anos, conforme demonstraram em seus trabalhos Oliveira Júnior (2012); Núbia Santos (2012) e José Santos (2012).

Conforme Lopes (2013), em seu trabalho sobre o perfil das famílias assentadas pela Reforma Agrária no estado de Sergipe, ele aposta que:

Foi observado ainda que 61,6% dos assentados têm mais de 30 anos e menos de 50 anos, portanto, numa faixa etária madura que pode ser caracterizada como de média potencialidade física para o trabalho rural. Os mais jovens, com idade entre 22 e 30 anos e os assentados com mais de 60 anos têm o mesmo percentual de representação e não chegam a 10% do total. Esses números são semelhantes aos encontrados pela pesquisa feita por encomenda do INCRA às universidades brasileiras, em 1996. (LOPES, 2013, p. 354).

O que há de tão importante nesta faixa etária (30 a 60 anos) para que se manifeste em vários estudos? Acreditamos que em primeiro lugar a população brasileira esteja

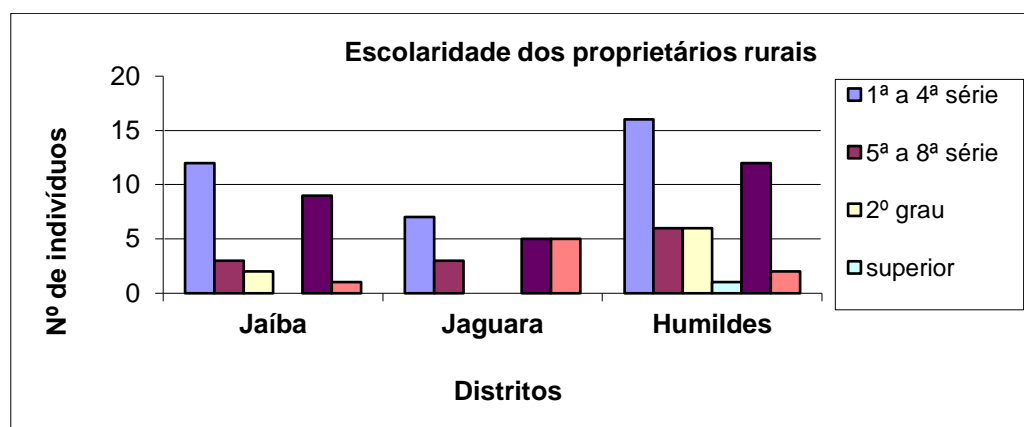
¹ Refere-se a pergunta feita na pesquisa de campo aos questionados.

passando por uma fase transitiva onde esta esteja envelhecendo². Conforme Oliveira (1986, p. 24), à medida que as famílias aumentam suas proles, estes mandam seus filhos trabalharem em outro local ou migram, ficando os mais velhos, que não podem se deslocar do *lugar de origem* por diversos fatores. Assim também afirma Lamarche (1998, p. 142).

No que se refere a essa migração, o êxodo rural e a urbanização – influências da cidade de Feira de Santana, nesse caso – favorece o predomínio de uma população na faixa etária, em questão (40 a 60 anos), como aponta Menezes (1999, p. 170). Não podemos esquecer ainda que a espacialização do município de Feira de Santana, pela organização de suas vias de circulação integrando os distritos a sede, contribui e facilita o movimento migratório, em especial o pendular.

Com relação ao sexo, temos 54.5% do sexo masculino e 45.5% do sexo feminino, numa diferença percentual de 9% para o sexo masculino. Conforme as escolaridades dos proprietários rurais observamos (Figura 01) que a grande maioria corresponde a 40% (1ª a 4ª série), após 27,5% (não alfabetizados); 13,5% (5ª a 8ª série); 10% (2º grau); 8% (não declarou) e 1% (superior). Ainda Lopes (2013, p 356) referenda em seu trabalho que: “[...] O elevado índice de analfabetismo e o baixo nível de instrução dos assentados são dois problemas graves encontrados nas áreas investigadas”.

Figura 01
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA



FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

² IBGE. Recenseamento geral de 2010. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), 2010. Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

Ainda para Lopes (2013) a baixa escolaridade interfere nos rendimentos e na produtividade dos pequenos proprietários rurais, argumentando que:

Apesar da impropriedade de se imputar única e exclusivamente a ausência ou baixo nível de instrução a pouca ou nenhuma utilização do progresso técnico na exploração do lote, não dúvida de que a falta de qualificação constituiu um problema para que a exploração do lote possa ser mais bem conduzida, proporcionando uma elevação na produtividade do trabalho e uma maior racionalidade no trato com a terra, a exemplo do manejo dos equipamentos de irrigação. (LOPES, 2013, p. 356).

O que podemos ver a respeito do grau de instrução para o camponês é que não houve um trabalho voltado para sua qualificação profissional, além de uma falta de infra-estrutura, pois estamos discutindo sobre uma pessoa com faixa etária próxima de 60 anos. Devemos lembrarmos das dificuldades para alfabetizar a população brasileira, em nosso processo histórico.

Para Paulino (2006, p. 356), ela argumenta a importância da escola na vida dos camponeses e como essa pode influenciar na comunidade, dizendo:” Quanto às escolas, muitas foram fechadas à medida que diminuía a clientela, face a combinação de duas variáveis: migração e número de filhos”. Como foi dito, duas variáveis que nos interessam, a migração e o número de filhos, que a nosso ver, uma população mais madura, naturalmente estabiliza seu número de filhos e conseqüentemente, esses mesmos filhos também amadurecem.

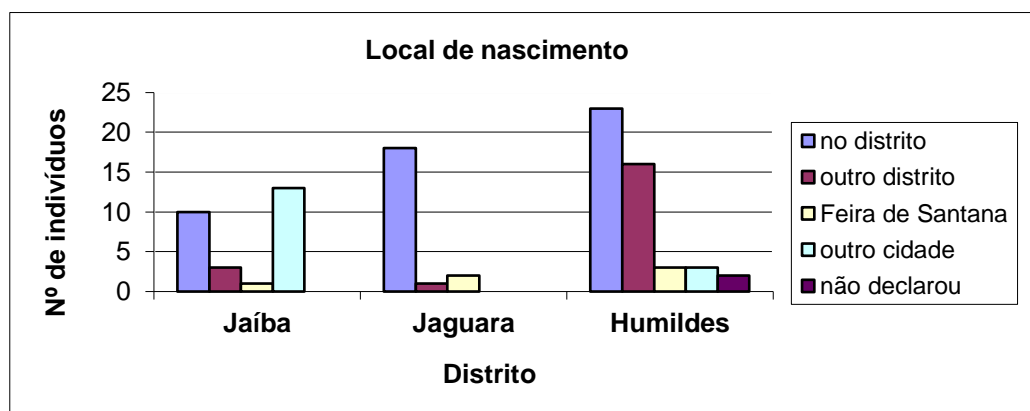
Quanto a alfabetização Souza (1996, p. 81) diz: “Esse fato (a falta de instrução entre os camponeses)¹⁷ evidencia que as dificuldades serão maiores para eles, pois o acesso ao conhecimento é importante para o domínio de novas técnicas, uso de equipamentos e permitiria compreender melhor as políticas e ações implementadas pelos governantes, podendo questionar os seus resultados”.

Quanto ao local de nascimento observamos (Figura 02) que a maioria nasceu no mesmo distrito com 51%; 26% em outro distrito; 5,5% na sede. O que se observa que para o distrito e a sede, 82.5% nasceram no município. Contrastando com 15% nascidos em outras cidades e 2.5% que não declaram o local de origem. Isso mostra que para a população rural, essa tem origem em nosso município, diferente da população urbana da sede municipal, sua manutenção se faz pela migração de cidades diversas, em especial aquelas que compõem a região metropolitana de Feira de Santana.

¹⁷ Observação nossa.

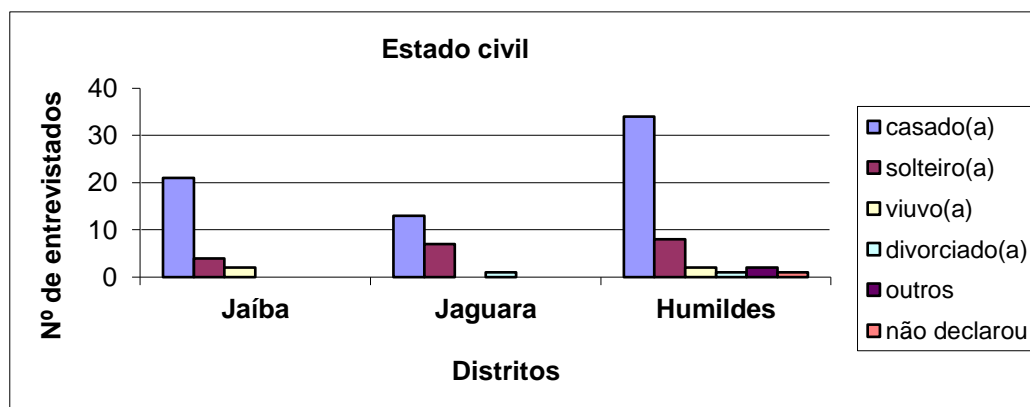
No que se refere ao estado civil (Figura 03), 74% são casados; 14,5% solteiros e 7,5% viúvos. Entretanto observamos algo interessante sobre a situação dos solteiros. Ao perguntar sobre o estado civil, alguns afirmaram ser solteiros, na verdade eram *casados* porém não oficializados. Isso aconteceu com 14,5% dos questionados, ou seja, pelo menos 15 pessoas. Divorciados, outros e não declararam, representam, respectivamente, 2%, 1,5% e 0,5%.

Figura 02
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA



Fonte: pesquisa de campo, 2014.

Figura 03
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA



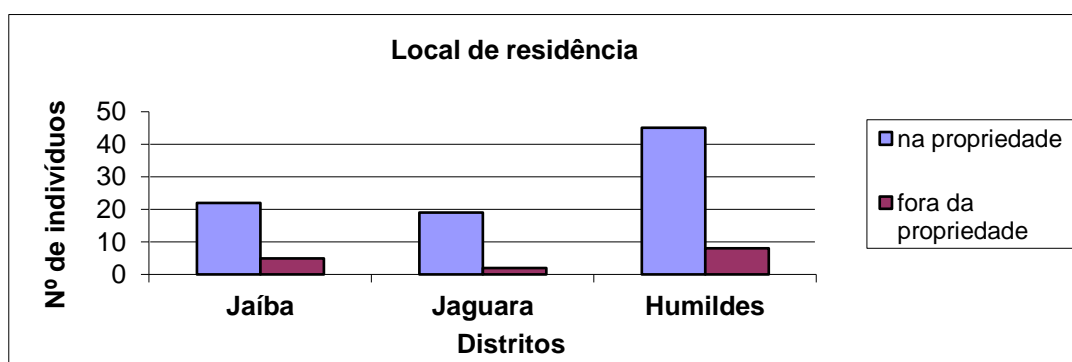
Fonte: pesquisa de campo, 2014.

A menor idade registrada para o matrimônio foi de 15 anos e a maior 46 anos, mantendo uma média de 22 anos. Entretanto observamos que entre os 15 a 21 anos, predominam o início do matrimônio. Essa idade precoce da união permite que a

população apresente uma taxa de natalidade elevada, que por sua vez será, no futuro próximo e muito cedo, a mão de obra familiar e em seguida o exército de reserva das fábricas.

Sobre o local de residência, 93% residem em suas propriedades e apenas 7% fora delas. Dos que residem fora da propriedade (6 do total de 84), 5 residem nas sedes distritais e 1 na sede municipal. Assim quando perguntamos aos 78 entrevistados que residem em suas propriedades se gostaria de morar na cidade, 85,5% responderam não querer residir na cidade (Feira de Santana ou em alguma outra) e 14,5% manifestaram este desejo. (Figura 04).

Figura 04
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA



Fonte: pesquisa de campo, 2014.

Os motivos apresentados pelos entrevistados para não quererem residir na cidade foram: adaptação, 35%; finanças, 16%; a criação, 2%; tranquilidade, 47%. O que deixou transparecer nos questionamentos foi que essa adaptação e tranquilidade estavam mais associada ao fator econômico que ao agito urbano e ao ar bucólico do campo.

No que concerne a idade que começou a trabalhar, a menor foi de 5 anos e a maior de 22, onde a média foi de 10 anos. Entretanto podemos observar que a menor idade estava sempre relacionada ao sexo masculino e a maior idade, para o sexo feminino. Matta (1996, p. 165), apresenta, em seu trabalho, que as crianças maiores de 9 anos são considerados *força de trabalho* e que os com idade inferior a 9 anos são apenas *consumidoras*. Mas em nossa pesquisa, a idade de 7 anos, como início de trabalho dos entrevistados, e também como veremos de seus filhos, como força de trabalho aparece significativamente. Isso justifica as respostas apresentadas para o lugar do início do trabalho, onde 84% começaram na lavoura e 16% em outras atividades não-agrícolas.

Sobre a jornada de trabalho enquanto eram crianças, ouvimos este depoimento:

Meu pai tinha muitos filhos (12 filhos) todos nos trabalhava para comer, ele só não podia. Naquele tempo, não tinha o estudo nem a moleza de hoje era a enxada o dia todo, só não no dia Santo. Trabalhava na capina das roças. (Distrito de Jaíba).

Mesmo tendo começado a trabalhar, ainda criança, perguntamos sobre a atividade principal atua desenvolvida pelos pequenos proprietários rurais, que foi 68% para a lavoura e 32% para as atividades não-agrícolas. E perguntamos, onde desenvolvem essas atividades e encontramos: 73,5% na propriedade (principalmente para as atividades agrícolas), e 26.5% fora da propriedade (envolve aqui atividades agrícolas e não-agrícolas). Parece haver uma manutenção entre a origem das atividades, enquanto criança, e a atividade atual na lavoura. Isso pode está relacionado ao nível educacional e a um processo histórico-social-cultural.

Para Oliveira (2007) o trabalho na lavoura é uma característica do camponês que mesmo sendo expropriado do seu pedaço de terra e sendo sua gleba pequena, eles buscam em outros lugares o trabalho na terra.

Ainda sobre a atividade econômica perguntamos a respeito da atividade secundária atual (trabalho acessório) e obtivemos o seguinte resultado: 9% na lavoura, 9,5% em outras atividades não-agrícolas (aqui está presente 80% dos aposentados) e 81,5% não desenvolve uma atividade secundária (nesse caso observamos que este é apenas lavrador). Quando perguntamos onde desenvolve as atividades secundárias, encontramos que 9% desenvolvem em suas propriedades e 9,5% fora delas.

Os questionados deixaram transparecer que a atividade secundária é um reforço a economia e uma suplementação para a atividade principal, quando ela não é capaz de gerir as necessidades familiares, busca-se uma complementação.

2 Composição familiar

Sobre o número de pessoas por família residentes na propriedade, encontramos, além do chefe da família, os seguintes resultados. A menor amostragem (1 membro por família) e a maior (15 membros por família), onde a média total foi de 4 membros por família. À medida que estas famílias vão envelhecendo, os números dos filhos residindo

em suas casas vão reduzindo. Porém, os netos e outros parentes afins começam a ocupar o lugar anteriormente desocupado (Figura 05).

Em nossa pesquisa encontramos a seguinte situação, que também é apresentada e justificada por Antonello (1996, p. 32), que diz: “Detecta-se, também, a presença de famílias velhas e em decadência, formadas apenas pelo casal ou por um dos cônjuges, consequência direta das condições de vida (...), que estimula a emigração dos membros da família pela impossibilidade de dispor dos recursos necessários para a sobrevivência de todo o grupo na unidade camponesa”.

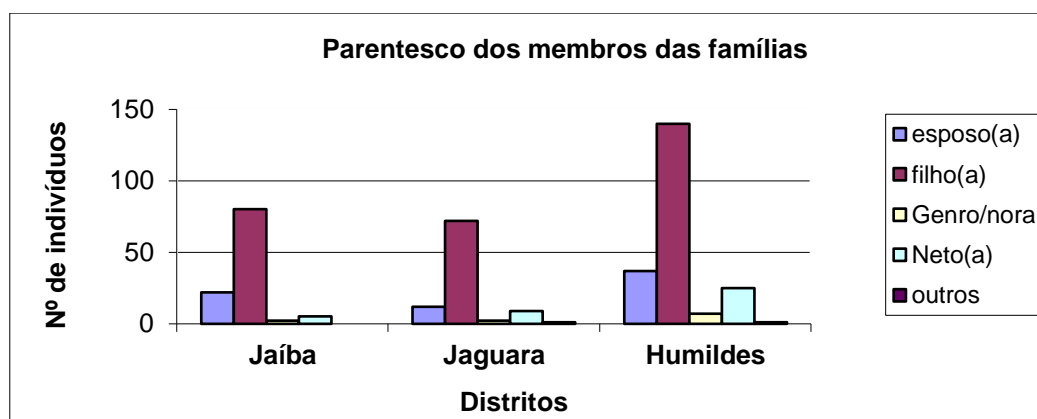


Figura 05: pressão demográfica exercida por filhos e netos em uma mesma propriedade no distrito de Humildes, composta de 6 residências.

Autoria: Wodis K.O.Araujo, 2012.

A (Figura 06), mostrou uma concentração de moradores em uma mesma propriedade. Podemos verificar quatro construções, dos pais (proprietários da terra) e dos filhos, casados e com suas famílias, habitando na mesma propriedade. A terra não é suficiente para manter a todos, obrigando os filhos a buscarem o sustento em outro lugar.

Figura 06
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

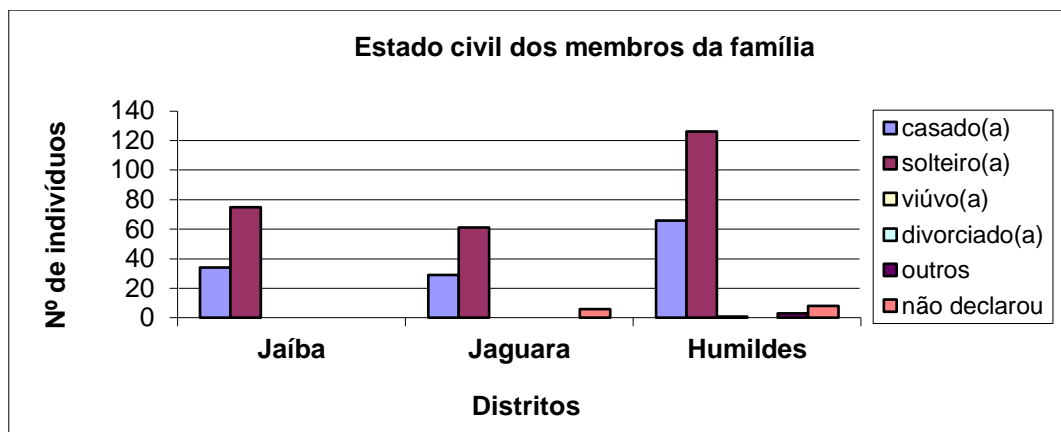
Observamos que a força de trabalho dos membros das famílias começam, para os meninos com 10 anos acima e para as meninas, 14 anos. Outra observação é uma agregação de genros/noras e netos que engrossam a força de trabalho familiar, sendo estes consumidores e produtores, mas também responsáveis pela fragmentação da propriedade, juntos com seus filhos, pois serão herdeiros da pequena propriedade.

Sobre essa agregação alguns entrevistados nos responderam:

- a) Minha filha foi morar na cidade (Salvador) e lá não tinha com quem deixar a filha (2 anos), ela veio ficar aqui. (Distrito de Humildes).
- b) Minha filha casou e largou o marido, tem três filhos, não tem como pagar o aluguel na cidade, e mora ali (aponta para uma casa vizinha a sua na mesma propriedade). (Distrito de Humildes).
- c) Esse meu sobrinho morava em Tanquinho e veio ficar aqui para estudar em Feira, sempre trabalha comigo quando não está na escola. (Distrito de Jaguará).
- d) Tenho esse filho mais velho, casado e com dois filhos, morando aqui em casa. (Distrito de Jaíba).

Sobre o estado civil dos membros da família (Figura 07) encontramos a seguinte situação: 32,4% casados, 62,9% solteiros e 4,7% para as demais classes representadas por viúvos, divorciados, outros e não declarados. Dos filhos solteiros adultos não encontramos nenhum caso onde esses herdassem a terra sem que realizassem o matrimônio (filhos ou filhas). Todos os solteiros adultos, estavam em companhia de seus pais ocupando o mesmo lote de terras que esses, mesmo que nessa família já tivesse ocorrido uma partilha da terra para algum filho casado.

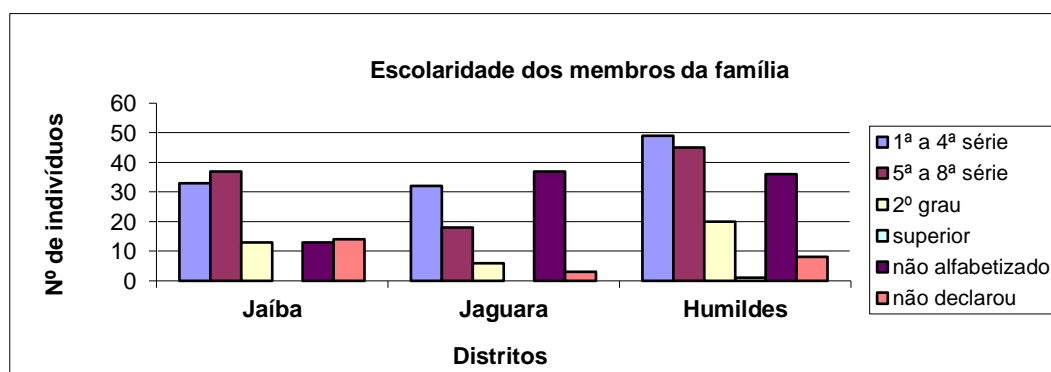
Figura 07
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A escolaridade dos membros da família (Figura 08) comporta-se da seguinte maneira: 39,3% (1ª a 4ª série), 25,8% (5ª a 8ª série), 9,7% (2º grau), 0,4% (superior), 17,5% (não alfabetizados) e 7,1% (não declarou). Estes resultados são relativamente parecidos com os apresentados anteriormente para os proprietários.

Figura 08
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA



FONTE: pesquisa de campo, 2014.

Perguntando se os membros da família ainda estudam, 29,8% disseram *sim*; 60,3% *não* e 9,8% *não souberam* responder. Porém a faixa etária para os que ainda estudam ficou compreendida entre 4 a 20 anos. Além disso, observamos que o local dos membros da família que estudam, 60,2% estão no próprio distrito; 1,9% em outro distrito; 31,4% na cidade de Feira de Santana; 1,9% outras cidades e 4,3% não declararam. Estes 1,9% de outras cidades são filhos e netos dos entrevistados e os que não souberam responder, referem-se a esses parentes que residem em outras cidades.

Núbia Santos (1996, p. 102) também faz referência a educação dos filhos dos camponeses sergipanos dizendo: “A educação é vista pelos camponeses como um patrimônio, um investimento, [...]”.

Em nossa pesquisa de campo um entrevistado nos informou sobre a educação dos membros da sua família dizendo:

O menino vai a escola para não ficar na enxada. Arrumar um emprego na cidade um dia, ficar melhor que o pai. Mais a coisa não é fácil para mim perder o ajudante. As vezes ele não vai a escola e trabalha na diária, mas não é sempre. (Distrito de Jaguará).

Ainda perguntamos onde residem os membros da família. Encontramos a seguinte situação. Dos entrevistados 81% residem na propriedade e 19% fora dela: 20,9% no Distrito; 2,4% em outro Distrito; 48,7% na sede municipal; 25,9% em outra cidade e 3% não declararam.

Questionamos onde os membros da família que trabalham exercem seu labor e assim, 73% trabalham na propriedade e 27% fora dela sendo que este lugar (fora da propriedade) foi estabelecido desta maneira: 19,5% no Distrito; 1,8% outro distrito; 47,9% na cidade de Feira de Santana; 22,3% outra cidade e 7,9% não declararam. Se trabalham fora da propriedade, perguntamos como se deslocam até o lugar de trabalho? Então, 72,1% responderam de ônibus; 2,6% andando; 4,9% bicicleta; 2,1% cavalo; 2,0% caminhão; 3,1% carro próprio; 8,2% carro de aluguel e 4,7% não declarou.

A família camponesa é composta, do casal e seus filhos, além de outros parentes. Essa célula familiar, é sempre maior do que a capacidade que a terra (na condição de propriedade) têm, para mantê-los, provocando uma pressão demográfica nas pequenas propriedades rurais, que no futuro resultará na fragmentação da terra, pois os filhos ao crescer precisarão, também, sobreviver.

Essa pressão sobre a terra, provocou o que Oliveira (1986) chamou de *A fragmentação do solo*, dizendo sobre a consequência da fragmentação do solo:

Era o processo de exploração do campesinato europeu pelo capital, que não permitia sequer a reprodução simples do camponês, pois assim garantia seus filhos como mão-de-obra disponível para a indústria. Para que esses camponeses se reproduzissem como camponeses só restava a alternativa da imigração,”(...)”. (OLIVEIRA, 1986, p. 48).

Com relação a essa pressão demográfica familiar, Núbia Santos (1996) diz:

Outras famílias quando dispõem de um número de membros compatível com as necessidades de produção, enquanto algumas possuem uma quantidade de braços superior à demanda, podendo assim liberar os membros menores para as suas atividades escolares, ou os adultos para execução de atividades produtivas fora da unidade de produção familiar. (SANTOS, 1996, p. 103).

Um entrevistado, em nossa pesquisa de campo, nos falou sobre o trabalho dos filhos, que estão disponíveis para outros serviços fora da unidade familiar, assim:

Aqui na terra não tem lugar mais para trabalhar, é pouco o terreno, cada qual (seus filhos que são 6) tem que procurar o seu sustento, é melhor ver se encontra na cidade ou em outro lugar. Eles já tão grande e os pequenos vão prá escola. Tem que trabalhar se não, não come. (Distrito de Jaíba).

Aqui concordamos com José Graziano da Silva citado na SEI (1999, p. 13), quando afirma que “(...) a liberação de mão de obra familiar camponesa, trata-se de um fenômeno que pode ser explicado pelos constantes avanços tecnológico e organizacional na agricultura, inovações poupadoras de trabalho manual”. Mesmo assim nos causa indagação sobre quais tipos de avanços tecnológicos podem ser utilizados e justificados para responder a liberação de mão de obra, e quando essa ocorre, uma vez que o tradicional está impregnado nas técnicas de produção do camponês feirense.

Percebemos que as principais inovações técnicas, que liberam mão de obra, em nosso município são a presença do trator no preparo da terra e o motor a eletricidade da casa de farinha e das cisternas para o abastecimento d’água.

Sobre esse assunto um casal nos informou o seguinte:

Homem: O trator chega e ara a terra, só é plantar e de vez ou outra dá uma limpa. Depois disso os meninos vão a escola e os outros trabalham lá na olaria.

Mulher: A luz ajudou na casa da farinha para ralar a mandioca e na fonte (cisterna), antes as meninas ficavam o tempo todo tirando água, isso foi muito bom e dentro de casa chegou um luxo (ela se referiu aos eletrodomésticos). (Ambos do Distrito de Jaíba).

Em relação ao tradicional, citado anteriormente, Schultz (1965, p. 47), diz que: “A agricultura baseada inteiramente nas espécies de fatores de produção usados durante gerações pelos agricultores pode ser chamada de agricultura tradicional”. Ainda Diniz (1986, p. 125), comenta que: “As áreas agrícolas estão em diferentes níveis de

relacionamento com o sistema industrial e a maior parte da população agrícola vive em áreas ainda pouco influenciadas pelo progresso científico e tecnológico do mundo moderno”. Isso fortalece as justificativas para o baixo desenvolvimento técnico-científico dos pequenos proprietários do município de Feira de Santana.

Acreditamos sim, que as inovações tecnológicas tenham ocorrido em nosso município, liberando a mão de obra ociosa camponesa, permitindo acelerar em alguns casos o trabalho acessório. O principal elemento é a presença do trator e arado, alugado de particulares ou da Prefeitura do município, como também a adubação química, já praticada em algumas pequenas propriedades. Percebemos nos fluxos entre o campo e a cidade, que resultam muitas vezes num camponês *part-time-farmer*. Abaixo exemplos de atividades tradicionais de cultivo de feijão e milho. (Figuras 09 e 10).



Figura 09: Preparo da terra para o plantio de milho, usando “covas” consorciadas com feijão, no distrito de Humildes.



Figura 10: Plantação tradicional de milho no distrito de Humildes. Observe o espaço entre as fileiras de milhos e o adubo orgânico ao lado.

Autoria: Wodis K.O.Araujo, 2012.

3 Fluxo de deslocamento

A dinâmica do fluxo migratório foi um dos pontos de investigação do camponês no município de Feira de Santana, com base em nossa pesquisa de campo, partimos para o estudo de como este camponês desloca-se. Perguntamos aos entrevistados quantas vezes vai à cidade e foram dadas as seguintes respostas: 49,5% vão uma vez por mês; 13% a cada quinzena; 30% uma vez por semana e 7,5% diariamente. E sobre qual cidade mais frequenta, os resultados apontaram a de Feira de Santana, pela sua localização, sendo que 85,5% responderam ser a mais freqüentada e as demais representaram apenas 14,5%. Entre estas cidades encontramos exemplos como: Santanópolis, Santa Barbara, Tanquinho, São Gonçalo dos Campos e Salvador.

O que nos parece haver um reduzido dinamismo nos fluxos migratórios, pendulares ou sazonais, representado por 14,5% para outras cidades, como mostramos, entre os pequenos proprietários rurais. Entretanto a cidade de Feira de Santana atrai significativamente esses pequenos agricultores em fluxos migratórios, principalmente em movimentos pendulares, devido a localização e distância entre as propriedades rurais localizadas nos distritos e a sede do município. Salientamos ainda que esses percentuais foram apresentados com base na pesquisa dos chefes das unidades familiares de produção.

A esse respeito, da migração pendular, Matta (1996, p. 174) comenta: “Tal fato (a saída dos membros da família, inclusive o chefe) evidencia o processo de migração pendular, confirmando a hipótese de que pessoas da família se deslocam para outras localidades como estratégia para assegurar a residência/permanência das unidades de produção camponesa”. O mesmo em Lopes (2013, p. 414), apontar que a carência e/ou deficiência de transporte é um fator que dificulta a circulação da população rural entre suas unidades familiares e os centros comerciais e de serviços.

Sobre a frequência da ida à cidade, alguns entrevistados disseram:

- a) Vou na cidade todo dia porque trabalho na feira do centro abastecimento (Ceasa), vou de bicicleta. Aqui tem colegas que também vai e trabalham de pedreiro. (Distrito de Jaíba).
- b) Só vou na rua (cidade – Feira de Santana) no dia de receber a aposentadoria, faço a feira e volto. (Distrito de Jaguará).
- c) A cada quinze dias visito uma filha lá no Campo Limpo (bairro de Feira de Santana) levo prá ela umas coisas daqui da roça. (Distrito de Humildes).

d) Só venho aqui na cidade para ir ao médico ou no sindicato, a aposentadoria um filho é quem pega. (Distrito de Jaguará).

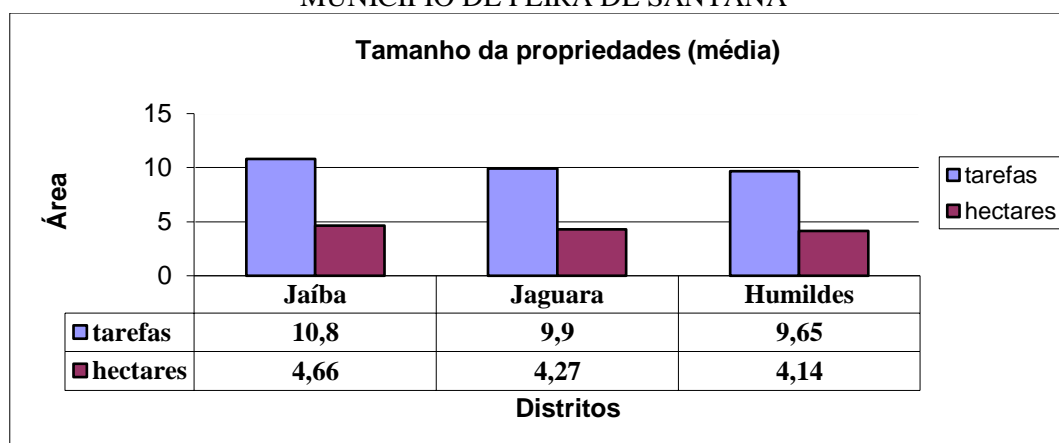
E qual o motivo que os levam a cidade (qualquer uma das cidades anteriormente citadas), encontramos: 23,5% foram motivados pela aposentadoria; 38,5% pelas compras; 9,5% trabalho; 3,5% visitas a parentes e familiares; 7% consultas médicas; 16% atividades comerciais e 2% alegaram diversos outros motivos. Para atender a seus motivos, perguntamos como se deslocam e observamos que 78% dos entrevistados, deslocam-se de ônibus coletivo. De bicicleta, 2,5%; caminhão, 2,5%; 14%, carros de aluguel; 3% carros particulares.

4 Propriedade rural

Passamos a traçar o perfil das pequenas propriedades dos camponeses entrevistados, observando como essas são organizadas e os diferentes resultados advindos.

O tamanho da propriedade (área) é de grande importância para nossa pesquisa, pois revelou, as formas de organização da propriedade familiar e como esta unidade de produção se reproduz. Dos entrevistados sobre o tamanho da propriedade, como mostra a (Figura 11), obtivemos um resultado médio, para o município de Feira de Santana, de 11,7 *tarefas* ou 5,06 hectares, confirmando matematicamente os minifúndios, pois nossa amostragem entre as pequenas propriedades rurais, não encontramos propriedades com casas de farinha maiores de 30 ha (que é o módulo rural da região).

Figura 11
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Se o módulo rural para o município de Feira de Santana foi estabelecido em 30 ha, e a média observada foi de 5,06 ha, os pequenos proprietários rurais do município ocupam apenas 16,8%, em média, do módulo rural ideal. Sem o mínimo de terra não se tem como produzir e se não produz, serão incapazes de se reproduzir pela terra – serão necessárias alternativas, principalmente mais terra. Com isso são abertas as portas do trabalho acessório, principalmente o não-agrícola, pois se seus vizinhos também se encontram na mesma situação, a busca pelo sustento fica sempre mais longe.

Todavia essa última alternativa, a aquisição de mais um lote de terra, ao que já existe e é trabalhado, independente do seu tamanho, não é uma prática dos camponeses do município, pois em todos os questionamentos em nenhum momento do histórico da propriedade por parte do entrevistado/questionado, não houve aquisição de terras e quando se cogitou o motivo, o fator preponderante era a falta de recursos financeiros.

Sobre o tamanho de sua terra, um proprietário nos informou:

Minha terra é pouca, 8 *tarefas* (3,5 hectares), planto só o de comer, sou fraco (pobre). Tenho uma casa, uma roça de mandioca e batata doce. Tenho laranja e coqueiro. Se tivesse mais terra teria mais dinheiro, pois tenho coragem para o serviço só falta o lugar, e trabalhar no nosso é melhor. (Distrito de Humildes).

Com base no tamanho de sua propriedade perguntamos, aos nossos entrevistados onde residia antes de adquirir a propriedade em que vive e encontramos a seguinte situação: 51% responderam que sempre residiram na propriedade; 22% moravam no distrito em questão; 11% em qualquer outro distrito do município; 5,5% na sede municipal; 6% em outra cidade e 4% não souberam dizer a localização de sua origem. Em Lopes (2013, p.359-360) há uma referência para o número de moradores da zona rural pesquisada, serem mais de 60% oriundo da própria localidade em questão.

Sobre a origem da propriedade, encontramos algo peculiar que foi: 73% receberam de herança; 24% alegaram ter comprado; 1,5% foi resultado do matrimônio e 1,5% alegaram outras situações. Quando perguntamos se foi desmembrada e de quem, 67% responderam, dos pais; 1% dos avós; 1% do cônjuge; 2,5% dos sogros; 4% dos irmãos; 22% vizinhos e 2% não soube declarar. Em que ano ocorreu o desmembramento, e encontramos respostas entre os anos de 1942 até 2006, fixando-se entre 1975-2003. Declararam saber o ano de desmembramento, apenas 48% dos entrevistados.

Com relação a questão da origem da propriedades, podemos perceber que a herança é o principal meio de acesso a terra entre estes camponeses, deixado por seus pais. Antonello (1996, p. 32), já havia apontado para o caso da herança. A fragmentação da terra se dá pela herança de pais para filhos e filhos para netos, sendo a partilha da terra, uma forma de reprodução do camponês. O mesmo ocorre com José Vicente Santos (1984, p. 52), em seus estudos no sul do Brasil, entre os colonos do vinho.

Como resultado desta compartimentação familiar, segundo o STF (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana), 60% dos *proprietários*, segundo a Justiça, são apenas posseiros, pois não possuem os documentos legalizados das transferências de posse, registrados em cartórios. *Possuir não é ter*, assim comenta Gancho (1991, p. 6), com referência ao registro em cartório da propriedade.

Essa situação, ausência de uma documentação legal da terra, tende a inviabilizar qualquer tipo de crédito rural, uma vez que estes proprietários, na maior parte dos casos, não conseguem provar judicialmente que a terra que ocupam, lhes pertence por herança e direito, pois não há testamentos ou inventários. Na pesquisa realizada por José Santos (2006, p.98) ele aponta as dificuldades para o pequeno produtor rural em ter acesso ao Pronaf, por falta de documentação no município.

De que forma então é feito o pagamento dos impostos sobre a terra, o ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural)? Em nossa entrevista um camponês comentou sobre essa questão dizendo que sua propriedade era uma herança dos pais, dividida entre seis irmãos, onde coube a cada um deles 15 tarefas. O imposto continua vindo em nome do pai falecido há cinco anos e é feito a divisão do valor do imposto entre eles. Perguntei então se não poderia ser feita uma cooperativa entre eles para melhorar os rendimentos da terra, ele justificou haver uma certa *incompatibilidade* entre os irmãos e outros ainda tinham *emprego*.

Sobre a venda de partes da propriedade, perguntamos se já vendeu alguma parte, 90% responderam *não* e 10% responderam que já havia vendido alguma parte de sua propriedade, alegando o motivo de necessidades financeiras. O tamanho do lote, em área média foi estabelecido em 3 ha e a quem foi vendido, os cidadãos obtiveram 80% da compra e os irmãos, 20%. Em conversa, com os camponeses, alguns revelaram que a venda da terra foi por falta de trabalho, para o sustento (alimentação, doenças, vestuário, compra de móveis, reforma na casa, religião).

Fazemos uma ressalva sobre a questão do entrevistado havia comprado terra, ele respondeu, não! Entendemos que após a partilha da terra de herança entre irmãos e um

destes herdeiros sinalizarem o desejo de venda, um ou mais irmão, movido com intuito de manter a propriedade original da herança aglutina uma parte, por compra, de um dos interessados na venda. Observamos que a propriedade da barganha ainda se mantém a mesma, nesse ponto não houve acréscimo de terra que não fosse a mesma já posta em questão (*).

Sobre a venda da terra e seu motivo, um entrevistado nos comentou:

Quando o meu pai morreu eu tive que vender um pedaço para o funeral, depois foi minha mãe e uma tia que morava aqui. Ainda vendi para reformar a casa e comprar uns móveis que não tinha. Tudo isso foi depois da morte de meu pai. Tenho a casa, um pouco de terra, dá prá levar. Tem vizinho que já vendeu para fazer a feira do mês que eu sei. (Distrito de Humildes).

Além da venda, perguntamos se já doou alguma parte de sua propriedade e 2% responderam que *sim* e 98% responderam *não* ter doado. Para os que responderam *sim*, o motivo da doação, para eles foi a partilha da herança, ainda em vida, motivado pelo matrimônio dos filhos, na maior parte dos casos. O tamanho do lote, referente a doação, foi em média de 5,34ha, entre os anos de 2003-2008. Sendo que, a doação foi as filhas e esposas. Esse resultado ainda está relacionado diretamente a herança.

Sobre a doação da terra, dois entrevistados nos informaram:

- a) Larguei a mulher e dei a parte dela em terra, aqui no lado, ela vendeu e foi pra Salvador. (Distrito de Jaguará).
- b) Minha filha casou e o marido não tinha trabalho e eu dei logo a herança da menina para ela ir tocando a vida devagarinho. (Distrito de Jaíba)

Perguntamos ainda aos entrevistados, se acrescentou novas áreas a propriedade e encontramos a seguinte situação: 89% responderam com *não* e 11% responderam que *sim*³. Os anos em que ocorreram a compra de novas propriedades foram entre 1972-2008. O tamanho dos lotes em questão foi de 4,42ha. E ainda perguntamos de quem veio a parte acrescentada: 72% responderam que foi dos irmãos, confirmando as respostas sobre a venda da terra e para quem. E 28% responderam ter adquirido de vizinhos.

Os 11% dos camponeses que responderam *sim*, correspondem a 9 entrevistados e deste total 6 afirmaram comprar a parte dos irmão na herança e 3 adquiriram de

³ (*) Já havíamos abordado essa questão anteriormente.

vizinhos alheios a relação familiar. Essa informação nos parece contraditória sobre o que se argumentou anteriormente, que os camponeses do município não aglutinam terras a sua propriedade original. Entretanto se observarmos o universo das entrevistas e desse os seis que afirmaram comprar terras mantiveram a mesma propriedade no momento da partilha dos bens por herança, a ação de aquisição de terras chega a ser quase nula. Reforçando a questão anterior.

Sobre o acréscimo de terras à propriedade, um entrevistado que afirmou ter adquirido mais terra nos declarou:

Apareceu essa terra, eu vendi um lote de um gado que tinha no Sertão e comprei aqui, foi bom porque é perto do comércio e terra é dinheiro vivo, na hora do aperto, pode vender que dá lucro! (Distrito de Jaguará).

Finalizando a questão da propriedade, com relação as formas de compra e venda ainda perguntamos aos entrevistados quanto acham que vale a terra, encontramos que o valor médio estabelecido pelos proprietários foi de R\$ 7.803,72 pela propriedade e suas benfeitorias, a renda obtida pela terra – a renda diferencial – citada por Oliveira (1986, p.74) entra em questão, resultando na terra como mercadoria. A terra tem sido vendida, em alguns casos para cidadãos, que as transformam em áreas de lazer de fins de semana ou deixam como reservas de valor. Núbia Santos (1996, p. 100), também comenta sobre esse tipo de exploração da terra e sua ocupação por indivíduos sem uma tradição rural. O mesmo para Locatelli (2004) quando aponta em seus estudos a questão da segunda residência e do turismo rural.

5 Produção camponesa

A produção das pequenas propriedades rurais, no município de Feira de Santana, tem importância significativa na receita dos camponeses, pois é desse labor que as famílias retiram o sustento ou parte dele para se reproduzir enquanto camponeses. O comportamento da produção, nesse caso destacamos a soberania alimentar do camponês que, é voltada para o sustento da família. Tudo aquilo que sobra ou é passiva de troca se insere no que Martins (1981) chama de economia de excedente.

Com relação aos cultivos predominaram os de subsistência tradicionais: mandioca, feijão e milho. Dos 84 entrevistados 74% afirmaram cultivar mandioca, e destes todos alegaram realizar o cultivo em suas propriedades. A área média ocupada pelo tubérculo nas propriedades foi estabelecida em 1,12ha, com um rendimento médio, em sacas de 60kg, de 15 sacas, obtendo um valor estimado de R\$ 92,00⁴ por saca. O destino do cultivo de mandioca, para a produção de farinha, tem como base o consumo direto dos proprietários com 42,5%; o consumo e venda obteve 57,5% do destino da produção.

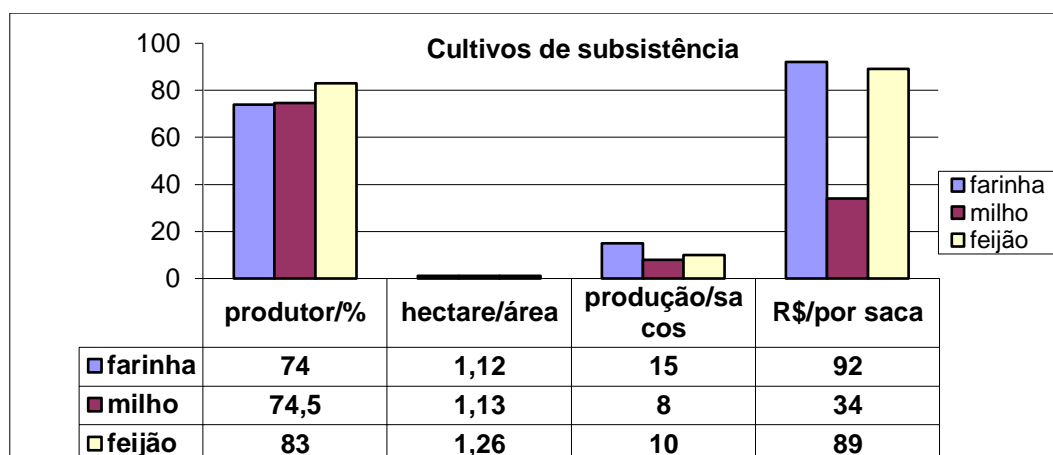
Para o cultivo do milho, 74,5% afirmaram cultivar o cereal em sua propriedade e apenas 0,5% alegaram cultivá-lo também, em outra propriedade. A área média ocupada foi de 1,13ha, com um rendimento médio de 8 sacas de 60kg, obtendo um valor estimado de R\$ 34,00 por saca. O destino da produção de milho está voltada para o consumo dos produtores, com 23,5%, seja para a sua alimentação ou dos animais domésticos. O consumo e venda, obteve 76,5% como destino para os entrevistados.

Ainda a venda desse produto acontece em sua maioria na condição de espigas verdes para o consumo direto relacionado a tradições culturais das festas junina, pois a Ceasa recebe milho vindo do polo produtor de grãos da Bahia (Oeste Baiano), fazendo com que os produtores locais não possam competir com o volume e preços ofertados por essa demanda estadual.

A lavoura do feijão, apresentou um percentual de cultivo entre os entrevistados de 83%, onde 4% alegaram também, cultivá-lo em outra propriedade. A área média ocupada pela leguminosa foi de 1,26ha, com um rendimento médio, em sacos de 60kg, de 10 sacas, obtendo um valor estimado de R\$ 89,00 por saca. O destino da produção do feijão não é diferente dos demais cultivos citados anteriormente. Assim, 27% alegaram consumir o que plantam e 73% consomem e vendem. A organização dos cultivos de subsistência, são apresentados na (Figura 12). Lourival Santos (1996, p. 61), comenta sobre a produção de mandioca e feijão, entre os camponeses sergipanos, como sendo os principais cultivos em suas terras. O mesmo para Lopes (2013) quando argumenta dos cultivos nos assentamentos rurais no estado de Sergipe.

⁴ Os preços foram cotados na CEASA de Feira de Santana e seus valores são flutuantes levando em conta a demanda, oferta e preços estabelecidos pelos atravessadores/compradores. Em 12/04/2014.

Figura 12
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Esses três cultivos aparecem sempre na lista das lavouras dos camponeses, pois além de consumirem o que plantam podem comercializar o excedente. Sobre esse caso Núbia Santos (2012), faz a seguinte referência:

O camponês no sertão tem realizado o balanço entre o consumo na unidade familiar para formular a proporcionalidade estratégica da sua colheita. Apesar da comercialização de cultivos serem uma potencialidade, é indispensável para ele à previsibilidade das virtudes. Assim, milho, feijão, mandioca, tendem, proporcionalmente, a abastecer o consumo diário camponês por um determinado período do ano. O volume de grãos a ser estocado após a colheita resulta, relativamente, da equação camponesa pela quantidade de pessoas e animais para serem alimentados no interior da unidade de produção familiar. (SANTOS, 2012, p. 212-213).

Mesmo sendo esse três produtos oriundos de uma agricultura tradicional e que ocupa os espaços da produção deixados pelos cultivos que se destacam na balança comercial do país, são eles presentes nas refeições da população; sua escassez força como um todo o aumento de preços e a falta de alimento no país como argumenta José o Santos (2012, p. 233) ao apontar a importância da soberania alimentar entre os camponeses.

As hortaliças, em especial as folhosas (alface, cebolinha, coentro, etc.), também foram mencionadas entre os cultivos dos pequenos proprietários, cultivados apenas, nos distritos de Jaíba e Humildes, provavelmente pela localização geográfica e oferta de água – mais próxima dos tabuleiros do Recôncavo Baiano, com índice de 3,5% entre todos os entrevistados, que alegaram ainda cultivar apenas em suas propriedades. A área

média ocupada pela horta foi de 3,01ha, com rendimento médio de 45 uni/dia, obtendo por unidade R\$ 3,00. O destino da produção é a venda.

A medida que a entrevista se seguia observamos como os cultivos eram plantados, num modelo consorciado – os produtores alegaram cultivar nas mesma área outros cultivos além daqueles que, por eles julgavam o principal (mandioca, no início do plantio, feijão e milho). Para o consorciamento Lourival Santos (1996, p. 54) diz: “Nos cultivos há predomínio de consorciamento (...). Este é explicado principalmente pela escassez de terras, constituindo também em uma estratégia por parte dos camponeses, apesar de diminuir a produtividade da terra”.

No trabalho de Oliveira Junior (2013) ele também faz uma referência ao consorciamento da lavoura entre os camponeses argumentando que:

O cultivo consorciado é muito comum entre os produtores camponeses. Diante de uma propriedade de terra reduzida e com a necessidade de obter maior renda para sustentar a família durante todo o ano, os cultivos de uma unidade produtiva consorciado e de rotação de culturas são as técnicas de produção mais comumente observadas entre os produtores camponeses. (OLIVEIRA JUNIOR, 2013, p. 218).

O cultivo do aipim (mandioca-mansa) é realizado por 30,5% dos entrevistados; 14,5% a batata doce; 8,5% a abóbora; 6,5% o caju (nativo ou plantado); 5% a laranja; 5% o coco da bahia e 0,5% o abacaxi. Ainda nos chama a atenção de que 5% alegaram não cultivar absolutamente nada. Mesmo informando plantar, a exemplo, batata doce, os entrevistados não salientaram importância nesses cultivos, os mesmo deixaram transparecer que esses cultivos são do “fundo da casa”. Alguns mantiveram apenas os cultivos perenes, mas sem nenhum trato, outros disseram apenas criar animais e não tinha interesse em plantar.

No que concerne ao cultivo de mandioca, 74% responderam que plantam mandioca. Dos entrevistados 3,3% responderam vender em *in natura* (na própria plantação ou colhida) e 85,1% dos que plantam responderam vender beneficiada. O produto é beneficiado em casa de farinha: própria, 35,71%; arrendada, 53,17% e comunitária, 11,11%.

Sobre o cultivo de mandioca, especificamente, perguntamos por que motivo planta, se os resultados financeiros são baixos, em relação ao intenso labor e tempo, na relação custo/benefício? Um entrevistado nos respondeu:

O pobre tem que ter uma raiz de mandioca e aipim plantada para o bocado, quando a barriga doer. Também é dinheiro quando não se tem. Na casa de muita gente ela aumenta o pouco e engrossa o fino. Além de tudo é só plantar e larga lá, uma vez no ano uma limpa e vai cuida da vida em outro serviço. (Distrito de Humildes).

Ainda perguntamos, caso o camponês não tenha casa de farinha, quando tem de arrendar, seja ela de terceiros ou comunitária, como paga pelo uso da casa de farinha: 2,02% pagam um aluguel em produto de 1ℓ $\frac{1}{4}$; 8,78%, 2ℓ $\frac{1}{4}$; 23,64%, 3ℓ $\frac{1}{4}$; 3,37%, 4ℓ $\frac{1}{4}$; 2,02%, 5ℓ $\frac{1}{4}$; 3,37% não pagam e 1,35% apresentaram outras formas de pagamento, como ajuda nas despesa de combustível/energia para o motor, trabalho braçal na lavoura, etc.

Lourival Santos (1996, p. 50 e 53), faz referências sobre a produção de mandioca e sua importância como cultivo básico da produção camponesa, em Sergipe, como resultado de sua participação nas culturas nordestinas, nas unidades familiares. Aguiar (1982), também comenta sobre a presença da mandioca em todo o Brasil, nas famílias das pequenas propriedades, como o *pão dos pobres*.

Nos trabalhos de Oliveira Junior (2013); Lopes (2013), Santos (2013) e em especial; Ensaio sobre a mandiocultura e a pequena propriedade rural⁵, argumentam significativamente a importância da mandioca para as famílias camponesas, pois a dinâmica de produção dessa tuberosa se encaixa perfeitamente no cotidiano dos camponeses.

Quando perguntamos onde vendem a produção que é cultivada em sua propriedade: 52,5%, disseram vender na Ceasa; 21,5%, em comércios diversos (feiras livres, mercearias, pequenos supermercados, armazéns, etc.); 20,5%, nas propriedades e 5,5% responderam não vender a produção agrícola.

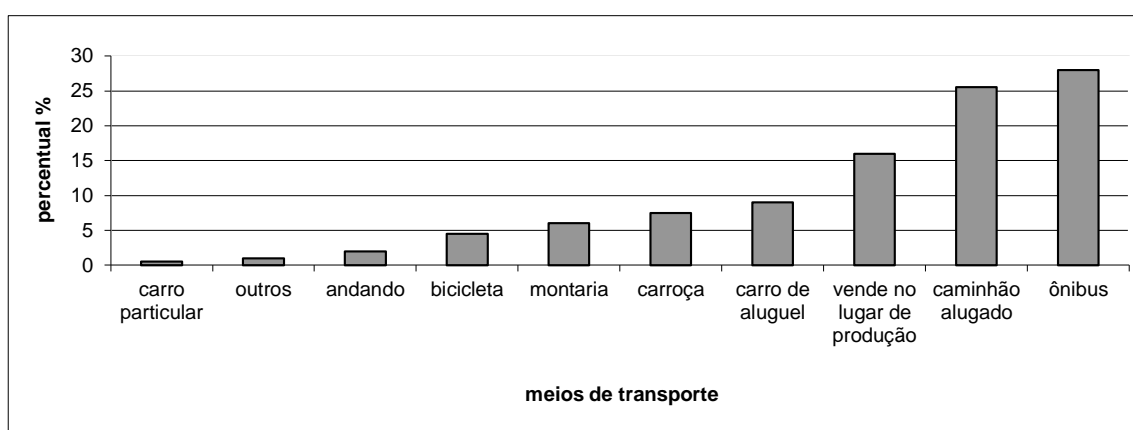
Dessa forma perguntamos ainda, como levam a produção ao local de venda e 0,5%, responderam usar carro particular; 1% respondeu outros meios de transporte; 2%, andando; 4,5%, bicicleta; 6%, montaria; 7,5% carroça; 9%, carro de aluguel; 16%, vende no lugar da produção; 25,5%, caminhão alugado; 28%, ônibus. (Figura 13). O caminhão alugado e o ônibus coletivo são os principais meios de transporte de carga para os produtores, primeiro por serem os mais baratos e segundo por pegarem as mercadorias na propriedade dos usuários.

⁵ Trabalho organizado por José Eloízio da Costa e Josefa de Lisboa Santos, publicado pela Editora UFS. 2012.

Ao lavrar a terra perguntamos se cultivam outras terras além da sua e 94% responderam não cultivar outras terras e apenas 6% afirmaram que sim. E qual relação de trabalho é estabelecida nesta empreitada? Todos, sem exceção afirmaram ser meeiros na relação de trabalho, quando saem de sua unidade familiar para trabalhar em outra terra. Quando questionados do motivo de trabalharem na terra de outra pessoa, todos, sem exceção, afirmaram por serem suas unidades familiares de produção pequenas, já estarem trabalhadas e ocupadas de lavoura e querem ampliar seus ganhos, seja ele em produto e/ou dinheiro.

Figura 13

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
FORMAS DE TRANSPORTE PARA A VENDA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA



FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

Quando questionamos sobre a forma de pagamento pelo uso da terra de outros, a resposta foi a *meia* – o meeiro, que para Oliveira (2007) se representa da seguinte forma:

Existem muitos exemplos da existência da renda da terra em produto na agricultura brasileira, como por exemplo, as muitas formas que a parceria adquire regionalmente. Há, por exemplo, de forma mais intensa a *meação*, a *terça*, a *quarta*, e mais recentemente ocorreu o aparecimento das porcentagens como elemento distribuidor dos resultados da produção. São chamados de *porcenteiros* aqueles camponeses que assim dividem o produto de seu trabalho com os proprietários da terra. Cabe ressaltar, entretanto, que no Brasil, o meeiro é o personagem social mais típico e comum na agricultura. (OLIVEIRA, 2007, p. 60).

Em nosso questionário, perguntamos quais os equipamentos e insumos utilizados para o cultivo e encontramos o seguinte: 42,5%, arado e gradeado – trator;

0,5%, arado e gradeado – animal; 71%, apenas enxada, sendo que dois desses casos podem aparecer na mesma unidade produtiva; 8,5%, adubação – química; 31,5%, adubação – orgânico; e não houve indicativo de nenhum tipo de irrigação, exceto hortas.

Sobre os implementos perguntamos como os adquiriu e 36,5%, responderam que foi alugado – Prefeitura; 9%, alugado – particulares; 30%, comprado/próprio; 48%, não possui, nenhum tipo de equipamento, exceto a própria enxada e 10,5%, não respondeu. Devemos levar em conta que os percentuais apresentados são referentes a cada questão, de acordo a resposta do entrevistado. Não houve nenhum indicativo para correção e análise do solo e quaisquer defensivos agrícolas, exceto 22% para uso esporádico para “veneno de formiga” (formicidas) quaisquer adquiridos em casas comerciais especializadas em produtos agrícolas.

No trabalho de Locatel (2004) ele argumenta que mesmo os camponeses desprovidos de recursos e assistência técnica e mergulhados no tradicionalismo da produção rural, esses camponeses encontram-se inseridos na sujeição da renda da terra ao capital, quando o autor argumenta:

A manutenção dessa atividade, ainda que nos moldes tradicionais, com técnicas pouco produtivas e baixa tecnologia, não inviabiliza o processo de sujeição da renda da terra ao capital e a expropriação do sobre trabalho que ocorre na circulação dos produtos agrícolas, por um lado, e o consumo de insumos por máquinas, equipamentos e produtos químicos, por outro permitindo que a exploração do trabalho agrícola, seja de proprietários ou não, se transforme em lucro das empresas dos setores industriais situados a montante e à jusante da agricultura. (LOCATEL, 2004, p. 111).

Com relação ao baixo índice de modernização da base técnica nas unidades camponesas, no município de Feira de Santana, como apontou nossa pesquisa de campo. Lourival Santos (1996, p. 57), em seu trabalho faz uma referência, principalmente sobre o trabalho manual (enxada), dizendo: “Com isso, podemos afirmar que as unidades camponesas pouco ou quase não utilizam técnicas modernas, havendo um predomínio dos sistemas tradicionais de trabalho, principalmente o trabalho manual (uso de enxada) e o emprego de formicida. (...). Nas outras áreas há o predomínio de técnicas rudimentares, como o trabalho manual (...)”.

Sobre certas benfeitorias perguntamos aos entrevistados o que possuíam em suas propriedades: 34% dos entrevistados tinham uma casa de farinha; 24%, uma horta de

consumo; 16,5%, um armazém; 80%, energia elétrica em suas residências, nas propriedades rurais; 42,5%, pomar; 100%, água de fonte e 20%, granjas (nesse caso apenas um galinheiro ou uma pequena pocilga). Não houve nenhuma referência a silos e silagens, estábulos, apriscos, colmeias, defumadores, estufas.

Se o entrevistado era um lavrador e dedicava seu labor a lavoura, perguntamos se criavam animais e 11% responderam não e 89% que sim. As criações citadas foram: aves, porcos, ovelhas e gado. Assim, 78% afirmaram criar aves, em suas propriedades, em quantidade média de 23 cabeças, com valor de R\$ 30,00 cada unidade, para a “galinha da terra”. O destino da criação de aves tem como base o consumo direto dos proprietários com 42%, o consumo e venda obteve 57,5% do destino da produção. Não podemos esquecer que os mais comuns tipos de galináceos entre os entrevistados foram: galinhas, perus, patos, e que há o consumo direto de ovos, pelos criadores, e a venda também acontece, principalmente nas feiras, mas em situações esporádicas.

Um questionado informou algo peculiar ao dizer que também usa as galinhas como moeda de troca para pagar trabalhadores diaristas em sua propriedade nas mais diversas tarefas, quando ele, o entrevistado, necessita de trabalhador extra em seus afazeres.

A criação de suínos teve uma participação de 30,5% entre os pequenos proprietários rurais, onde todos alegaram criá-los em suas propriedades, em quantidade média de 4 cabeças, confinados, onde cada um destes animais foi avaliado em R\$ 170,00/ arroba. Observamos que no caso 66% dos criadores informaram produzir com o objetivo de venda, e 29,5% para o consumo, restando a 4,5% a opção de consumo e venda. O distrito que apresentou o maior percentual de criação de porcos, foi o de Humildes.

Ainda em relação a criação de animais de pequeno porte, temos os ovinos 22% entre os entrevistados, afirmaram criá-las em suas propriedades destinando uma área de 1.50ha, em média, (3,4 tarefas), em quantidade média de 7 cabeças por criador, gerando um valor médio de R\$ 195,00/arroba. No caso das ovelhas, 86% tiveram o destino a venda, e 34% o consumo e a venda. O distrito de Jaguará se destacou na criação de ovelhas.

Entre os animais de pequeno porte, nos chamou a atenção, a opção da criação dos porcos em relação às ovelhas, além da aceitação em relação ao consumo. Alguns criadores justificaram a criação de porcos por não terem espaço físico em suas propriedades para manter um pasto, ou ainda por não encontrarem um local adequado,

mesmo que em outra propriedade, além de gerar uma demanda de tempo no pastoreio das ovelhas. Os porcos, em confinamento, consumiriam os restos das lavouras, das ervas daninhas (língua de vaca, bredos e beldroegas) e do farelo de milho comprado na Ceasa.

Sobre os animais menores perguntamos se eram importantes na economia da propriedade e um entrevistado nos respondeu:

O porco e a ovelha quando tem é um dinheiro mais rápido para fazer, nós mesmo matamos e avisamos aos vizinhos que tem carne verde no fim de semana e o povo compra, o que sobra nós comemos. As vezes acontece o fiado, é ruim mas pro amigo se dá um jeito, pode até ser um dia de trabalho. As galinhas são da casa, a mulher vende ovos, quando sobre na feira, mais e pouco, e quando tem muito uns frangos também. (Distrito de Jaguará).

Para os criadores de Gado bovino¹⁸ o percentual foi de 39,5%, entre os entrevistados, superando as demais criações em interesse, exceto as aves. A área de terra destinada para a criação foi de 3.65ha (8.54 tarefas), em média, ocupada por 6 animais. Entre os criadores apenas 6,5% afirmaram utilizar outras terras além da sua para a criação de gado. Os demais criavam em suas propriedades. O valor médio foi de R\$ 700,00 por cabeça, animal vivo. E todos alegaram o destino do rebanho, a venda.

No trabalho de Núbia Santos (2013), a autora faz referência a criação de ovinos e caprinos e em especial ao gado bovino quando diz:

No sertão, constatou-se a superioridade da pecuária sobre o cultivo. O rebanho tem a capacidade de complementar o exercício agrícola. Dentro das circunstâncias normais o mesmo apresenta um bom rendimento. Vivo ou abatido à venda do rebanho traz vantagem para o camponês. A venda do rebanho permite a monetarização, para aquisição de gêneros não consumidos cotidianamente (...). (SANTOS, 2013, p. 213-214).

Não podemos esquecer que para os bovinos a venda do leite *in natura* nos distritos e os derivados (manteiga e “queijo do sertão¹⁹”) fazem parte da receita. Os ovinos podem fazer parte do processo dos derivados do leite, entretanto não encontramos entrevistados que fizessem parte desse universo. Lourival Santos (1996, p.

¹⁸ Nome comum para os animais criados no campo. Gado grosso, bovinos e eqüinos; gado miúdo e **miunças**: caprinos, ovinos e suínos. Nome que os sertanejos não aos gados caprino e ovino (MIUNÇA, verbete, s.f. (pop). Magno Dicionário Brasileiro da língua Portuguesa, p. 605).

¹⁹ ou queijo de casca, requeijão.

55), faz referência a criação de gado entre os camponeses sergipanos e resumidamente ditamos sua importância, segundo ele : “(...). A criação de gado é assim, uma forte estratégia de reprodução camponesa na região”.

No distrito de Jaguará, encontramos um camponês dono de 3 vacas que pastoreava os animais as margens da rodovia (BA-052) alegando não possuir área para sustentar os animais em sua propriedade.

Não tenho pasto, minha terra é pequena, aqui o capim cresce muito e não tem dono. De manhã fico aqui tomando conta, por causa da pista, de tarde os meninos ficam. Já tive mais, mas vendi, precisão. Quando tinha muito, ficava o dia todo. (atingiu o máximo de 8 cabeças). (Distrito de Jaguará).

Sobre o pastoreio em beira de estrada a investigação de prof. Marco Antonio Mitidiero Junior (2009), sobre esse assunto aponta o seguinte:

A estrada é vista como fonte de coleta de alimento para o gado em duas circunstâncias: quando a dimensão do rebanho é grande demais para permanecer na beira da estrada, ou quando as distâncias a percorrer entre o curral do gado e a beira da estrada inviabilizam o deslocamento diário. A comercialização dos resultados do pastoreio resume-se na venda de leite ou na venda do próprio gado. Não foram encontradas pessoas que comercializam capim, mas há aqueles que “cuidam” do gado de outras pessoas, coletando capim na beira da estrada. Nesse caso, a coleta faz parte de uma relação de trabalho entre o coletor e o proprietário do gado. Um dos informantes explicou que sua função é de apenas alimentar o gado e que trabalha em outros lugares nas horas vagas. (MITIDIERO JUNIOR, 2009. p. 55).

Encontramos ainda alguns criadores que utilizavam terras de outras pessoas – *o boi de cabresto* – onde o animal era criado amarrado em uma corda fincada em uma determinada parte do terreno. Não observamos nenhum tipo de aluguel ou pagamento pela área utilizada. Alguns criadores chegam a construir currais para o gado, como mostra a (Figura 14). Entretanto 10,5% alegaram não criar nada em suas propriedades.



Figura 14: Curral improvisado de arame farpado, em uma propriedade no distrito de Jaíba.

Autoria: Wodis K.O.Araujo, 2012.

Dessa forma perguntamos como os animais são criados? Encontramos então o seguinte resultado: 20% confinados; 47,20% semi-confinados; 65,20% livres em pastos e 2,25% outros. Não podemos esquecer que as aves são criadas nos quintais ou nas áreas próximas as residências, o que faz os indicadores de livres em pasto e semi-confinados serem elevados em relação aos demais. Os porcos por sua vez, encontramos sempre o resultado de confinamento, uma vez que estes costumam destruir e fuçar as plantações dos proprietários e as vezes dos vizinhos, causando transtornos. Como também sua dieta consiste em sobras da produção familiar, como um todo.

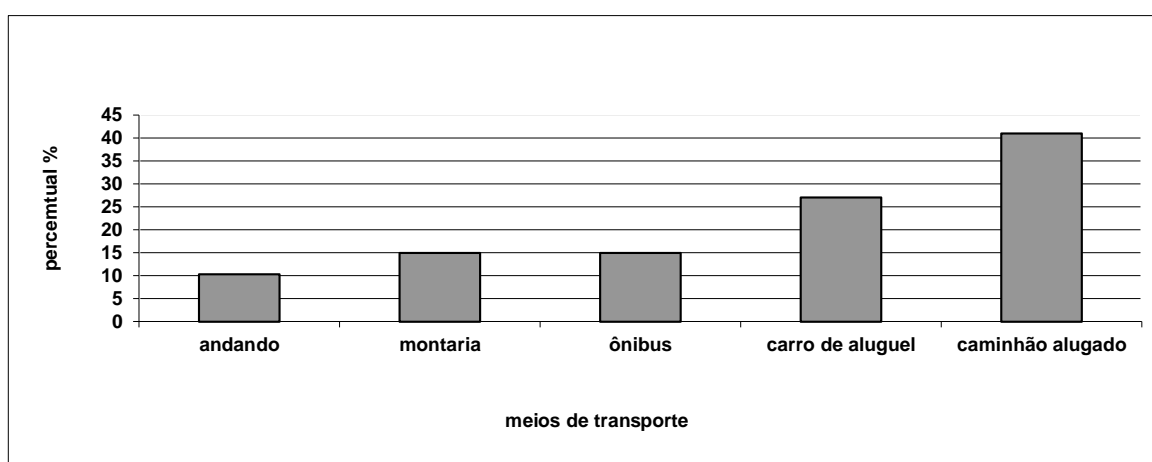
Com base na forma como são criados os animais, perguntamos qual é a alimentação utilizada para mantê-los e 64,60% responderam que usam o milho como fonte de alimentação para suas criações; 55% usam o capim; 14,60% raspas de mandioca; 27,50% farelos de milho/trigo/soja; 8,40% milho moído; 0,50% palma e 7,30% ração. E de onde vem a alimentação do rebanho? 72,50% afirmaram que plantam; 61,80% disseram comprar, resultando em 10,70% plantarem e comprarem a alimentação necessária para abastecer suas criações. Se compram, qual o valor médio (saco 60kg) para o saco de milho, R\$ 32,00; farelo, R\$ 20,00; milho moído, R\$ 15,00; ração, R\$ 25,00.

Ao questionarmos se criavam animais e onde vende a produção, 26,40% responderam vender na Ceasa; 33,70% em comércios diversos; 34,30% na propriedade e 22,50% não vendem. Se vendem, como levam a produção animal ao local da venda, e 15% responderam levar de ônibus; 10,30% andando; 41% usam o caminhão; 27% carro de aluguel e 15% montaria. Não podemos esquecer que algumas vezes o mesmo

entrevistado utiliza dois ou mais meios de locomoção para venda da produção animal. Podemos ver, mais detalhadamente, a forma do transporte para a produção na (Figura 15).

O transporte é de extrema importância para o escoamento da produção e seus mercados de consumo, na cidade. No município de Feira de Santana a distância entre as zonas produtoras e os mercados (Ceasa, feiras livres, mercearias) demonstram grande importância no custo valor do produto/transporte, pois os valores, a exemplo a farinha de mandioca, milho e feijão, foram cotados na Ceasa.

Figura 15
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
FORMAS DE TRANSPORTE PARA A PRODUÇÃO ANIMAL



FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

Os valores mais baratos cobrados para o transporte de mercadorias é feito no distrito de Humildes, pelo ônibus coletivo, onde o passageiro, paga apenas uma passagem pelo preço de R\$ 3,50. O valor mais caro foi localizado no distrito de Jagüara, isto é, R\$ 6,00, pelo mesmo produto. Se o saco de farinha, custa em média R\$ 80,00, os produtores de Jagüara, que não podem competir com um valor mais baixo em relação ao transporte, perdem a cada saco de farinha produzido R\$ 2,50. Essas variações de valores pagos pelo transporte variam de distrito para distrito.

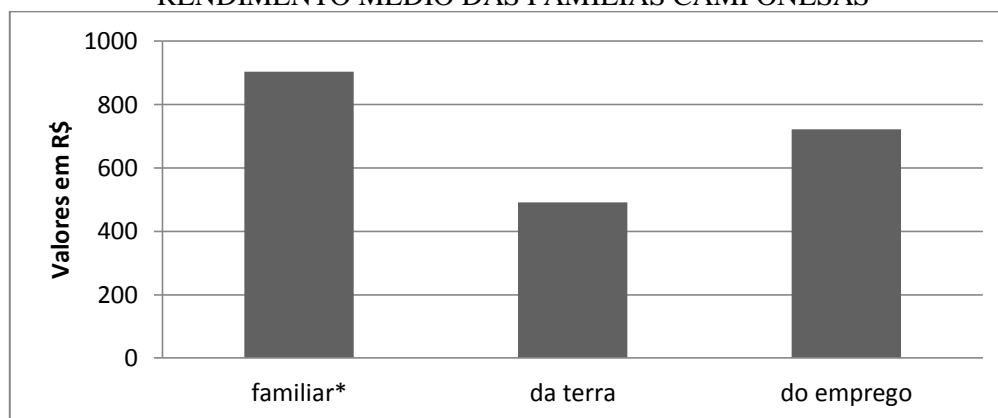
O caminhão de aluguel, faz uma *rota* entre as propriedades dos camponeses pegando passageiros e mercadorias em direção a Ceasa. O valor da passagem fica estipulada em R\$ 3,00, e cada saco de 60kg que o passageiro leva, paga R\$ 3,00, por unidade (para o distrito de Humildes). Encontramos caminhões de aluguel em todos os distritos. Os seus proprietários são sempre moradores, que possuem terras, mas tem sua principal atividade no transporte de mercadorias.

6 Rendimentos familiar

O trabalho dos camponeses resulta na forma de sobrevivência e reprodução. Assim procuramos saber das famílias camponesas se trabalham fora da propriedade e onde trabalham: 25,5% afirmaram que sim; 74,5% responderam que não. Ainda 49% disseram trabalhar na sede; 31,40% no próprio distrito; 14% em outro distrito; 5,60% em outra cidade. E qual o motivo alegado para o trabalho fora de suas propriedades? 47% justificaram ter um emprego fixo; 31,40% um complemento de renda; 15,70% alegaram pouca terra para seu trabalho e 9,80% não declararam.

Sobre este trabalho, seja ele dentro ou fora da pequena propriedade rural, perguntamos sobre os valores recebidos ou gerados pelo trabalho e encontramos as seguintes situações. Sobre a renda familiar os valores arrecadados em média foram de R\$ 902,56; o trabalho da terra e sua produção geraram uma média de R\$ 491,38; e o trabalho do emprego, fora da propriedade, proporcionou em média R\$ 721,88. O resultado geral da renda dos pequenos proprietários rurais, pode ser visualizado na (Figura 16).

Figura 16
MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
RENDIMENTO MÉDIO DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS



FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

Observamos que o rendimento familiar, assinalado pelo (*) representa a soma dos rendimentos dos membros da família como exemplo o Bolsa Família, a aposentadoria e salários dos filhos solteiros e que não adquiriram família e ainda residem com os pais. Entretanto após a divisão dos valores totais pelo número de membros da família residentes, o resultado per capita torna-se baixo. Não devemos esquecer que esses valores são uma média entre os entrevistados e muitos podem ter omitido, esquecido, ou não saberem sobre os ganhos totais; como também no universo

dos entrevistados há aqueles que podem apresentar uma receita maior que a média nacional. A soma financeira dos ganhos, será dividida em partes iguais entre todos os membros da família para a manutenção da vida familiar.

7 Relações de trabalho

O trabalho na terra demanda uma necessidade de recursos financeiros para se produzir e braços para a execução das tarefas pertinentes a esta produção. Dessa forma perguntamos aos entrevistados se utilizam crédito rural); 99,5% responderam que não e apenas 0,5% (um entrevistado), respondeu que sim. E sobre esse crédito rural a *modalidade* utilizada foi através do Banco do Brasil, com o motivo, alegado de cultivar.

Sendo necessário pessoal para atender a demanda do trabalho, questionamos sobre a mão de obra utilizada na propriedade e todos responderam que são apenas seus familiares. Porém quando a demanda excede o trabalho familiar aparecem os trabalhadores temporários em 19% casos, como apoio a esse trabalho familiar. Ainda assim encontramos outros trabalhadores dentro das unidades familiares e resolvemos perguntar os tipos de trabalhadores que tem na propriedade e 6%, dos entrevistados, informaram que havia meeiros em suas propriedades, num total de 42 trabalhadores, entre as propriedades que informaram ter trabalhadores temporários.

Se estes trabalhadores são temporários dentro da unidade familiar de produção, perguntamos ainda em que fase do cultivo contratam esses trabalhadores, e 95% utilizam essa mão de obra extra-familiar apenas na fase de preparo da terra; 60,50% no plantio; 18,50% nos tratos culturais e 50% apenas na colheita.

Destes camponeses o pagamento pelo trabalho foi feito em dinheiro em 16,50% dos casos e todos diariamente, com exceção de um trabalhador que recebeu semanalmente. A remuneração por um dia de trabalho foi de R\$ 30,00, pagos aos homens e mulheres. Em alguns casos, pode ocorrer pagamento de R\$ 20,00 para mulheres e R\$ 15,00 para crianças com até 14 anos. Enquanto 39,50% afirmaram utilizar um mutirão/adjutório⁶, entre os vizinhos para reduzir os custos de produção.

⁶ Mutirão é o nome dado no Brasil a mobilizações coletivas para lograr um fim, baseando-se na ajuda mútua prestada gratuitamente. Também conhecido pelos termos mutiron, mutirum, punxirão, putirum, ademão, adjunto, adjutório, ajuri, arrelia, bandeira, batalhão, boi de cova e junta. FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Segunda edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p.1 175.

Perguntamos se algum desses trabalhadores tinha contrato assinado na carteira de trabalho pelo proprietário da terra em que estava trabalhando e todos responderam que não. O trabalho era feito em acordos verbais. Ainda buscando algum vínculo entre trabalhador temporário e o contratante dessa mão de obra, perguntamos onde residiam os trabalhadores que executaram as funções em suas propriedades e todos responderam que moravam em outras propriedades que não as suas. Devemos entender esses trabalhadores como vizinhos e outros pequenos proprietários rurais que vendem sua força de trabalho.

8 Condições da moradia

Passamos então a perguntar sobre a qualidade de vida destes pequenos proprietários rurais no que se refere as condições de moradia no campo para esses camponeses, que envolveu a estrutura da casa e os mobiliários que possuíam. As condições de vida são semelhantes em todos os distritos do município de Feira de Santana.

Sobre a casa perguntamos qual o tipo de cobertura e 99,50% respondeu ser de telhas de cerâmica e 0,50% de amianto (mais conhecido por *Eternit*, isto é, nome fantasia da empresa). As paredes, foram construídas de adobe em 53,50%; 37,50% de tijolos e 9% blocos. O piso teve o revestimento de cimento em 82%; 17,50% cerâmica e 0,50% pedra.

Sobre o interior das residências perguntamos se as casas tinham: rede elétrica, 83%; cisterna, 100%; água encanada, 14%. Quartos (todos, 2 em média); cama, 100%; beliche, 28,5%; guarda-roupa, 31,5%. Sala, 100%; sofá, 70,5%; TV, 71%; rádio, 65%; som, 40%; ferro elétrico, 53%. Cozinha, 90,5%; geladeira, 49,5%; fogão: lenha, 82,5%; fogão: gás, 71,5%; liquidificador, 44,5%; pia de cozinha, 42,5%. Banheiro (dos que afirmaram possuir a média foi 1); dentro de casa, 39,5%; fora de casa, 40,5%; vaso sanitário, 44%; pia de banheiro, 32,5%; chuveiro elétrico, 3,5%; chuveiro comum, 44%; não possui banheiro, 30%. Telefone: fixo, 2,5%; celular, 4,5%. Dispensa, 36%. Varanda, 49,5%. Esgoto, 44,5%; fossa biológica, 22,5%; céu aberto, 22%. Garagem, 10%. Automóvel, 4%.

Encontramos uma simplicidade muito grande nas habitações dos camponeses, em Feira de Santana. Os telhados quase sempre são feitos com madeira roliça, sem nenhum tipo de beneficiamento. Algumas das casas não apresentavam reboco nas paredes ou necessitavam de reparos. Todas as residências possuíam quartos, mas nem todas cozinha. A televisão superou, em número, o rádio e a geladeira, porém todos afirmaram ter sofá. A falta de saneamento apresentou a real condição do camponês quando 56% dos entrevistados não possuíam um vaso sanitário e 70% não tem banheiro. Isso mostra uma condição de marginalização e abandono dos camponeses, pelo sistema político-administrativo do Estado e da União, que mantém estes trabalhadores as margens do sistema econômico.

Nos estudos sobre o camponês, os resultados de pesquisas em Sergipe, que Silva (1996, p. 152) apresenta são semelhantes aos encontrados no município de Feira de Santana; só reforçam a real condição do camponês nordestino, ou seja, paupérrimos. A Figura 19 demonstra a condição de vida do camponês feirense.

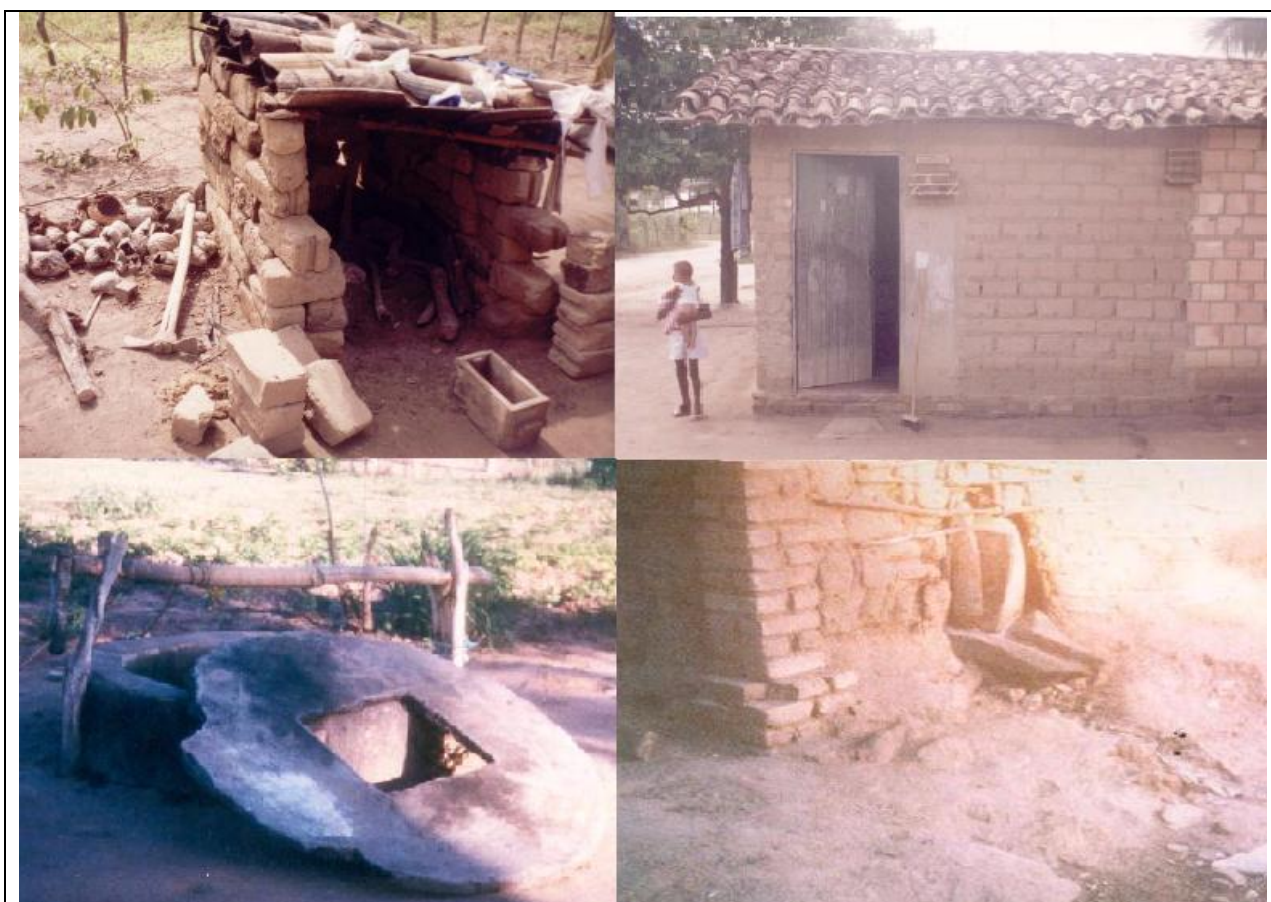


Figura 19: Condições de habitação e vida dos pequenos proprietários rurais no município de Feira de Santana.

Autoria: Wodis K.O.Araujo, 2012.

ANEXO IV

ESTATÍSTICAS DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO*

	JAÍBA		JAGUARA		HUMILDES	
PROPRIEDADES	SCF ¹	CCF ²	SCF	SCF	SCF	CCF
Nº DE VISITAS	14	7	12	6	30	15

A - DADOS PESSOAIS

IDADE <i>média</i>	(35-75) ³ 55	(40-66) 55	(30-78) 56	(56-92) 69	(30-75) 56	(30-66) 55
SEXO <i>Masculino</i> <i>Feminino</i>	7 7	3 4	7 5	2 4	19 11	9 7
ESCOLARIDADE <i>1ª a 4ª série</i> <i>5ª a 8ª série</i> <i>2º grau</i> <i>Superior</i> <i>Não alfabetizado</i> <i>Não declarou</i>	8 3 1 - - -	4 - 1 - 3 1	5 3 - - 3 3	2 - - - 2 3	10 4 3 1 8 4	6 2 3 - 4 2
ONDE NASCEU <i>No distrito</i> <i>Outro distrito</i> <i>Feira de Santana⁴</i> <i>Outra cidade</i> <i>Não declarou</i>	4 2 1 11 -	4 1 - 2 -	9 1 1 - -	5 - 1 - -	13 12 2 1 2	10 4 1 2 -
ESTADO CIVIL <i>Casado(a)</i> <i>Solteiro(a)</i> <i>Viúvo(a)</i> <i>Divorciado(a)</i> <i>Outros</i> <i>Não declarado</i>	13 3 2 - - -	8 1 - - - -	9 4 - 1 - -	4 3 - - - -	22 5 1 1 1 -	12 3 1 - 1 -
IDADE DA UNIÃO <i>média</i> <i>Não declarou</i>	(17-46) 24 5	(17-40) 18 -	(17-30) 23 3	(17-31) 22 1	(16-26) 21 4	(16-40) 19 2
ONDE RESIDE: <i>na propriedade</i> <i>fora da propriedade</i>	15 3	7 2	13 1	6 1	28 2	17 -
<i>lugar:</i> <i>No distrito</i> <i>Outro distrito</i> <i>Feira de Santana</i> <i>Outra cidade</i> <i>Não declarou</i>	2 - 1 - -	2 - - - -	1 - - - -	- - 1 - -	- - 2 - -	- - - - -
IDADE QUE COMEÇOU A TRABALHAR <i>média</i>	(5-19) 11	(5-18) 9	(5-22) 12	(5-10) 7	(5-20) 10	(6-20) 10
LUGAR DO INÍCIO DO TRABALHO <i>Lavoura</i> <i>Outras atividades (ñ rurais)</i>	16 2	9 -	9 5	7 -	27 3	14 3
ATIVIDADE PRINCIPAL ATUAL <i>Lavoura</i> <i>Outras atividades (ñ rurais)</i>	8 10	6 3	8 6	5 2	22 8	12 5
ONDE DESENVOLVE <i>Propriedade</i> <i>Fora propriedade</i>	11 7	7 2	9 5	7 -	22 8	12 5
ATIVIDADE SECUNDÁRIA ATUAL <i>Lavoura</i> <i>Outras atividades (ñ rurais)</i> <i>Não possui</i>	3 1 14	1 2 6	- 2 12	- - 7	9 5 16	1 2 14
ONDE DESENVOLVE <i>Propriedade</i> <i>Fora propriedade</i>	4 -	2 1	- 2	- -	8 6	- 3

B - COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Nº DE PESSOAS POR FAMÍLIA <i>(média)</i>	(1-7) 4	(3-7) 5	(1-15) 4	(2-15) 5	(1-12) 4	(2-7) 5
--	------------	------------	-------------	-------------	-------------	------------

PARENTESCO						
<i>Esposo(a)</i>	14	8	9	3	21	16
<i>Filho(a)</i>	46	34	40	32	82	58
<i>Genro/Nora</i>	2	-	1	1	5	2
<i>Neto(a)</i>	3	2	6	3	15	10
<i>Outros</i>	-	-	1	-	1	-
IDADE DOS MEMBROS DA FAMÍLIA (média)	(2-65)	(10-65)	(5-80)	(5-80)	(2-86)	(1-65)
	26	23	31	36	26	24
ESTADO CIVIL						
<i>Casado(a)</i>	21	13	17	12	34	32
<i>Solteiro(a)</i>	44	31	35	26	72	54
<i>Viuvo(a)</i>	-	-	-	-	1	-
<i>Divorciado(a)</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	-	-	-	3	-
<i>Não declarado</i>	-	-	5	1	8	-
ESCOLARIDADE						
<i>1ª a 4ª série</i>	15	18	26	6	58	31
<i>5ª a 8ª série</i>	24	13	10	8	23	22
<i>2º grau</i>	7	5	4	2	10	10
<i>Superior</i>	-	-	-	-	1	-
<i>Não alfabetizado</i>	5	8	15	22	18	18
<i>Não declarou</i>	14	-	2	1	14	5
AINDA ESTUDA						
<i>Sim</i>	19	19	17	7	34	29
<i>Não</i>	41	22	36	26	79	43
<i>Não declarou</i>	5	3	4	5	11	14
ONDE (se sim)						
<i>No distrito</i>	4	9	5	5	18	27
<i>Outro distrito</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Feira de Santana</i>	15	10	12	1	11	2
<i>Outra cidade</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Não declarou</i>	-	-	-	-	5	-
ONDE RESIDEM						
<i>na propriedade</i>	54	35	44	26	108	68
<i>fora da propriedade</i>	11	9	13	13	16	18
<i>lugar:</i>						
<i>No distrito</i>	1	2	4	-	3	8
<i>Outro distrito</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Feira de Santana</i>	5	2	1	8	8	10
<i>Outra cidade</i>	5	5	7	5	2	-
<i>Não declarou</i>	-	-	1	-	3	-
LOCAL DE TRABALHO						
<i>na propriedade</i>	49	29	34	24	72	63
<i>fora da propriedade</i>	16	15	12	15	37	23
<i>lugar:</i>						
<i>No distrito</i>	4	3	-	1	16	4
<i>Outro distrito</i>	1	-	-	1	-	-
<i>Feira de Santana</i>	9	2	3	5	14	12
<i>Outra cidade</i>	2	6	7	5	6	6
<i>Não declarou</i>	-	4	2	3	1	1
COMO DE DESLOCA						
<i>Ônibus</i>	13	35	37	24	63	58
<i>Andando</i>	-	-	1	1	2	1
<i>Bicicleta</i>	1	11	-	-	8	11
<i>Cavalo</i>	1	6	-	-	2	5
<i>Caminhão</i>	-	-	2	-	2	2
<i>Carro próprio</i>	-	-	1	-	12	4
<i>Carro de Aluguel</i>	-	-	-	1	14	4
<i>Não declarou</i>	-	-	-	-	-	-

C – FLUXO DO DESLOCAMENTO

QUANTAS VEZES VAI A CIDADE:						
<i>Mensal</i>	11	6	9	3	12	12
<i>Quinzenal</i>	1	-	3	2	5	2
<i>Semanal</i>	6	3	1	-	11	1
<i>diária</i>	-	-	1	2	2	2
QUAL A CIDADE:						
<i>Feira de Santana</i>	16	9	9	6	24	15
<i>Outras cidades</i>	2	-	5	1	6	2

MOTIVO:						
<i>Aposentadoria</i>	4	2	1	3	8	4
<i>Compras</i>	3	2	5	2	15	5
<i>Trabalho</i>	-	1	5	-	3	2
<i>Parentes</i>	1	-	-	-	-	1
<i>Médico</i>	-	-	1	1	1	1
<i>Comércio</i>	13	4	-	1	2	4
<i>Outros</i>	-	-	2	-	1	-
COMO SE DESLOCA:						
<i>Andando</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Bicicleta</i>	-	-	-	-	3	2
<i>Caminhão</i>	-	-	-	-	1	1
<i>Carroça</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Carro de aluguel</i>	2	1	1	1	12	2
<i>Carro Particular</i>	-	-	1	-	1	-
<i>Montaria</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Ônibus</i>	16	8	12	6	14	12
<i>Outros</i>	-	-	-	-	-	-

D - PROPRIEDADE

TAMANHO DA PROPRIEDADE)	(2-90)t [†] (0.86-38.70)ha ^{ha}	(2-9.5)t (0.86-4.08)ha	(1-34)t (0.43-14.62)ha	(4-34)t (1.72-14.62)ha	(0.5-40) (0.21-17.20)	(2.0-40) (0.86-17.20)
<i>Tarefas (média)</i>	16.0t	5.7t	10.2t	9.7t	9.6t	9.7t
<i>Hectares (média)</i>	6.88ha	2.45ha	4.38ha	4.17ha	4.12ha	4.17ha
ONDE RESIDIA ANTES						
<i>Sempre na propriedade</i>	12	4	6	5	16	6
<i>No distrito</i>	2	2	5	1	8	4
<i>Outro distrito</i>	1	1	2	-	1	3
<i>Feira de Santana</i>	-	-	-	-	2	2
<i>Outra cidade</i>	3	1	-	-	2	1
<i>Não declarou</i>	-	1	1	1	1	1
ORIGEM DA PROPRIEDADE:						
<i>Compra</i>	3	1	4	2	6	4
<i>Herança</i>	15	8	9	5	24	12
<i>Matrimônio</i>	-	-	-	-	-	1
<i>Troca</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	-	1	-	-	-
DESMEMBRADA DE QUEM:						
<i>País</i>	13	8	9	4	20	12
<i>Avós</i>	1	-	-	-	-	-
<i>Esposo(a)</i>	1	-	-	-	-	-
<i>Sogro(a)</i>	-	-	-	1	1	1
<i>Irmão</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Outros</i>	3	1	4	-	8	4
<i>Não declarou</i>	-	-	1	2	1	-
ANO	(1962-1999)	(1962-1999)	(1965-1999)	(1965-1971)	(1958-1999)	(1968-1992)
(média)	1982	1980	1980		1981	1975
<i>Declararam</i>	5	2	6	1969	13	8
<i>Não declararam</i>	13	7		3	17	9
	4					
JÁ VENDEU ALGUMA PARTE						
<i>Sim</i>	1	1	-	-	6	5
<i>Não</i>	17	8	14	7	24	12
MOTIVO						
<i>Necessidades financeiras</i>	1	1	-	-	6	5
TAMANHO DO LOTE	(2)t	(2)t	-	-	(2-16)t	(3-20)t
<i>Tarefas (média)</i>	2t	2t	-	-	12t	8.1t
<i>Hectares (média)</i>	0.86ha	0.86ha	-	-	5.16ha	3.48ha
A QUEM						
<i>Citadino</i>	1	1	-	-	4	4
<i>Irmão(ã)</i>	-	-	-	-	2	1
ANO						
(média)	1991	1982	-	-	1996	1987
<i>Não declarou</i>	-	-	-	-	4	2
JÁ DOOU ALGUMA PARTE						
<i>Sim</i>	1	-	-	-	-	-
<i>Não</i>	17	9	14	7	30	17

MOTIVO <i>Herança</i>	1	-	-	-	-	-
TAMANHO DO LOTE <i>Tarefas</i> <i>Hectares</i>	(30t) 30t 12.9ha	-	-	-	-	-
ANO	1998	-	-	-	-	-
A QUEM DOOU <i>Filha</i> <i>Esposa</i>	1 -	-	-	-	-	-
JÁ AGREGOU NOVAS ÁREAS <i>Sim</i> <i>Não</i>	1 17	1 8	2 12	2 5	4 26	1 16
ANO (média)	(1989) 1989	(1986) 1986	(1972-1980) 1976	(1972-1980) 1976	(1978-2000) 1992	(1986) 1986
TAMANHO DO LOTE <i>Tarefas</i> <i>Hectares</i>	1t 0.43ha	4t 1.72ha	9.5t 4.08ha	9.5t 4.08ha	(4-10)t 7.2t 3.09ha	(5)t 5t 2.15ha
DE QUEM <i>Irmão</i> <i>Vizinho</i>	- 1	- 1	1 1	2 -	- 4	- 1
QUANTO ACHA QUE VALE A TERRA (R\$) (média) <i>Declararam</i> <i>Não declararam</i>	(1.000,00-40.000,00) 10.083,33 12 6	(500,00-5.000,00) 1.995,00 6 3	(300,00-26.000,00) 6.427,27 11 3	(2.000,00-15.000,00) 7.375,00 4 3	(2.000,00-50.000,00) 6.516,60 18 12	(4.000,00-32.000,00) 3.702,50 13 4

E - PRODUÇÃO

O QUE CULTIVA⁵:						
Mandioca	8	9	2	7	23	17
1	8	9	2	7	23	17
2	-	-	-	-	-	-
3	-	-	-	-	-	-
tarefa (média)	4.2t	2.4t	3t	2t	3.1t	2.8t
hectare(média)	1.80ha	1.03ha	1.29ha	0.86ha	1.33ha	1.20ha
sacos (média)	20s	9s	8s	10s	20s	15s
valor (média)	10,00R\$	10,00R\$	12,00R\$	12,00R\$	10,00R\$	10,00R\$
consumo	8	9	2	7	19	17
venda	5	5	-	5	11	10
Milho	15	6	8	6	27	11
1	15	6	8	6	27	11
2	-	-	-	-	-	-
3	-	-	-	-	-	-
tarefa (média)	2.5t	2.5t	3.4t	2.7t	3.2t	2.6t
hectare(média)	1.07ha	1.07ha	1.46ha	1.16ha	1.37ha	1.11ha
sacos (média)	2s	5s	8s	9s	14s	10s
valor (média)	12,00R\$	12,00R\$	11,00R\$	10,00R\$	14,00R\$	14,00R\$
consumo	11	5	8	6	21	9
venda	6	4	4	3	16	6
Feijão	17	7	11	6	26	15
1	17	7	11	6	26	15
2	-	-	-	-	-	-
3	-	-	-	-	-	-
tarefa (média)	2.4t	2.7t	2.5t	2.8t	4.3t	2.2t
hectare(média)	1.03ha	1.16ha	1.07ha	1.20ha	1.84ha	0.94ha
sacos (média)	2s	7s	7s	8s	22s	18s
valor (média)	20,00R\$	35,00R	30,00R\$	30,00R\$	30,00	30,00R\$
consumo	15	6	10	6	22	12
venda	5	5	4	3	15	8
Fumo	-	-	-	-	-	-
1	-	-	-	-	-	-
2	-	-	-	-	-	-
3	-	-	-	-	-	-
tarefa (média)	-	-	-	-	-	-
hectare(média)	-	-	-	-	-	-
arroba (média)	-	-	-	-	-	-
valor (média)	-	-	-	-	-	-
consumo	-	-	-	-	-	-
venda	-	-	-	-	-	-

Hortalças	1	1	-	-	4	1
1	1	1	-	-	4	1
2	-	-	-	-	1	-
3	-	-	-	-	-	-
<i>tarefa (média)</i>	1t	1t	-	-	3t	2t
<i>hectare(média)</i>	0.43ha	0.43ha	-	-	1.29ha	0.86ha
<i>unidades(média)</i>	30un/dia	20un/dia	-	-	50un/dia	80un/dia
<i>valor- unidade (média)</i>	0.30R\$	0.30R\$	-	-	0,30R\$	0,30R\$
<i>consumo</i>	-	-	-	-	1	-
<i>venda</i>	1	1	-	-	4	1
Consortiados						
<i>Caju</i>	-	-	-	-	2	-
<i>Laranja</i>	-	-	-	-	1	1
<i>Batata</i>	1	-	1	1	6	4
<i>Abóbora</i>	1	1	-	1	1	-
<i>Abacaxi</i>	-	1	-	-	-	-
<i>Coco (1000 unidades)</i>	-	-	-	-	5/0,05R\$	2/0,05R\$
<i>Aimpim</i>	6	1	2	2	20	6
<i>(os entrevistados alegaram cultivar na mesma área que as culturas acima)</i>						
<i>Não produz nenhuma cultura na sua propriedade</i>	1	-	3	-	-	-
PLANTA MANDIOCA						
<i>Sim</i>	8	9	2	7	23	17
<i>Não</i>	10	-	12	-	7	-
SE PLANTA MANDIOCA COMO:						
<i>Vende: natura</i>	-	-	-	1	2	2
<i>Beneficiada</i>	5	9	2	7	23	15
<i>Beneficia: casa de farinha</i>						
<i>Própria</i>	-	9	-	7	-	15
<i>Arrendada</i>	5	-	2	-	19	-
<i>Comunitária</i>	-	-	-	-	4	-
<i>Como paga pelo uso da casa de farinha:</i>						
<i>1ℓ /¼</i>	-	-	-	-	1	-
<i>2ℓ /¼</i>	2	-	-	-	5	-
<i>3ℓ /¼</i>	3	-	2	-	13	-
<i>4ℓ /¼</i>	-	-	-	-	1	-
<i>5ℓ /¼</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Não paga</i>	-	-	-	-	2	-
<i>Outros</i>	-	-	-	-	1	-
<i>proprietários</i>	-	9	-	7	-	15
ONDE VENDE A PRODUÇÃO						
<i>CEASA</i>	6	7	4	3	16	9
<i>Comércio diversos</i>	6	-	4	3	10	6
<i>Propriedade</i>	4	2	3	1	13	1
<i>Não vende</i>	1	-	2	-	1	1
COMO LEVA A PRODUÇÃO AO LOCAL DE VENDA						
<i>Andando</i>	-	-	-	1	1	1
<i>Bicicleta</i>	1	-	-	-	3	1
<i>Caminhão</i>	4	3	-	2	8	4
<i>Carroça</i>	7	2	-	-	1	-
<i>Carro de aluguel</i>	-	-	2	1	1	2
<i>Carro Particular</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Montaria</i>	1	-	-	-	-	-
<i>Vende no lugar da produção</i>	2	2	-	1	6	2
<i>Ônibus</i>	2	2	-	2	10	7
<i>Outros</i>	-	-	-	-	-	-
CULTIVA OUTRAS TERRAS ALÉM DA SUA						
<i>Sim</i>	-	-	-	-	1	1
<i>Não</i>	18	9	14	7	29	16
<i>Relação de trabalho</i>						
<i>Posseiro</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Arrendamento</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Meiero</i>	3	-	-	-	8	3
<i>Empregado</i>	-	-	-	-	-	-
CEDE SUA TERRA PARA OUTROS						
<i>Sim</i>	1	-	-	-	5	1
<i>Não</i>	17	9	14	7	25	16

<i>Relação de trabalho</i>						
<i> Posseiro</i>	-	-	-	-	-	-
<i> Arrendamento</i>	-	-	-	-	-	-
<i> Meiero</i>	1	-	-	-	5	1
<i> Empregado</i>	-	-	-	-	-	-
QUAIS EQUIPAMENTOS UTILIZA						
<i> Arrado e Gradeado –Trator</i>	8	3	3	4	14	9
<i> Animal</i>	-	-	1	-	-	-
<i> Adubação- Químico</i>	-	-	-	-	6	1
<i> Orgânico</i>	8	5	-	-	11	12
<i> Outros- manual</i>	10	12	13	7	22	14
<i> Não declarou</i>	1	3	1	2	6	4
COMO ADQUIRIU OS EQUIPAMENTOS						
<i> Alugado-prefeitura</i>	4	2	3	3	14	8
<i> Alugado-Particulares</i>	1	1	1	1	6	1
<i> Compra</i>	1	5	3	1	14	6
<i> Não possui</i>	12	5	11	4	10	5
<i> Não declarou</i>	-	-	-	1	6	2
POSSUI						
<i> Casa de farinha</i>	-	9	-	7	-	17
<i> Horta de consumo</i>	6	1	5	-	8	5
<i> Armazém</i>	4	-	2	1	6	2
<i> Energia elétrica</i>	15	9	7	7	28	15
<i> Pomar</i>	10	1	8	2	21	6
<i> Água de fonte</i>	18	9	14	7	30	17
<i> Granja</i>	3	2	3	1	7	5
POSSUI CRIAÇÃO						
<i> Sim</i>	14	7	12	5	29	17
<i> Não</i>	4	2	2	2	1	-
CRIAÇÃO⁶						
<i>Ave (todos os galináceos)</i>	13	7	9	5	27	15
<i> 1</i>	13	7	9	5	27	15
<i> 2</i>	-	-	-	-	-	-
<i> 3</i>	-	-	-	-	-	-
<i> tarefa (média)</i>	-	-	-	-	-	-
<i> hectares (média)</i>	-	-	-	-	-	-
<i> quantidade (média)</i>	27	20	29	25	16	19
<i> valor (média)</i>	-	-	6,00R\$	6,00R\$	6,00R\$	5,50R\$
<i> consumo</i>	12	7	8	5	21	15
<i> venda</i>	2	-	3	2	7	6
<i>Porco</i>	4	3	3	3	16	11
<i> 1</i>	4	3	3	3	16	11
<i> 2</i>	-	-	-	-	-	-
<i> 3</i>	-	-	-	-	-	-
<i> tarefa (média)</i>	-	-	-	-	-	-
<i> hectares (média)</i>	-	-	-	-	-	-
<i> quantidade (média)</i>	4	4	6	5	4	3
<i> valor (média)</i>	30,00R\$	30,00R\$	25,00R\$	25,00R\$	20,00R\$	20,00R\$
<i> consumo</i>	-	-	1	3	4	3
<i> venda</i>	4	3	3	3	15	11
<i>Ovelha</i>	3	1	1	1	6	2
<i> 1</i>	3	1	1	1	6	2
<i> 2</i>	-	-	-	-	-	-
<i> 3</i>	-	-	-	-	-	-
<i> tarefa (média)</i>	2.4t	1t	1t	1t	4t	1t
<i> hectares (média)</i>	1.03ha	0.43ha	0.43ha	0.43ha	1.72ha	0.43ha
<i> quantidade (média)</i>	8	4	6	6	5	4
<i> valor (média)</i>	30,00R\$	30,00R\$	25,00R\$	25,00R\$	22,00R\$	20,00R\$
<i> consumo</i>	-	-	-	-	-	-
<i> venda</i>	3	1	1	1	6	2
<i>Gado</i>	3	-	7	5	12	8
<i> 1</i>	3	-	7	5	12	7
<i> 2</i>	-	-	-	-	-	1
<i> 3</i>	-	-	-	-	-	-
<i> tarefa (média)</i>	4.8t	-	20t	6t	6t	4.2t
<i> hectares (média)</i>	2.07ha	-	8.60ha	2.58ha	2.58ha	1.80ha
<i> quantidade (média)</i>	11	-	8	9	4	3
<i> valor (média)</i>	400,00R\$	-	300,00R\$	300,00R\$	400,00R\$	400,00R\$
<i> consumo</i>	-	-	-	-	-	-
<i> venda</i>	3	-	7	5	12	8
<i>Não cria nada na sua propriedade</i>	4	-	2	2	2	-
ONDE VENDE A PRODUÇÃO animal						
<i> CEASA</i>	2	2	6	2	8	1
<i> Comércio diversos</i>	2	-	3	1	11	4
<i> Propriedade</i>	5	1	3	3	14	8
<i> Não vendem</i>	7	5	6	1	4	4

COMO LEVA A PRODUÇÃO animal AO LOCAL DE VENDA						
Ônibus	1	1	-	-	4	1
Andando	1	-	-	-	-	1
Caminhão	2	1	4	2	8	3
Carro de Aluguel	-	-	1	1	6	6
Montaria	-	-	-	-	1	2
OS ANIMAIS SÃO CRIADOS:						
Confinados	1	3	1	1	6	2
Semi-confinados	10	7	6	2	12	7
Livres em pastos	3	-	8	5	14	11
Outros	-	-	1	1	1	1
ALIMENTAÇÃO UTILIZADA						
Milho	12	4	4	4	18	11
Capim	6	1	7	5	14	8
Raspas de mandioca	-	-	-	-	9	4
Farelo	1	3	2	-	14	4
Milho moído	1	3	-	-	5	1
Palma	-	-	1	-	-	-
Ração	-	-	1	1	2	1
<i>De onde vem</i>						
Planta	10	-	8	6	19	11
Compra	6	9	5	3	25	15
<i>Valor médio(saco 60kg)</i>						
Milho	12,00R\$	-	11,00R\$	12,00R\$	11,00R\$	12,00R\$
Farelo	15,00R\$	7,00R\$	-	-	15,00R\$	15,00R\$
Milho moído	7,00R\$	7,00R\$	-	-	7,00R\$	7,00R\$
Ração	-	-	15,00R\$	14,00R\$	14,00R\$	15,00R\$

F - RENDA

TRABALHA FORA DA PROPRIEDADE						
Sim	8	3	6	1	4	3
Não	10	6	8	6	26	14
<i>Onde</i>						
Feira de Santana	3	3	-	1	3	3
No distrito	4	-	3	-	-	-
Outro distrito	1	-	3	-	-	-
Outra cidade	-	-	-	-	1	-
<i>Motivo</i>						
Emprego fixo	4	3	-	-	3	3
Complemento de renda	2	-	5	1	1	-
Pouca terra	2	-	-	-	-	-
Não declarou	-	-	1	-	-	-
RENDA (média)						
Familiar	271,42R\$	127,77R\$	274,66R\$	151,00R\$	244,68R\$	152,19R\$
Da terra	110,00R\$	60,00R\$	100,00R\$	100,00R\$	210,00R\$	91,30R\$
Do Emprego	400,00R\$	233,33R\$	350,00R\$	151,00R\$	305,00R\$	221,66R\$

G - RELAÇÕES DE TRABALHO

UTILIZA CRÉDITO RURAL						
Sim	1	-	-	-	-	-
Não	17	9	14	7	30	17
<i>Qual modalidade</i>						
Banco do Brasil	1	-	-	-	-	-
<i>Motivo (do sim)</i>						
cultivar	1	-	-	-	-	-
QUEM MAIS TRABALHA EM SUA PROPRIEDADE						
Apenas a família	17	9	14	7	30	17
Trabalhadores:
Permanentes	-	-	-	-	-	-
Temporários	5	2	-	1	8	2
QUAIS OS TIPOS DE TRABALHADORES TEM NA PROPRIED.						
Meíeros: quantos	1	-	-	-	5	1
Arrendatários :quantos	-	-	-	-	-	-
Assalariados:	-	-	-	-	-	-
Quanto permanentes	-	-	-	-	-	-
Quanto temporários	5/-	2/-	1/-	1/-	8/-	2/-

EM QUE FASE DO CULTIVO UTILIZA MÃO-DE-OBRA EXTRA-FAMILIAR						
<i>Preparo da terra</i>	3	2	-	1	8	2
<i>Plantio</i>	2	1	-	1	4	2
<i>Trato da cultura</i>	-	-	-	-	4	-
<i>Colheita</i>	2	1	-	-	6	1
PAGAMENTO PELO TRABALHO EXTRA-FAMILIAR						
<i>Em produto</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Em dinheiro</i>	2	-	-	1	8	2
<i>Diariamente</i>	2	-	-	1	8	2
<i>Semanalmente</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Quinzenal</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Mensal</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Mutirão /Adjutório</i>	5	3	1	-	-	-
CARTEIRA DE TRABALHO OU OUTRO VÍNCULO						
<i>Sim</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Não</i>	2	-	1	1	8	2
<i>Qual</i>	-	-	-	-	-	-
ONDE RESIDE OS TRABALHADORES						
<i>Permanentes</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Temporários</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Outra propriedade</i>	2	-	1	1	8	2

H – CONDIÇÕES DA HABITAÇÃO (estrutura da moradia)

<i>Cobertura</i>						
<i>Telha</i>	14	7	14	7	29	15
<i>Amianto</i>	-	-	-	-	1	-

<i>Paredes</i>						
<i>Adobe</i>	4	4	8	4	18	11
<i>Tijolo</i>	10	5	6	2	8	6
<i>Bloco</i>	4	-	-	1	4	-
<i>Piso</i>						
<i>Cimento</i>	15	9	11	6	24	15
<i>Cerâmica</i>	2	-	3	1	6	2
<i>Pedra</i>	1	-	-	-	-	-
<i>Possui</i>						
<i>Rede elétrica</i>	16	9	7	7	28	15
<i>Água: Encanada</i>	6	-	4	1	9	1
<i>Cisterna</i>	18	9	14	7	30	17
<i>Quarto n° (média)</i>	3	2	3	3	3	3
<i>Cama</i>	18	9	14	7	30	17
<i>Beliche</i>	7	3	3	-	7	6
<i>Guarda-roupas</i>	11	5	11	4	16	8
<i>Sala</i>	18	9	14	7	30	17
<i>Sofá</i>	12	7	13	6	22	12
<i>Tv</i>	13	7	9	3	24	11
<i>Rádio</i>	13	8	8	4	21	10
<i>Som</i>	8	3	5	-	17	5
<i>Ferro elétrico</i>	11	5	8	2	18	8
<i>Cozinha</i>	16	9	13	6	27	17
<i>Geladeira</i>	11	3	7	1	16	6
<i>Fogão: Lenha</i>	12	7	12	7	28	15
<i>Gás</i>	13	8	10	5	24	12
<i>Liquidificador</i>	11	5	7	1	11	8
<i>Pia de cozinha</i>	10	5	3	1	12	7
<i>Banheiro n° (média)</i>	1	1	1	1	1	1
<i>Dentro de casa</i>	5	1	7	1	19	5
<i>Fora de casa</i>	8	5	10	4	8	9
<i>Vaso sanitário</i>	7	2	7	1	15	6
<i>Pia de banheiro</i>	5	1	5	-	8	5
<i>Chuveiro: Elétrico</i>	-	-	-	-	3	-
<i>Comum</i>	6	3	7	2	16	8
<i>Não possui banheiro</i>	2	4	3	2	11	3
<i>Telefone: Fixo</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Celular</i>	-	-	1	-	4	1
<i>Dispensa</i>	5	2	1	-	5	2
<i>Varanda</i>	6	4	8	3	17	9
<i>Esgoto:</i>	2	3	5	2	15	11
<i>Ligado a fossa biológica</i>	-	2	3	-	6	6
<i>Jogado a céu aberto</i>	2	1	2	2	9	5
<i>Garagem</i>	1	-	1	-	6	-
<i>Automóvel</i>	-	-	1	-	4	-
A CASA É						
<i>Na propriedade</i>	18	9	14	7	30	17
<i>Fora da propriedade</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Se fora onde:</i>						
<i>No distrito</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Outro distrito</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Feira de Santana</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Outra cidade</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Não declarou</i>	-	-	-	-	-	-
SE EM PROPRIEDADE DE OUTRO PAGA ALGUM TIPO DE ALUGUEL:						
<i>Sim</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Não</i>	-	-	-	-	-	-
GOSTARIA DE MORAR NA CIDADE						
<i>Sim</i>	3	-	3	1	5	4
<i>Não</i>	15	9	11	6	25	13
<i>Motivo (do não)</i>						
<i>adaptação</i>	9	4	3	4	8	3
<i>Finanças</i>	5	-	3	1	6	1
<i>A criação</i>	1	-	2	-	-	-
<i>Tranquilidade</i>	-	5	3	1	11	9

COMPLEMENTO DO QUESTIONÁRIO APENAS PARA AS CASA DE FARINHA

PROPRIETÁRIO:

HÁ QUANTO TEMPO TEM CASA DE FARINHA (média- anos)	(1-40)	(10-50)	(1-60)
	17	24	21

QUEM CONSTRUIU <i>Proprietário</i>		4		3		8
<i>Marido</i>		2		-		3
<i>País</i>		3		3		5
<i>Outros</i>		-		1		1
ELA É IMPORTANTE NA RENDA FAMILIAR <i>Sim</i>		8		6		13
<i>Não</i>				1		4
<i>Motivo (do não)</i> <i>Farinha barata</i>		1		1		4
QUANTOS DIAS DA SEMANA TRABALHA NA CASA DE FARINHA (média)		2		2		2
QUEM DA FAMÍLIA TRABALHA NA CASA DE FARINHA <i>Todos</i>		6		5		12
<i>Filhos</i>		2		1		4
<i>Irmãos</i>		-		-		1
<i>Ninguém</i>		1		1		-
DE ONDE VEM A MANDIOCA UTILIZADA <i>Propriedade</i>		8		6		17
<i>Vizinhos</i>		1		1		-
PRODUÇÃO SEMANAL DA CASA DE FARINHA (em sacos de 60kg – média)		4		3		8
DESTINO DA PRODUÇÃO <i>Consumo</i>		9		2		11
<i>Venda</i>		5		1		6
<i>Consumo e venda</i>		6		4		13
ONDE COMERCIALIZA A PRODUÇÃO <i>CEASA</i>		5		2		12
<i>Mercado local</i>		1		2		2
<i>Outra cidade</i>		-		-		-
<i>Propriedade</i>		-		-		2
<i>Não vende</i>		1		1		1
VALOR DA PRODUÇÃO (em sacos de 60kg)		12,00r\$		12,00R\$		12,00R\$
COMO LEVA A PRODUÇÃO AO LOCAL DE VENDA <i>Ônibus</i>		6		3		11
<i>Carroça</i>		-		-		-
<i>Carro de aluguel</i>		-		1		2
<i>Caminhão</i>		-		-		2
<i>Bicicleta</i>		-		-		1

ESTRUTURA DA CASA DE FARINHA:

COBERTURA <i>Telhas de cerâmica</i>		9		6		15
<i>Amianto</i>		-		1		2
PAREDES <i>Adobe</i>		7		4		9
<i>Tijolos</i>		1		2		2
<i>Blocos</i>		-		-		2
<i>Taipa</i>		1		1		4
PISO <i>Cimento</i>		6		5		11
<i>Chão batido</i>		3		2		6

EQUIPAMENTOS DA CASA DE FARINHA:

Nº DE FORNOS		2		2		2
TIPOS DE FORNOS <i>Cerâmica</i>		4		3		12
<i>Ferro</i>		1		2		5
<i>Pedra</i>		5		4		-
Nº DE COCHO (média) <i>não possui</i>		(1-2) 2 1		(1-2) 2 -		(1-2) 2 -
TIPOS DE COCHO <i>Cimento</i>		6		4		5
<i>Tábua</i>		1		1		-
<i>Madeira</i>		-		2		12

TIPO DE PRENSA <i>Madeira</i> <i>Tábua</i>		8 1		6 1		6 11
O BOLINETE (ralador/sevador) <i>Elétrico</i> <i>Gasolina</i> <i>Força Humana</i>		9 - -		5 1 1		15 2 -
TIPO DE LENHA <i>Lenha</i> <i>Jurema</i> <i>Cajueiro</i> <i>Coqueiro</i>		4 3 1 1		2 4 1 1		6 8 1 3
DE ONDE VEM A LENHA UTILIZADA <i>Propriedade</i> <i>Compra</i> <i>Vizinho</i>		6 3 -		4 3 1		12 4 1
ÁGUA ENCANADA <i>Sim</i> <i>Não</i>		- 9		- 7		2 15
<i>Origem da água</i> <i>fonte</i>		9		7		17
REDE ELÉTRICA <i>Sim</i> <i>Não</i>		9 -		4 3		15 2
IDADE DOS EQUIPAMENTOS (média)		<i>(1-40)</i> 17		<i>(5-45)</i> 19		<i>(1-55)</i> 21
ORIGEM DOS EQUIPAMENTOS <i>Compra</i> <i>Troca</i>		9 -		6 1		15 5

ARRENDAMENTO DA CASA DE FARINHA:

QUANTOS DIAS DA SEMANA FICA ARRENDADA (média)		2		2		4
QUEM ARRENDA <i>vizinhos</i>		5		6		15
COMO PAGA PELO ARRENDAMENTO <i>1ℓ /¼</i> <i>2ℓ /¼</i> <i>3ℓ /¼</i> <i>4ℓ /¼</i> <i>Não paga</i>		1 1 3 - -		1 - 5 - -		1 2 10 2 -
DE ONDE VEM A MANDIOCA UTILIZADA <i>Vizinho</i>		5		6		15
DE ONDE VEM A LENHA UTILIZADA <i>Vizinho</i>		5		6		15
EXISTEM OUTRAS CASAS DE FARINHA PRÓXIMAS <i>Sim</i> <i>Não</i>		6 3		5 2		11 6
EXISTE CASAS DE FARINHA COMUNITÁRIAS <i>Sim</i> <i>Não</i>		1 8		2 4		2 15
NÃO ARRENDA SUA CASA DE FARINHA		4		1		2

* Foi utilizado o valor médio das entrevistas para a tabulação dos dados. ESTATÍSTICA BASEADA NO QUESTIONÁRIO DA PESQUISA.

¹ SCF - sem casa de farinha.

² CCF - com casa de farinha.

³ (valores que indicam a maior e a menor amostragem na pesquisa de campo- para um comparativo por Distrito).

⁴ sede do município

^t Valor em TAREFAS.

^{ha} Valor em HECTARES.

⁵ PLANTAÇÃO 1 – na propriedade.

2 – fora da propriedade.

3 – outra pessoa cultiva sua terra.

Tarefa – área cultivada do produto.

Saco – quantidade produzida em sacos (60kg).

Arroba – quantidade produzida em quilos (15kg).

Valor- valor pago por cada saco do produto.

c – produto utilizado para consumo.

v - produto utilizado para venda.

⁶ CRIAÇÃO 1 – na propriedade.

2 – fora da propriedade.

3 – outra pessoa criam em sua terra.

Tarefa – área destinada a criação.

Quantidade – quantidade criada em cabeças.

Valor- valor pago por cada cabeça.

c – criação utilizada para consumo.

v - criação utilizada para venda.